



umanitas

73

(Página deixada propositadamente em branco)



umanitas

73

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

FICHA TÉCNICA

Título: *Humanitas* – Revista do Instituto de Estudos Clássicos

Diretora Principal: Carmen Soares

Diretores Adjuntos: José Luís Lopes Brandão; Margarida Lopes de Miranda

Assistência Editorial: Rute David; Carla Rosa; Teresa Alves Nunes

Comissão Científica: Alberto Maffi (Università degli Studi di Milano-Bicocca); Alberto Bernabé Pajares (Universidade Complutense de Madrid); Andrés Pociña, (Universidad de Granada); Belmiro Fernandes Pereira (Universidade do Porto); Elaine Christine Sartorelli (Universidade de São Paulo); Fabienne Blaise (Université de Lille 3 – Université des Sciences Humaines et Sociales); Fábio Faversani (Universidade Federal de Ouro Preto); Fábio de Souza Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Fernando Brandão dos Santos (Universidade Estadual de São Paulo); Giorgio Ieranò (Università degli Studi di Trento); Henriette van der Blom (University of Glasgow); Italo Pantani (Università di Roma); John Wilkins (Exeter University); Jonathan R. W. Prag (University of Oxford); José Ramos (Universidade de Lisboa); Kees Meerhoff (Universiteit van Amsterdam); Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Universidade Federal de Minas Gerais); Maria de Fátima Silva (Universidade de Coimbra); Maria do Céu Fialho (Universidade de Coimbra); Nair Castro Soares (Universidade de Coimbra); Pierre Antoine Fabre (École des Hautes Études en Sciences Sociales et Centre d'Anthropologie Religieuse Européenne); Sergio Audano (Centro di Studi sulla Fortuna dell'Antico "Emanuele Narducci"); Thomas Figueira (Rutgers University); Violeta Pérez Custodio (Universidad de Cádiz)

URL: Português: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/revista?id=90310&sec=5>

Inglês: <https://digitalis.uc.pt/en/revista?id=90310&sec=5>

Propriedade: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Instituto de Estudos Clássicos)

Morada: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra.

Periodicidade: Semestral

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rua da Ilha n.º 1 – 3000-214 Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Sede da redação: Instituto de Estudos Clássicos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

3004 – 530 Coimbra

Tel.: 239 859 981 – Fax: 239 410 022 – E-mail: classic@fl.uc.pt

Pré-Impressão: Imprensa da Universidade de Coimbra

Execução gráfica: Adriano Lucas, Lda.

Rua Alexandre Herculano, 198 2ºdto, 3510-033 Viseu

Depósito legal: 63505/93

ISSN: 0871 – 1569

ISSN digital: 2183 – 1718

DOI: https://doi.org/10.14195/2183-1718_73

Publicação subsidiada por:

Banco SANTANDER



SOBRE A REVISTA

A *Humanitas* é a mais antiga revista publicada em Portugal especializada em Estudos Clássicos Greco-Latinos e Renascentistas, mas aberta a contributos de áreas dialogantes (História, Arqueologia, Filosofia, Religião, Arte, Retórica, Recepção dos Clássicos, entre outras). Tem mantido um ritmo de publicação regular, desde o ano da sua criação, em 1947, e é propriedade do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Trata-se de uma revista destinada a académicos e investigadores, tanto nacionais como estrangeiros. Aceitam-se trabalhos em português (língua do espaço lusófono), bem como em inglês, espanhol, italiano e francês. Em nome da internacionalização crescente da revista, privilegia-se a publicação de estudos em inglês. Publicam-se duas tipologias de contributos: a) estudos de especialidade, originais e que constituam abordagens relevantes e dinamizadoras do avanço do conhecimento nas respetivas áreas; b) resenhas críticas de obras publicadas há menos de 2 anos, à data de envio da proposta. Os contributos de tipo a) são sujeitos a um processo de avaliação cega, por avaliadores internacionais considerados especialistas nas áreas científicas em questão. A aceitação dos contributos de tipo b) é da responsabilidade da Direção da Revista e da sua Comissão Científica. Não serão considerados os manuscritos submetidos também a processos de publicação noutros periódicos ou livros, pelo que os proponentes têm de declarar, no ato de envio do trabalho, sob compromisso de honra, que observam esta cláusula.

A *Humanitas* está catalogada na Scopus, no Web of Science (Clarivate Analytics), no Latindex, na Dialnet, no European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS), no Directory of Open Access Journals (DOAJ), EBSCO e na BIBP (Base d'Information Bibliographique en Patristique).

Política de Acesso Aberto

Esta revista oferece acesso aberto imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento a nível internacional e promove a transferência do saber.

ABOUT THE JOURNAL

Humanitas is the oldest scholarly journal published in Portugal devoted to Greek, Latin and Renaissance Classical Studies, although it welcomes contributions from other interfacing fields of study (History, Archaeology, Philosophy, Religion, Art, Rhetoric, Reception of the Classics, among others). Owned by the Instituto de Estudos Clássicos of the Faculdade de Letras, University of Coimbra, *Humanitas* has been published regularly since its inception in 1947. The journal is aimed at researchers and scholars, both Portuguese and international. Contributions in Portuguese (the language of the Lusophone world), as well as in English, Spanish, Italian and French are welcome. Given its growing internationalization, the journal privileges the publication of articles in English. Contributions can be of two types: a) original specialized articles constituting relevant approaches capable of stimulating the advancement of research in their respective areas; b) review articles of works published during the 2 years preceding the submission. Type a) contributions are subject to a blind peer review process by international referees chosen on the basis of their expertise in the relevant scientific areas. Responsibility for publication of type b) contributions rests with the journal's Board of Editors and Advisory Board. This journal does not accept papers submitted for publication in other periodicals or books. Upon submission of their manuscripts, all authors must declare on their honour that they comply with this rule.

Humanitas is indexed at Scopus, Web of Science (Clarivate Analytics), Latindex, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS), Directory of Open Access Journals (DOAJ), EBSCO and BIBP (Base d'Information Bibliographique en Patristique).

Open Access & Subscriptions

This journal provides immediate open access to its content, in line with the principle of free availability of scientific knowledge, which furthers the cause of knowledge democracy and promotes knowledge internationally.

ÍNDICE

Artigos

- The fragment of an Egyptian anthropoid coffin
from a Portuguese private collection (collection Rui Moreira)**
Rogério Sousa 9

- Notizia circa le ceramiche della Collezione Egizia
del Museo Archeologico Civico di Modena**
Nikola D. Bellucci 15

- La preposición *eis* en el griego del nuevo testamento.
Ensayo de análisis semántico**
Marta Merino Hernández 23

- La imagen estereotipada del sacrificio del buey
en la cultura visual greco-romana**
Jorge Tomás García 53

- A presença de Roma no Oriente:
Iudaea Capta e as tradições culturais da Palaestina Romana**
Marcio Teixeira-Bastos / Pedro Paulo Abreu Funari 81

- A trilogia de Tróia de João de Castro Osório:
uma reescrita Nitzscheana do mito de Helena**
Maria do Céu Fialho 105

- Alimentação e Paremiologia no Portugal Moderno:
“O hóspede e o peixe aos três dias fede”**
Isabel Drumond Braga 131

Recensões

- José D’Encarnação
*DOPICO CAÍNZOS, María Dolores e VILLANUEVA ACUÑA,
Manuel (Eds.), Clausus est Ianus (Augusto e a transformación
do noroeste hispano)*..... 153

Joaquim Pinheiro	
<i>FRAZIER, Françoise, Histoire et morale</i> <i>dans les Vies Parallèles de Plutarque</i>	158
Miguel Monteiro	
<i>HULT, Karin, Theodore Metochites</i> <i>on Ancient Authors and Philosophy</i>	161
Rui Coimbra Gonçalves	
<i>LÓPEZ QUERO, S.; Maestre Maestre, J. M. (eds.),</i> <i>Studia Angelo Urbano dicata, Alcañiz</i>	164
Maria Cecília Barreto Amorim Pilla	
<i>PINHEIRO, Joaquim e SOARES, Carmen. (coords.),</i> <i>Patrimónios alimentares de aquém e além-mar</i>	168
Virgínia Soares Pereira	
<i>PINTO, A. Guimarães, Adenda ao livro</i> <i>De Missione Legatorum Iaponensium</i>	173
Anny Jackeline Torres Silveira	
<i>RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes; SOARES, Carmen (orgs.),</i> <i>Odisseia de sabores da lusofonia.</i>	176
Virgínia Soares Pereira	
<i>RODRIGUES JUNIOR, F.; Battistin Sebastiani, Br.;</i> <i>Costa e Silva, B., (Orgs.), Estudos de Poesia e Prosa Helenística.</i> . . .	180
Martinho Soares	
<i>SEBASTIANI, Breno B., Fracasso e verdade</i> <i>na recepção de Políbio e Tucídides</i>	184
Andrew Dalby	
<i>SOUSA E SILVA, M. de F.; Paiva, J., Teofrasto, História das plantas</i> . . .	187
Notícias	
Ália Rodrigues	
<i>British Council Research Link Cambridge-Brasília,</i> <i>Plato's Communities: Citizenship and Diversity</i>	195
Permutas ativas. Compras. Ofertas.	197

ARTIGOS

(Página deixada propositadamente em branco)

THE FRAGMENT OF AN EGYPTIAN ANTHROPOID COFFIN FROM A PORTUGUESE PRIVATE COLLECTION (COLLECTION RUI MOREIRA)

ROGÉRIO SOUSA

lisbon.gasus@gmail.com

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

<http://orcid.org/0000-0002-8253-1707>

Artigo submetido a 26-04-2017 e aprovado a 16-09-2018

Abstract

This paper focuses on the examination of the fragment of an Egyptian sculpture kept in the Collection Rui Moreira. Using a comparative approach with objects featuring a similar design, we propose a reconstruction of the object regarding its original archaeological context and dating. This approach allows us to identify this object as an important piece of evidence of the cultural renewal carried out in Thebes under the rule of the Kushite kings.

Keywords: Egyptian coffins; Theban necropolis; Third Intermediate Period.

Resumo

Este artigo centra-se no estudo de um fragmento de uma escultura egípcia conservado na Coleção Rui Moreira. Recorrendo a uma abordagem comparativa envolvendo objectos apresentando características similares, propomos a reconstrução do contexto arqueológico original do objecto e sua datação. Esta abordagem permite-nos identificar no objecto em estudo evidências da renovação cultural empreendida em Tebas durante a ocupação dos faraós Kuchitas.

Palavras-chave: Ataúdes egípcios; Necrópole tebana; Terceiro Período Intermediário.

Fragmenting objects was a common practice among art dealers during the 19th century and the early 20th century. Sometimes, this operation aimed at a greater profit by creating multiple objects that could be sold separately.

However, at times the art dealer aimed at enhancing the esthetical impact of the object, by simply removing “unnecessary” parts, probably too damaged to be considered “beautiful”. This seems to be the case of one interesting fragment belonging to an Egyptian anthropoid coffin kept in a Portuguese private collection: collection Rui Moreira in Porto.

According to the owner of the object, it was bought to an art dealer from Lisbon in 2008 during an Antiquities Fair held in the Palácio da Bolsa, in Porto. Any information was provided by the dealer regarding the provenance of the object or the former owners of the object.

The fragment consists of a finely modelled male face, carved in wood and covered with painted plaster (H: 29 cm; W: 24 cm; D: 11 cm). The face is angular and the bone structure clearly rules the composition.

The eyes and eyebrows have inlays of stone and copper. The irises are painted black against the white background of the stone. The nose is long with the nostrils poorly defined. The lips are large and well modeled but they are smoothened by using a thick layer of plaster, creating a *sfumatto* effect. The strong muscles of the face observe the male anatomical structure. The plaster was painted with red pigment.

The fine treatment of the anatomical details of the face contrasts with the crudely carved line of the wig, clearly indicating that it was concealed, perhaps under a thick layer of plaster. The size and shape of this fragment suggests that it once belonged to an object reaching nearly 2,0 m in height, probably an anthropoid coffin.

It was probably adorned with a divine beard. However, no hole has been found on the chin for that purpose, suggesting that the craftsman suspended the divine beard with a metallic device that run along the jaws. Moreover, a strong incision found on the left side suggests that such device was inlaid directly on the cheek.

The few vestiges detected in this fragment give us clues not only to date the object but also to sketch the original features of the coffin. The reddish face is a typical male feature in Egyptian sculpture, but it is rare in coffins. It was briefly used in the coffins depicting the deceased as a living, during the early 19th Dynasty (1295-1186 B.C.). During the late Ramesside Period (1295-1069 B.C.) and the 21st Dynasty (1069-945 B.C.), faces were commonly painted yellow regardless the gender of the deceased¹. With the 22nd Dynasty (945-715 B.C.), the faces of anthropoid coffins were painted green, red or black.

¹ Van Walsem 2014: 18-19. See also Taylor 1989: 39-46.

The use of inlaid copper or bronze eyebrows, as it is the case in this object, is worthy to note since it has been seldom detected in Egyptian sculpture, with the few known parallels found in anthropoid coffins dating from the 22nd Dynasty (945-715 BC) and the 23rd Dynasty (818-715 BC). One of such examples is found in the burial assemblage of Paisetenef, kept in the Egyptian Museum in Berlin (Inv. N. 51-52). The coffin set, dating from the 23rd Dynasty was found in Thebes². It involved three coffins: the outermost was rectangular in shape, while the others were anthropoid. The middle anthropoid coffin measures 1,91 m in height. Its case is very simply decorated with a single line of inscriptions running along the sides. The decoration of the lid is austere featuring a large foot-board and several columns of inscriptions. The hands are not depicted and the head-board is decorated with a large floral collar. The head of the deceased features an imposing divine wig and long curled beard. The face is reddish and the eyes and eyebrows have inlays of bronze and stone. The face is adorned with a short beard, also modelled with inlaid material.

The coffin of Nesibanebdjed (British Museum: EA 6657-lid, EA 6886-face), presents interesting parallels with our object³. The object is decorated observing the same scheme described above. The lid features a single band of hieroglyphic inscriptions running down the centre. The head-board includes a once imposing collar and a massive divine wig. The eyes and eyebrows have inlays of bronze. Inlaid stone had been used in the decoration of the eyes but it was removed. Moreover, the face is adorned with a squared beard, also crafted in bronze, held in situ by long stripes running along the jaws to suggest a short beard.

These two objects offer interesting parallels with the face kept in the Collection Rui Moreira, giving important clues regarding the dating and provenance of the object. The use of metallic inlays and the reddish paint suggest that it was crafted during the late 22nd and the 23rd Dynasty in Thebes. The style, however, reminds the lively and youthful portraits of officers dating from the Old Kingdom, announcing the archaization that would be known from the 25th Dynasty (747-656 B.C.) onwards.

It is interesting to point out that a similar pattern of decoration is observed in objects dating from the 25th Dynasty. The burial ensemble of

² Arnst et al 1991: 211.

³ Taylor 2010: 172-173.

Padiamunet, from Thebes, is a later example of this trend⁴. This scheme of decoration was used in objects with disparate levels of quality. Those using metallic inlays stand amongst the finest, but others simply used paint to reproduce the key-features of this model. Such is the case of the coffin of Harwa, dating from the 24th-25th Dynasty⁵.

It is thus likely that the fragment kept in Porto belonged to a Theban burial set dating from the 24th-25th Dynasty. This fragment would fit in the planks of the head-board and ears would be attached to it. A heavy wig and a large floral collar would complete the decoration of the head-board. Giving the size of the fragment it is likely that it belonged to a middle coffin. The complete funerary set would thus have included an inner anthropoid coffin and an outer rectangular *keresw* coffin.

Despite the fragmented state of this object, it is one of the few known artefacts where it is possible to detect the input of the Memphite conventions in the craftsmanship of Theban anthropoid coffins, during the Kushite rule.

BIBLIOGRAPHY

- Arnst, C. B.; Finneiser, K.; Müller, I.; Kischkewitz, H.; Pries, K.-H.; Poethke, G. (1991), *Ägyptisches Museum*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern
- Bonacini, P. (2015), *Museo Egizi*. Modena: Fondazione Museo della Antichità Egizie di Torino
- Sheikhosleslami, C. (2014), “Resurrection in a box: the 25th Dynasty burial ensemble of Padiamunet”, in R. Sousa (ed.), *Body, Cosmos and Eternity: New research trends in the iconography and symbolism of Ancient Egyptian coffins (Egyptology 3)*. Oxford: Archaeopress, 111-124.
- Taylor, J. (1989), *Egyptian coffins*. Aylesbury: Shire Publications
- Taylor, J. ed. (2010), *Journey through the afterlife: Ancient Egyptian Book of the Dead*. Cambridge: Harvard University Press
- Van Walsem, R. (2014), “From skin wrappings to architecture: the evolution of prehistoric, anthropoid wrappings to historic architectonic coffins/sarcophagi; separate contrasts optimally fused in single Theban ‘stola’ coffins (975- 920 BC)”, in R. Sousa (ed), *Body, Cosmos and Eternity: New research trends in the iconography and symbolism of Ancient Egyptian coffins (Egyptology 3)*. Oxford: Archaeopress, 1-27

⁴ Sheikhosleslami 2014: 111-124.

⁵ See Bonacini 2015: 176.

FIGURES



Fig. 1 - Frontal view



Fig. 2 – Left side

NOTIZIA CIRCA LE CERAMICHE DELLA COLLEZIONE EGIZIA DEL MUSEO ARCHEOLOGICO CIVICO DI MODENA

NEWS ABOUT CERAMICS FROM THE EGYPTIAN COLLECTION OF THE CIVIC ARCHAEOLOGICAL MUSEUM OF MODENA

NIKOLA D. BELLUCCI
nikoladbellucci@gmail.com
Universität Bern

<https://orcid.org/0000-0002-3732-8873>

Riassunto

Il breve contributo fornisce le prime sommarie notizie circa alcuni reperti ceramici facenti parte della collezione egizia del Museo Archeologico Civico di Modena, mostrandone alcune vicende inventariali e riconoscendovi tra l'altro un frammento di ceramica attica ed un'ampolla di S. Mena. Ad una premessa di carattere generico dedicata alla formazione e alle vicende degli inventari storici, seguiranno delle note sommarie per delineare la consistenza di questa serie con identificazione negli inventari. Il testo fornisce inoltre un prospetto comparativo dei reperti esaminati in base ai due inventari storici e le immagini dei reperti trattati.

Parole chiave: Museo Archeologico; Modena; Collezione egizia; Ceramiche; S. Mena.

Abstract

This brief contribution provides the first news about some ceramic artefacts belonging to the Egyptian collection of the Modena Civic Archaeological Museum, showing a part of their inventorial history and recognizing, moreover, a fragment of attic pottery and a pilgrim flask of St. Menas. Strating from a general preamble dedicated to the composition and the historical inventories, it will be traced summary notes to outline the consistency of this series with its identification in the inventories.

The text provides then a comparative table of the findings examined on the basis of the two historical inventories and the images of the objects treated.

Keywords: Archaeological Museum; Modena; Egyptian collection; Ceramics; Saint Menas.

1. Premessa

La modesta collezione egizia del Museo Archeologico Civico di Modena è stata di recente oggetto di diverse indagini che hanno permesso di approfondire e definirne la storia e le vicende ad essa collegate¹.

Formatasi infatti attraverso molteplici vicende collezionistiche (collegabili specie a doni ed acquisti) principalmente durante la fine del XIX sec. ed i primi anni del secolo successivo, prevalentemente sotto la direzione Boni, questa raccolta venne catalogata dallo stesso direttore di quegli anni, C. Boni, nel suo inventario (e perciò prima del 1894, anno della sua morte).

L'inventario redatto dal Boni e contenente anche menzione della collezione egiziana è il cosiddetto Inv. Boni 63, 71, s.v. Egitto Antico.

I reperti registrati in questo periodo sarebbero ammontati al numero di 90, ma successive aggregazioni e spostamenti avvenuti dopo la morte di Boni a cui successe A. Crespellani (direttore dal 1894 al 1900), portarono nel “nuovo” inventario detto “Inv. Crespellani: 6,19” (con aggiunte sino al 1906) al numero di 93 (85 (dei precedenti 90 (Inv. Boni), dovuti come detto ad aggregazioni) + 8 (“idoletti” provenienti da una donazione degli eredi del Prof. Tacchini nel 1906) come puntualmente riportato dall’Inv. Crespellani, per aggiunta del direttore d’allora F. Salimbeni).

Allo stesso periodo secondo quanto riportato dall’ AMCMo² 1906: *Doni al Museo Civico di Modena, Lettera – registro del Dir. F. Salimbeni, 28 marzo 1906*, vi risulterebbero anche delle “ceramiche egiziane”. Al n. 55 di questa lista si legge infatti: *cassetta contenente 10 pezzi di ceramiche egiziane*. Queste ultime però, a differenza degli “idoletti” pur qui ricordati e successivamente aggiunti in fondo alla lista Crespellani, non risulterebbero invece accluse alla lista.

Conservata in diverse casse, la collezione ha perciò visto un recente riordinamento pur continuando a seguire la numerazione inventariale del

¹ Bellucci 2018. Cfr. anche Fanfoni-Bongrani 1972: 39-48. Piacentini 2000: 177-182. Pulini 2005: 285-301.

² i. e. Archivio Museo Civico di Modena.

periodo Crespellani per i reperti (che si riporta anche in tale sede). Le ceramiche indi presenti sarebbero otto. Di seguito se ne fornisce una prima sommaria notizia³ seguendo l'ordine progressivo dei numeri inventariali riportati.

2. Notizie sommarie

All'interno delle ceramiche facenti parte della collezione egizia del Museo, si ritrova con sorpresa una celebre ampolla di S. Mena (che a causa della non conoscenza della tipologia era stata storicamente inventariata come "Fiaschetta in cotto figurata" - EG 72, Inv. Cresp.).

La notorietà del santo cristiano già attestabile tra il IV ed il VII secolo per tutto il Mediterraneo, si vedeva infatti rafforzata anche dal pellegrinaggio alla tomba del martire presso Karm Abu Mina, considerato essere luogo miracoloso⁴.

Sparsi in diverse collezioni, per cui si è pur giustamente ipotizzato ad una produzione in parte "seriale", questi reperti documentano e testimoniano la notevole diffusione del culto⁵. Le ampolle votive, o *eulogie* (spesso in terracotta) contenevano infatti solitamente liquidi ma anche terra "benedetta" per il contatto con la tomba del santo.

L'iconografia più nota (presente nel 69,6% delle ampolle analizzate⁶) tra il IV ed l'VIII d.C. rappresenta San Mena (giovane, imberbe e con capelli ricci) orante in veste di militare romano, stante, con cammelli ai suoi piedi. Alcune possibili variazioni vedono la presenza del nimbo, di due croci ai lati del capo di Mena (come ad es. nel nostro caso), di rami di palma ai piedi, della posizione dei cammelli (e delle loro teste). Non è difficile poi notare

³ Sono esclusi da questa trattazione gli ushabti in terracotta, a cui verrà riservato un diverso approfondimento successivo.

⁴ *L'Itinerarium Antonini Placentini*, (VI d.C.) attesta un primo pellegrinaggio presso questo luogo. Cfr. Gildemeister 1889.

⁵ Cfr. anche *Oxford Dictionary of Byzantium*, Ampullae, pilgrimage, v. 1, pp. 81 - 82; Menas flasks, v. 2, p. 1340.

⁶ Vd. in gen. Gilli 2002. Recenti lavori di "catalogazione" hanno infatti tentato con discreto successo di evidenziare diverse tendenze tipologiche: Witt 2000, si è basato sulla collezione di ampolle di San Mena del Museo di Berlino, distinguendo tra nove gruppi ed otto sottogruppi, inclusi in diversi criteri: peculiarità iconografica - stilistica della rappresentazione; motivi d'accompagnamento; bordatura; interpretazione complessiva degli elementi d'accompagnamento e del bordo; raffigurazione della faccia posteriore. La studiosa Gilli 2002, si è interessata specie nell'indagare il sistema produttivo delle ampolle, analizzandone questi aspetti: la dimensione, l'iconografia delle facce, la bordatura. Lo studio porterebbe così ad individuare diciannove differenti iconografie, di cui le cinque più numerose rappresenterebbero il 92,4% del totale.

come spesso la parte superiore (e destra) tendano ad essere rappresentati di dimensioni maggiori rispetto al resto⁷. La tipologia iconica del presente caso potrebbe richiamarsi quindi a quella del VI -VII d.C. (Cf. ad es. Gilli 2002, p. 73, tav.1, n.1)

A partire dal X secolo, specie a causa della crisi iconoclasta ed alla “notizia” delle reliquie del santo presso Costantinopoli, l’iconografia lo vedrà “mutato” in un uomo maturo con barba e capelli grigi, con ricchi abiti (da dignitario di corte) e senza cammelli.



EG72 (Inv. Cresp. 72). Ampolla di S. Mena (7,5 x 5 cm) f/r.

Per gentile concessione del Museo Civico Archeologico Etnologico di Modena ©

⁷ Questa raffigurazione sarebbe derivata da una simile evidentemente presente presso la tomba di San Mena a Karm Abu Mina: Cfr. Weitzmann 1979: 573-574; Wessel 1963: 18; Woodfin, 2006: 114. Tra altre celebri raffigurazioni del martire si ricordano: una pisside in avorio (VI d.C.) del British Museum, decorata con rilievi effigianti scene del martirio del santo (Museum number 1879, 1220.1); la placca in avorio incisa presso il Castello Sforzesco di Milano; il tardo bassorilievo del Kunsthistorisches Museum di Vienna (Inv. No Antikensammlung, I, 1144). Rimandano invece all’iconografia “classica” gli affreschi copti di Kellia, Bawît (dove però i cammelli sono quattro) e Abou Girgeh risalenti al VI - VII d.C.

La storica descrizione inventariale del successivo reperto n. 73, parla di un “Sigillo in cotto con croce greca” (5 x 5 cm), che tuttavia (sebbene la frammentarietà) potrebbe essere meglio accostare al periodo ellenistico.

Il n. 74, pur descritto storicamente come “oggetto in terra nera in parte rugosa”, parrebbe invece poter essere un levigatoio di pietra porosa (lung. 12 cm; alt. 5 cm).

Il n. 75, precedentemente inventariato come “fondo di vaso (etrusco) col fondo figurato” parrebbe invece essere piede e fondo vasca di una *stemless cup* (o Kylix senza stelo) a figure rosse (IV a.C.) con all'interno la raffigurazione di un giovane ammantato (alt. 2,5 cm; diam. 7 cm; larg. max. 7 cm). In particolare tale tipologia potrebbe ben essere associata a Beazley 1963²: 1515.73, specificandone gli estremi cronologici al 400-375 a.C.



EG 75 (Inv. Cresp. 75) Kylix senza stelo a figure rosse (IV a.C.), r/v.
Per gentile concessione del Museo Civico Archeologico Etnologico di Modena ©

Frammentari anche i nn. 76 (pezzo ceramico di circa 2,5 cm); 77 (manico in ceramica con decorazione, di 5 cm).

Il n. 78 precedentemente inventariato come “vasetto in cotto con ansa e becco da versare” sarebbe invece un *guttus* a corpo troncoconico con sommità appiattita e foro circolare al centro, ansa verticale a nastro con beccuccio orizzontale impostato sulla spalla e piede troncoconico a fondo piatto (alt. 11 cm; diam. 8,7 cm) ascrivibile al periodo ellenistico. Tracce evidenti mostrano poi incollature posteriori, come per i successivi nn. 79 (balsamario fusiforme; alt. 7, 5 cm) e 80 (balsamario; alt. 18 cm) entrambi cronologicamente da includere tra il III ed il I a. C.

I nn. 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79 sarebbero quindi (in base alla registrazione inventariale) “doni Spagnolini⁸”, (ma potrebbe esserlo anche il n. 80, che tuttavia non ne porta menzione). Il nome del donatario, così come per gli altri casi, non è comunque semplicemente deducibile ed in questo caso risulterebbe dagli annali del Boni nell’*Elenco dei donatori del 1872*⁹. Tuttavia tale cenno, che non è presente neanche nelle notizie dei giornali cittadini dell’epoca dove erano solitamente pubblicate le note dei donatori, non si ritrova che qui¹⁰. I nn. precedenti corrispondono quindi a questi qui di seguito del precedente inventario Boni: nn. 18, 19, 20, 21, 22, 23, 53, 88.

Di seguito il prospetto comparativo tra i due inventari storici (con scioglimento delle sigle riportate):

Tav. 1. Prospetto comparativo tra i due inventari storici.

Inv. Boni	Inv. Crespallani	Menzione storica del reperto
18	72	“Fiaschetta in cotto figurata. Id. (= Dono Spagnolini) Id.= Egitto”
19	73	“Sigillo in cotto con croce greca. Id. (= Dono Spagnolini) Id.= Egitto”
20	74	“Oggetto in terra nera in parte rugosa. Forse striglie. Id. (= Dono Spagnolini) Id.= Egitto”
21	75	“Fondo di vaso (etrusco) col fondo figurato. Id. (= Dono Spagnolini) Id.= Egitto”
22	76	“Fusaiuola di terra. Id. = Dono Spagnolini Id.= Egitto”
23	77	“Manico di vaso in cotto con figura. Id. (= Dono Spagnolini) Id.= Egitto”
53	78	“Vasetto in cotto con ansa e becco da versare. Dono Spagnolini. Id.= Alto Egitto”
88	79	“Balsamario di terra cotta. Dono Spagnolini”
54	80	“Balsamario in cotto. Id.=Alto Egitto”

⁸ A cui deve aggiungersi 17 Inv. Boni = 59 Inv. Cresp. Ovvero, Idoletto in terra rossa.

⁹ Boni 1872: 10.

¹⁰ Le varie problematiche legate alla provenienza spesso purtroppo generica della maggior parte dei reperti di questa sezione, in mancanza di ulteriore documentazione relativa, restano difficilmente risolvibili. Per le ipotesi e gli studi più recenti circa gli acquisti, le donazioni e la formazione della suddetta collezione in genere si veda Bellucci 2018.



Tavola di alcuni dei reperti trattati: da sx (dall'alto in basso) n. 80; 79; 77; 75 verso; 78; 76.
La riproduzione non rispecchia la reale misura dei reperti (per cui vd. *supra*).
Per gentile concessione del Museo Civico Archeologico Etnologico di Modena ©

Referenze bibliografiche

- Beazley, J. D. (1963²), *Attic Red-Figure vase-Painters*, Oxford.
- Bellucci, N. (2018), *La storia della collezione egizia del Museo Archeologico Civico di Modena*, Roma.
- Boni, C. (1872), *Rapporto annuale della direzione del Museo Civico di Modena pel 1872*, Modena.

- Fanfani-Bongrani, L. (1972), “La collezione egizia del Museo di Modena”, in *Oriens Antiquus*, 11: 39-48.
- Gildemeister J. A. (Cur.), (1889), *Antonini placentini itinerarium*, Berlino.
- Gilli, M. (2002), *Le ampolle di San Mena. Religiosità, cultura materiale e sistema produttivo*, Roma.
- Piacentini, P. (2000), “Una collezione egiziana inedita nella Galleria Estense di Modena”, in *Atti del IV Conv. Naz. di Egittologia e Papirologia*, Siracusa, 2000: 177-182.
- Pulini, I. (2005), “La raccolta etnografica di Pietro Tacchini fra interesse antropologico e gusto per l'esotico”, in *Atti Soc. Nat. Mat. Modena*, 136: 285-301.
- Weitzmann, K. (Cur.), (1979), *Age of Spirituality: late antique and early christian art, third to seventh century*, New York.
- Wessel, K. (1963), *Koptische Kunst: Die Spätantike in Ägypten*, Recklinghausen.
- Witt, J. (2000), *Die Menasampullen*, Wiesbaden.
- Woodfin, W. T. (2006), “An Officer and a Gentleman: Transformations in the Iconography of a Warrior Saint”, in *DOP* 60: 111-143.

**LA PREPOSICIÓN *EIS* EN EL GRIEGO DEL NUEVO TESTAMENTO.
ENSAYO DE ANÁLISIS SEMÁNTICO**

**THE PREPOSITION *EIS* IN THE NEW TESTAMENT GREEK.
A SEMANTIC ANALYSIS TEST**

MARTA MERINO HERNÁNDEZ
martmerino1@hotmail.com
Universidad de Córdoba
<https://orcid.org/0000-0003-4459-5889>

Artigo submetido a 21-12-2017 e aprovado a 23-04-2018

Resumen

La preposición εἰς es, tanto para los gramáticos del griego clásico en general, como para los del neotestamentario en particular, una interesante y desafiante categoría de estudio, tanto a nivel sintáctico como semántico. Esto se debe, por una parte, a su complejidad, ambigüedad y polisemia y, por otra, a que constituye un terreno de estudio que media entre lo gramatical y lo lexical, pues su sistema complementa al de los casos. No obstante, el estudio de las preposiciones por parte de los principales diccionarios dedicados al griego clásico y neotestamentario resulta poco útil desde el punto de vista semántico, ya que, en su mayoría, son léxicos bilingües tradicionales que siguen criterios principalmente morfo-sintácticos y de uso. En consecuencia, para llevar a cabo un examen de los valores de esta clase de morfolexemas es preciso, desde nuestro punto de vista, partir de una orientación metodológica principalmente semántico-estructural (sin prescindir del aspecto morfosintáctico). Nuestro trabajo se centra, por tanto, en el análisis semántico de εἰς en el NT de acuerdo con la metodología del *Diccionario Griego-Español del Nuevo Testamento (DGENT)*, cuyo modelo teórico seguiremos en estas páginas. Este diccionario utiliza un riguroso método de análisis semántico para la redacción de los lemas, cuya aplicación constituye un progreso en el examen y la

sistematización de los valores de la preposición εἰς, paliando, en consecuencia, las limitaciones de otros diccionarios e iluminando algunos pasajes neotestamentarios en los que su significado ha sido, durante mucho tiempo, motivo de controversia entre los investigadores.

Palabras clave: preposición εἰς; griego clásico y neotestamentario; semántica; sintaxis; Nuevo Testamento.

Abstract

The preposition εἰς is, for grammarians of Classical and New Testament Greek language, an interesting and challenging category of study, both syntactically and semantically. It is due, on the one hand, to its complexity, ambiguity and polysemy and, on the other, to what constitutes a field of study that is in between the grammatical and lexical system, because its system supplements that of the cases. However, the study of the prepositions by the main dictionaries dedicated to classical and New Testament Greek, are not very useful from the semantic point of view, since most of them are traditional bilingual lexicons that follow criteria of morphological and syntactic use. Consequently, to analyze the values of this kind of morpholexemes thoroughly, it is necessary, from our point of view, to start from a mainly semantic-structural methodological orientation (without forgetting the morphosyntactic aspect). Our work focuses, therefore, on the semantic analysis of εἰς in the NT according to the methodology of the Greek-Spanish Dictionary of the New Testament (DGENT), whose theoretical model we will follow in these pages. This dictionary applies a thorough method of semantic analysis for the drafting of lemmas, whose use constitutes a progress in the analysis and systematization of the values of the preposition εἰς, reducing, consequently, the limitations of other dictionaries and enlightening some New Testament passages whose meaning has been, for a long time, a matter of controversy among researchers.

Keywords: preposition εἰς; classical and New Testament Greek; semantics; syntax; New Testament.

I. Introducción

La preposición εἰς es, para los gramáticos del griego, una interesante y desafiante categoría de estudio¹, tanto a nivel sintáctico como semántico.

¹ Este estudio forma parte de los trabajos preparatorios para la redacción del *Diccionario Griego-Español del Nuevo Testamento* que lleva a cabo el grupo de investigación GASCO (Grupo de Análisis Semántico de la Universidad de Córdoba) financiado en parte por el Programa Propio de Fomento de la Investigación UCO (2016), Modalidad 4. Ayudas para el Desarrollo de Proyectos de Investigación. Modalidad 4.1. Ayudas para el desarrollo de proyectos de I+D precompetitivos.

Esto se debe, por una parte, a su complejidad, ambigüedad y polisemia y, por otra, a que constituye un terreno de estudio que media entre lo gramatical y lo lexical, pues su sistema complementa al de los casos². Sin embargo, es necesario mencionar que cada preposición griega posee un significado lexical³ propio, que es determinado y desarrollado más extensamente por el contexto en el que se encuentra⁴. El contexto, como veremos, es el elemento imprescindible para esclarecer los diferentes valores de esta clase de morfolexemas, especialmente, en griego helenístico y neotestamentario, época que muestra una pérdida de la sutileza propia del griego clásico y una creciente laxitud en el uso de este tipo de morfolexemas que condujo al solapamiento de algunas preposiciones. A esto hay que añadir, además, que los sintagmas preposicionales constituyen, especialmente en el NT, un desafío tanto para el exégeta como para el traductor, ya que a menudo condicionan la interpretación exegética de muchos textos.

Así, por una parte, las preposiciones fijan la relación entre los términos implicados y, por otra, estos provocan, en cierta medida, la elección y el valor del morfolexema preposicional que los une⁵. Además, el significado lexical de una preposición será útil para comprender la sutil línea de continuidad que existe, a menudo, entre su amplia gama de valores derivados, tanto concretos como abstractos⁶. Esta, de acuerdo con P. Bortone⁷, es una red de extensiones metafóricas suscitadas a partir de este. En consecuencia, para llevar a cabo

² Porter 1992: 139.

³ Se considera significado lexical aquel a partir del cual se deriva el resto de acepciones de un determinado lexema en una entrada del diccionario, lo que coincide con la primera acepción. Louw y Nida, no obstante, entienden por significado lexical el “Conjunto de rasgos semánticos (componentes semánticos o semas) de un término” (2006: XVI). El significado contextual es “aquel que resulta de adiciones efectuadas al núcleo sémico y / o de alteraciones producidas en el núcleo sémico mismo o en la figura nuclear de un lexema por los clasemas y semas ocasionales, y que exige una nueva definición. Equivale a acepción” (Peláez 1996: 63).

⁴ Harris 2012: 27.

⁵ De este modo, en la delimitación de la noción que expresa un morfolexema preposicional intervienen tres elementos pertenecientes a diferentes niveles: a) Se comenzará con la idea expresada por la raíz preposicional que, a menudo, coincide con el significado lexical de la preposición, pero b) esta debe matizarse atendiendo a la función básica del caso nominal con el que la preposición articula el sintagma preposicional (nivel sintáctico) y, por último, c) con el contexto inmediato (Porter 1992: 142; Alexandre 2016: 196; Harris 1978: 31 y Robertson 1914: 568).

⁶ Alexandre 2016: 196 y Porter 1992: 142.

⁷ Porter 2010: 85.

un examen de los valores de esta clase de morfolexemas es preciso, desde nuestro punto de vista, partir de una orientación metodológica principalmente semántica (sin prescindir del aspecto morfosintáctico), así como estructural.

Nuestro trabajo se centrará, por tanto, en el análisis semántico de la preposición *εἰς* en el NT, tratando de explicar cuál es ámbito nocional del morfolexema en sus diferentes acepciones de acuerdo con la metodología del *Diccionario Griego-Español del Nuevo Testamento (DGENT)*, (Mateos, J. (†) - Peláez, J. y GASCO 2000-), cuyo modelo teórico seguiremos en estas páginas.

La primera parte de este artículo examinará el marco metodológico en el que se sitúa el estudio de *εἰς*; la segunda, tratará de mostrar las características y singularidades propias de esta preposición, especialmente, en época helenística y la tercera, el corazón de este estudio, estará centrada en el análisis semántico del morfolexema. Por último, se presentarán las conclusiones de este trabajo y se propondrán nuevas vías que se abren para el estudio de la sintaxis y la semántica preposicional.

II. Principios metodológicos

El examen de la preposición *εἰς* en contexto se fundamenta en la aplicación de la metodología de análisis semántico utilizada por el *DGENT*⁸ en la redacción de sus lemas, que se basa en cinco principios básicos:

a) Diferenciación sistemática entre significado y traducción en la redacción de los lemas; b) establecimiento de la fórmula y de su desarrollo sémico, cuya finalidad es identificar qué especies semánticas, tanto denotadas como

⁸ Los fundamentos teóricos para este trabajo han sido tomados, principalmente, de las obras *Método de análisis semántico aplicado al griego del Nuevo Testamento* de J. Mateos (1989) y *Metodología del Diccionario Griego-Español del Nuevo Testamento* de J. Peláez (1996). Asimismo, según la metodología del *DGENT* (2000-), el análisis semántico de la preposición *εἰς* al igual que el de cualquier otro lexema o morfolexema, debe comenzar por el examen de la misma en los principales diccionarios bilingües de griego clásico y neotestamentario. Véanse H.G. Liddell - R. Scott y *al.*, *LSJ* (1996¹⁵: s.v. *εἰς*); F. Zorell, *Lexicon Graecum Novi Testamenti* (1990⁴: 374-380, s.v. *εἰς*); J.H. Thayer y *al.*, *Greek-English Lexicon of the New Testament* (1889²: s.v. *εἰς*); W. Bauer y B. Aland, *BDAG* (2000³: s.v. *εἰς*) y J.P. Louw y E.A. Nida, *Greek-English Lexicon of the New Testament based on Semantic Domains*, 2 vols., (1988: s.v. *εἰς*). No ha podido consultarse el léxico de F. Rodríguez Adrados y *al.* (*DGE*), debido a que aún no ha publicado el lema correspondiente a la preposición que nos ocupa. Seguidamente, partiendo de dichas valoraciones, se inferirán las aportaciones que ofrece nuestro análisis respecto al de los diccionarios tradicionales.

connotadas, constituyen el morfolexema (desarrollo sémico)⁹; c) redacción, a partir de la citada fórmula semántica, de la definición del significado lexical de los lexemas, que consiste en una descripción del mismo, acompañada por la traducción correspondiente. Este mismo procedimiento se aplicará a cada uno de los diferentes sememas o acepciones del lexema; d) indicación del factor o factores contextuales que determinan del cambio de significado de los lexemas de manera individualizada y e) examen de todos los contextos en los que se encuentra el lexema dentro del corpus neotestamentario¹⁰.

Estos cinco principios diferencian al *DGENT* del resto de los principales diccionarios de griego clásico y neotestamentario (a excepción del de Louw y Nida)¹¹ en lo relativo al análisis de las preposiciones, pues carecen de una metodología de análisis semántico adecuada¹².

De esta manera, en el caso de *εἰς*, hemos comprobado la existencia de doce acepciones diferentes en el corpus neotestamentario, siendo posible explicar por qué el morfolexema cambia de significado atendiendo a los diferentes usos del mismo en contexto¹³.

III. La preposición *εἰς*. Notas preliminares

El morfolexema preposicional *εἰς* o *ἐς* ocupa el segundo lugar en frecuencia (2.112) en el NT después de *ἐν* (2.752) dentro de las preposiciones

⁹ Omitimos en este trabajo la fórmula semántica citada para facilitar su lectura a los no conocedores del método de análisis semántico empleado. Este puede consultarse en los fascículos del diccionario o en el *Método* de J. Mateos (1989) y la *Metodología* de J. Peláez (1996).

¹⁰ Debido a la altísima frecuencia de aparición (2112 veces) del morfolexema que nos ocupa en el NT, se han estudiado todos los casos que citan los diccionarios, añadiéndose además un porcentaje de citas que llega aproximadamente al 60 % de los casos.

¹¹ Estos autores proponen en la introducción a su diccionario una metodología que, luego, no aplican de modo sistemático, como se ha demostrado en el estudio de estos diccionarios realizado en Peláez 1996: 50-64.

¹² El tratamiento de *εἰς* en estos seis diccionarios muestra una clara disensión entre los diferentes léxicos acerca de los valores de la preposición. En definitiva, se constata que la confusión entre significado lexical y contextual es una notable laguna tanto de la lexicografía tradicional como de la actual. Una crítica de esos diccionarios puede verse en la obra de J. Peláez 1996: 29-64; 59-61.

¹³ En este trabajo, hemos utilizado, por lo general, la traducción del NT de J. Mateos y A. Schökel en la *Nueva Biblia Española* (1975) en su versión actualizada por Ediciones El Almendro, *Nuevo Testamento* (2001³).

denominadas *propias* o, más recientemente, *primarias*¹⁴, y muestra una amplia utilización durante los diferentes períodos de la *koiné*. Aparece solo con acusativo y sus dos tratamientos fonéticos (εἰς o ἐς) parecen derivar de la preposición ἐν, ya que εἰς fue una variante tardía de esta¹⁵. Debido a esta etimológica relación entre εἰς y ἐν, no es infrecuente la falta de distinción entre movimiento y descanso en algunos valores de la preposición εἰς, siendo usada, en ocasiones, en lugar de ἐν y viceversa¹⁶, aunque este último uso (ἐν en lugar de εἰς) es más raro en la *koiné* helenística; progresivamente, εἰς fue apropiándose del valor direccional, restringiéndose al uso con acusativo de movimiento¹⁷ e indicando dirección hacia el interior o las inmediaciones de un espacio, marcando, por así decir, la trayectoria que dio lugar a la noción de posición que denota ἐν¹⁸. De este significado lexical se derivan, metafóricamente o por extensión¹⁹, otras nociones como la de propósito, resultado, ventaja o desventaja, etc.

Es necesario, además, indicar que en época helenística se da también un común solapamiento entre εἰς y otras preposiciones como πρὸς. Asimismo, como veremos, εἰς sustituye, en ocasiones, al simple dativo. En cuanto a la disolución de la distinción entre εἰς y πρὸς + acusativo, esta es paralela a la que tiene lugar entre ἀπό y ἐκ, ya que el término *ad quem* del movimiento de εἰς no está ubicado, con frecuencia, en la cosa misma,

¹⁴ Delgado Jara 2004: 149-188; 151 y Porter 1992: 151.

¹⁵ Así, ἐν recibió una sigma final (ἐν + σ) delante de vocal o consonante, respectivamente; finalmente, la ν cayó y ἐνς se convirtió en ἐς (una forma jónico-ática y dórica de εἰς) y en εἰς mediante el alargamiento compensatorio de la vocal ε, que se convirtió en ει (Porter 1992: 151). Existen testimonios de ambas formas tanto en la literatura griega arcaica como clásica.

¹⁶ Durante la *koiné*, por tanto, es habitual la confusión entre la noción de movimiento y reposo que distingue a εἰς y ἐν, las cuales se vuelven intercambiables. En efecto, ya en época clásica, aunque de manera infrecuente, se utilizaba εἰς después de un verbo de reposo cuando quedaba implícita, por el contexto, una idea de movimiento anterior y, viceversa, ἐν podía acompañar a un verbo de movimiento cuando, implícitamente, se daba una idea de reposo subsiguiente al movimiento (*constructio praegnans*), (Harris 2012 83; 85; Zerwick 1979: 57; Bortone 2010: 186 y Moulton 1963: 257). Este último solapamiento, que se da tanto en significado recto como metafórico, terminó con la suplantación de ἐν por εἰς en el lenguaje helenístico. La confusión entre εἰς y ἐν también está ampliamente atestiguada en los papiros no literarios (Luraghi 2003: 332).

¹⁷ Bortone 2010: 162; también Harris 2012: 83-84.

¹⁸ Jannaris 1897: 376; Dutton 1916: 82; Chantraine 1977⁴: 326; Porter 1992: 151 y Alexandre 2016: 205. Así, εἰς es opuesta, por un lado, a ἐκς (ἐξ), que representa el movimiento de dentro hacia afuera de una superficie u objeto y, por otro, a ἐν (Luraghi 2003: 376).

¹⁹ Porter 1992: 152.

lo que es característico de este morfolexema preposicional, que denota ‘entrada en un lugar’ (*hacia el interior de*), sino en su proximidad, lo que correspondería, por lo general, a *πρός*. En consecuencia, generalmente, *εἰς* se utiliza con términos no personales y *πρός* con personales²⁰. Asimismo, el morfolexema aparece, como veremos, algunas veces en lugar de *ἐπί* + acusativo en el NT²¹.

IV. Análisis semántico de la preposición *εἰς* en el NT

En este apartado distinguiremos entre los significados rectos y figurados de la preposición.

IV. 1. Significados rectos de la preposición

Tras un estudio detallado de los versículos en los que aparece esta preposición -solo con acusativo-, puede deducirse que el uso concreto de *εἰς* cuenta en el corpus del NT con cuatro sememas o acepciones, que se exponen a continuación.

Semema primero. Significado lexical: local dinámico

En primer lugar, el morfolexema *εἰς* tiene un significado lexical de carácter local, cuando aparece, generalmente, con verbos o expresiones verbales que implican movimiento (desplazamiento o extensión), denotando el término o fin de un movimiento continuado en el espacio dirigido hacia el interior o las proximidades²² de un lugar. Su definición es: “Marca de dirección hacia el interior o las inmediaciones de un lugar o término ubicado en el lado opuesto”. Se traduce por *a, hacia, hacia dentro de, en, en dirección a; entre, con, en medio de; ante; sobre; hasta*. Esta primera acepción aparece en los siguientes contextos del NT:

I. Referido a la entrada en un lugar, generalmente, con verbos de movimiento compuestos por los preverbios *διά*, *εἰς* y *ἐν*, y algunos verbos simples²³:

²⁰ Zerwick 1979: 56 y Harris 2012: 81-82.

²¹ Moulton 1963: 254.

²² De hecho, ya en Homero, *εἰς* tiene un valor semántico menos preciso, traducándose por *hacia* a partir del significado original *hacia el interior de* (Luraghi 2006: 495-496).

²³ Especialmente, *βάλλω*, *γίνομαι*, *πίπτω* y *σπείρω*. Según Porter (1992: 141), los preverbios que forman parte de verbos de movimiento suelen mantener su significado lexical o local. En consecuencia, *διά*, *εἰς* y *ἐν* refuerzan, de algún modo, la idea de entrada propia del

- I.1. Con sustantivos, adjetivos sustantivados o pronombres que designan o se refieren, real o figuradamente, a un espacio delimitado y abierto o accesible: Jn 19,9: εἰσῆλθεν **εἰς τὸ πραιτώριον** πάλιν καὶ λέγει τῷ Ἰησοῦ... *entró de nuevo en la residencia / en el pretorio y preguntó a Jesús...*²⁴.
- I.2. Ante nombre colectivo o plural, denotando entrada en un área delimitada por la presencia y distribución de diferentes personas u objetos: Hch 20,29: ἐγὼ οἶδα ὅτι εἰσελεύσονται μετὰ τὴν ἄφιξίν μου λύκοι βαρεῖς **εἰς ὑμᾶς** *ya sé que, cuando os deje, se meterán entre vosotros lobos feroces*²⁵.
- II. En sentido amplio, denotando simplemente dirección, extensión o llegada a las inmediaciones de un lugar (εἰς por πρὸς + acusativo), generalmente, con verbos de movimiento compuestos por los preverbios ἀνά, ἀπό, ἐκ, ἐπί, μετά, περί, παρά y πρὸ y algunos verbos simples²⁶, especialmente, cuando por el contexto no puede deducirse la idea de entrada²⁷:

significado lexical de la preposición. En aquellos casos en los que el morfolexema preposicional es regido por un verbo simple, será el contexto el que determine si la preposición conserva su noción básica de entrada o aparece en sentido amplio, es decir, indicando solo dirección.

²⁴ Otros pasajes que ilustran este uso referido a **a)** la entrada en un edificio o construcción son: Mt 2,11; 6,6; 9,28; 12,11; 18,30; 21,23; 26,3; Mc 3,1; 6,10; 9,28; 16,5; Lc 6,4; 7,36; 12,58; 15,6; 19,45; 22,54; 23,25; Jn 1,11; 3,24; 18,28b; 20,6; Hch 3,8; 5,21a; 14,1; 16,24a; 21,28; 22,24; 23,16; 25,23; Heb 9,24a.25; 13,11 y Ap 15,8. **b)** De la entrada en un objeto: Mt 6,30 (cf. Lc 12,28); Mt 8,23; 9,17ab (cf. Mc 2,22ab); 10,9 (cf. Mc 6,8b); 14,22a; 24,38 (cf. Lc 17,27); 27,6; Mc 4,1; 8,10; 12,43; Lc 5,3; 8,37; Jn 6,17a; 21,3 y Hch 21,6a. **c)** De la entrada en el cuerpo de un ser animado en Mc 7,15.18; 9,25; Lc 22,3 y Jn 13,27. Asimismo, el morfolexema puede indicar la entrada en *una parte* del cuerpo de un ser animado, por ejemplo, en Mc 5,13a; Lc 1,44; 8,32; Jn 12,28; 20,25b; Hch 17,20; Sant 3,3a; 5,4; Ap 16,17 y 19,5. **d)** De la entrada en un espacio geográfico: Mt 13,47; 28,11; Mc 1,45; 4,3; 5,13b; 6,1; 9,42b; 11,2b.23; 14,16; Lc 10,38; 12,5; 16,28; 18,1; Jn 21,7; Hch 27,40a; Ap 8,8 y 18,21. Asimismo, es necesario remitir a otros pasajes en los que el morfolexema acompaña a topónimos, como Mt 2,1; 8,5.28b; 17,24; 21,1bc; 21,10; 26,36 (cf. Mc 14,32); 27,33; Mc 1,14; 2,1; 6,53; 7,31; 11,27; Lc 2,51; Jn 3,22; 12,1; Hch 8,40b; 9,8; 10,24; 16,1ab; 18,27; 20,14b.15b.16; 21,7; 27,8; 28,13ab; 2Cor 1,16a.23; 2,12a; Gál 2,11 y Tit 3,12. **e)** De la entrada en otras realidades: Mt 3,10; 5,20.22; 7,19; 18,3.8b.9b; 19,23 (cf. Mc 10,24; Lc 18,25); 22,4; 25,10; Mc 9,22ab; Lc 9,34; 18,17; Jn 1,9; 3,19; 9,39b; 11,27; 18,37; 20,25a; Rom 5,12a; 2Cor 12,1; 1Tim 1,15; Heb 1,6; 6,19; 9,24b; 10,5; Sant 2,2; 1Pe 3,20; 2Pe 1,11; Ap 19,20 y 20,14.

²⁵ Ejemplos similares, donde el morfolexema aparece con **a)** término personal, pueden encontrarse en Lc 10,36; Jn 21,23; Hch 4,17; 14,14; 19,30; Rom 5,12b; 16,19a y Gál 3,14; **b)** Con término no personal, pueden citarse: Mt 13,22; Mc 4,7.18 y Lc 21,4.

²⁶ Verbos como ἔρχομαι, ἄγω, ἐγγίζω, ἔλκω, στρέφω, πέμπω, πέτομαι, πορεύομαι, σκορπίζω, φέρω, φεύγω y ὁρμάω.

²⁷ En aquellos casos en los que la preposición es regida por un verbo simple, será el contexto el que determine la exclusión de la idea de entrada en la misma.

- II.1. Con sustantivos (o pronombres) que designan, real o figuradamente, un espacio delimitado y abierto o accesible: Mt 9,7: ἐγερθεὶς ἀπὸ τοῦ κοιτοῦ **εἰς τὸν οἶκον** αὐτοῦ *levantándose, se marchó a su casa*²⁸.
- II.2. Ante nombre colectivo o plural, denotando dirección o extensión: Hch 17,5: ἐπιστάντες τῇ οἰκίᾳ Ἰάσονος ἐζήτουν αὐτοὺς προαγαγεῖν **εἰς τὸν δῆμον** *irrupieron en casa de Jasón en busca de Pablo y Silas, para conducirlos ante [la asamblea] del pueblo*²⁹.
- III. Con sustantivos o expresiones que designan, real o figuradamente, la superficie de un área, denotando paso o contacto sobre esta (εἰς por ἐπὶ + acusativo): Mc 4,8: ἄλλα ἔπεσεν **εἰς τὴν γῆν** τὴν καλὴν *otros [granos] cayeron en la tierra buena*; cf. Lc 8,8³⁰.
- IV. En contraposición a ἀπὸ y ἐκ, denotando límite alcanzado: Mt 23,34: Διὰ τοῦτο ἰδοὺ ἐγὼ ἀποστέλλω πρὸς ὑμᾶς προφῆτας καὶ σοφοὺς καὶ γραμματεῖς· ἐξ αὐτῶν ἀποκτενεῖτε καὶ σταυρώσετε καὶ ἐξ αὐτῶν μαστιγώσετε ἐν ταῖς συναγωγαῖς ὑμῶν καὶ διώξετε **ἀπὸ πόλεως εἰς πόλιν** *Mirad, para eso os voy a enviar yo profetas, sabios y letrados: a unos los mataréis y crucificaréis, a otros los azotaréis en vuestras sinagogas y los perseguiréis de ciudad en ciudad*³¹.

²⁸ Aludimos, además, dentro de este mismo grupo en el que la preposición denota **a)** dirección hacia un edificio o construcción: Mt 12,44 (cf. Lc 11,24); 27,27; Mc 5,19; 5,38; 8,26a; 14,68; Lc 5,25; 8,51; 14,1,21; 18,10; 22,33a; Jn 7,14,53; 11,31,38; 16,32; 18,28a; 20,1,3,4,8; Hch 3,1; 5,21b; 16,19,34; 19,29; 21,6b,34; 23,32 y Sant 2,6. **b)** De la dirección hacia un espacio geográfico: Mt 2,12; 8,18,28a,33; 10,23; 14,13,22b,35; 16,5; 17,27; 20,7; 21,18; Mc 1,35,38a; 6,36; 8,27; 11,2a; 13,14; Lc 2,3; 4,37; 9,12; 10,1; 15,13,15; 19,12,24,5; Jn 4,28; 6,21b; 7,3; 18,6; Hch 7,3,4a; 17,10b; 27,40b; Heb 11,8a; Sant 4,13; Ap 12,6; 12,14ab; 17,3 y 21,24. Además, citamos otros versículos en los que el morfolexema acompaña a topónimos, como en Mt 2,13,22; 4,24; 15,21; 19,1; 21,1a (cf. Mc 11,1; Lc 19,29); 28,10,16a; Mc 10,1,33; Lc 1,26; 2,22,39ab; 4,26; 7,11; 8,26; 9,10,51; 18,35; 19,28; 24,33; Jn 4,3,43; 6,17b, 9,11; 19,17; Hch 1,12; Hch 7,9,15,34,39; 8,5,25; 9,2ab,30ab; 10,5; 11,13,25; 12,19,25; 14,21abc,25,26a; 15,22; 13,51; 16,10; 17,10a; 18,1,18; 19,22a; 20,1,15a,22; 21,2,12; 22,5ab,17; 25,1,3,9,20; 26,12; 27,1,2; Rom 15,24,25,28; 2Cor 1,16b; 2,13; Gál 1,17abc; 2Tim 4,10ab y Ap 1,11b-h. **c)** De la dirección hacia otras realidades: Mt 5,30; 22,13; 25,30,41; Mc 13,16b; 16,19; Lc 2,15; 8,31; 22,33b; Jn 6,66; Hch 1,25; 2,34; Rom 10,6,72; 2Cor 12,4; Ef 4,8; Col 1,13; 2Tes 3,5ab y 1Pe 3,22.

²⁹ Además, debemos referirnos a los siguientes pasajes neotestamentarios: Lc 11,49; Hch 18,6; 22,21; 23,15; 26,17; 2Cor 9,5; 10,14; Gál 2,8b,9ab.

³⁰ Pueden citarse también: Mt 4,8; 5,1; 10,5a; 14,23; 15,29; 17,1 (cf. Mc 9,2; Lc 9,28); 22,5; 24,16; 26,30 (cf. Mc 14,26.); 28,16b; Mc 3,13; 8,13; 10,17; Lc 1,79; 3,3a; 5,4a; 13,19a; 14,23; Jn 6,3; 21,6; Hch 26,14; 27,30,41; Gál 6,8ab; Ap 2,22a; 8,5,7; 9,3; 12,4,9.

³¹ Cotejamos el mismo valor también en Mt 23,34; Lc 10,7; 17,24; Jn 4,54 y 2Cor 3,18 y Ap 13,13.

Semema segundo: significado local estático (εἰς por ἐν)

Asimismo, el examen de εἰς en otros pasajes neotestamentarios revela un segundo significado, también en uso concreto, pero con valor local estático, cuando aparece, generalmente, con verbos o expresiones verbales de estado, posición, situación, comunicación, suceso, visión, audición y contacto físico, etc., cuyo contenido semántico anula la fuerza dinámica de movimiento de la preposición³², solapándose, en estos casos, con ἐν. Indica, así, el lugar donde una cosa se sitúa o donde una acción sucede, tanto en el plano geográfico como en el figurado; a menudo, queda implícita o sobreentendida la idea de un movimiento anterior hacia el lugar del que se habla.

Es destacable que, con frecuencia, las gramáticas y estudios han supuesto una heterogeneidad en el uso de εἰς con este valor entre los autores del NT. Según la opinión general, esta confusión helenística entre εἰς y ἐν³³ (ἐν más raramente por εἰς) con valor local, que a veces puede explicarse debido a una *construcción pregnante*³⁴, no se da sistemáticamente en todos los libros del NT, ya que sugieren que no aparece en Mateo. Sí se da, en cambio, en Marcos, Lucas, Hechos, en el epistolario del NT (con excepción de 1Pe 5,12), así como en el evangelio de Juan y el Apocalipsis. Ello sería significativo desde el punto de vista exegético, sin embargo, los resultados de nuestro estudio constatan que, como se verá, también en dichos libros tiene lugar, con mucha frecuencia, dicho

³² Y viceversa, cuando un verbo de movimiento es usado con una preposición estática, el verbo es normalmente el elemento dominante, por lo que la construcción entera pasa a indicar movimiento (Wallace 1996: 359).

³³ Aunque εἰς y ἐν comparten algunas características comunes ya en griego clásico, la asimilación de ἐν por εἰς está asociada a la progresiva desaparición del dativo propia del griego helenístico (Harris 2012: 84-85). El solapamiento entre ambas preposiciones comenzó en torno al año 300 a. C. y llegó a ser muy frecuente a partir del siglo III de nuestra era (De la Potterie 1962: 366). No obstante, en griego clásico no faltan ejemplos, aunque generalmente se explican como casos de *construcción pregnante* (Robertson 1914: 591-593).

³⁴ La *construcción pregnante* consiste en una aparente anomalía sintáctica debido a la cual, un verbo estático se articula con un sintagma preposicional de valor dinámico o bien, un verbo de movimiento se combina con un sintagma preposicional estático (Nikitina y Maslov 2013: 105; 115). En efecto, incluso en griego clásico se empleaba εἰς con un verbo de estado cuando, por el contexto, quedaba implícita la idea de un movimiento anterior y, viceversa, ἐν se encontraba, a veces, después de un verbo de movimiento, cuando podía sobreentenderse un estado de reposo subsiguiente al movimiento (Zerwick 1979: 57).

solapamiento³⁵. Su definición es: “Marca de posición o situación en el interior o en la superficie de lugar o término”. Se traduce por *en el interior; dentro, en; entre, ante; sobre*. Con este significado aparece en los siguientes pasajes del NT:

1. Indicando presencia en el interior de algo, con sustantivos, adjetivos sustantivados y pronombres que designan o se refieren a un espacio delimitado y abierto o accesible tanto real como figurado: Ap 11,9: βλέπουσιν ἐκ τῶν λαῶν καὶ φυλῶν καὶ γλωσσῶν καὶ ἔθνων τὸ πτώμα αὐτῶν ἡμέρας τρεῖς καὶ ἡμισυ καὶ τὰ πτώματα αὐτῶν οὐκ ἀφίουσιν τεθῆναι **εἰς μνήμα** *gente de todo pueblo y raza, de toda lengua y nación mirarán sus cadáveres durante tres días y medio, y no permitirán que sus cadáveres sean puestos en un sepulcro / y no permitirán que les den sepultura*³⁶.
2. En el sintagma *εἰς τὸ μέσον en medio* o ante nombre colectivo o plural, denotando posición o presencia dentro de un área delimitada por la presencia y distribución de personas u objetos: 2Cor 8,6b: εἰς τὸ παρακαλέσαι ἡμᾶς Τίτον, ἵνα καθὼς προενήρξατο οὕτως καὶ ἐπιτελέσῃ **εἰς ὑμᾶς καὶ** τὴν χάριν ταύτην *hasta tal punto que le he pedido a Tito que, lo mismo que él la empezó, también lleve a cabo entre vosotros esta gracia / esta obra de caridad*³⁷.
3. En sentido amplio, excluyendo la idea de interioridad, generalmente, con sustantivos, adjetivos sustantivados y pronombres que denotan o

³⁵ Los resultados de nuestro estudio están más cerca de los de Blass y Debrunner, quienes afirman que ningún escritor del NT, excepto Mt, está totalmente libre de la sustitución de ἐν por εἰς con valor local ni es enteramente inocente en su utilización (Blass y Debrunner 1961: 110-111).

³⁶ Citamos, igualmente, los siguientes versículos donde el morfolexema indica **a)** presencia en un edificio o construcción: Mt 3,12 (cf. Lc 3,17); 6,26b; 13,30b; Mc 10,10; 13,9; Lc 16,4,9; Jn 9,7; Hch 13,29; 2Tes 2,4 y 2Jn 10. **b)** Presencia en un objeto: Mt 13,33 (cf. Lc 13,21); Lc 11,7; Jn 6,21a; Hch 16,24b y Rom 11,24. **c)** Presencia en el cuerpo del hombre: Heb 8,10a. Igualmente, el morfolexema se refiere a la presencia en el interior de una parte del cuerpo humano en Lc 9,44a; Jn 1,18 y Ap 17,17. **d)** Exclusivamente, con verbos de inmersión, en construcción pregnante, con topónimos: Mc 1,9. **e)** De la presencia en otras realidades: Jn 16,21; Hch 8,23; Flp 4,17; 1Tes 4,17b; 1Pe 5,12 y Ap 16,4.

³⁷ Del mismo modo, aparece en el sintagma *εἰς τὸ μέσον / εἰς μέσον en el centro*: Mc 3,3 (cf. Lc 6,8); 14,60. Como muestra de construcción pregnante, dentro de este mismo grupo, hemos encontrado Jn 20,19,26.

se refieren a espacios geográficos, así como cuando εἰς va regida por verbos o expresiones de comunicación, visión y audición:

- a) De la presencia en un espacio geográfico: Jn 21,4: *πρωίας δὲ ἤδη γενομένης ἔστη Ἰησοῦς εἰς τὸν αἰγιαλόν* *al llegar ya la mañana, Jesús estaba en la playa*³⁸.
- b) Con verbos o expresiones de comunicación, visión y audición: Mt 6,26a: *ἐμβλέψατε εἰς τὰ πετεινὰ τοῦ οὐρανοῦ ὅτι οὐ σπεύρουσιν οὐδὲ θερίζουσιν οὐδὲ συνάγουσιν εἰς ἀποθήκας* *Fijaos en los pájaros del cielo que ni siembran, ni siegan, ni almacenan*³⁹.
4. Cuando aparece, generalmente, regida por verbos que indican contacto físico y término tanto no personal como personal, la preposición denota posición o presencia en la superficie de un área, real o figurada (εἰς por por ἐπί + acusativo): Mc 11,8: *πολλοὶ τὰ ἱμάτια αὐτῶν ἔστρωσαν εἰς τὴν ὁδόν* *muchos tendieron sus mantos por el camino*⁴⁰.

Semema tercero: límite temporal

La lectura de otros pasajes del NT desvela aún una tercera acepción en uso concreto. Así, por extensión de estas primeras nociones espaciales, cuando, generalmente, rige términos que indican lapso de tiempo⁴¹ y aparece

³⁸ El mismo valor se observa en Mc 13,16a; Lc 21,37; Hch 7,4b y Heb 11,9. Otros ejemplos, en los que la preposición se articula con topónimos, con este mismo valor son: Mt 2,23; 4,13; Lc 4,23; Hch 2,5; 7,12; 8,40a; 9,21a. 28; 19,22b; 20,14a; 21,13; 22,5ab y 25,4.

³⁹ Igualmente, pueden consultarse otros pasajes en los que la preposición aparece junto a verbos de visión. Así, en Mt 11,7; 22,16 (cf. Mc 12,14); Mc 6,41 (cf. Lc 9,16); Lc 6,20; 9,62; Jn 17,1; 13,22; 20,11; Hch 1,10; 3,4ab; 6,15; 11,6; 13,9; 22,13; Heb 11,26; 12,2 y 1Pe 1,12. Con verbos de comunicación, además, se encuentra en Mc 1,39ab; 5,14ab; 13,10; 14,9a; Lc 4,44; 8,34ab; 9,61; 24,47b; Jn 8,26; Hch 23,11ab; Rom 16,26b; 1Cor 14,9 y 2Cor 10,16a. Con verbos de audición, por último, en Mt 10,27 y 1Pe 3,12. Asimismo, excluyendo la idea de interioridad, encontramos este valor en el sintagma εἰς πρόσωπον + gen. plural o ante nombre colectivo o plural de persona, denotando posición o presencia junto a un área delimitada: 2Cor 8,24b. Corroboramos este uso también en Hch 2,22 y 22,30.

⁴⁰ Además, aducimos Mt 5,39; 26,67; 27,30ab; Mc 8,23; 11,8; 13,3; Lc 2,28; 10,11; 14,8b.10; Lc 15,22ab; Jn 8,8; 19,13; 20,7; Hch 2,39; 2Cor 11,20 y Ap 1,11a.

⁴¹ En los últimos veinte años, la influencia de los rasgos semánticos sobre el comportamiento sintáctico de las categorías léxicas ha sido ampliamente reconocida por los estudios lingüísticos. Tales rasgos semánticos hacen referencia en el mundo real a atributos propios de determinados referentes, según los cuales, la presencia de un lexema en un sintagma determinado obedece a una cierta característica semántica, de acuerdo con nuestras creencias sobre el mundo y la estructura de los eventos.

con verbos o expresiones durativos⁴² de preservación, pervivencia, custodia, preparación, etc., que sugieren proyección hacia el futuro, la preposición denota límite temporal de una acción o estado⁴³. La definición que proponemos para este semema es: “Marca de límite temporal que determina el espacio de tiempo que dura algo”. Se traduce por *hasta*, *hasta cuando*; *para*. Este significado puede constatarse en los siguientes pasajes del NT:

1. Denotando tiempo específico: de un límite temporal hasta el cual una acción o estado continúa: Hch 4,3b: ἔθεντο εἰς τήρησιν εἰς τὴν αὐριον· ἦν γὰρ ἑσπέρα ἤδη *los metieron en prisión hasta el día siguiente, pues era ya tarde*⁴⁴.
2. Denotando extensión o duración de un espacio de tiempo indetermi-
nado en expresiones como εἰς γενεὰς καὶ γενεὰς: *de generación en generación*: Lc 1,50: τὸ ἔλεος αὐτοῦ εἰς γενεὰς καὶ γενεὰς τοῖς φοβουμένοις αὐτόν *su misericordia llega a los que lo temen / a sus fieles de generación en generación*⁴⁵.

Semema cuarto: momento en el tiempo (εἰς por ἐν)

Del mismo modo, atendiendo al uso de *eis* en otros textos neotestamentarios, puede aducirse que, cuando va con lexemas que indican lapso de tiempo y, generalmente, con verbos en futuro o subjuntivo explícitos o implícitos, *eis* aparece en lugar de *ἐν* y denota momento preciso en el tiempo. Su definición, en este caso, es: “Marca que delimita cierto momento o punto en el tiempo” y se traduce por *en*, *a*. Entre otros, los siguientes pasajes corroboran este significado:

⁴² Crespo 2003: 169.

⁴³ Luraghi recuerda que ello se debe a la propensión general de los hablantes a comprender el tiempo en términos de espacio (2003: 315 y 320).

⁴⁴ Entre otros pasajes del mismo grupo pueden citarse Mt 10,22 (cf. Mc 13,13); 24,13; Lc 18,5; Jn 13,1; Hch 25,21; 1Tes 4,15 y 2Tim 1,12. Además, aparece con cierto matiz final, referido a un límite temporal considerado como destino o meta de una acción o estado en Lc 12,19. Otros ejemplos del mismo valor son: Ef 1,14a; 4,30; Flp 1,10b; 2,16b; 1Tim 6,19; 2Pe 2,9; 3,7 y Ap 9,15.

⁴⁵ El mismo uso puede verse en expresiones como **a)** εἰς τὸν αἰῶνα / εἰς τοὺς αἰῶνας / εἰς αἰῶνα *para siempre, eternamente*: Mt 21,19 (cf. Mc 11,14); Mc 3,29b; Lc 1,33.55; Jn 4,14a; 6,58; 8,35.51; 10,28; 12,34; 13,8; 14,16; Rom 11,36b; 16,27; 2Cor 9,9; Ef 3,21; Flp 4,20; 2Tim 4,18b; Heb 1,8; 7,17.28; 13,8.21b; 1Pe 1,25a; 4,11; 2Pe 3,18; 1Jn 2,17; Jds 13,25; Ap 1,18; 4,9; 5,13; 7,12 y 22,5; **b)** εἰς τὸ διηνεκές *siempre, para siempre*: Heb 7,3; 10,1.12.14 y **c)** εἰς τὸ παντελές *para siempre*: Heb 7,25a.

Lc 1,20: ἰδοὺ ἔσῃ σιωπῶν καὶ μὴ δυνάμενος λαλῆσαι... ἀνθ' ὧν οὐκ ἐπίστευσας τοῖς λόγοις μου, οἵτινες πληρωθήσονται εἰς τὸν καιρὸν αὐτῶν *pues mira, te quedarás mudo y no podrás hablar..., por no haber dado fe a mis palabras, que se cumplirán en su momento*⁴⁶.

IV. 2. Significados figurados (o extensivos)

No obstante, como veremos a continuación, en muchos contextos neotestamentarios, esta preposición adquiere sentido figurado, designando heterogéneamente el término *ad quem* de una acción, evento, etc., dando lugar a las acepciones (sememas quinto, sexto, séptimo, octavo y noveno) que distinguimos a continuación.

Semema quinto: indicando propósito y resultado

La consulta de otros pasajes neotestamentarios muestra una quinta acepción que denota el objetivo o fin hacia el que tiende una acción⁴⁷. Dicha acepción surge cuando la preposición aparece, en primer lugar, regida por un verbo (o expresión verbal) intencional y junto a un acusativo de cosa (sustantivo abstracto de acción o estado, o concreto⁴⁸, muy común este último, especialmente, en las epístolas); en segundo lugar, cuando se encuentra junto a un infinitivo sustantivado (seguido o no por acusativo)⁴⁹, y, en tercer lugar, en enunciados más breves componiendo sintagmas como εἰς + τοῦτο, εἰς + ὅ o εἰς + τί. En estos casos, aunque no siempre, la preposición es seguida por una proposición final introducida por ἵνα. La definición de esta acepción es: “Con la finalidad o propósito de”. Y su traducción, *para*,

⁴⁶ Consúltense, además: Mt 28,1; Lc 13,9; Hch 13,42; 2Cor 13,2 y 1Pe 1,11a.

⁴⁷ La codificación del complemento de fin mediante un dativo era poco frecuente y cayó en desuso, siendo sustituida en la época helenística por sintagmas preposicionales que podían expresar en sentido figurado el propósito, como ἐν, εἰς, ἐπὶ y πρὸς (Alexandre 2016: 326). A esto hay que añadir que, en sentido traslaticio, el objetivo conserva la implicación originaria y propia de la preposición de un movimiento hacia un punto final o destino que se tiene en perspectiva (Bendor-Samuel 1996: 103; 110).

⁴⁸ La articulación del propósito mediante εἰς con sustantivos concretos verifica que el proceso de extensión semántica del plano concreto o local al abstracto ya no se produce por la presencia de un punto de referencia abstracto, como solía ocurrir en griego homérico; en época helenística, el significado final de la preposición ya está completamente gramaticalizado (Bendor-Samuel 1996: 116).

⁴⁹ Luraghi 2003: 110; Jannaris 1897: 376; Bendor-Samuel 1996: 45; 112.

a, con el propósito de, con el fin de, a fin de, como, en. Los siguientes versículos del NT pueden ilustrar este valor del morfolexema:

I. Propiamente, denotando el objetivo de una acción:

- I. 1. Con sustantivo abstracto: 1Cor 10,31: Εἴτε οὖν ἐσθίετε εἴτε πίνετε εἴτε τι ποιεῖτε, πάντα εἰς δόξαν θεοῦ ποιεῖτε *De todas formas, ya comáis, ya bebáis o hagáis cualquier cosa, hacedlo todo para gloria / para honra de Dios*⁵⁰.
- I.2. Con sustantivo concreto y, a menudo, en construcciones elípticas: Ef 2,21: ἐν ᾧ πᾶσα οἰκοδομὴ συναρμολογουμένη αὕξει εἰς ναὸν ἅγιον ἐν κυρίῳ *por obra suya toda la construcción se va levantando compacta, para [formar] un templo consagrado en / por el Señor*⁵¹.
- I.3. En frases más breves: Mc 1,38b: ἄγωμεν ἀλλαχοῦ εἰς τὰς ἐχόμενας κομποπόλεις, ἵνα καὶ ἐκεῖ κηρύξω· εἰς τοῦτο γὰρ ἐξῆλθον *vámonos a otra parte, a las poblaciones cercanas, a predicar también allí, pues para eso he salido*⁵².

⁵⁰ Además, es necesario citar Mt 5,13; 8,4 (cf. Mc 1,44; Lc 5,14); 8,34; 10,18 (cf. Mc 13,9c.); 22,3; 24,14; 25,1; 26,13.28; Mc 1,4 (cf. Lc 3,3b); 6,11; 14,8; Lc 2,32.34abc; 5,4b.32; 14,8a; 22,19; 24,20; Jn 2,2; 4,36; 5,29ab; 12,13.25; 13,29; Hch 2,38; 10,4; 11,29; 13,2.47ab.48; 14,26b; 17,21; 20,21a; Rom 1,1.5.16.1.17, 3,25; 6,16a; 7,10a; 8,28; 9,21ab.22.23; 10,1.4; 13,4ab.14; 14,1; 15,4.7.18; 16,26a; 1Cor 1,9; 2,7; 11,24.25; 14,8; 16,15; 2Cor 2,12b.16ab 10,8ab; 13,10ab; Gál 2,8a; 3,23; 4,24; Ef 1,6.10.12b.14b; Ef 4,16; 5,2; Flp 1,5a.11.16.25; 2,11; 3,11; 4,16; Col 1,11.12; 2,2ab.22; 4,11; 1Tes 2,12; 4,17a; 2Tes 2,13.14b; 1Tim 1,12; 2,4; 4,3; 6,17; 2Tim 2,21ab.20ab.26; 3,15; 4,18a; Heb 1,14; 3,5; 6,6.16; 9,26.28b; 10,24; 11,7.11; 12,7; 1Pe 1,4a.5; 2,5.14; 5,10; 2Pe 2,12; Ap 9,7; 22,2. Por último, en ocasiones, el morfolexema aparece **a)** seguido de proposición final introducida por ἵνα: Jn 1,7; 9,39a; 1Cor 5,5 y Gál 3,24; también es posible encontrarlo **b)** seguido de proposición final introducida por ὅπως, como en 1Pe 2,9a.

⁵¹ Aducimos también Mt 10,10 (cf. Mc 6,8a); 20,1; 27,7.10; Lc 14,35ab; 1Cor 12,13; Ef 2,22; Flp 3,14.

⁵² Otros versículos que ejemplifican este uso se encuentran en **a)** el sintagma εἰς τοῦτο *para eso* / εἰς αὐτὸ τοῦτο *para eso mismo*: 2Cor 5,5; Ef 6,18; 1Tes 3,3; 1Pe 4,6; 2,21 y Jds 4a. Por lo demás, en Jn 18,37ab; Hch 9,21b; Rom 14,9; 2Cor 2,9a; Ef 6,22; Col 4,8 y 1Jn 3,8 se da el sintagma εἰς τοῦτο *para eso* / εἰς αὐτὸ τοῦτο *para eso mismo*, seguido de ἵνα introduciendo una proposición final. Es útil citar, por último, Rom 9,17, en el sintagma εἰς αὐτὸ τοῦτο seguido de ὅπως introduciendo una proposición final, y Hch 26,16, en el sintagma εἰς τοῦτο seguido de infinitivo. **b)** En la construcción εἰς + pronombre relativo: Col 1,29; 3,15; 2Tes 2,14a; 1Tim 6,12; 2Tim 1,11 y 1Pe 2,8. En ocasiones, como en 2Tes 1,11, la preposición aparece en la construcción εἰς + pronombre relativo seguido de proposición final introducida por ἵνα. Véase también 1Tes 2,12; 3,10; 2Tes 2,2; Flp 1,10.

- I.4. Con un pronombre interrogativo neutro en el sintagma εἰς τί, introduciendo una proposición interrogativa con valor final, a menudo, en construcción elíptica: Mt 26,8: ἰδόντες δὲ οἱ μαθηταὶ ἡγανάκτησαν λέγοντες· **εἰς τί ἡ ἀπόλεια αὐτῆς**; *al ver aquello, los discípulos dijeron indignados: -¿Para qué este despilfarro?*; cf Mc 14,4.
- I.5. En la construcción muy habitual en Pablo εἰς + τὸ + infinitivo: 1Cor 11,22: μὴ γὰρ οἰκίας οὐκ ἔχετε **εἰς τὸ ἐσθίειν καὶ πίνειν**; *¿será que no tenéis casas para comer y beber?*⁵³.

II. Con matiz de resultado: generalmente, cuando es regida por un verbo no intencional y aparece junto a un acusativo de cosa (sustantivo abstracto de acción o estado) o infinitivo sustantivado (seguido o no por acusativo) y precedida, en ocasiones, por una proposición final introducida por ἵνα, adquiere matiz consecutivo, denotando el resultado de un hecho: *que [resulta / acaba en], que [conduce / lleva a]; de modo que, de manera que, de forma que, así que, para* (a menudo, es necesario traducirlo de manera no literal)⁵⁴:

- a) Con sustantivo abstracto: Jn 6,27: ἐργάζεσθε μὴ τὴν βρῶσιν τὴν ἀπολλυμένην ἀλλὰ τὴν βρῶσιν τὴν μένουσαν **εἰς ζωὴν αἰώνιον** *trabajad, no tanto por el alimento que se acaba como por el alimento que dura para (dar / dando) vida definitiva*⁵⁵.

⁵³ Otros versículos ejemplifican este valor, cuando el sujeto del infinitivo es el mismo que el del verbo principal y el sintagma preposicional con infinitivo se combina con el verbo del que depende en una sola frase: Mt 27,31; Mc 14,55; Rom 7,5; 11,11; 2Cor 7,3; 1Tes 4,9; Flp 1,23; 1Tes 3,10; Heb 7,25; 9,28a; 13,21a; Sant 1,19ab y 1Pe 4,2. Además, este uso se encuentra cuando el sujeto del infinitivo es, explícita o implícitamente, distinto de el del verbo principal y el sintagma preposicional con infinitivo tiene la fuerza de una cláusula final separada (equivalente a ἵνα con subjuntivo) en Mt 20,19; 26,2; Hch 3,19; 4,30; 7,19; 13,47a; Rom 4,11a; 8,29; 12,2; 15,13.16a; 1Cor 10,6; 2Cor 1,4; 4,4; Ef 1,12a.18; 1Tes 2,12a; 3,2.5a.13; 2Tes 1,5; 2,2.6.11; Heb 8,3; 9,14; 12,10; Sant 1,18; 3,3b y 1Pe 3,7. Véase, por último, Flp 1,10a, donde la construcción εἰς + τὸ + infinitivo va seguida de proposición final introducida por ἵνα.

⁵⁴ La similitud entre las proposiciones consecutivas y finales es debida a que en ambas se produce la consecuencia. No obstante, su diferencia consiste en intencionalidad del agente. Así, la proposición consecutiva se refiere al término al que una acción tiende dada su naturaleza o la necesidad; en cambio, la proposición final muestra el término al que tiende la acción intencional del agente (Zerwick 1979: 147-148).

⁵⁵ Igualmente, pueden cotejarse otros versículos como Lc 24,47a; Jn 4,14b; Hch 11,18; Rom 3,7; 5,16ab.18bd; 6,16bc.22; 7,10b; 8,15; 10,10ab; 1Cor 11,17ab; 2Cor 7,9; 2Tim 2,25; Flp 1,19; Heb 9,15; 6,8; 10,39ab; 1Pe 1,22; Jds 21y Ap 13,3. A menudo, aparece

- b) En la construcción muy habitual en Pablo *eis* + *tò* + infinitivo⁵⁶: Rom 4,11b: σημείον ἔλαβεν περιτομῆς σφραγίδα τῆς δικαιοσύνης τῆς πίστεως τῆς ἐν τῇ ἀκροβυστίᾳ, εἰς τὸ εἶναι αὐτὸν πατέρα πάντων τῶν πιστευόντων δι' ἀκροβυστίας, **εἰς τὸ λογισθῆναι** [καὶ] αὐτοῖς [τὴν] **δικαιοσύνην** *recibió la marca de la circuncisión como sello de la justicia [propia] de la fe, obtenida [cuando estaba] sin circuncidar; a fin de ser padre de todos los creyentes no circuncidados de manera que la justicia se les anotara en su haber / la circuncisión se le dio como señal, como sello de la rehabilitación [obtenida] por la fe antes de estar circuncidado; así es padre de todos los no circuncisos que creen, de manera que les vale también a ellos la rehabilitación*⁵⁷.

Semema sexto: comienzo o cambio de estado

Otros pasajes del NT muestran, tras su consulta, que *eis* puede indicar, por una parte, incoación de estado o acción, cuando aparece, por lo común, con acusativo de cosa (sustantivo abstracto de acción o estado) y verbos de movimiento, situación o donación y, por otra, cambio de estado, cuando va con acusativo de cosa o persona (sustantivo concreto o abstracto) y verbos de cambio, suceso, ejecución, resultado, así como disolución, separación o unión. La definición que sugerimos es: “Marca de comienzo o cambio de estado o acción”. Su traducción es *en*, *a*. Verificamos este valor en los siguientes pasajes neotestamentarios:

precedido de *ἵνα*; en estos casos, la preposición se refiere habitualmente a un resultado final y *ἵνα* a un objetivo inmediato; así en Rom 5,21; 1Cor 11,34; 2Cor 4,15; Ef 3,19; 1Tim 1,16; Heb 4,16; 1Pe 1,7 y 2,2.

⁵⁶ En griego helenístico, los límites entre la mera consecuencia y la consecuencia final llegan a confundirse y, en efecto, algunas construcciones que en época clásica denotaban finalidad, como *eis* + *tò* + infinitivo, adquieren, en época helenística, valor consecutivo (Zerwick 1979: 150) y es solo el contexto el que indica si se trata de uno u otro valor.

⁵⁷ Aducimos también otros pasajes en los que, igualmente, el sujeto del infinitivo es el mismo que el del verbo principal y el sintagma preposicional con infinitivo se combina con el verbo del que depende en una sola frase: Rom 3,26; 4,18; 15,8; 1Cor 8,10; Gál 3,17 y 2Tes 2,10. Véanse, además: Rom 4,16; 1Cor 9,18; 1Tes 2,16a y Heb 2,17, donde *eis* + *tò* + infinitivo aparece precedido de *ἵνα*. En ocasiones, además, el mismo uso se da cuando el sujeto del infinitivo es, explícita o implícitamente, distinto de el del verbo principal y el sintagma preposicional con infinitivo tiene la fuerza de una cláusula tética separada (equivalente a *ἵνα* con subjuntivo): Rom 6,12. Aducimos también: Rom 1,20; 7,4; 12,3; 2Cor 8,6a; Heb 11,3. Por último, es conveniente citar Rom 1,11, donde *eis* + *tò* + infinitivo va precedido de *ἵνα*.

1. Denotando incoación de estado o acción: 1Tim 3,7: δεῖ δὲ καὶ μαρτυρίαν καλὴν ἔχειν ἀπὸ τῶν ἔξωθεν, ἵνα μὴ εἰς ὄνειδισμόν ἐμπέσῃ *se requiere además que tenga buena fama entre los de fuera, para no caer en el desprestigio / para evitar el desprestigio*⁵⁸.
2. Denotando cambio de estado: Hch 2,20ab: ὁ ἥλιος μεταστραφήσεται εἰς σκότος καὶ ἡ σελήνη εἰς αἷμα, πρὶν ἔλθεῖν ἡμέραν κυρίου τὴν μεγάλην *el sol se convertirá en tinieblas y la luna en sangre / el sol se hará tinieblas y la luna se teñirá de sangre, antes de que llegue el día del Señor, grande y esplendoroso*⁵⁹.
3. Caso especial: en ocasiones, εἰς + acusativo aparece sustituyendo, pleonásticamente, al complemento predicativo, tanto en nominativo como en acusativo, debido al influjo semítico, especialmente en citas del AT⁶⁰: *como, en:*
 - a) En lugar de un complemento predicativo en nominativo, con verbos que indican suceso, estado o proceso mental, entre otras, en la expresión hebraizante γίνομαι + εἰς + sustantivo o pronombre en acusativo: 1Pe 2,7: ἀπιστοῦσιν δὲ λίθος ὃν ἀπεδοκίμασαν οἱ οἰκοδομοῦντες, οὗτος ἐγενήθη εἰς κεφαλὴν γωνίας *para los incrédulos, en cambio, es la piedra que habían desechado los constructores, esta se ha convertido en piedra angular*⁶¹.
 - b) En lugar de un complemento predicativo en acusativo, con verbos de movimiento, donación, recepción, posesión, proceso, suceso y laborio-

⁵⁸ Entre otros, es necesario citar también: Mt 6,13; 7,13; 18,8a.9a; 19,17; 24,9; 25,21.23.46ab; 26,41 (cf. Mc 14,38; Lc 22,40); Mc 4,22; 5,26; 13,12; Lc 22,33ab; 24,26; Jn 3,14; 4,38; 5,24ab; 11,52; Hch 2,27.31; 4,3a; 13,34; 19,27a; 26,18a; Rom 1,24.26a; 2,4; 8,21; 11,32; 2Cor 4,11; 10,5; Flp 1,12; 1Tim 1,6; 3,6; 6,9ab; Heb 2,10; 3,11; 4,1.10; 1Pe 4,4; 2Pe 3,9b; 1Jn 3,14; Ap 2,22b; 9,9; 17,8.11.

⁵⁹ Obsérvese el mismo valor en Mt 13,30a; 27,51 (cf. Mc 15,38); Jn 11,52; 17,23; Hch 26,24; Rom 1,26b; 2Cor 11,13.14; Gál 1,6; Ef 2,15; Sant 4,9ab; Jds 4b y Ap 11,6.

⁶⁰ Esta construcción es una muestra de la tendencia hacia una mayor expresividad propia del griego helenístico a la que se añade a menudo en el NT cierto influjo semítico (Moulton 1963: 253).

⁶¹ El mismo valor se corrobora en Mt 21,42 (cf. Mc 12,10; Lc 20,17); Lc 13,19b; Jn 16,20; Hch 4,11; 5,36; Rom 11,9abcd; 1Cor 15,45ab; 2Cor 8,14ab; Ap 8,11 y 16,19. Además, aparece en el sintagma εἰμί (explícito o implícito, generalmente, en futuro) + εἰς + sustantivo, adjetivo sustantivado en género neutro o pronombre en acusativo en Mt 19,5; Lc 3,5ab; 1Cor 4,3; 6,16; 14,22; Ef 5,31; Sant 5,3 y 1Jn 5,8. A menudo, esta construcción aparece seguida de dativo, como en 2Cor 6,18ab; Flp 2,16a; Heb 1,5ab y 8,10bc. Por último, se encuentra en la construcción λογίζομαι + εἰς + sustantivo o pronombre en acusativo: Hch 19,27b; Rom 2,26; 4,3.5.9.22 y 9,8.

sidad, entre otros, como en el sintagma ἀνατρέφω + *eis* + sustantivo en acusativo: Hch 7,21: ἐκτεθέντος δὲ αὐτοῦ ἀνείλατο αὐτὸν ἡ θυγάτηρ Φαραὼ καὶ **ἀνεθρέψατο** αὐτὸν ἑαυτῇ **εἰς υἱόν** *cuando lo abandonaron, lo adoptó la hija del Faraón y lo **hizo criar como hijo** suyo*⁶².

Semema séptimo: indicando grado

Asimismo, el examen de ciertos pasajes del NT verifica que, cuando la preposición aparece con sustantivos abstractos y adjetivos sustantivados que indican compleción, exceso o sobreabundancia, articulando diversas expresiones, esta denota intensidad o grado en una escala. Se define como “Marca de gran, máxima o excesiva intensidad o grado de una acción o estado en una escala”. Su traducción es: *en gran medida, hasta el punto de, en la medida de, al grado que, hasta; completamente, totalmente, absolutamente, del todo, en su totalidad; sin medida, excesivamente, más allá (de toda) medida, desmesuradamente*. Este valor puede apreciarse en los siguientes versículos:

1. En la expresión *εἰς περισσεΐαν*, denotando grado que alcanza algo o hasta el que algo se extiende en una escala: *en gran medida, hasta el punto de, en la medida de, al grado que, hasta*: 2Cor 10,15b: οὐκ εἰς τὰ ἄμετρα καυχώμενοι ἐν ἄλλοτρίοις κόποις, ἐλπίδα δὲ ἔχοντες αὐξανομένης τῆς πίστεως ὑμῶν ἐν ὑμῖν μεγαλυνθῆναι κατὰ τὸν κανόνα ἡμῶν **εἰς περισσεΐαν** *y no por presumir excesivamente de fatigas ajenas, sino teniendo la esperanza de que, al crecer vuestra fe, ganaremos **en gran medida** prestigio entre vosotros, dentro de nuestra norma*.
2. En las expresiones *εἰς τέλος* y *εἰς τὸ παντελές*, denotando grado de compleción o integridad de algo:
 - a) *εἰς τέλος completamente, totalmente, absolutamente*: 1Tes 2,16b: κωλύοντων ἡμᾶς τοῖς ἔθνεσιν λαλῆσαι ἵνα σωθῶσιν, εἰς τὸ ἀναπληρῶσαι αὐτῶν τὰς ἀμαρτίας πάντοτε. ἔφθασεν δὲ ἐπ’ αὐτοὺς ἡ ὀργὴ **εἰς τέλος** *los que impiden que / esos que estorban que hablemos a los paganos para que se salven, de manera que colman / colmando en todo tiempo*

⁶² Otros sintagmas en los que aparece este uso son: δίδωμι + *eis* + sustantivo en acusativo: Hch 7,5; ἐγείρω + *eis* + sustantivo en acusativo: Hch 13,22; ἔχω + *eis* + sustantivo en acusativo: Mt 21,46; λαμβάνω + *eis* + sustantivo en acusativo: Heb 11,8b. A veces, se encuentra el mismo uso en el sintagma con valor adverbial modal *εἰς κενόν*: *en vano*. Véanse 2Cor 6,1; Gál 2,2; Flp 2,16cd y 1Tes 3,5b.

*la medida de sus pecados; pero el castigo los ha alcanzado **del todo / totalmente**.*

b) εἰς τὸ παντελές *del todo, completamente, totalmente, en su totalidad*: Lc 13,11: ἦν συγκύπτουσα καὶ μὴ δυναμένη ἀνακύψαι **εἰς τὸ παντελές** *andaba encorvada, sin poderse enderezar **totalmente**.*

3. En las expresiones εἰς τὰ ἄμετρα y εἰς ὑπερβολὴν, denotando un grado en la escala que va más allá de lo conveniente:

a) εἰς τὰ ἄμετρα *sin medida, excesivamente, más allá (de toda) medida*: 2Cor 10,13: ἡμεῖς δὲ οὐκ **εἰς τὰ ἄμετρα** καυχώμεθα *pero nosotros no presumiremos **excesivamente***⁶³.

b) εἰς ὑπερβολὴν *desmesuradamente*: 2Cor 4,17: τὸ γὰρ παραυτίκα ἐλαφρὸν τῆς θλίψεως ἡμῶν καθ' ὑπερβολὴν **εἰς ὑπερβολὴν** αἰώνιον βάρος δόξης κατεργάζεται ἡμῖν *porque nuestra momentánea y leve tribulación nos produce una riqueza eterna [que las sobrepasa] de demasía **en demasía / desmesuradamente**.*

*Semema octavo: indicando la dirección afectiva de una acción o estado (εἰς en lugar de un dativo)*⁶⁴

La observación de otros pasajes neotestamentarios evidencia, además, una nueva acepción de la preposición que nos ocupa, ya que cuando rige acusativo de persona o cosa (sustantivo abstracto y concreto o pronombre), generalmente, con verbos (o expresiones verbales), así como sustantivos y adjetivos verbales que indican una disposición interior, inclinación o forma de actuar dirigidos hacia alguien o algo, sustituye a un dativo, denotando la dirección afectiva de una acción o estado. Su definición, en este caso, es: “Con efecto o influjo sobre”. Se traduce por *a, en, con, contra*. Los siguientes pasajes constatan este valor dentro del corpus neotestamentario:

1. En un sentido amigable: Rom 12,16: τὸ αὐτὸ **εἰς ἀλλήλους** φρονοῦντες *sintiendo lo mismo [unos] **con otros***⁶⁵.

⁶³ El mismo valor se corrobora en 2Cor 10,15a.

⁶⁴ Tanto la dirección afectiva de una acción como el propósito podían ser expresadas por el dativo simple, así como mediante εἰς y πρὸς + acusativo; finalmente, πρὸς y el dativo fueron sustituidos por εἰς con este valor (Jannaris 1897: 376).

⁶⁵ Hemos verificado el mismo valor en el que la preposición aparece con término personal (o asimilado) en Mt 18,6; Jn 2,11; 3,16; 6,29; 7,38; 9,36; 10,42; 11,45; 12,11; Hch 9,1; Rom 1,27; 12,16; 15,31; 2Cor 1,10; Gál 2,16; Flp 1,29; Col 1,20; 1Pe 1,8; 2Pe 3,9a y 1Jn 5,10a. Por último, citamos algunos ejemplos en los que el morfolexema aparece

2. En sentido hostil⁶⁶: 1Cor 8,12ab: οὕτως δὲ ἁμαρτάνοντες **εἰς τοὺς ἀδελφοὺς** καὶ τύπτοντες αὐτῶν τὴν συνείδησιν ἀσθενοῦσαν **εἰς Χριστὸν** ἁμαρτάνετε *al pecar de esa manera **contra los hermanos** y haciendo daño a su conciencia insegura, pecáis **contra Cristo***⁶⁷.

Semema noveno: indicando la dirección ética de una acción o estado (en lugar de un dativo de ventaja⁶⁸ o desventaja)

Asimismo, el cotejo de otros versículos del NT, verifica que, cuando *eis* aparece, exclusivamente, con acusativo de persona (o asimilado) y regida, generalmente, por verbos de carácter ditransitivo y sustantivos verbales, la preposición denota la dirección ética de una acción o estado, sustituyendo a un dativo de ventaja o desventaja y señalando la persona en favor o en detrimento de quien se realiza la acción verbal o se produce determinado estado. En este caso, la definición que ofrecemos es: “En beneficio o perjuicio de alguien”. Su traducción es: *a, para, entre, en favor de, en provecho de*. Hemos apreciado este valor en versículos como los siguientes:

1. Denotando beneficio o ventaja: Lc 9,13: οὐκ εἰσὶν ἡμῖν πλεῖον ἢ ἄρτοι πέντε καὶ ἰχθύες δύο, εἰ μήτι πορευθέντες ἡμεῖς ἀγοράσωμεν **εἰς πάντα τὸν λαὸν** τοῦτον βρώματα *¡si no tenemos más que cinco panes y dos*

con término no personal: Jn 1,12; 2,23; 1Jn 5,10b.13. Además, hemos observado el mismo significado cuando el morfolexema se articula con sustantivos verbales: Hch 20,21b; 24,15.24; 26,18b; Rom 5,8; 14,19; 2Cor 2,4.8; 7,15; 8,22; Ef 1,15; Col 1,4; 2,5; 1Tes 3,12abc; 2Tes 1,3; Heb 6,10 y 1Pe 4,8. Igualmente es útil hacer referencia a Rom 12,10; 15,31b; Ef 4,32 y 1Pe 4,9, donde la preposición concurre con adjetivos verbales.

⁶⁶ Con este valor, la preposición aparece en lugar de ἐπὶ o πρὸς (Moulton 1963: 256).

⁶⁷ Pueden consultarse, además, los siguientes pasajes en los que el morfolexema aparece, igualmente, con término personal (o asimilado): Mt 18,15.21; Mc 3,29a; Lc 12,10ab; 22,65 y Col 3,9. Con término no personal, se encuentra en Lc 15,18.21 y 16,16. Además, el mismo uso está presente en Hch 6,11; 23,30; Rom 8,7 y Heb 12,3, donde el morfolexema se articula con sustantivos verbales.

⁶⁸ Según Luraghi, cuando el rol del beneficiario es expresado mediante sintagmas preposicionales como *eis* + acusativo de persona (o asimilado), su codificación suele limitarse a verbos y sustantivos verbales que podrían articular el rol de beneficiario con el dativo simple (2003: 324). Dicho valor de beneficiario se debe a la interpretación metafórica del valor adlativo del morfolexema, por lo que el beneficiario se interpreta como el objetivo o meta de una acción o un acontecimiento (Luraghi 2003: 39).

*peces! A menos que vayamos nosotros a comprar [de comer] para todo este pueblo*⁶⁹.

2. Denotando perjuicio o desventaja: Hch 28,6: ἐπὶ πολὺ δὲ αὐτῶν προσδοκόντων καὶ θεωρούντων μηδὲν ἄτοπον εἰς αὐτὸν γινόμενον μεταβαλόμενοι ἔλεγον αὐτὸν εἶναι θεόν *aguardando un buen rato y viendo que no le pasaba nada anormal, le empezaron a decir que era un dios*⁷⁰.

IV. 3. Solapamiento entre εἰς y ἐν en diversos significados figurados (o extensivos) de la preposición

Del mismo modo, otros contextos revelan que el morfolexema se solapa, en ocasiones, con la preposición ἐν⁷¹ también en sentido figurado, ofreciendo las siguientes tres acepciones. Igualmente, puede corroborarse en estos usos figurados que la supuesta heterogeneidad entre los autores del NT en la confusión entre ambas preposiciones no parece poder justificarse adecuadamente.

Semema décimo: indicando relación

Además, ciertos pasajes del corpus del NT revelan que el solapamiento entre εἰς y ἐν hace surgir una nueva acepción de la preposición que nos ocupa, cuando esta aparece, generalmente, con acusativo de persona o cosa (sustantivo abstracto o adjetivo sustantivado) y es regida por verbos tanto transitivos como intransitivos, así como por sustantivos y adjetivos verbales. Este significado se refiere a la dirección o punto específico de referencia de una acción o estado, por lo que denota relación. En este caso, la definición que proponemos es: “En lo que se refiere a algo”. Se traduce por *con respecto a*, *con referencia a*, *con relación a*, *por lo que atañe a*, *a propósito de*, *para con*. Los siguientes pasajes sirven para

⁶⁹ Otros versículos que pueden consultarse son: Mt 10,17 (cf. Mc 13,9a); 26,10.45 (cf. Mc 14,41); Mc 8,19.20; Lc 6,38; 9,44b; 22,17; 24,7; Jn 6,9; 13,3; Hch 24,17; 26,6; Rom 3,22; 8,18; 11,36a; 15,26; 16,5.6; 1Cor 4,6; 8,6 10,11; 14,36; 2Cor 8,24a; 9,8a; 11,6; Gál 4,11; Ef 1,8.19; 3,2; Col 1,16.25; 1Tes 2,9; 4,8.10; 5,15ab; Flm 6; 1Pe 1,4b.10.25b; 4,10 y 3Jn 5. Hemos contrastado este mismo uso en Rom 5,18ac; 15,16b; 1Cor 16,1; 2Cor 1,11; 8,4; 9,1.13bc y Ef 1,5b, donde la preposición aparece con sustantivos verbales.

⁷⁰ Igualmente, el mismo valor está presente en 1Pe 1,11b, donde el morfolexema forma sintagma con sustantivos verbales.

⁷¹ Moulton 1963: 255.

ilustrar este valor: Hch 2,25: Δαυὶδ γὰρ λέγει **εἰς αὐτόν**... *pues David dice a propósito de él*...⁷².

Semema undécimo: indicando instrumentalidad

Asimismo, hay ciertos pasajes neotestamentarios en los que puede verificarse que, cuando *eis* rige acusativo de cosa o persona (sustantivo concreto, abstracto o pronombre), siendo esta el instrumento mediante el cual se realiza determinada acción, sustituye igualmente a *ἐν*, por influjo hebreo, en la función instrumental. La definición que ofrecemos en esta ocasión es: “Por mediación de”. Se traduce por *por medio / por mediación de, con, mediante, a través de, por*. Mencionamos, a continuación, algunos versículos del NT en los que puede corroborarse esta noción:

Hch 7,53: οἵτινες ἐλάβετε τὸν νόμον **εἰς διαταγὰς ἀγγέλων** καὶ οὐκ ἐφυλάξατε [vosotros], *que recibisteis la Ley por mediación de ángeles y no la habéis observado*⁷³.

Semema duodécimo: indicando causa (subjativa)

Por último, en algunos pasajes neotestamentarios el solapamiento entre *eis* y *ἐν* da lugar a una nueva acepción, ya que, cuando *eis* rige, generalmente, sustantivo abstracto de lenguaje, actividad mental o comunicativa, denota causalidad. Su definición es: “Por motivo de” y su traducción, *por, por causa de, debido a, habida cuenta de*.

Se trata de un valor de la preposición que ha provocado no pocas controversias. No hay consenso entre gramáticas (y estudios), léxicos y traducciones acerca de este valor; *BDAG* y *LSJ* no lo citan, otros lo consi-

⁷² Hemos corroborado este valor, en el que el morfolexema aparece **a)** con término personal (o asimilado), también en los siguientes pasajes del NT: Mt 12,18; 28,19; Lc 7,30; 12,2; Hch 19,5; Rom 6,3a; 10,12; 1Cor 1,13; 10,2; 2Cor 1,21; 8,23; 10,1; 13,3.4; Gál 3,27; 5,10; Ef 3,16; 5,32ab; Heb 7,14 y 2Pe 1,17. **b)** Con término no personal se encuentra en Mt 6,34; Rom 6,3b.17; 15,2; 2Cor 9,8b; 10,16b; Flp 2,22; 4,15; Col 1,10 y 3,10. El mismo significado puede ilustrarse, cuando la preposición sigue a sustantivos verbales y va con **a)** término personal (o asimilado) en Gál 6,4ab y 1Tes 5,18. **b)** Con término no personal, aparece en 2Cor 9,13a; Flp 1,5; Heb 9,9 y 10,19. Por último, siguiendo a adjetivos verbales y con **a)** con término personal (o asimilado) conviene mencionar Lc 16,8. Pueden citarse otros ejemplos en los que acompaña a **b)** término no personal: Rom 16,19bc; 2Cor 2,9b; 2Tim 4,11; Sant 1,19c y 2Pe 1,8.

⁷³ Con el mismo valor citamos también Mt 5,35; Hch 19,3ab. Con matiz de circunstancia concomitante, condición o estado, reproduciendo la habitual fórmula hebrea de despedida, en el sintagma compuesto por un verbo de movimiento + *eis eirēnēn* *vete en paz* (Harris 2012: 85), en Lc 8,48; Mc 5,34 (cf. Lc 8,48); Lc 7,50 y 1Cor 15,54.

deran un uso muy ocasional, mientras que para Zerwick, por ejemplo, εἰς es utilizado en sentido metafórico para indicar causa⁷⁴. Harris⁷⁵ indica que el valor causal del morfolexema siempre es ambiguo⁷⁶ y puede darse una interpretación alternativa. No obstante, los resultados de nuestro estudio señalan que, en las escasas ocasiones en que se encuentra este valor en el NT, εἰς expresa únicamente causa subjetiva⁷⁷. Podemos cotejar esta noción en los siguientes pasajes neotestamentarios:

Mt 12,41: ἄνδρες Νινευῖται... μετενόησαν εἰς τὸ κήρυγμα Ἰωνᾶ *pues ellos [los habitantes de Nínive] se enmendaron debido a la predicación de Jonás*; cf. Lc 11,32⁷⁸.

V. Conclusión

La dificultad que ofrece el estudio de la preposición εἰς constituye un desafío tanto a un nivel sintáctico como semántico. Sin embargo, del

⁷⁴ Zerwick 1979: 57.

⁷⁵ Harris 2012: 91.

⁷⁶ El valor causal de la preposición dio lugar a una interesante discusión provocada por J.R. Mantey, quien aducía un valor causal del morfolexema en “The Causal Use of εἰς in the NT”, *JBL* 70 (1951) 45-48 y en “On Causal εἰς Again”, *JBL* 70 (1951) 309-311. Esta fue respondida por R. Marcus en “On causal εἰς”, 129-130 y “The elusive Causal εἰς”, *JBL* 71 (1952) 43-44 (Wallace 1996: 369), aduciendo que, aunque era posible la existencia de un valor causal de la preposición en el NT, Mantey se centraba, sobre todo, en ejemplos de εἰς causal no extraídos del griego bíblico y, por tanto, insuficientes para constatar esa posibilidad.

⁷⁷ Aunque en griego no están gramaticalizadas sus diferencias, es posible diferenciar entre causa subjetiva o motivo (también denominada causa psicológica o causa interna) y causa objetiva o externa. La primera constituye la razón por la que un agente lleva a cabo una acción y es representada, generalmente, por un concepto abstracto o un suceso; su peculiaridad es su concurrencia con un agente y el hecho de que solo aparece en acciones controladas. Por tanto, constituye un rol que media entre la causa objetiva (aquella que se asigna a una entidad o suceso que da lugar a una acción no controlada) y el propósito, constituyendo, por tanto, un ámbito nocional indiferenciado en el que la razón que motiva a un agente a realizar determinada acción es cognitivamente equivalente al propósito de dicha acción (Luraghi 2003: 46, 188). Su diferencia radica en que el motivo preexiste al hecho y, en cambio, la finalidad es su consecuencia (Martínez Vázquez y *al.* 1999: 155-156). La causa subjetiva y objetiva pueden ejemplificarse en los siguientes versículos: la subjetiva aparece en Mt 27,18: ἤδει γὰρ ὅτι διὰ φθόνον παρέδωκαν αὐτόν *porque sabía que se lo habían entregado por envidia*; cf. Mc 15,10. La causa objetiva puede ilustrarse en Hch 21,34: μὴ δυναμένου δὲ αὐτοῦ γινῶναι τὸ ἀσφαλὲς διὰ τὸν θόρυβον... *no pudiendo entender nada claro / sacar nada en limpio por el tumulto...*

⁷⁸ Puede apreciarse el mismo valor en Mt 3,11; 10,41ab.42; 14,31; Mc 15,34 y Rom 4,20.

examen de las características propias de la semántica preposicional se deduce que cada morfolexema preposicional tiene un significado lexical, que es determinado con mayor precisión por el caso nominal con el que dicha preposición se combina en el sintagma y que se enriquece más ampliamente por el contexto inmediato (el núcleo del sintagma, el predicado y otros factores contextuales), ya que su sistema se encuentra a medio camino entre lo lexical y lo gramatical.

En efecto, el contexto se convierte en un factor imprescindible para delimitar el valor de esta clase de morfolexemas que exhibe una creciente laxitud en su uso en el NT, dando lugar al solapamiento de la preposición *εἰς* con *ἐν*, *πρός* y *ἐπί*. Todo ello muestra, como se adujo en la introducción, que es necesario un enfoque metodológico principalmente semántico, además de estructural (aunque sin olvidar el aspecto morfosintáctico), en el examen de los valores de un morfolexema preposicional. Por lo demás, el significado lexical de un morfolexema preposicional se convierte en un elemento clave para comprender la delicada línea de continuidad que se da, a menudo, entre su extenso espectro de valores derivados. Esta línea de continuidad consituye una red de extensiones metafóricas suscitadas a partir de este, por lo que es posible explicar el vínculo preciso entre ellos.

Finalmente, el análisis semántico de la preposición *εἰς* en el NT realizado en este trabajo, siguiendo la metodología del *DGENT*, ha verificado la existencia, en este corpus, de las doce acepciones citadas, explicitando por qué el morfolexema cambia de significado atendiendo a los diferentes usos del mismo en contexto. En suma, esta es una muestra de los escollos a los que se enfrenta el estudioso de esta categoría gramatical, tan ambigua, compleja y polisémica. Asimismo, la utilización de este método de análisis semántico representa, en nuestra opinión, un paso adelante en el análisis y la sistematización de los valores semánticos de la preposición *εἰς* y, por tanto, de esta categoría gramatical en general, ya que ha hecho posible deducir con precisión los diferentes significados que adquiere en contexto. Además, ha permitido verificar que el solapamiento entre *εἰς* y *ἐν*, tanto en sentido recto (sememas segundo y cuarto) como figurado (sememas décimo, undécimo y duodécimo), no se da de forma tan heterogénea como suele suponerse entre los autores del NT, ya que dicha confusión no solo se produce con frecuencia en Mc, Lc y Hch (lo que ha sido generalmente admitido), sino también en Mt, Jn, el epistolario del NT y en el Apocalipsis. Por lo demás, la metodología que ofrece el *DGENT* puede aplicarse al estudio de todas las preposiciones en general en cualquier corpus delimitado de textos antiguos o modernos.

BIBLIOGRAFÍA

- Alexandre Júnior, M. A. (2016), *Gramática de Griego clásico y helenístico*, Córdoba: El Almendro.
- Barrett, C. K. (1994), *A Critical and Exegetical Commentary on The Acts of the Apostles*, vol. I, Edinburgh: T & T Clark.
- Bauer, W. y Danker, F. W. (2000³), *BDAG*, Chicago–London, en Bibleworks 7 [CD-ROM], Norfolk, VA 2006: BibleWorks, Software Program.
- Baumert, N. (1998), “Εἰς τὸ mit infinitiv”, *Filología Neotestamentaria*, XI: 7-24.
- Bendor-Samuel B. A, P. M. (1996), *The Exegesis and Translation of Prepositional Phrases in the Greek New Testament: A Semantic Role Analysis*, Oxford: Oxford Centre for Mission Studies.
- Bermejo Rubio, F. (2016), “‘Y vendrán los romanos’ (Jn 11,48). Sobre la identidad de los responsables del arresto de Jesús el galileo”, in I. M. Gallarte y J. Peláez (eds.), *In mari via tua. Philological Studies in Honour of Antonio Piñero*, Córdoba: El Almendro, 503-530.
- Bernard, J. H. (1928), *A Critical and Exegetical Commentary on the Gospel according to St. John*, vol. I, Edinburgh: T. & T. Clark.
- Bortone, P. (2010), *Greek prepositions: From Antiquity to the Present*, Oxford: Oxford University Press.
- Bortone, P. (2013), “Adpositions (Prepositions)”, in G. K. Giannakis (ed.), *EAGLL*, [en línea], Koninklijke, en http://referenceworks.brillonline.com/entries/encyclopedia-of-ancient-greek-language-and-linguistics/adpositions-prepositions-COM_00000007#d87365637e1848 (12/04/2016, 20:18).
- Blass, F. y Debrunner, A. (1961), *A Greek Grammar of the New Testament and Other Early Christian Literature*, Chicago: University Of Chicago Press.
- Cantera, F. e Iglesias, M. (2015), *Sagrada Biblia*, Madrid: Biblioteca Autores Cristianos.
- Caragounis, C. (2004), *The Development of Greek and the New Testament*, Tübingen: Mohr Siebeck.
- Chantraine, P. (1977⁴), *DELG*, vols. I-IV, Paris: Les Éditions Klincksieck.
- Conti, L. (1999), “La expresión de la causa en Homero con referentes humanos”, *Emerita*, LXVII, 2: 295-313, doi:10.3989/emerita.1999.v67.i2.177.
- Coulter H., G. (2005), *Expressions of Agency in Ancient Greek*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Crespo, E. et al. (2003), *Sintaxis del Griego Clásico*, Madrid: Gredos.
- De la Potterie, I. (1962), “L’emploi dynamique de εἰς dans Saint Jean et ses incidences théologiques”, *Bib* 43: 366-387.

- Delgado Jara, I. (2004), “Estudio de los valores de las preposiciones ‘propias’ en el griego del Nuevo Testamento”, *Helmantica*, 55: 149-188.
- Dutton, E. H. (1916), *Studies in Greek Prepositional Phrases*, *διά, ἀπό, ἐκ, εἰς, ἐν*, Chicago: George Banta Publishing Company.
- Fitzmyer, J. A. (1987), *El Evangelio según Lucas. Traducción y Comentario. Capítulos 8,22-18,14*, vol. III, Madrid: Ediciones Cristiandad.
- Galichet, G. (1947), *Essai de grammaire psychologique*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Green, J. B. (1997), *The Gospel of Luke. The New International Commentary on the New Testament*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans.
- Harris, M. J. (2012), *Prepositions and Theology in the Greek New Testament*, Grand Rapids, Michigan: Zondervan.
- Hays, R. B. (1997), *First Corinthians. Interpretation. A Bible Commentary for Teaching and Preaching*, Louisville: Westminster John Knox Press.
- Humbert, J. (1960³), *Syntaxe Grecque*, Paris: Librairie C. Klincksieck.
- Jannaris, A. N. (1897), *An Historical Greek Grammar*, London: Macmillan.
- Jiménez López, M^a D. (1994), “Remarques sur la rection et les prépositions”, en B. Jacquinod (ed.), *Cas et prépositions en grec ancien*, Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 211-226.
- Liddell, H. G. y Scott, R. *et al.* (1996¹⁵), *LSJ*, Oxford, Oxford University Press [en línea], California, en <http://stephanus.tlg.uci.edu/ljsj/#eid=12585&context=lsj&action=from-search> (12/12/2016,09:00).
- Louw, J. P. y Nida, E. A., (eds.) (1988), *Greek-English Lexicon of the New Testament based on Semantic Domains*, 2 vols., New York, en Bibleworks 7 [CD-ROM], Norfolk, VA 2006: BibleWorks, Software Program.
- Luraghi, S. (1989), “Cause and Instrument Expressions in Classical Greek. Remarks on the Use of *διά* in Herodotus and Plato”, *Mnemosyne*. Fourth Series, XLII, 3/4: 294-307.
- Luraghi, S. (1994), “Animate Nouns in Cause Expression”, in B. Jacquinod (ed.), *Cas et prépositions en grec ancien. Contraintes syntaxiques*, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 227-237.
- Luraghi, S. (1996a), “Il rapporto fra caso e preposizione all’interno del sintagma preposizionale”, in S. Luraghi (ed.), *Studi su casi e preposizioni nel greco antico*, Milano, Franco Angeli Edizioni, 59-110.
- Luraghi, S. (1996b), “Determinazioni di Causa e Strumento nel greco classico”, in S. Luraghi (ed.), *Studi su casi e preposizioni nel greco antico*, Milano, Franco Angeli Edizioni, 111-145.

- Luraghi, S. (2000), “Spatial Metaphors and Agenthood in Ancient Greek”, in M. Ofitsch y C. Zinko (eds.), *Sonderdruck aus 125 Jahre Indogermanistik in Graz*, Graz, Leykam, 275-290.
- Luraghi, S. (2003), *On the Meaning of Prepositions and Cases. The expression of semantic roles in Ancient Greek*, Amsterdam-Philadelphia, PA, en http://books.google.es/books?id=tULhyKKX9nsC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (03/01/2016, 20:20).
- Luraghi, S. (2006), “Greek Prepositions: Patterns of Polysemization and Semantic Bleaching”, in E. Crespo - J. de la Villa y A. R. Revuelta (eds.), *Word Classes and Related Topics in Ancient Greek. Proceedings of the Conference on Greek Syntax and Word Classes held in Madrid on 18-21, June 2003*, Louvain-La-Neuve, Peeters, 487-499.
- Luraghi, S. (2012), “Adpositional Phrase”, in Georgios K. Giannakis (ed.), *EAGLL* [en línea], Leiden, en http://referenceworks.brillonline.com/entries/encyclopedia-of-ancient-greek-language-and-linguistics/adpositional-phrase-COM_00000006 (15/01/2016, 19:04).
- Luraghi, S. (2013b), “Agency and Causation”, in Georgios K. Giannakis (ed.), *EAGLL*, [en línea], Koninklijke, en http://referenceworks.brillonline.com/entries/encyclopedia-of-ancient-greek-language-and-linguistics/adpositional-phrase-COM_00000006 (14/03/2016, 11:19).
- Martínez Vázquez, R. et al. (1999), *Gramática funcional-cognitiva del griego antiguo I. Sintaxis y semántica de la predicación*, Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Martínez Vázquez, R. et al. (2000a), “Sobre la distinción entre Agente y Causa en griego antiguo”, *Habis* 32: 639-657.
- Martínez Vázquez, R. et al. (2000b), “La función semántica ‘agente’ en griego antiguo”, *Habis* 31: 481-502.
- Mateos, J. (1989), *Método de análisis semántico aplicado al griego del Nuevo Testamento*, Córdoba: El Almendro.
- Mateos, J.; Peláez, J. y Gasco (2000-), *DGENT*, fasc. 1-5, Córdoba: El Almendro.
- Mateos, J. (ed.) (2001), *Nuevo Testamento*, Córdoba: El Almendro.
- Moliner, M. (1966-1967), *Diccionario de uso del español*, Madrid: Gredos.
- Moulton J. H. (ed.) (1963), *A Grammar of New Testament Greek*, vol. III. *Syntax*, Edimburgh: T & T Clark.
- Nácar, E. y Colunga, A. (1999), *Sagrada Biblia*, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- Nelson, T. (ed.) (1982), *Holy Bible. New King James Version*, [en línea] (Biblegateway), en <https://www.biblegateway.com/versions/King-James-Version-KJV-Bible/> (15/03/2016, 17:59).

- Nikitina, T. y Maslov, B. (2013), “Redefining Constructio Praegnans: On the Variation between Allative and Locative Expressions in Ancient Greek”, *Journal of Greek Linguistics*, 13: 105-142.
- Peláez, J. (1996), *Metodología del Diccionario Griego-Español del Nuevo Testamento*, Córdoba: El Almendro.
- Porter, S. E. (1992), *Idioms of the Greek New Testament*, Sheffield: A&C Black.
- Plummer, A. (1969), *Critical and Exegetical Commentary. Gospel According to S. Luke*, Edinburgh: T & T Clark.
- Reina, C. de y Valera, C. de (eds.) (2010), *Santa Biblia* [en línea] (Biblegateway), en <https://www.biblegateway.com/versions/Reina-Valera-1960-RVR1960-Biblia/> (17/03/2016,17:58).
- Roberts, J. W. (1958), “Nota sobre la Preposición εἰς en Mateo 12:41”, *Restauración Trimestral*, 2, 1: 19-21.
- Robertson, A. T. (1914), *A Grammar of the Greek New Testament in the Light of Historical Research*, Nashville: New York Hodder & Stoughton.
- Rodríguez Adrados, F. et al. (2013), *DGE* [en línea], Madrid, en <http://dge.cchs.csic.es/xdge/ὑπό> (07/03/2016, 20:20).
- Thayer, J. H. et al. (1889²), *Greek-English Lexicon of the New Testament*, Norfolk, en Bibleworks 7 [CD-ROM] VA 2006, BibleWorks, Software Program.
- The Division of Christian Education of the National Council of the Churches of Christ in the United States of America (1989), *The Bible. New Revised Standar Version*, [en línea] (Biblegateway), en <https://www.biblegateway.com/versions/New-Revised-Standard-Version-NRSV-Bible/> (15/03/2016, 17:59).
- Vela Tejada, J. (1993), “La reestructuración funcional del sistema preposicional griego en la *koiné*”, *Habis* 24: 235-248.
- Wallace, D. B. (1996), *Greek Grammar Beyond the Basics: An Exegetical Syntax of the New Testament*, Grands Rapids, Michigan: Zondervan.
- Zerwick, M. (1979), *El griego del Nuevo Testamento*, Navarra: Verbo Divino.
- Zerwick, M. (2008), *Análisis gramatical del griego del Nuevo Testamento*, Navarra: Verbo Divino.
- Zorell, F. (1998), *Lexicon Hebraicum et Aramaicum Veteris Testamenti*, Roma: Pontificium Institutum Biblicum.
- Zorell, F. (1990), *Lexicon Graecum Novi Testamenti*, Paris: P. Letheilleux.

(Página deixada propositadamente em branco)

LA IMAGEN ESTEREOTIPADA DEL SACRIFICIO DEL BUEY EN LA CULTURA VISUAL GRECO-ROMANA¹

THE STEREOTYPED IMAGE OF THE SACRIFICE OF THE OX IN GRECO-ROMAN VISUAL CULTURE

JORGE TOMÁS GARCÍA

jtg.jorge@gmail.com

Universidad Autónoma de Madrid

<https://orcid.org/0000-0001-7514-3805>

Artigo submetido a 03-10-2017 e aprovado a 19-06-2018

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar en profundidad la iconografía de la *immolatio boum* en la cultura visual romana de época tardo-republicana y a inicios del principado. Para ello nos serviremos de la presencia de una pintura griega en particular, la *immolatio boum* de Pausias de Sición (pintor griego del siglo IV a.C.) que fue expuesta en el Pórtico de Pompeyo. A partir de esta certeza –bien documentada en fuentes literarias– estudiaremos cómo las novedades formales, estilísticas y visuales introducidas por la vanguardia pictórica de Pausias tuvieron repercusión en la visualización del espectador romano. La principal novedad de este trabajo reside en analizar la intersignificación de la pintura griega en un espacio público romano en el que adquirió unos matices interpretativos que fueron diseñados y contruidos por la cultura política y religiosa romana. Los testimonios literarios de

¹ Este trabajo está financiado por fondos nacionales a través de *FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia* a través del proyecto “Visual Culture in Rome and Ancient Lusitania”, en el Instituto de História da Arte (FCSH, Univ. NOVA Lisboa). Este trabajo se realiza en el contexto del “Grupo de Investigación de Excelencia Estudios Visuales” (Fundación Séneca, 19905/GERM/15).

Plinio el Viejo, Horacio, Pausanias o Ateneo nos ofrecen la suficiente información cómo para reconstruir el impacto visual de la obra en el contexto romano. Además de estas fuentes escritas, la metodología de análisis de las imágenes está construida a partir de una amplia gama de ejemplos coetáneos a la época de Augusto. Finalmente, el trabajo pretende mostrar cómo esta iconografía tan característica pervivió a través de los siglos mediante distintos canales de transmisión visual hasta estar presente en la obra de Rafael Sanzio o Pedro Pablo Rubens.

Palabras clave: Sacrificio del buey; Pausias; *immolatio boum*; pervivencia iconografía clásica; Renacimiento; estética.

Abstract

The aim of this article is to analyze the iconography of the *immolatio boum* in the Roman visual culture of the late-republican period and at the beginning of the principality. For this we will use the presence of a Greek painting in particular, the *immolatio boum* of Pausias of Sicyon (Greek painter of the 4th century BC) that was exhibited in the Pompey portico. This certainty is well documented in literary sources, and we will study how the formal, stylistic and visual novelties introduced by the Pausias pictorial avant-garde had an impact on the visualization of the Roman viewer. The main novelty of this article lies in analyzing the intersignification of Greek painting in a Roman public space in which it acquired interpretative nuances that were designed by the Roman political and religious culture. The literary testimonies of Pliny the Elder, Horace, Pausanias or Athenaeus offer us enough information to reconstruct the visual impact of the work in the Roman context. In addition to these written sources, the methodology of image analysis is constructed from a wide range of contemporary examples from the time of Augustus. Finally, the article aims to show how this characteristic iconography survived through different channels of visual transmission to be present in the work of Rafael Sanzio or Pedro Pablo Rubens.

Keywords: Sacrifice of ox; Pausias; *immolatio boum*; survival classic iconography; Renaissance; aesthetics.

SUMARIO

El arte de la escuela de pintura de Sición tuvo una gran influencia en la formación de la cultura visual romana. Desde la toma de Corinto por Lucio Mumio en 146 a.C. la presencia de elementos griegos en el arte romano fue en notable incremento. Dentro de este amplio panorama –descrito ya de manera clara y profunda en la historiografía- en este trabajo nos gustaría subrayar la importancia de la llegada a Roma en época de Augusto de las obras de Pausias de Sición, uno de los pintores más vanguardistas de Grecia

en el siglo IV a.C. La iconografía de algunos de los temas que desarrolló Pausias ocupó un lugar de privilegio en el complejo artístico y cultural del Teatro de Pompeyo. En concreto una obra causó una gran impresión a los espectadores romanos del siglo I a.C.: la representación del sacrificio del buey o *immolatio boum*. La sorpresa en los espectadores ante la visualización de la pintura –tal y como recoge Horacio y expondremos posteriormente– estaba bien justificada: en primer lugar, porque esta iconografía tenía una gran tradición en la cultura visual romana, ya que el sacrificio era uno de los actos más comunes en el ritual romano, y segundo, porque el estilo utilizado por Pausias para representar esta temática suponía una gran innovación en el contexto visual romano. A partir de la llegada de la obra de Pausias al complejo teatral de Pompeyo, son numerosos los ejemplos que se pueden localizar con esta iconografía en el imaginario visual romano. La mayoría de ellos siguen con el modelo tradicional de representación, recogido por Brendel en su original artículo “*Immolatio Boum*” (1930). Sin embargo, este trabajo primero del autor alemán puede ser ampliado en diversas direcciones. Mediante este artículo, y partiendo de los datos obtenidos por Brendel en un estudio paradigmático sobre iconografía, pretendemos demostrar que el estilo de Pausias supuso una novedad estética y estilística en la Roma del s. I a.C. Numerosas obras de arte a lo largo del territorio romano nos servirán de ilustración clara de lo anteriormente comentado. Además, otros ejemplos posteriores en el Renacimiento vendrán a confirmar que la iconografía del sacrificio del buey estaba plenamente asentada en la manera de crear del artista romano.

1. La fijación de un modelo iconográfico: *immolatio boum* (Plin. HN. 35.126)

El origen de la iconografía del sacrificio del buey en el arte clásico remonta a la figura de Pausias de Sición (*ca.* 380-330 a.C.). Fue uno de los grandes representantes de la escuela sicionia de pintura. Nativo de Sición, pertenece a la tercera generación de pintores de la escuela. Enriqueció los códigos de la pintura clásica e innovó en los géneros establecidos para llegar hasta nuevas metas². Minucioso en su labor artística, recibió de Pánfilo la

² Reinach 1985; Tomás García 2011, las técnicas que más practicó Pausias fueron sin duda la pintura a la cera o encáustica. Grecia tuvo su propia tradición en el trabajo del encausto a pesar de que el origen se sitúa en Egipto. Su desarrollo fue mucho más

técnica de la pintura a cera o encáustica, a partir de la cual pudo innovar en la creación de nuevos géneros pictóricos como el de las naturalezas muertas. Se encargó de conservar el estilo académico de la escuela en lo referente a la tradición del diseño, a la simetría, a la dignidad del arte de la pintura como materia científica y matemática³.

Sin embargo, la obra que ha dejado un testimonio más sólido del estilo de Pausias es una *immolatio boum* (Plin. HN. 35.126)⁴. Esta obra tuvo

reciente en la zona de Grecia, que ya durante el arcaísmo y el clasicismo parece haber sido utilizada esta técnica (Paus. 1. 40.4): en Delfos y en Atenas con anterioridad al 400 a. C., y en la primera mitad del s. IV a.C. se trabajaba ya en Atenas la decoración interior de los muros. El procedimiento de “encaustar” la pintura, relacionado con el verbo griego “abrillantar” o “hacer relucir”, es descrito por Vitruvio (7.9.3). El encausto se caracteriza por la luminosidad, por la frescura de los colores, por su buena conservación ante situaciones climatológicas adversas, y todos estos factores convirtieron a esta técnica en la más difundida en la Antigüedad (Plin. HN. 35.31). Por lo tanto, el encausto se afianzó como la manera perfecta de pintar sobre cera. La pericia técnica de Pausias le llevó a restaurar en témpera lo pintado por Polignoto en un mural de Tespis, probablemente dañado después de la toma de la ciudad por Alejandro en 335 a.C.

³ La modernidad de su arte no pasó desapercibida, y durante la edilidad de Escauro, hacia el 58 a.C. (Plin. HN. 35.127), sus obras se llevaron a Roma para poder ser contempladas como patrimonio público, como pago de las deudas que había contraído Sición durante la primera guerra contra Mitridates (88-84 a.C.). Son varios los aspectos que configuran las causas del éxito y la fortuna del estilo de Pausias en la Roma de Augusto, ver Tomás García 2015: 23-26. En primer lugar, es necesario repasar las causas y fundamentos de la llegada de las primeras obras de arte griego a territorio itálico y romano. Esta llegada se solía producir después de las campañas bélicas, en forma de botín de guerra o incluso de raptó de obras. Fue a partir de este traslado paulatino de obras a partir del que se fue forjando en Roma un gusto estético cercano a lo helénico y una necesidad, o incluso avaricia, de coleccionismo por parte de las personalidades políticas de la época. No había mejor manera de inaugurar un pórtico o de decorar un templo que mediante la colocación de una obra, ya fuera pintura o escultura, traída directamente de Grecia como muestra de victoria, por un lado, y de enriquecimiento cultural, por otro lado. A pesar de que existían pintores romanos desde fecha temprana, fueron los maestros griegos los elegidos para adoctrinar a las futuras generaciones de artistas romanos. Como muy bien indicó García y Bellido 1990: 41, la complejidad de este fenómeno cultural se puede resumir en unos cuantos aspectos fundamentales “la importación en Roma de buena parte del patrimonio artístico de los pueblos griegos sojuzgados y de los tesoros de todas clases de los monarcas helenos vencidos. Con tales *importaciones* vinieron también hombres y, con ellos, ideas, modas y costumbres de gran poder expansivo y de soberana fuerza proselitista”.

⁴ El sacrificio de los bueyes era una práctica religiosa bien asentada en el pueblo griego. El verbo que se utilizaba para ello era el de *bouphonéo* como “matar toros”, dentro del sentido general de la *thusia* griega como fiesta, sacrificio o celebración. Para el léxico

repercusión en el arte romano posterior y facilitó un avance importante en los procedimientos de la perspectiva y de la profundidad espacial. Para Pausias no resultaba extraña la temática de tipo animal. Pfuhl señaló el paralelismo entre un mosaico romano con la figura de un pastor en un entorno bucólico rodeado de cabezas de ganado con el estilo de Pausias⁵. Según Shear⁶, este mosaico romano podía representar la escena de Paris llevando como un pastor el ganado por las pendientes del monte Ida. Para este autor, Pausias pintó también pequeñas obras sobre bueyes y toros, convirtiéndose en un experto en la representación de ganado.

El éxito de su pintura en Roma se debe a que el coleccionista romano era sensible al formato de la pintura de Pausias, admirado por una clase social que crecía en torno a una base económica cada vez más poderosa, una vez rotos los principios nobiliarios⁷. Técnica, variedad de colores, los temas tratados y la elección estilística se unen por primera vez en Pausias en una pintura profana que alcanzó la más alta consideración. Pausias era un maestro con una *téchne* definida y auténtica, dominador de la encáustica, y de la *lacunar*⁸. En Roma, el estuco era el material preferido cuando se quería resaltar la luminosidad de un interior. La técnica, que en Roma apareció estrechamente ligada a la arquitectura, tuvo gran éxito en el ambiente refinado romano hasta la edad tardo-imperial. El alto grado de refinamiento técnico, y la complejidad de las composiciones que se pueden llevar a cabo, hizo que se convirtiera en imprescindible en las residencias privadas romanas, tales como la *Domus Aurea* o la Casa della Farnesina⁹.

Resulta bastante complicado establecer una línea de evolución en la representación del espacio en el arte figurativo griego. En la segunda mitad del s. V a.C. ya se conocían la representación del escorzo y la torsión del

del sacrificio griego ver Reverdin – Grange 1980, y Casabona 1966. Para la obra de Plinio el Viejo sigo la edición de Jan y Mayhoff 1967.

⁵ Pfuhl 1923: 724, esta atribución me parece más gratuita que fundada en argumentos científicos, pero la recojo como muestra de la importancia del estilo del pintor.

⁶ Shear 1925: 380.

⁷ Plin. *HN*. 35.19-20, nos habla de la familia de los Fabios, que tomaron el sobrenombre de *Pictor* por su afición a la pintura (Cic. *Tusc.* 1.2.4), cuyo primer miembro conocido en el mundo del arte, Cayo Fabio, remonta a la mitad del s. III a.C. Cicerón sentía cierta lejanía respecto a las artes figurativas, si bien elogiaba profundamente la poesía de los griegos, consideraba a la pintura y a la escultura como *non animorum simulacra, sed corporum* (Cic. *Arch.* 12.30)

⁸ Koch 2000: 99.

⁹ Salvetti 1998: 87.

cuerpo, por lo que esta obra viene a continuar la evolución de un proceso ya iniciado¹⁰. La obra de Pausias estuvo expuesta en el Teatro de Pompeyo, donde pudo servir de modelo para ilustrar escenas de sacrificios. La gran novedad es que introdujo, por primera vez, una nueva dimensión en la pintura. Pausias decidió pintar la longitud de buey no de costado sino de frente, de manera que destacaban mucho más las verdaderas dimensiones del animal. Para finalizar la obra dio una capa continua de negro para lograr volumen a la sombra a partir del mismo color, y no con contraste de distintos colores (Plin. *HN*. 35.126). Esta pericia técnica, junto a la ya mencionada técnica de la encáustica, le dio la posibilidad de trabajar e innovar con los efectos del claroscuro. El efecto pictórico pone de relieve el volumen de una forma respecto a la luminosidad de otra figura graduando el color y con la aplicación de la luz. Recursos pictóricos como éstos fueron los que hicieron de la pintura de Sición el mayor enemigo para Platón¹¹.

Es una pintura que no duda en utilizar las novedades científicas de su tiempo para, siempre desde el respeto a la naturaleza como principal guía, innovar en el terreno de lo pictórico. El problema del claroscuro fue afrontado por primera vez por Apolodoro sobre el 430 a.C¹². La mayoría de fuentes

¹⁰ De Rosa 2000: 35, encuadra la obra en el contexto general del estudio de la geometría en la Antigüedad.

¹¹ Cuando Platón se refiere a las pinturas sombreadas, lo hace en este sentido, ya que éstas engañan a la percepción visual (Pl. *R*. 523c1). Las *lacunaria* de Pausias también tuvieron que recurrir a este tipo de juego visual, ya que cuando se contempla desde una posición inferior las pinturas situadas en una zona alta, el pintor debe jugar con la distancia y con la percepción visual del espectador. Aristóteles también definió la *skiagraphia* en un sentido muy parecido a Platón (Arist. *Rh*. 1414a5). Los efectos de luces o sombras, la variedad en la utilización de colores y matices, o el juego de volúmenes introducidos por Pausias se alejan, no sólo estéticamente sino, lo que resulta más importante, epistemológicamente del ideal platónico. La controversia teórica sobre esta hipótesis se puede encontrar en Keuls 1978: 146; Tomás García 2009: 105.

¹² Pfuhl, *op.cit.*, sentó las bases del estudio crítico de la técnica pictórica de la *skiagraphia*, y Pollitt (1990: 147) lo define como “shading, that is, the simulation of normal optical experience of figures in light and space by the modulation of light and shade in a painting.” Ambos atribuyen la originalidad a Apollodoro, pero Quintiliano (12.10.4) apunta a Zeuxis como el primero en manejar esta técnica. Para el autor latino, el método pictórico de Apolodoro era una lectura en dos dimensiones de la pintura en el plano, pero el avance de Zeuxis fue mayor ya que llegó de manera tridimensional a las partes de la pintura que el espectador no percibía en una primera impresión. La postura de Apolodoro la defiende Plinio (*HN*. 35.60-62). Lo más común es atribuir a Quintiliano un error de interpretación y seguir a Plinio. Bruno 1977: 184.

coinciden en señalarlo como el verdadero inventor de la pintura con graduación de tonos¹³. Sea como fuere, el claroscuro se incorporó al escorzo de las figuras para representar la oblicuidad interna de las mismas; pero, mientras que el valor del claroscuro en la naturaleza es un efecto de la corporeidad, en el arte es el generador de la impresión de esa corporeidad de las figuras¹⁴.

2. La repercusión de la iconografía de la *immolatio boum* de Pausias en Roma

La *tabella* de Pausias fue conocida y admirada en Roma, tanto que solía despertar la admiración de los espectadores que la contemplaban *in situ*¹⁵. Horacio recoge de qué manera una obra de Pausias solía despertar la curiosidad de los espectadores, *vel cum Pausiaca torpes, insane, tabella* (Hor. S. 2.7). Si bien el texto de Horacio no especifica de manera clara que la obra referida de Pausias fuese la *immolatio boum*, las noticias que tenemos de esta obra nos hacen suponer que fue esta la obra del pintor griego que pudo causar esa impresión descrita por el poeta latino. La expresión horaciana *insane* es significativa en este contexto ecfrástico. *Insane* es el demente, el loco, insensato. Por tanto, ¿quién se atrevería a pararse a ver una *Pausiaca tabella*, una “tablilla de Pausias”?¹⁶ Y, ¿por qué razón se pararía a verla? La obra de Pausias debería tener algo distinto a las demás obras de la época para que fuera citada por Horacio de esta manera. El poeta no nos da más datos sobre la obra en cuestión, pero todo parece indicar que debe tratarse de la *immolatio boum* del complejo de Pompeyo: *Pausias autem fecit et grandes tabulas, sicut spectatam in Pompei porticu boum immolationem. eam primus invenit picturam, quam postea imitati sunt multi, aequavit nemo* (Plin. HN. 35. 126)¹⁷. La original composición de las figuras en un

¹³ Bianchi Bandinelli 1980: 213.

¹⁴ Della Seta 1907: 103.

¹⁵ Hor. S. 2. 7: *vel cum Pausiaca torpes, insane, tabella, / qui peccas minus atque ego, cum Fulvi Rutubaeque / aut Pacideiani contento poplite miror / proelia rubrica picta aut carbone, velut si / re vera pugnent, feriant vitentque moventes / arma viri?*

¹⁶ *Tabella, ae*: “tablilla” (sustantivo).

¹⁷ En el campo de Marte, un fresco representaba el rapto de Europa (Mart. 2. 14) obra de Antífilo, que también tenía obras en la galería del pórtico de Octavia y en el pórtico de Filipo (HN. 35.114), un portador de un escudo que se dudaba si ascendía o descendía obra de la obra de Polignoto de Tasos y que se encontraba anteriormente delante de la Curia de Pompeyo, *dubitatur ascendentem cum cluqueo pinxerit an descendentem* (HN. 35.59),

tema tan conocido para los romanos como el del sacrificio era causa de sorpresa para el espectador romano. De pronto se encontraba con un buey representado de frente, que sobresalía por el volumen de la sombra, por su profundidad y por la riqueza en el matiz del color¹⁸.

El rito del sacrificio está en la misma base de la religiosidad romana. Su iconografía resultaba familiar para todos los espectadores del Teatro de Pompeyo, y la obra de Pausias sorprendía por su capacidad de innovación en un tema tan representado. En el *Ara Pacis*, situado en el complejo imperial del Campo de Marte desde su fundación, ya que cada año debía ser oficiado un sacrificio en el propio altar por parte de los magistrados, de los sacerdotes y de las vírgenes vestales¹⁹. El altar fue construido en honor de Augusto en el 13 a. C. tras su vuelta pacificadora de la Galia y de Hispania (*Ov. Fast.* 1. 709: Aug. *Res Gestae*, 2. 37-42: D.C. 54.25.3), y su *consecratio* y *dedicatio* tuvo lugar el 30 de enero del 9 a.C.²⁰ No hay duda de que esta obra constituye el principal monumento para la comprensión de la ideología de Augusto y, afortunadamente, se ha conservado prácticamente intacto. Además, es el primer monumento con relieves históricos del arte romano del que tenemos un conocimiento real, y parece ser que a partir de su ejemplo se inauguró en el arte romano una tradición gloriosa con este tipo de construcciones²¹.

El *Ara Pacis* se constituyó como hogar perenne de la Paz a la que había que sacrificar cada año una víctima blanca de un golpe en la frente²²,

el *boum immolationem* de Pausias (*HN.* 35.126) y el *Alexander* de Nicias situado en un lugar especial del propio pórtico (*HN.* 35.133). Estas obras de Polignoto, Antífilo, Pausias y Nicias constituyen un ejemplo inmejorable del gusto ecléctico propio del coleccionismo tardo-republicano en Roma. Sobre este tema la referencia es Celani 1998: 85. El pórtico se convirtió en el más celebrado de los lugares para contemplar arte con una colección de pintura y escultura de los artistas más conocidos, material que tuvo mucha importancia en el curso y en el desarrollo del arte romano, ver Leach 2004: 4.

¹⁸ McGann 1956: 97-99.

¹⁹ Aug. *Res Gestae*, 12: *Cum ex Hispania Galliaque, rebus in iis provinciis prospere gestis, Romam redi, Ti. Nerone P. Quintilio consulibus, aram Pacis Augustae senatus pro reditu meo consacranda censuit ad campum Martium, in qua magistratus et sacerdotes virginesque Vestales anniversarium sacrificium facere iussit.* Testimonio comentado por Kleiner 1978: 753-785.

²⁰ Gesztelyi 1966: 43-46, encontramos todos los detalles sobre la cronología del ara.

²¹ Hannestad 1986: 63; Conlin 1997: 29.

²² *Ov. Fast.* 1. 709: *tura, sacerdotes, Pacalibus addite flammis, / albaque perfusa victima fronte cadat; / utque domus, quae praestat eam, cum pace perennet / ad pia propensos vota rogate deos.*

de manera que ejemplificaba perfectamente el ideal romano de la *Eneida*²³. El sacrificio permitía, además de estar en contacto con los dioses, establecer un rango y una jerarquía en las relaciones sociales²⁴. El significado etimológico de *sacrificium*, “realizar algo sagrado”, se concreta en un tipo de ofrenda que culmina con la muerte de un ser vivo (ovejas, bueyes, vacas, cerdos). El sacrificio era el acto más placentero para los dioses según los romanos, ya que la sangre de la víctima renovaba la energía divina²⁵. El naturalismo de los relieves del *Ara* permiten ofrecer una imagen comprensible del principado de Augusto, preocupándose el artista por la visión del espectador que participaba de manera activa en el sacrificio, puesto que una de las funciones fundamentales de las imágenes en Roma era la de ayudar a definir los significados de los ritos religiosos²⁶. Fue en esta época de Augusto en la que las representaciones de sacrificios animales se hicieron más comunes, debido a los múltiples festivales y celebraciones que coparon el calendario romano. El tipo de imagen representaba el momento justo en el que el animal iba a recibir el golpe final, convirtiendo la imagen más dramática del sacrificio en el centro de la nueva iconografía²⁷. Además, la importancia

²³ Virg. *Aen.* 6. 852: *tu regere imperio populos, Romane, memento/(hae tibi erunt artes), pacique imponere morem,/ parcere subiectis et debellare superbos*’. Este es el ideal al que se refiere la construcción del Ara Pacis, el de imponer la paz, conceder el favor a los humildes y abatir a los soberbios. Momigliano 1942: 228-231, además lo considera inseparable del universo de la *Égloga* 4.

²⁴ Elsner 1991: 50, establece de manera magistral la relación entre el arte, la jerarquía social y el acontecimiento religioso del sacrificio.

²⁵ Prescendi 2007: 35. Los triunfadores romanos inmolvaban a Júpiter Capitolino dos bueyes blancos nacidos en Umbría. Cuando los bueyes destinados al sacrificio no eran enteramente blancos, se acababan de blanquear con Creta y estos bueyes se llamaban *bos cretatus*. Se adornaban después las puertas de los templos con las cabezas de los bueyes inmolados y de aquí es que se ven los altares decorados con el cráneo de estos animales. Los animales, por su parte, debían ser conducidos hasta el ara sacrificial de manera suave, nunca forzada, ya que si la cuerda que los arrastraba se tensaba (como sucede con una de las víctimas del lienzo), el hecho podía ser considerado como señal de mal augurio. Una vez ante el sacerdote, se vertía sobre su cabeza vino y una mezcla de harina, sal y agua, denominada *mola salsa*. Este acto, conocido como *inmolare*, pasó con posterioridad a designar al sacrificio propiamente dicho. Tras su muerte, que debía de ser rápida y limpia, se extraían sus órganos internos para ser ofrecidos a los dioses. Este momento era aprovechado, en ocasiones, para tratar de adivinar el futuro a través de la lectura de las entrañas. La carne restante podía ser consumida por los asistentes.

²⁶ Elsner 1995: 198.

²⁷ Zanker 1988: 114.

de la decoración floral en todo el conjunto revela una clara deuda artística con esquemas griegos conocidos por los escultores del ara²⁸. Los testimonios de sacrificios rituales se organizaban en torno a dos prácticas fundamentales: o bien la escena de la procesión hacia el altar, o bien la escena del altar con la ejecución del animal. Los sacrificios anuales se solían realizar en días festivos para los ciudadanos (Catul. 64. 386), y los bueyes blancos eran las víctimas preferidas, *bobus albis* (Hor. *Saec.* 49-52).

Por estos motivos, la *tabella* de la *immolatio boum* de Pausias tuvo un gran éxito en la Roma de los ss. I a.C. y I d.C.²⁹. El tema del sacrificio era bien conocido y dominado por los artistas romanos, ya que era uno de los acontecimientos fundamentales y básicos en su concepción de lo religioso. Alrededor del 58 a.C. el edil Escauro llevó a Roma esta obra de Pausias, y se introdujeron nuevos matices en la representación de este tipo de iconografía³⁰. Las principales novedades de Pausias consistieron, por un lado, en que fue el primero que, para mostrar la longitud del buey en su totalidad, lo pintó de cara y no de costado, y de este modo se percibían sus dimensiones de manera admirable. Además, cuando todos los demás pintaban en tonos blancos los detalles que querían resaltar y en negro los que debían quedar en segundo plano, él dio a todo el buey una capa de negro para que adquiriera volumen la sombra a partir de la sombra misma (Plin. *HN.* 35.126). Con esta nueva de entender el concepto de luz y su manera de representar la profundidad en la escena, Pausias fue el primero que comenzó un nuevo camino en la pintura griega. También Nicias el ateniense observaba con detalle los efectos de luz y sombra y cuidaba muy especialmente de que en sus cuadros resaltaran sobre el fondo los temas que representaba (Plin. *HN.* 35.132).

Tal y como escribió Gombrich³¹, este nuevo toque de luz introducido por Pausias fue el predecesor de la posterior perfección alcanzada por Apeles, compañero y condiscípulo de Pánfilo. Al trabajar del oscuro al claro en lugar

²⁸ Moretti 1948: 273; Castriota 1995: 142.

²⁹ Helbig 1868, nº 1411, destaca también una pintura en Pompeya con esta iconografía como uno de los ejemplos más sobresalientes.

³⁰ Durand 1984: 226.

³¹ Gombrich 1976: 46. La técnica del encausto pudo desarrollarse con éxito debido a la capacidad erudita y culta de los artistas en la zona de Sición, donde los pintores eran artistas cultivados en diversas materias científicas, desde la maestría de Eupompo en estos temas, semejantes a los poetas, llenos de un espíritu creativo que los alejaban del mercantilismo y del servilismo de la época.

de del claro al oscuro fue como Pausias consiguió dominar los efectos de luz y de brillo. El vocabulario léxico en las fuentes griegas sobre el concepto de sombra en la pintura es amplio, por tanto Plinio es el receptor de una tradición que era conocida y aceptada en la cultura escrita y visual romana. En Platón (*Tht.* 208e) encontramos el uso del verbo *skiagráphema*, para referirse a las pintura de sombras utilizadas en los escenarios teatrales, aunque sin duda la expresión más utilizada para hacer referencia en las fuentes griegas a las pinturas hechas mediante sombras es *skiagraphéo*, “pintar con sombras”³². La técnica de la representación de la sombra en la pintura -*skiagraphía*- fue perfeccionada en tiempos de Platón, en la primera mitad del s.IV a.C., y probablemente Nicías fue de los primeros en destacar en el uso de las figuras a través de las sombras y de la ilusión óptica. Destacaba por su manera precisa de pintar mujeres, y por su estilo más preciso que armonioso (Plin. *HN.* 35.130). Se fijaba especialmente en la representación de las luces y de las sombras, y ponía especial interés en la colocación de los temas principales de sus obras sobre el fondo de los cuadros³³. Tiberio había colocado en la cella del templo del Divino Augusto el famoso *Hyacinthus* de Nicías (Plin. *HN.* 35.131), elección que se encuadraba dentro del gusto de coleccionista que había desarrollado Tiberio por el arte griego³⁴.

Estas obras ya mostraban un interés sobresaliente por el concepto de *umbra* (Plin. *HN.* 35. 130): la sombra como proceso fundamental en la consecución del espacio y de la perspectiva en la pintura griega. En el capítulo 5 del libro 35, Plinio escribe: “No tenemos ningún conocimiento cierto sobre el comienzo del arte de la pintura, ni esta investigación cae bajo nuestra consideración. Los egipcios afirman que fue inventado entre ellos, seis mil años antes de que pasara a Grecia; una jactancia vana, es muy evidente. En cuanto a los griegos, algunos dicen que fue inventado en Sición, otros en Corinto; pero todos coinciden en que se originó en trazar líneas alrededor de la sombra humana [...*omnes umbra hominis lineis circumducta*]”. Más tarde, en el capítulo 15, cuenta la ahora famosa historia de Butades de Corinto. Según Plinio, la hija de Butades se enamoró de un joven corintio y al disponerse el novio a marchar al extranjero, la última

³² Los testimonios los encontramos en Platón (*Lg.* 263c; *R.* 523b; *Prm.* 165c), Philostr. (*VA.* 1.2), Philostr. Iun. (*Im.* 1.13), Clem. Al. (*Prot.* 4).

³³ Plin. *HN.* 35.130: *ipse diligentior quam numerosior et in coloribus severus maxime inclaruit discipulo Nicia Atheniense, qui diligentissime mulieres pinxit.lumen et umbras custodiit atque ut eminent e tabulis picturae maxime curavit.*

³⁴ Becatti 1973: 43, sobre el coleccionismo de obras de arte griego por parte de Tiberio.

noche, al despedirse, la novia tuvo la idea de quedarse con el retrato de su amante, para lo cual trazó con carboncillo el perfil de su cara, señalado por la sombra en el muro de la habitación [*umbram ex facie eius ad lucernam in pariete lineis circumscripsit*]. Butades obtuvo un retrato duradero, que según la tradición se conservó en el Ninfeo de Corinto hasta que conquistaron la ciudad los romanos al mando de Lucio Mumio³⁵.

Brendel fue el encargado, en un artículo que sentó las bases para el estudio de esta iconografía³⁶, de recoger los principales ejemplos de la *immolatio boum* en un período de tiempo cercano a la llegada de la obra de Pausias a Roma. La existencia de un tipo romano de esta iconografía es bastante clara, y parece bastante probable que la llegada de la obra de Pausias a este contexto tuviera repercusión, si bien es difícil encontrar ejemplos que cumplan con todas las premisas estéticas que nos describe Plinio sobre la obra de Pausias. Brendel destaca la figura del *victimarius*, personaje que se repite en todos los ejemplos comentados a continuación y que es el encargado de dar a la víctima el golpe mortal en la cabeza, orgulloso de prestar tal servicio a los dioses mediante el derramamiento de sangre.

El sacrificio ritual de un animal con acompañamiento musical se mantuvo en Roma como una de las escenas más comunes a lo largo de la República y del Imperio. Incluso este acontecimiento fue secuenciado en ocasiones para elegir una de los pasos del ritual, como puede ser la preparación del animal o la procesión anterior. Aunque, sin duda, el momento preferido por los artistas ha sido el inmediatamente anterior a la muerte del animal. Un relieve de la segunda mitad del s.II d.C. (fig. 1), que originariamente se encontraba en el Foro Trajano en Roma, muestra ese momento previo

³⁵ Los intérpretes posteriores de la anécdota de Plinio han subrayado la conexión entre la imagen, la sombra y la muerte que parece requerir una investigación antropológica. Según Wolf (1999:60) por ejemplo, “Pliny’s story should be read within an anthropology of the shadow in the classical world (and in other ancient societies), where the insubstantial eidola of the dead were called ‘shadows’”. Stoichita sugiere que debemos leer a Plinio sobre el trasfondo de la conexión simbólica asumida por los griegos entre la sombra, el alma y el doble de una persona. Según Stoichita, esto indicaría que el resultado de la colaboración entre el alfarero y su hija fue la creación simbólica de un doble viviente, una figura sustituta difícil de entender sin visualizar las acciones rituales que se ejercen sobre ella. Por tanto, para Stoichita (1997:18), la transferencia de la imagen al templo en Corinto implica que “the clay semblance becomes a cult object”. Para Stoichita, el final de la historia de Plinio sugiere un culto a la apariencia de arcilla que reproduce, incluye y acomoda la sombra del joven, que con toda probabilidad está ausente para siempre.

³⁶ Brendel 1930: 204.

al sacrificio en el que animal es conducido en procesión ritual. Destaca en esta ocasión la ornamentación del animal y la figuras en primer plano sobre el fondo arquitectónico.



Fig. 1. Preparación para un sacrificio a Marte (ca. 160), Museo del Louvre Ma 992 (MNC 1786) Jastrow 2007.

Uno de los soportes que resultó más receptivo para la iconografía de las escenas de sacrificio fue el de los sarcófagos³⁷, que en multitud de ocasiones se llenaban de escenas propias de la vida diaria de los romanos. En el denominado Sarcófago Rinuccini en Roma, del 200 d.C., perteneciente al estilo severo, la escena representaba una personificación de las tres virtudes romanas *Pietas*, *Concordia* y *Virtus*, en la que la representación del sacrificio y la libación deben estar referidas a la limpieza o purificación de sus faltas. En la parte derecha, la figura mitológica de Adonis está cazando un jabalí de gran tamaño. El punto importante del sarcófago para nosotros es el de la escena de sacrificio del animal que sigue las pautas establecidas con anterioridad desde la época arcaica. En una copa de Boscoreale, actualmente en el Louvre, aparece representado

³⁷ La obra de referencia en este sentido es la de Reinsberg 2006, especialmente en el volumen de “Vita Romana-Sarkophage”.

un sacrificio ofrecido por Tiberio en el año 12 a.C. (fig. 2)³⁸. La escena se localiza en el templo de Júpiter en el Capitolio, y la figura principal de la copa es la de Tiberio. El sacrificio se representa a la manera anterior a Pausias, con el animal de perfil y un personaje encargado de sujetarle por los cuernos para que otro, en postura amenazante, se prepare para acabar con la vida del buey.



Fig. 2. Copa de plata de Boscoreale (s.I d.C.), Museo del Louvre. Cagnat 1919: 490.

Uno de los ejemplos aportados por Brendel es un relieve de Villa Médicis, datado hacia la época Claudio-neroniana o mitad del s. I

³⁸ Lundgreen 1997: 166. Estos recipientes para beber fueron utilizados en el combate verbal partidos disputados en los banquetes romanos. Al banquete de Trimalción (descrito por Petronio en el *Satiricón*), los invitados buscaron superarse unos a otros en la erudición, utilizando referencias griegas filosóficas y literarias para promover los placeres sensuales e intelectuales. La elección de un anillo de esqueletos para decorar estos objetos no es ni sorprendente ni especialmente macabro, sino que, por el contrario es un himno a la vida, una incitación a disfrutar el presente. Este mismo tema se representa a menudo-aunque con menos garbo-en objetos de uso cotidiano, tales como vasos de barro, lámparas, mosaicos, o monumentos funerarios. Trimalción mismo había esqueletos articulados de plata colocada sobre la mesa para sus invitados (34. 8-10), recordándoles que los seres humanos deben ser humildes, ya que incluso el poeta más iluminado o filósofo no puede evitar la muerte. Este contexto está perfectamente descrito en Baratte 1986: 65-67.

(fig. 3)³⁹. La imagen principal del sacrificio se encuentra encuadrada entre dos pilastras con decoración vegetal coronadas por capiteles corintios. En la escena del sacrificio del buey aparece un personaje principal que es el encargado de agarrar al animal por la cabeza y los cuernos para colocarlo en la posición precisa. La figura del animal está de perfil y tiene delante a otro personaje, en un intento por parte del artista de dar profundidad a la imagen. Es un relieve representativo del sacrificio ofrecido a Augusto y a los miembros de su familia en el campo de Marte en el momento de su regreso en el año 13, aunque para Brendel la fecha más aproximada sería de tiempos de Claudio.



Fig. 3. Relieve con sacrificio de un buey (ca. 55), Villa Medici (Roma). Jean-Pierre Dalbéra

³⁹ Cronología de Koeppel 1983: 61. De la época julio-claudia no ha llegado hasta nosotros ningún monumento público cuyo único esquema de decoración escultórica es totalmente conocido por nosotros, como en el caso del *Ara Pacis*. Este dispositivo de perspectiva vertical, lo que nos encontraremos de nuevo con muchas veces en la escultura histórica romana, a menudo ha sido considerado esencialmente como una característica de la gente popular italiana, el arte, el cual desparasitados su camino en obras de escultura pública y oficial. Pero normalmente son los tipos más bajos de arte que recurren a las más altas viceversa, no, la convención de vez en cuando aparece en la escultura helenística oficial y probablemente se encuentran en monumentales pinturas helenísticas, a juzgar por sus reflejos evidentes en los relieves funerarios occidentales del griego contenido y romanos en escenas históricas de un fuerte carácter pictórico, como los relieves con batallas de romanos y galos. Para Torelli 1982: 45, esta moda creciente y el desarrollo han de ser más razonablemente explicada por el general romano pasión por el detalle de hechos, que, naturalmente, se expresó en el intento de mostrar todos los participantes en una acción, incluidos los que en el segundo plano, tan completamente como sea posible. Una vez más, el dispositivo era a veces obviamente exigidas por consideraciones estéticas, cuando en los relieves arquitectónicos, como los paneles naranja y las bandas espirales en la Columna de Trajano, el efecto conjunto dependía de llenar todo el campo de la escultura.

El ejemplo más comentado de esta iconografía es el de un relieve que se encuentra en los Uffizzi de Florencia (fig. 4). La escena presenta en la parte derecha la imagen ritual del sacrificio, con dos personajes sujetando la cabeza del buey por los cuernos mientras otro se prepara para dar el golpe final al animal. En la parte izquierda del relieve se pueden ver unos *putti*, fundamentales en la iconografía pausiana⁴⁰, sosteniendo un escudo de manera puramente simbólica. La arquitectura que aparece al fondo de la imagen podría ser la del templo de *Mars Ultor*, de manera que el sacrificio se estaría llevando a cabo en el foro de Augusto, lugar común para tales eventos. Para otros, el edificio de la parte trasera es la *Domus augustana*, con el peristilo corintio que aparece representado en primer plano, y con la palma que creció en frente de la casa de Augusto. Personalmente me inclino por esta segunda opción debido a la forma peculiar de la construcción trasera y que hace referencia a la *Domus* de Augusto, ya que en otros ejemplos cercanos los foros solían representarse con un amplio pórtico de columnas y una fachada a la griega. Algunas de las extremidades de los personajes de la escena tuvieron que ser restauradas, lo que ha contribuido a que el estado actual del relieve sea de gran calidad. El origen de esta pieza es muy controvertido. La iconografía de la imagen ya estaba fijada en tiempos de Augusto, y lo único que resulta extraño es la presencia de los *putti* con el escudo en las manos⁴¹. La datación propuesta en la edad Flavia es poco plausible por simples razones estilísticas, ya que las figuras son fácilmente adscribibles al renacimiento del clasicismo más académico que tuvo lugar en la época de Adriano⁴². Por lo tanto, parece que la fecha más aproximada

⁴⁰ Mediante la técnica del encausto, Pausias se encargaba de pintar *lacunaria*, donde los *putti* eran una de las iconografías preferidas por el artista (Plin. *HN*. 35.124). A partir de estas obras, nace en la historia del arte el mundo de los pequeños Eros alados que tanta fortuna tuvieron en nuestra pintura moderna. El mismo tipo de *putti* se pueden observar en la Casa de los Vetii de Pompeya, dentro del denominado como IV estilo pompeyano. Estos angelitos que aparecen en posturas lúdicas inspiraron los posteriores ejemplos tan comunes en el Renacimiento.

⁴¹ Mansuelli 1958: 170. La estructura de fondo se identifica con un edificio de época Augusto, pero definitivamente no es el Templo de Adriano de Venus y Roma como la mayoría de los estudiosos han argumentado. La composición de la estructura de la fachada se analiza en el contexto del desarrollo iconográfico en el arte romano del encuentro entre Marte y Rea Silvia. La datación ha sido muy debatida, ya que se tiene que analizar la arquitectura, la iconografía, el estudio de retrato y el estilo del peinado como fuentes primarias. Para los detalles de este templo ver Fishwick 1992: 232-255.

⁴² Toynbee 1934, defendió esta cronología.

para su datación podría ser alrededor del 135 d.C. En este ejemplo más tardío que el anterior, vemos de nuevo la misma disposición del animal de perfil surgiendo detrás de un personaje que ocupa un plano diferente al suyo. En suma, en estos ejemplos no se pueden observar las innovaciones introducidas por Pausias en la iconografía de la *immolatio boum*.



Fig. 4. Relieve con escena de sacrificio de un buey (ca. 135), Museo de los Uffizzi 321.
© Fotografía DAI-Rome neg. 77.156.

3. La pervivencia de la iconografía

Uno de los aspectos más interesantes de esta iconografía es comprobar de qué manera se mantuvo vigente hasta bien entrado el Renacimiento. Un grabado de, probablemente, principios del s.XVI (fig. 5), cuyo autor y escuela es desconocido, mantiene la misma iconografía del sacrificio del buey partiendo de los ejemplos de un sarcófago romano conservado en dos versiones diferentes, ambas datadas en el s.II d.C.⁴³: uno de los Uffizzi, que seguramente era visible en la Roma del s.XV⁴⁴, y otro en el Palacio Ducal de Mantua⁴⁵. La composición obviamente se deriva de una fuente clásica. Que el grabado dependa directamente de alguna de estas escuelas es poco probable: sin embargo, una visión de sus variaciones con detalle, incluyendo la adición de una niña jugando con una pandereta y una serpiente que emergen de una canasta, muestra la

⁴³ Hind 1910: 316-317.

⁴⁴ Mansuelli. op. cit. , n° 253.

⁴⁵ Levi 1931: 86- 87, n° 95.

cercanía con el modelo original. Dada la popularidad del tema, sin embargo, se puede asumir que otra versión, hoy perdida, habría proporcionado al grabador su modelo⁴⁶.



Fig. 5. Grabado renacentista (inicio s. XVI), © British Museum. Colección Sykes, Woodburn. 1845.8.25.375.

El único ejemplo de los recogidos por Brendel que originariamente no se realizó en Roma, pero que puede realmente expresar las innovaciones

⁴⁶ Bury 2001: 55. A principios del siglo XVI, el grabador italiano M. Raimondi desarrolló una técnica influyente que traducía dibujos de Rafael en impresiones sin imitar marcas reales del pintor. Este sistema de Raimondi de líneas uniformes y equidistantes, las líneas paralelas que se curvan alrededor de las formas para darles una presencia escultórica está bellamente ilustrado por su “Juicio de Paris”. Fue un grabador flamenco Cornelis Cort, quien se refirió a este sistema mediante el desarrollo de un sistema flexible de línea grabada que se hizo más grueso y más delgado a lo largo de su longitud, permitiendo así que el grabado pudiese variar la luminosidad u oscuridad en un espacio sin añadir más líneas.

estilísticas introducidas por Pausias es un relieve que se encontró en Éfeso de la época de Marco Aurelio (mitad del s. II d.C. aproximadamente) y que hoy se encuentra en el Museo de Viena (fig. 6)⁴⁷. La gran novedad de esta pieza es que el buey aparece de frente, tal y como lo había pintado Pausias, si bien el hecho de que se trate de un relieve y no de una pintura y de que se encuentre fragmentado resta originalidad a la pieza. El tamaño del animal se intuye detrás de las demás figuras de la escena, ya que la longitud total no se aprecia por encontrarse de frente al espectador. La cabeza mira directamente al frente y no de costado, como era habitual anteriormente. Si pudiéramos imaginar la pintura de Pausias el animal estaría resaltado a partir de una capa de negro que daba volumen a la sombra misma.

Realmente la sensación que causa la contemplación de este relieve si lo comparamos con las otras piezas que tienen la misma iconografía es reveladora: a pesar de que la parte del cuerpo visible al espectador es mucho menor en este caso, ya que tan solo se puede ver con claridad la cabeza del animal y parte del cuerpo, la sensación de volumen y de tamaño es mucho mayor en este caso que en los anteriores. Es indudable que no conocemos las intenciones originales del escultor de esta pieza, como parece que sí conocemos las de Pausias a través de Plinio, pero este relieve fragmentado de Éfeso se ha convertido en la mejor, y casi única manera, de poder materializar las innovaciones pictóricas en los efectos de la luz y de los volúmenes por parte del pintor de Sición. La frontalidad de la figura principal que permite al artista conseguir el espacio y el volumen necesario para percibir las dimensiones del animal. En las extremidades traseras del animal también se ha intentado dar la sensación de luz y sombra a través de los distintos matices del color. Las partes de las patas traseras más aproximadas al interior aparecen en un tono sombreado, al igual que en el resto del cuerpo cuando algún pliegue de piel matiza el volumen del resto de la anatomía cercana.

⁴⁷ Esta escena puede haber sido el escenario central del tema de la adopción. El emperador Adriano (117-138) no tenía ningún hijo para sucederle y adoptó a Antonino Pío, quien no tuvo hijos tampoco, y se ordenó la adopción de Marco Aurelio y Lucio Vero. La escena que nos interesa a nosotros en cuestión representa un sacrificio ritual en este contexto.



Fig. 6. Escena de un friso de Éfeso (166-169), Museo de Viena. © 2012. Ilya Shurygin.

Como señaló acertadamente Lydakis⁴⁸, intentos parecidos relacionados con la conquista del espacio en el terreno de lo pictórico se hicieron en el Renacimiento utilizando la figura frontal de un animal como motivo recurrente para simular el volumen y la profundidad. Los casos más destacados son los de Paolo Ucello, en su *Adoración del niño santo* (1443-1456), y el de Benozzo Gozzoli, en los frescos del Palacio Medici-Riccardi de Florencia sobre *La procesión de los magos* (1459-1461) (fig. 7)⁴⁹. En ambos casos, los

⁴⁸ Lydakis 2002: 142.

⁴⁹ Gozzoli fue discípulo de Fra Angélico y colaboró con él en los frescos que pintó éste en el Vaticano (1448). Luego se independizó y trabajó como maestro en Montefalco, San Gimignano, Florencia y Pisa. Combinó el lenguaje pictórico del *Quattrocento* de la Toscana con el estilo flamenco e internacional del siglo XV, pudiendo ser considerado un artista de transición entre el gótico y el Renacimiento. Busca crear prototipos de belleza idealizada, pero al mismo tiempo es capaz de hacer retratos muy realistas y detallados a la manera

animales se muestran de frente al espectador, exactamente de la misma manera en la que Pausias tuvo que disponer sus figuras para lograr el deseado efecto de profundidad. En el Renacimiento se volvió a tener un interés importante en el tema del sacrificio en Roma y de su contexto cultural y político⁵⁰. Se recuperaron las grandes escenas de sacrificio en relieves, arcos o monedas. De esta manera se emparejaban los conceptos de victoria y sacrificio.



Fig. 7. Benozzo Gozzoli: *La procesión de los magos* (1459-1461), © Capilla de los Magos en el Palacio Medici-Ricardi (Florencia).

flamenca. Le interesa la profundidad inmediata, la que provoca el escorzo de un caballo o de un personaje que descabalga, pero en cambio no aplica la perspectiva geométrica en sus paisajes. Sus obras son dinámicas y de un tratamiento muy libre del color.

⁵⁰ Saxl 1939: 358. Todos los años se celebraba en la ciudad-estado de Florencia el cortejo de los Reyes Magos, un desfile festivo en el que participaba todo el pueblo. Servía para distraer a los ciudadanos de sus problemas, pues en su preparación invertían varias semanas, incluso meses. El desfile estaba organizado por los gremios que se encomendaban a los Reyes Magos y por cofradías como la “Compañía de los Reyes Magos”. Sus más selectos miembros se disfrazaban de los Reyes y su séquito, participando el 6 de Enero en el más bello de los desfiles de la época. En la obra pueden reconocerse a varios miembros de la familia. El joven Rey lleva el rostro y aspecto de Lorenzo de Medici. A la izquierda podemos ver a su padre, un hombre mayor con un traje oscuro bastante discreto, Cósimo de Medici, rodeado de algunos de sus hijos.

Los artistas tomaron los repertorios clásicos que habían sobrevivido para ilustrar temas bíblicos fuera del contexto meramente pagano. Uno de los mejores ejemplos es la obra de Rafael Sanzio cuando León X le encargó la realización de tapices para el Vaticano con historias del Nuevo Testamento. Una de ellas pertenece al *Sacrificio de Litra* (1515) (fig. 8). La obra sigue manteniendo la iconografía clásica del *victimarius* y el animal aparece en la misma posición que en los anteriores relieves de época romana. Rafael eligió para esta representación el momento de máxima tensión en la iconografía de este pasaje bíblico (*Hch.* 14:8-18)⁵¹. Pablo y Bernabé, de pie a la izquierda, acaban de curar a un lisiado en la ciudad de Litra. Debido a esta curación milagrosa, los habitantes de Litra tratan de ofrecer un sacrificio para ellos. Pablo se rasga las vestiduras con furia por este acto de idolatría. Un hombre joven entre la multitud responde a la ira de Pablo, y con súplicas se inclina hacia el verdugo para evitar el sacrificio de un buey. Rafael ha llenado la escena de motivos paganos, como la estatua de Mercurio en el fondo y las imágenes en el altar en primer plano, para demostrar la idolatría del pueblo de Litra. Sin embargo, durante el Renacimiento las ideas y las historias paganas fueron recuperadas, y la creencia que las convertían en contrarias al cristianismo fue impugnada. En el momento en el que Rafael comenzó a diseñar este tapiz, el Papa León X le había nombrado “Comisario de Antigüedades”, poniéndolo en contacto cercano y frecuente con el pasado clásico de Roma. Sin duda, el modelo clásico se mantuvo vigente hasta la época de Rafael⁵².

⁵¹ Para una visión completa de la colección de tapices de Rafael ver Shearman 1972.

⁵² De Vecchi 1999, León X encargó a Rafael el encargo de las caricaturas de preparación para una serie de tapices que se colocaron en la Capilla Sixtina, desde finales de 1514 a principios de 1515. Las caricaturas fueron enviados a Bruselas y se transformaron en tapices en el taller de Pieter van Aelst. Llegaron a Roma en 1519, y se expusieron –siete de los diez tapices- durante la fiesta de San Esteban (26 de diciembre) de ese año. Los otros tres tapices fueron recibidos inmediatamente después. Franzese 2008: 76, Rafael, consciente de la comparación con Miguel Ángel en la Capilla Sixtina, había utilizado diseños con un *crescendo* dramático, donde las figuras dominaran sobre el fondo del paisaje y la arquitectura, con grupos opuestos o en caracteres individuales, para facilitar la lectura de las acciones. Los esquemas se proponen más simples en cuanto a composición, los gestos y las expresiones faciales de los personajes se enfatizaron para que fueran más significativos y universales. A diferencia de Miguel Ángel, sin embargo, no se deriva de las figuras plásticas sentimientos tormentosos ni arrebatados, pero para equilibrar cuidadosamente el diseñado y la composición presenta trastornos espirituales de los protagonistas, a pesar de la asimetría deseada.



Fig. 8. Rafael Sanzio, *Sacrificio de Litra* (ca. 1515), © Victoria & Albert Museum (Londres, RCIN 912949)

La última obra que vamos a estudiar en este estudio pertenece a Pedro Pablo Rubens (1577- 1640), y demuestra claramente la impronta que tuvo el legado clásico en uno de los pintores más prolíficos del siglo XVII⁵³. Este dibujo flamenco desconocido hasta hace pocos años de un antiguo sacrificio de bueyes ha sido clasificado en el grupo de bocetos de *primo pensiero* de Rubens. Las figuras, la orientación del animal o el dramatismo del momento están esbozadas en este magistral dibujo que sintetiza las principales características del estilo pausiano. Los elementos iconográficos de la escena se mantienen vigentes desde el modelo griego: desde el *bubulcus* (conductor del buey que calma al animal y lo coloca en posición de sacrificio), el *popa* (que golpea al animal con un martillo antes de usar el cuchillo), la *patera* (cuenco de ofrenda), o los *victimarii* (siervos de las víctimas). Según lo transmitido por su cuaderno de bocetos,

⁵³ Heinen 2010: 204-206. Rubens fue enviado a una escuela latina a los trece años, donde se familiarizó con autores clásicos y sus textos, y más tarde comenzó su formación como artista en la década de 1590. Nunca se separó de su interés por el pasado clásico y las referencias a la mitología, a los modelos y a las fuentes textuales griegas y latinas fueron una constante en su carrera pictórica.

Rubens combina en esta obra motivos basados en modelos antiguos y el ciclo apostólico de Rafael —especialmente en su *Sacrificio de Litra* anteriormente estudiado⁵⁴. Como contribución a la reconstrucción y actualización de la cultura material antigua, el dibujo demuestra una profunda familiaridad con los testimonios escritos y materiales de la antigüedad, así como con la literatura anticuaria, a la que Rubens y su hermano Felipe contribuyeron de manera constante. Para el artista flamenco, los dibujos de la antigüedad fueron significativos en su método de estudio, pero no solo fue un ávido aprendiz del mundo antiguo textual; también actuó como un anticuario. Es decir, estudió y recopiló artefactos no textuales del mundo clásico. Fue la combinación de estas dos identidades paralelas lo que permitió a Rubens actuar como mediador del pasado clásico bajo su personal prisma. Además de este enfoque visual, Rubens también fue excepcionalmente cuidadoso en la lectura de fuentes literarias antiguas⁵⁵. En su época dos eran los paradigmas opuestos sobre el estudio de la cultura: el estudio humanista de fuentes textuales primarias, y el estudio anticuario de objetos del pasado. Rubens no trabajó estrictamente dentro de uno de estos paradigmas; más bien, rompió el método típico de estudiar dentro de un paradigma y unió ambos ideales para crear una representación objetiva de cada tema.

⁵⁴ Según Heinen 2010: 214, Rubens reconoció en Rafael un precursor en la búsqueda de la reconstrucción creíble y la puesta en escena pictórica del antiguo rito romano. Rafael en sus antiguas observaciones de Litra iba mucho más allá del conocimiento filológico-anticuario de su época, llegando a tener una idea clara del rito romano. A partir de esto, con un claro sentido del estilo, a partir de la observación de testimonios romanos, pudo elaborar una representación escénica de aspecto muy riguroso respecto al antiguo sacrificio.

⁵⁵ White 1993: 147.

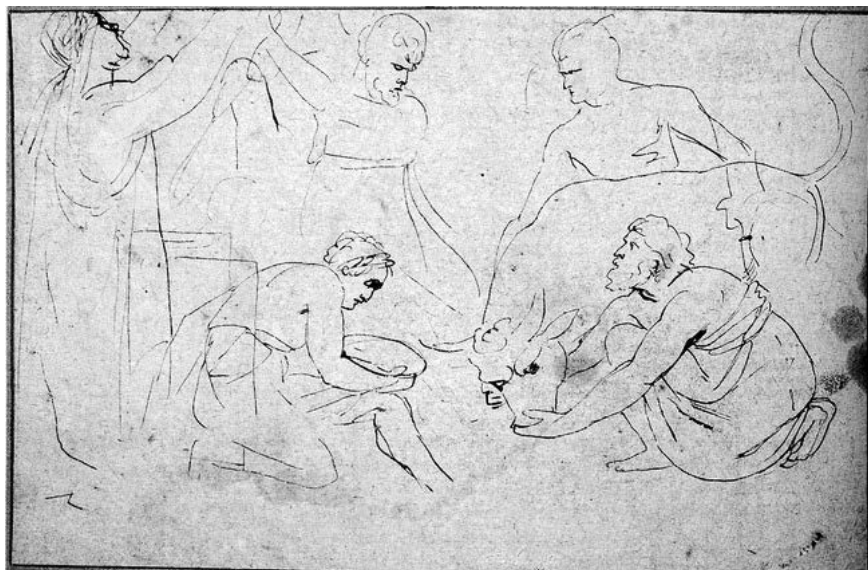


Fig. 9. Peter Paul Rubens, *El sacrificio del buey de Pausias* (ca. 1618), Colección privada. © Heinen (2010), fig. 1.

4. Conclusiones

Ahora podríamos responder con más argumentos a la interrogante que nos planteamos en el inicio del trabajo, ¿por qué motivo un ciudadano de la Roma de Augusto se detendría y quedaría impresionado al contemplar la *Pausiaca tabella*? La *immolatio boum* de Pausias –tal y como nos hemos aventurado a proponer– supone un caso de estudio poliédrico que nos permite analizar distintos vectores de la cultura visual romana y su permeabilidad con el arte griego. En primer lugar, las novedades estilísticas que Pausias introduzco hacia la mitad del siglo IV a.C. (cronología aproximada de la obra) todavía resultaban vanguardistas en la Roma de Pompeyo y Augusto, y fueron estas las que hicieron escribir a Horacio que todo aquel que se parara a contemplar un tablilla de Pausias debía estar “insano” o “demente”, ya que rompía con todos los cánones de belleza, estilo y decoro admitidos por la tradición iconográfica romana. La visualización de la obra de Pausias en el Teatro de Pompeyo nos demuestra que su estilo fue conocido por la clase culta de la urbs, y que la iconografía del sacrificio del buey tuvo una importancia destacada en la cultura visual romana augustea. Este modelo

iconográfico del sacrificio estaba asentado en Roma debido a la tradición de esta práctica y al modelo ya fijado por los artistas romanos. A pesar de ello, los testimonios de Plinio y de Horacio nos muestran la importancia que se daba en la Roma del s. I a.C. a las nuevas tendencias artísticas llegadas desde Grecia. La innovación de Pausias en la representación frontal del buey y en el nuevo juego de luces y sombras supone uno de los grandes hitos de la Historia del Arte en la Antigüedad, tal y como destacó Gombrich. Los ejemplos citados del Renacimiento, en los que de nuevo artistas de la talla de Ucello, Gozzoli, Rafael o Rubens volvieron a repetir los mismos recursos artísticos que Pausias había empleado muchos siglos antes, nos confieren un hilo argumental que dota de más sentido todavía a la renovación artístico llevada a cabo por Pausias y que tuvo su eco en Roma.

5. Bibliografía

- Becatti, G. (1973), “Opere d’arte greca nella Roma di Tiberio” *ArchCl* 25: 18-53.
- Bianchi-Bandinelli, R. (1980), *La pittura antica*. Roma: Editori Riuniti.
- Brendel, O. (1930), “Immolatio Boum”, *RömMitt* 4: 196-226.
- Bruno, V. (1977), *Form and Colour in Greek Painting*. Londres: Thames & Hudson.
- Cagnat, R. (1919), “Art. Triumphus”, en C. Daremberg e E. Saglio (eds.), *Le Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, V. París: Hachette.
- Casabona, J. (1966), *Recherches sur le vocabulaire des sacrifices en grec, des origines à la fin de l’époque classique*. Aix-en-Provence: Éditions Ophrys.
- Castriota, D. (1995), *The Ara Pacis Augustae and the Imagery of Abundance in later Greek and Early Roman Imperial Art*. Princeton: Princeton University Press.
- Conlin, D. (1997), *The Artists of the Ara Pacis. The Process of Hellenization in Roman Relief Sculpture*. Londres: Chapel Hill & London.
- De Rosa, A. (2000), *La geometría nell’immagine. Dall’Antichità al Medio Evo*. Turín: UTET.
- Della Seta, A. (1907), *Genesi dello scorcio nell’arte greca*. Roma: Deutsches Archäologisches Institut.
- Durand, J. (1987), “Le boeuf à la ficelle” *Images et société en Grèce Ancienne* (Actes du Colloque International, Lausanne 8-11 février, 1984), 227-243.
- Elsner, J. (1991), “Cult and Sculpture: Sacrifice in the *Ara Pacis Augustae*”, *JRS* 81: 50-61.
- _____ (1995), *Art and the Roman Viewer*. Cambridge: Cambridge University Press.

- García y Bellido, A. (1990), *Arte romano*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Germaine, G. (1995), "Images du coronarius dans la littérature et l'art de Rome", *MEFRA* 107 (2): 1093-1151.
- Gesztesy, T. (1966), "Some further points on the authenticity of the *Ara Pacis Augustae*", *Acta Classica* 2: 43-46.
- Gombrich, E. (1976), *The Heritage of Apelles. Studies in the art of the Renaissance*. Nueva York: Cornell University Press.
- Gusman, P. (1914), *L'art décoratif de Rome. De la fin de la République au IV^e siècle*. París: Morel.
- Hannestad, N. (1986), *Roman Art and Imperial Policy*. Aarhus: Aarhus University Press.
- Helbig, W. (1868), *Wandgemälde der von Vesuv Verschlütteten Städte Campaniens*. Leipzig: Breitkopf und Härtel.
- Hind, A. (1910), *Catalogue of Early Italian Engravings preserved in the Department of Prints and Drawings in the British Museum*. Londres: British Museum.
- Heinen, U. (2010), "Immolatio boum: ein unpublizierte Zeichnung für ein Scheinrelief an Rubens' Haus", *Wallraf-Richartz-Jahrbuch* 71: 197-232.
- Keuls, E. (1978), *Plato and Greek Painting*. Leiden: E.J. Brill.
- Kleiner, F. (1977), "Artists in the Roman World. An itinerant workshop in Augustan Gaul", *MEFRA* 89 (2): 661-696.
- Koepfel, G. (1983), "Die historischen Reliefs der römischen Kaiserzeit", *BJb* 183: 61-145.
- Koch, N. (2000), *Techne und Erfindung in der Klassischen Malerei. Eine terminologische Untersuchung*. Munich: Biering und Brinkmann.
- Leach, E. (2004), *The Social Life of Painting in Ancient Rome and on the Bay of Naples*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levi, A. (1931), *Sculture greche e romane del Palazzo Ducale di Mantova*. Roma: Biblioteca d'arte.
- Lundgreen, B. (1997), "Review: The Boscoreale Cups", *CR* 47 (1): 166-169.
- Lydakis, S. (2002), *Ancient Greek Painting and Its Echoes in Later Art*. Los Angeles: The J. Paul Getty Museum.
- Mansuelli, G. (1958), *Galleria degli Uffizi. Le Sculture I*. Roma: Libreria dello Stato.
- Jan, L. y Mayhoff, C. (1967), *C. Plini Secundi Naturalis historiae libri. Vol. 5: Libri XXXI-XXXVII*. München: Bibliotheca Scriptorum Graecorum Et Romanorum Teubneriana.

- McGann, M. (1956), "A Matter of Taste in Horace (Sat. II 7.95 ff.)", *CR N.S.* 6 (2): 97-99.
- Momigliano, A. (1942), "The Peace of the Ara Pacis", *JWarb* 5: 228-231.
- Moretti, G. (1948), *Ara Pacis Augustae*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato.
- Pfuhl, E. (1923), *Malerei und Zeichnung der Griechen*. Munich: Erscheinungsjahr.
- Pollitt, J. (1990), *The Art of Ancient Greece: Sources and Documents*. Cambridge: CUP.
- Prescendi, F. (2007), *Décrire et comprendre le sacrifice. Les réflexions des Romains sur leur propre religion à partir de la littérature antiquaire*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- Reverdin, O. y Grange, B. (eds.) (1980), *Le sacrifice dans l'Antiquité*. Génova: Vandoeuvres.
- Reinach, A. (1985), *La peinture ancienne. Textes grecs et latins*. Paris: Ed. Macula.
- Reinach, S. (1909), *Répertoire de reliefs grecs et romains*. Paris: E. Leroux.
- Reinsberg, C. (2006), *Die Sarkophag mit darstellungen aus dem Menschenleben*. Berlin: Gebr. Mann Verlag.
- Salveti, C. (1998), "Il colore dell'antichità" in A. Donati (ed.), *Romana pictura. La pittura romana dalle origini all'età bizantina*. Milán: Electa 85-92.
- Saxl, F. (1936), "Pagan Sacrifice in the Italian Renaissance", *JWarb* 2 (4): 346-367.
- Shear, T. (1925), "Excavations at Corinth in 1925", *AJA* 29: 391-397.
- Shearman, J. (1972), *Raphael's Cartoons in the Collection of Her Majesty the Queen and the Tapestries for the Sistine Chapel*. Londres: Phaidon.
- Stoichita, V. (1997), *A Short History of the Shadow*. Londres: Reaktion Books.
- Tomás García, J. (2009), *Platón y el arte de su época*. Madrid: Signifer Libros.
- _____ (2011), *La escuela de pintura de Sición y su fortuna crítica*. Oxford: British Archaeological Reports.
- _____ (2015), *Pausias de Sición*. Roma: Giorgio Bretschneider Editore.
- Toynbee, J. (1934), *The Hadrianic School. A Chapter in the History of Greek Art*. Cambridge: Cambridge University Press.
- White, C. (1993), "Rubens and Antiquity" in Peter C. Sutton (ed.), *The Age of Rubens*. Boston: Ludion Press.
- Wolf, G. (1999), "The Origins of Painting", *Res. Anthropology and Aesthetics* 36: 60-78.
- Zanker, P. (1988), *The Power of Images in the Age of Augustus*. Michigan: University of Michigan Press.

**A PRESENÇA DE ROMA NO ORIENTE:
IUDAEA CAPTA E AS TRADIÇÕES CULTURAIS DA *PALAESTINA*
ROMANA.**

**THE PRESENCE OF ROME IN THE EAST:
IUDAEA CAPTA AND THE CULTURAL TRADITIONS OF THE ROMAN
PALAESTINA.**

MARCIO TEIXEIRA-BASTOS

marcio_quisleu@yahoo.com.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

<https://orcid.org/0000-0002-3553-7129>

PEDRO PAULO ABREU FUNARI

ppfunari@uol.com.br

Universidade Estadual de Campinas

<https://orcid.org/0000-0003-0183-7622>

Artigo submetido a 20-02-2018 e aprovado a 21-09-2018

Resumo

O artigo analisa a ocupação imperialista romana no Oriente Antigo, a consequente dominação da *Iudea* e sua transformação em *Syria Palaestina*. Aborda o debate actual sobre o tema, ilustrando também a temática com alguns exemplos da Arqueologia. A demografia e a paisagem da região são tratadas com o objetivo de demonstrar a intersecção de forças externas e de forças internas que definiram os campos de ação nesse inter-fluxo de relações humanas. Argumenta que a adequada administração imperial romana, a organização de uma rede de estradas ordenadas e um sistema de tráfego eficiente, permitiram tanto a mobilidade militar, bem como a formação de estratégias de suprimento, comunicação e controle da região pela

população. Salienta categorias de análise, tais como poder, hegemonia, dominação e resistência, para a discussão do tema, afirmando que a formação dos espaços é inerente ao entendimento do próprio conceito de espaço, a esfera da simultaneidade, co-formador do tecido social e das relações de poder. A negociação, nesse sentido, enquanto categoria analítica é o que fomenta espaços, alimenta as práticas materiais, subsidia as identidades e media o poder. Por fim, o artigo evidencia a importância da contextualidade social, dos contextos arqueológicos e dos contextos de produção dos discursos, como ferramentas próprias para abordagens acadêmicas que privilegiem a percepção das distintas condições ideológicas e contradições inerentes às interações sociais e materiais em contato.

Palavras-chave: Iudea Capta; Syria Palestina; Arqueologia Clássica

Abstract

This paper analyzes Roman imperialist occupation in the Ancient East, the consequent domination of the *Iudea* and its transformation in *Syria Palaestina*. It addresses the demography and landscape of the region with the objective of demonstrating the intersection of external forces and internal forces that defined the fields of action in this interrelationship. It argues that proper Roman imperial administration, the organization of a network of orderly roads and an efficient traffic system allowed both military mobility and the formation of strategies for supplying, communicating and controlling the region by the population. It emphasizes categories of analysis, such as power, hegemony, domination, and resistance, stating that the formation of spaces is inherent in the understanding of the concept of space, the sphere of simultaneity, co-forming the social and power relations. States that the category of negotiation, in this sense, is what fosters spaces, feeds material practices, subsidizes identities, produces and mediates power. Finally, this paper points out to the importance of social contextuality, of archaeological contexts and of the contexts of discourse production, to approaches that privilege the perception of the different ideological conditions and contradictions inherent in social and material interactions in contact.

Keywords: Iudea Capta; Syria Palestina; Classical Archaeology

A região do Oriente Antigo, durante aproximadamente oito séculos se viu dividida entre as influências Grega e Romana, em sua porção ocidental, e as do Império Parta e Persa Arsácida, em sua porção oriental. Se por um lado, como bem observa Kennedy (1999), é problemático apresentar a denominação de “Oriente Médio” ou “Oriente Próximo” para a região em questão, pois além de ser um termo muito amplo, suscita ainda uma série de confusões e ideias pré-concebidas. Por outro lado, o termo é válido na medida em que associa a si também a prática da “Arqueologia Greco-Romana na região

como subdisciplina, estabelecida desde muito tempo como Arqueologia do Oriente Médio, apesar de seu amplo escopo geográfico”¹.

A região foi palco de intenso fluxo de pessoas e culturas, passando por diferentes períodos de hegemonia. Durante os processos de expansão e delimitação de fronteiras geográficas e culturais, inúmeras cidades foram fundadas, distintas instituições criadas, imigrações, línguas e culturas estiveram em interação nas mais diversas áreas dessa ampla região. A importância dessa ampla região para o Império romano, portanto, se dava em termos econômicos, culturais e estratégicos. O assédio romano à região e a manutenção das áreas sob seu controle necessitaram constante atenção de Roma.

A conquista imperialista romana se consolidou sucessivamente no quadro das campanhas no Oriente, conduzidas por Silla, Lucullo e Pompeu, este último quem assegurou a presença romana em 62-63 aec. Nesse processo de anexação imperialista, os reinos de Galácia (Commagene), Emesa, Nabatania e a Judéia foram progressivamente desaparecendo. Sergio Tufi (2000) afirma que “a realidade política mais relevante com que Roma entrou em contato nesta área tão significativa do Oriente Antigo foi a grande dinastia helenística dos Selêucidas, que foi fundada por Selêuco Nicator I (301-281 aec.) em uma área que compreendia também a parte da Ásia Menor”².

Os governantes adquiriram outras funções e poderes, adaptando-se às novas realidades que se impuseram pelo domínio romano. A eliminação dos estados clientes do oeste do Eufrates e o reforço do poder imperial nos governos locais foram processos concomitantes à presença do próprio imperador na região. Paulatinamente, o Oriente Antigo concebeu a figura do imperador e os aparatos de seu governo como uma realidade presente. A ofensiva do Império Sassânida Persa, que substituiu o Império Parta na região, trouxe propriamente os imperadores romanos à defesa dos territórios ocupados. A Pártia localizava-se ao norte da Pérsia, onde hoje é o nordeste do Irã. Formada por uma dinastia iraniana que houvera se instalado em período helenístico, declararam-se independentes dos selêucidas. Lograram tal êxito somente após a ascensão de Mitrídates I ao trono, em 170 aec. A partir desse período, anexaram muitas regiões, chegando à Babilônia, incorporando finalmente os domínios selêucidas a leste do Eufrates quarenta anos depois de sua investida inicial.

¹ Kennedy 1999: 78-83.

² Tufi 2000: 323.

No século 2º ec., Trajano, Adriano, Lúcio, Verus, Marco Aurélio, Septímio Severo e até mesmo os usurpadores Avidius Cassius e Pescinnius Níger, estiveram pessoalmente acompanhando os desdobramentos da presença romana no Oriente. E da mesma forma se sucedeu nos séculos seguintes, nomeadamente o 3º e 4º séculos ec. Por mais de dois séculos o embate entre romanos e partas foi uma constante nessa região. Inicialmente o Império Parta infligiu aos romanos sérias derrotas e estes só conseguiram se recuperar aproveitando-se das instabilidades e desuniões políticas posteriores. Foi dessa forma que os romanos chegaram a Ctesifonte – capital do império – com Trajano em 115 ec, e em seguida com Marco Aurélio (165 ec), Septímio Severo (198 ec) e, finalmente, Caracala (216 ec), assegurando definitivamente a presença romana no Oriente Antigo. O Império Parta chegou a seu fim após a rebelião do vassalo rei persa Ardacher, que se conclamou descendente dos aquemênidas, e destronou o rei parta Artabano IV, dando origem a dinastia dos sassânidas em 224 ec. A Pérsia sassânida organizou-se como um Estado altamente centralizado, em franca oposição à dinastia anterior. O embate contra os romanos perdurou e os sassânidas chegaram até mesmo a lograr a captura do imperador Valeriano, em 260 ec.

A dinamicidade da região ainda contava com reinos de menor ascensão imperialista. A Galácia foi um pequeno reino limitado a leste pela Capadócia, a norte pela Bitínia e Ponto, e a oeste pela Panfília, num planalto entre os montes da Paflagônia e o Tauros. Procuraram aliança com o selúcida Antioco IV para resistir aos romanos, sendo que um século mais tarde, aliaram-se à campanha de Pompeu contra Mitrídates, de Ponto (73-64 aec.) durante uma das consolidações da presença romana no Oriente Antigo. Por volta de 25 aec., portanto, todo esse território foi transformado na província da Galácia, sob administração de um *propraetor* (governador) romano. A Nabatania foi outro reino em interação na amálgama cultural da região. A zona a sudoeste do Mar Morto serviu de base para a instalação de um povo voltado ao comércio e transporte de especiarias, incenso, mirra e plantas aromáticas. Situada no cruzamento de grandes estradas entre a Síria e o Mar Vermelho, Arábia e Golfo Pérsico, Índia e Mediterrâneo, a cidade de Petra serviu como entreposto cultural e comercial aos nabateus.

No decorrer dos 3º e 2º séculos aec, os nabateus participaram ativamente das relações de poder e controle do Oriente Médio. Obadas I infligiu a Alexandre Janeu, rei judeu, a derrota em Golã que lhe valeu os territórios de Gilead e Moab. Oito anos mais tarde foi a vez do rei sírio Antíoco XII experimentar o revés no deserto do Neguev. A expansão dos nabateus entre

os anos de 84-62 aec. se estendeu desde o norte da Arábia, no Sinai, até Damasco. Após a morte de seu líder mais proeminente, Marco Antônio lhes concedeu alguns territórios na Panfília, Licaónia e Cilícia, zona oriental da Frígia e Isauria. A população nessa região era, portanto, miscigenada entre imigrantes gauleses (gálatas), anatólios e gregos, preponderantemente. Durante a campanha de Pompeu, os nabateus foram incorporados à Província da Síria, e em 106 ec., sob as ordens de Trajano a Nabatéia foi transformada em província romana da Arábia.

Na área de Emesa floresceu a cultura helenística e a língua aramaica preponderou nas regiões orientais como língua franca dos nativos. Sob Caracala Emesa foi elevada a capital de uma pequena província, a *Phoenicia Libanesis* ou *ad Libanum*. Além do local de nascimento do ascendente imperador oriental Heliogábalo, um pastor hereditário, Emesa também serviu de quartel-general do imperador Aureliano durante o conflito contra Palmira.

A eliminação, portanto, destes quatro grandes estados nativos foi significativa no estabelecimento das relações beligerantes e imperialistas romanas na região. É necessário considerar, como bem observa Mattingly (1997), que “se essas experiências (passadas) foram inteiramente aleatórias e sujeitas a uma variação infinita de possibilidades”, então, podemos dizer que o estudo das alietoriedades e das divergentes perspectivas contextuais seria um exercício crítico a ser observado sobre a diversidade dos comportamentos humanos, auxiliando a compreender, em partes, uma série de discursos em sociedade³. Assim, nenhum desses Estados nativos foram vítimas passivas das ações romanas, todos, em certo grau e medida, estabeleceram processos complexos de negociação e resiliência com o poder imperial, produzindo uma diversidade de ações e discursos em sociedade.

Iudaea Capta e as tradições culturais da Palaestina Romana

A Judéia se tornou independente do controle do reino selêucida da Síria em 142 aec através da dinastia dos Asmoneus. Contudo, em 63 aec, Pompeu anexou a região ao Império romano. Hircano II, apoiando Pompeu, recebeu a confirmação como sumo-sacerdote e o título de “etnarca”, líder do povo, lhe foi outorgado. Ao mesmo tempo em que confirmou a nomeação de Hircano, César designou Antípater ao cargo de *Procurator Augusti* da *Iudaea*. Pompeu dividiu a região em duas partes: uma ao sul

³ Mattingly 1997: 13

que abarcava parte da Judéia, a Iduméia, e a Pereia; e outra ao norte, abrangendo a Samaria e a região da Galileia. Na Judéia, a relação com o reino selêucida da Síria e sua respectiva helenização foi motivo de revolta armada e em 142 aec o reino de Israel se tornou independente da Síria. Os romanos acompanharam o mesmo sistema de domínio selêucida, o regime de patronato e aproximação com as casas mais influentes das elites locais, funcionaram como verdadeiros mecanismos de acesso à lógica regional e grau de interação e controle das casas reinantes.

Na verdade, nesse período inicial de implantação imperialista, Roma contava mais com o auxílio dos exércitos de seus clientes do que propriamente com suas próprias legiões, fenômeno mais presente ao longo do tempo nos territórios conquistados. Para a Judéia, o que emergiu além da relação de patronato, foi uma situação em que o governante local controlava uma pequena área e contava com um poderoso exército. Quando havia conflito com o poder local as legiões romanas vinham de outras partes do Império para assegurar o controle e poder romano no Oriente Antigo. Herodes, idumeu e genro de Hircano, aproveitando-se da relação de patronato com o imperador Marco Antonio, após alguns percalços para chegar a Roma, foi elevado à condição de rei da Judéia, e a *Iudaea* recebeu o título de Estado confederado. Herodes, o Grande, filho de Antípater foi homem de confiança de Pompeu, de Cesar e de Crasso nesta área conturbada do domínio romano⁴.

Apesar da autonomia nos assuntos internos, Herodes frequentemente buscou a relação de patronagem com o imperador enquanto esteve no poder. Como observa Kennedy (1999), a participação dos governantes nativos no conselho do imperador não variava somente de dinastia para dinastia, ou de imperador para imperador; antes estava sujeita também à vulnerabilidade defensiva de cada Estado e o preço pago em tributos a Roma⁵. A sucessão dinástica de Herodes não usufruiu das mesmas relações de patronagem. Arquelau (4-6 ce.), não repetiu as mesmas hábeis escolhas de seu antecessor e logo foi substituído por um *Procurator Augusti*, subordinado ao governador romano da Síria. Herodes Antipas, por outro lado, se manteve como soberano da Galileia durante trinta e três anos, sendo que após seu período, a administração foi designada novamente aos procuradores romanos. Concentrando os poderes civil, militar e jurídico, os governantes romanos

⁴ Tufi 2000: 339-340.

⁵ Kennedy 1999:80.

residiam comumente em *Caesarea Maritima*, na Planície do Sharon, mas em épocas de festas religiosas se transferiam para Jerusalém.

Até o ano 41 ec., a Judéia, Samaria e a Iduméia foram administradas por distintos procuradores romanos. Ainda no primeiro ano destas mudanças foi estabelecido o censo de Quirino que resultou na imposição de uma taxa *per capita* sobre a população de toda a *Iudaea*. As taxações e opressões fiscais teriam sido um dos principais motivos das revoltas judaicas, relegando a maior parte da população à pobreza generalizada. Calígula, em seu governo (37-41 ec.), interferiu diretamente na religião da população e procurou substituir o culto judaico a יהוה (grego: τετραγράμματον, transliterado, YHWH) pelo seu próprio culto, instalando uma estátua a sua semelhança em Jerusalém com o objetivo de fortalecer o culto ao imperador. A combinação de elementos simbólicos, econômicos e culturais alimentou a rejeição ao domínio romano.

A *Iudaea* foi agregada como província tardiamente (44 ec.), a tensão desse outrora reino manteve-se todavia elevada, essencialmente por causa do mau governo dos magistrados romanos e da altivez do povo de Israel na tentativa de defender suas próprias tradições. A Primeira Guerra Judaico-Romana (latim: *Primum Iudæorum Romani Bellum*), também conhecida como a Grande Revolta Judaica (hebraico: מלחמת ברך, ha-Merod Ha-Gadol), terminou com a vitória de Tito, em 70 ec, com a conquista de Jerusalém e a definitiva destruição do Templo de Israel. A Segunda Guerra Judaico-Romana (em hebraico: מלחמת ברך, merod ha'galoyot, ou “Rebelião do Exílio”), também chamada de “Guerra de Kitos”, uma corruptela do nome do General romano Lúcio Quieto⁶, explode com Adriano (fig. 1), quando este imperador começa a transformação e reconstrução de Jerusalém sob nova designação e religião oficial⁷, Colônia Élia Capitolina (latim: *Colonia Aelia Capitolina*).

Ainda entre os anos de 132-135 ec. um terceiro conflito ainda foi vivenciado. A chamada Revolta de Bar Kokhba (nome que recebeu por seu principal expoente, Simão Bar-Kosba, em hebraico, אבךב רב ורעם) foi vencida por Severo e sob as ordens de Adriano a paisagem da *Iudaea* foi intencionalmente transformada. Adriano conseguiu prevalecer e na esplanada do Templo de Jerusalém foram colocadas as estátuas de Júpiter e do próprio imperador, assegurando seu culto e prestígio. A revolta encabeçada por

⁶ *Quintus Lusius Quietus*, (70–118 ec.), conhecido como “Príncipe Mouró”, de origem berbere, norte da África, foi nomeado por Trajano para conter os levantes na região. Foi, posteriormente, executado por Adriano temeroso de que Lusius fosse aclamado pelas tropas como imperador.

⁷ Edwards 2004: 1-6.

Simão Bar-Kosba resultou, portanto, numa diminuição demográfica em toda *Iudaea* e com o passar do tempo, a região foi se recuperando dos efeitos causados por esses acontecimentos. Apesar da violenta repressão, opressão fiscal e choque cultural, é no período romano que as cidades da região tornaram-se mais numerosas, maiores e prósperas. Os confrontos nunca foram eliminados por completo, tampouco as revoltas judaicas foram as únicas na região. Entretanto, a ação romana no Oriente Médio foi decisiva e assertiva nesses casos, tornando essas insurreições mais raras.



Fig. 1 - Busto do Imperador Adriano no Museu de Israel, Jerusalém. Conhecido nas fontes religiosas judaicas do período como “o moedor de ossos”, foi encontrada em 1975 no que acabou por ser o campo da Sexta Legião Romana em Tel Shalem, perto de Bet She’an, norte de Israel. Somente três bustos do imperador em bronze sobreviveram até nossos dias. Um foi encontrado no Rio Tamisa, Londres, em 1834, pertence ao Museu Britânico. O outro foi encontrado num mercado de antiguidades e está no Museu do Louvre, em Paris. Acredita-se que tenha vindo do Egito ou Ásia Menor.

Sumariamente, a demografia e a paisagem da região foi afetada pelos conflitos de anexação. Em 66 ec., duas legiões com oito esquadrões de cavalaria, sob o comando de Vespasiano foram designadas para o combate aos judeus rebeldes e o restabelecimento da ordem na região. Durante a guerra Vespasiano tornou-se patrono de Flávio Josefo, um dos principais líderes intelectuais da resistência judaica. Num curto intervalo de tempo, entre os anos de 115-117 ec., eclodiu o segundo conflito e a partir de 135 ec. a província passou a ser designada como *Syria Palaestina* e os judeus foram proibidos de entrar na cidade por um período, bem como expulsos dessa província romana de maneira geral. Contudo, um número significativo da população permaneceu na região e adaptou-se ao novo contexto de controle estabelecido. Moedas comemorativas representando a Judéia capturada foram cunhadas, especialmente por Vespasiano, demonstrando o triunfalismo e controle da região (fig. 2).



Fig. 2 - Moedas cunhadas com o triunfalismo romano sobre a província da Iudaea. Cortesia do Israel Antiquity Authorities.

Atualmente três moedas da série cunhada “*Iudaea Capta*” que estão em exposição no Museu da Bíblia em Washington, DC, fornecem testemunho da ostensiva presença dos romanos no Oriente Médio (fig. 2). Essa série de três moedas é, assim, apresentada: a primeira (52066), moeda de Vespasiano, um denário de prata 69-79 ec. Tipo *Iudaea Capta*. Averso: busto de Vespasiano laureado virado para a direita. Legenda: IMP CAESAR VESPASIANVS

AVG (“Imperador Cesar Vespasiano Augusto”). Reverso: A representação da *Iudaea* sentada à direita, cabeça apoiada na atitude de luto; atrás à esquerda, troféu de armas. Legenda no exergo: IVDAEA. Fonte: RIC 2; Hendin 1479; BN 23-5; BMC 36-7; RSC 226. A segunda (**50633**), moeda de Tito. Denário de prata 79-81 ec., tipo *Iudaea Capta*. Anverso: Busto de Tito laureado virado para a direita. Legenda: AYTOKP TITOΣ KAIΣAP (“Imperador Titus Cesar”). Reverso: Troféu de armas. À esquerda, abaixo, a *Iudaea* ajoelhada, lamentando-se, à esquerda, com suas mãos amarradas para trás. À direita, abaixo, escudo romano. Legenda IOYΔΑΙΑ ΕΑΛΩΚΥΙΑΣ (“Selêucidas na Judéia”). Fonte: Hendin 1449; RPC 2313. A terceira moeda (**50639**), também de Tito. Denário de prata 79-81 ec., tipo *Iudaea Capta*. Anverso: Busto de Tito laureado virado para a direita. Legenda: AYTOKP TITOΣ KAIΣAP (“Imperador Titus Cesar”). Reverso: Nike (Vitória) em pé à direita com pé descansando sobre capacete, escrevendo em escudo que está apoiado em uma palmeira. Legenda: IOYΔΑΙΑ ΕΑΛΩΚΥΙΑΣ (“Selêucidas na Judéia”). Fonte: RPC II 2311; Meshorer 381; Hendin 1446.

Vale salientar, as representações da *Iudaea* rendida e dominada, bem como os símbolos romanos de triunfo como o escudo, o capacete, e o troféu de armas na série cunhada. É interessante também notar a referência que o poder romano faz “aos selêucidas na Júdeia”, batida em Grego. A associação com as elites locais dominantes faz referência aos judeus indígenas subjugados pelos selêucidas, ou os “sírios” locais. Tenha-se em mente que o termo “sírios” tem um significado mais matizado, dado o domínio selêucida durante o 2º século aec. sobre essa parte do Oriente Médio.

As estimativas populacionais apresentadas por Flavio Josefo para a ocupação da Judéia por certo são exageradas. Ele aponta ser possível, em alguns momentos festivos, somente em Jerusalém, reunir-se um total de 2 milhões e setecentas mil pessoas (7:422-426). E que a perda dos contingentes judaicos chegaram a 1 milhão e 100 mil (6:420) no processo entre as guerras. Contudo, segundo as estimativas de Byatt (1973: 55), os habitantes de Jerusalém não passariam de 1 milhão⁸, por consequência, as perdas judaicas não chegariam ao valor estimado por Josefo. O autor sugere que toda a *Palaestina* contava com um índice populacional de aproximadamente 3 milhões de habitantes. A revisão de Broshi (1980) das áreas ocupadas aplicou resultados mais modestos (tabela 1), na casa dos 514.000. Há que

⁸ Byatt 1973: 55. Byatt propõe essa estimativa baseando-se nos estudos de Condor, Mazar, Avi-Yonah, Daniel-Rops, MacCown.

se dizer que tanto o modelo historiográfico helenístico (no qual para mostrar a grandeza de uma vitória, elevam-se as virtudes dos opositores), quanto a representação do coeficiente populacional de forma alegórica e tipológica (“sessenta miríades”, por exemplo), tem papel relevante nessa forma de expressar a quantidade das populações subjugadas.

Cidade	Área	Pesquisador da área	Estimativa de Broschi
Aelia Capitolina (Jerusalém)	120 hec	M. Broschi (1978)	48.000
Anthedon	90	I. Goldrat	36.000
Antipatris	12	M. Kochavi	4.800
Apolônia	9 (?)	I. Roll; O. Tal	3.600
Ascalon	52	J. Gastang	20.800
Azotos	12 (?)	M. Dothan	4.800
Azotos Paralius	40	R. Gophna	16.000
Avdat (Oboda, ‘Abdeh)	8	-	1.500
Caesarea Maritima	95	M. Avi-Yonah	38.000
Diocaesarea (Sepphoris)	60	A. Siegelmann	24.000
Diospolis (Lydda)	10	R. Gohna	4.000
Dora	8	M. Prausnitz	3.200
Eleutheropolis (Bet Guvrin)	30	A. Kloner	12.000
Gabaa	9 (?)	-	3.600
Gaza	90	I. Gophna	36.000
Halusa (Elusa, Halasah)	35 ou 25	M. Broschi	10.000
Jamnia	50	R. Gophna	20.000
Jamnitarum-Portus	10	R. Gophna	4.000
Jope - Yafo	4	J. Kplan	1.600
Kurnub (Mampsis)	4	M. Broschi	1.500
Legio	100	M. Prausnitz	40.000
Maiumas Gaza	30	Goldrat	12.000
Neapolis (Shechem)	30	Z. Safrai	12.000
Nicopolis (Emmaus)	40	I. Hirschfeld	16.000
Nissana (Nessana, ‘Auja el Hafir)	15 - 18	M. Broschi	3.000
Ptolemais (Acre)	100	M. Prausnitz	40.000
Raphia	12	E. Oren	4.800
Rehovot (Ruheibeh)	12	M. Broschi	4.000
Scythopolis (Beth Sean)	110	C.R. Conder; H.H. Kitchener	40.000
Sebaste (Samaria)	77	J.W. Crowfoot	30.800
Shivta (Sbeita)	11.5	M. Broschi	2.000
Tiberiades	40	G. Foerster	16.000
		TOTAL:	514.000

Tabela 1 - Estimativa de Broschi (1980) baseado em 400-500 pessoas por hectare, levando em conta fatores como o suprimento de água.

Embora eventuais críticas possam ser feitas às projeções elaboradas por Broshi, aquilo que nos serve aqui é que a população em período Romano Tardio em toda a *Palaestina* romana não deveria ultrapassar 1 milhão de pessoas em seu total. Evidentemente que os contingentes populacionais não são estáticos e os índices de picos e depressões são significativos no tamanho de uma dada população. Contudo, devemos ponderar que a reestruturação das cidades com melhorias na captação de água potável, organização e eliminação de resíduos, assim como a “estabilidade” do período pós-guerras (devemos crer) propiciaram as condições para o futuro aumento populacional do período bizantino, ou pelo menos limitaram o déficit populacional das guerras. Além disso, é justo aceitar que as populações urbanas e seus assentamentos cresceram nos dois primeiros séculos da Era Comum, mesmo com os resquícios das situações conturbadas e beligerantes relações na região⁹.

Segundo Israel Roll (1996), fazia parte dos elementos básicos de uma adequada administração imperial romana, a organização de uma rede de estradas ordenadas e um sistema de tráfego eficiente. Dessa forma, seriam atendidas tanto as necessidades de mobilidade militar, bem como as estratégias de suprimento e comunicação para o controle da região¹⁰. As rotas recebiam o estatuto jurídico de *viae publicae*, servindo ao *cursus publicus*, atendendo, assim, à administração romana. A construção de uma estrada romana envolvia desde o processo de traçado, nivelamento e desaterro, até o preenchimento do tálamo, pavimentação e contenção da superfície. Em alguns casos eram construídos diques, muros de contenção e pontes, segundo a necessidade do terreno. Somente após esse processo, a rota poderia receber o estatuto de *via publica*.

Ao longo das vias, diversos marcos (milestones) eram colocados com o objetivo de informar as distâncias e o nome da *caput viae*, ou seja, a cidade (ou acampamento militar) destino final da via. Os marcos eram colocados em grupos de dez ou mais num intervalo de uma milha romana - os *mille passus*, que seriam mil passos duplos – correspondendo a 1.482m. Ao que parece, na parte oriental do império foi usada a milha Philetherian, também conhecida como

⁹ Kennedy 1999: 92.

¹⁰ Roll 1996: 550.

milha egípcia, que correspondia a 1.575m. Entretanto, as medidas encontradas em Israel, entre a terceira e quarta estação, na via que ligava Eleuterópolis a Hebrom, foram medidas em 1.635m e no caso de Jafa (Yafo), chegou a 2.100m. Portanto, não correspondendo a uma medida estritamente fidedigna para o intervalo dos marcos estipulado. As informações contidas eram: primeiro em latim, incluía o nome e título do governante romano que estava no poder e a época de construção ou reparação da via; em seguida vinha a língua nativa, mas no caso da *Iudaea* e *Syria Palaestina* foi o grego, contendo o nome e distância da maior cidade onde a estrada começava ou para onde ela se direcionava. A rede de marcos constituía fundamental referencial e cobria toda a província, podendo ser usada por civis e militares em suas viagens.

Com o objetivo de orientar os usuários em viagens oficiais, a *Tabula Peutingeriana* (fig. 3) é ainda hoje um dos únicos itens cartográficos, pertencente à classe dos *picta itineraria*, que mostra a rede de vias oficiais do Império romano na região. Obviamente, ela não representa a totalidade das rotas utilizadas. Porém, além das vias oficiais, acaba por fornecer - no cruzamento dos nomes das cidades mencionadas - a datação relativa posterior a 135 ec. para a representação do mapa¹¹. Assim, representa as vias mais utilizadas pelo tráfego oficial nas províncias da *Palaestina* e Arabia. Essa referência e a constatação de um grupo de mais de cinquenta marcos com a datação de 162 ec., ao longo das principais vias das duas províncias, nos permite inferir que a partir da segunda metade do 2º século ec e durante as primeiras décadas do 3º século ec, a região também atingiu seu maior desenvolvimento no sistema viário, com mais de 2.500 milhas romanas de estradas.

¹¹ A menção das cidades de Luddis, Amavante e Betogabri se dá em período pré-severiano, quando a partir de 135 ec. as mesmas cidades são renomeadas, respectivamente, como Dióspolis, Nicópolis e Eleuterópolis. Atualmente trata-se de Lida, Emaús e Beit Guvrin. O mesmo caso da mudança de nome de Jerusalém para Aelia Capitolina.



Fig. 3 - *Tabula Peutingeriana* com destaque para Jerusalém “Aelia Capitolina”.

Embora muitos caminhos usados pelos romanos na construção de suas estradas já fossem utilizados desde os períodos anteriores, a organização de um sistema de vias de tráfego regional projetado em larga escala é fruto do período romano de ocupação. Orientado pelos quatro pontos cardeais, o sistema contava com um alinhamento longitudinal de vias norte-sul e transversal leste-oeste cobrindo a extensão das províncias (fig. 4). Nesse contexto de estruturação romana, Cesareia Marítima desempenhou importante papel como *caput viae* e para ela convergiam nada menos do que sete *viae publicae*. As instalações portuárias sofisticadas e o planejamento da cidade, atendendo às necessidades básicas romanas, fizeram com que a cidade figurasse como quartel general do governador romano e seu executivo. As prioridades de comunicação, transporte e suprimentos entre Cesareia Marítima e cidades vizinhas, como Apolônia (Tel Arsuf) e Jafa (Yafa), assim como os acampamentos militares implantados na região, foram contingências não negligenciadas. Desde Jafa, Antipátrida, Neápolis, Samaria, passando por Legio e Acre (Ptolemais), cada uma dessas cidades contava com uma *via publica* que a conectava diretamente com Cesareia Marítima, contribuindo no desenvolvimento da localidade e da região.

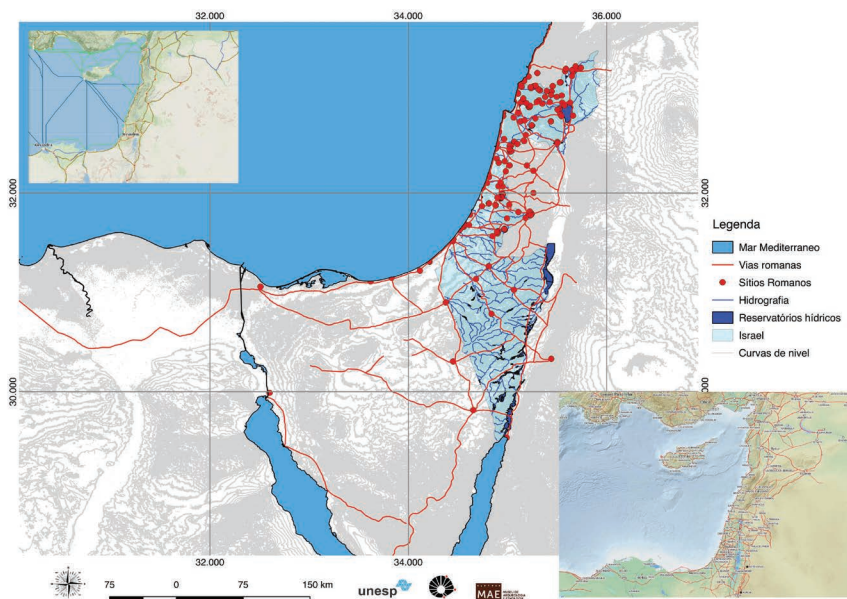


Fig. 4 - Mapa das principais vias romanas na Iudaea - Palaestina romana

Ao que parece, a partir da metade final do 2º século ec. até o 4º século ec., houve um processo de crescimento e urbanização dos assentamentos em toda a *Palaestina*. A Planície do Sharon Sul parece ter experimentado especialmente a expansão de assentamentos e maior urbanização. Somente em Apolônia, distante 22 milhas (35.40557km) de Caesarea Marítima, em um raio de 10km foram relacionados outros 22 assentamentos. A associação da urbanização regional com a presença romana e o deslocamento das populações é também evidenciada pela presença de material arqueológico relacionado a judeus, cristãos e samaritanos na localidade¹² e região. Observando Apolônia e Kfar Saba, existem referenciais arqueológicos e fontes históricas que demonstram a elevada presença de assentamentos onde os samaritanos viveram. O processo de assentamento dos samaritanos no Sharon sul começou no período romano e alcançou seu ápice no período bizantino. A impressão é de que os samaritanos foram o principal fator étnico na oscilação de assentamentos que vieram a florescer no Sharon sul nesse

¹² Roll e Ayalon 1990: 194.

período¹³. Por similar processo de crescimento e urbanização teriam passado Tirra, em que num raio de 5km constata-se cinco assentamentos próximos e Kfar Saba em que num raio de 6km notam-se 14 assentamentos. Em Tel Qasile, num raio de 5km estão associados 11 assentamentos, e de forma especial, Antipátrida teria passado por uma grande reconstrução, recebendo edifícios, possivelmente um *tetrapilum* e *decumanus*, fôruns, um pequeno teatro e muitos pisos mosaicos, datados da metade final do 2º século ec.

Nesse sentido, é possível perceber que cada microrregião foi em si resultado da intersecção de forças externas e de forças internas que definiram os campos de ação nesse inter-fluxo de relações, assim como as tradições culturais e os agentes sociais envolvidos no avanço imperialista romano no Oriente Médio tiveram que adaptar-se ao processo de interação acumulativa. Como aponta o paradigma kuhniano (Kuhn 1996)¹⁴ e confirma os enunciados de Foucault (2007), as forças desse interfluxo de relações não se concentram num lugar determinado; antes, estão espalhadas em diferentes pontos no tempo e no espaço. A criação de uma rede de comunicação regional integrada, como pode ser definido o plano viário romano e a maior urbanização da região foram fatores de peso nesse jogo de relações para o estabelecimento hegemônico, controle e exercício do poder romano. Porém, não os únicos¹⁵. Entretanto, especialmente como postulam Horden e Purcell (2000), as estradas não são apenas “coisas em si” ou as vilas e cidades “pontos fixos no espaço”; antes, as estradas, enquanto linhas potenciais de movimento e intersecção, e as vilas e cidades, como lugares significativos para a promoção do contato e o estabelecimento de referências de coletividade, são lugares e espaços onde as relações de troca acontecem, promovendo a oportunidade para uma série de desdobramentos em sociedade¹⁶.

¹³ Roll e Ayalon: 1988: 34-43.

¹⁴ A contribuição de Tomaz Kuhn (1923-1996), diz respeito à construção do conhecimento considerada como um processo social, sendo caracterizada levando em conta sua complexidade aliada a grande “inventividade” desse tipo de atividade. A existência de mudança conjugada a muitas controvérsias é o indício que define as revoluções. A forma descontinua através da qual acontece a mudança caracteriza a própria ação e mudança em si. Nesse sentido os paradigmas vem à tona e são entendidos no processo social.

¹⁵ Entre as ações humanas numa dada paisagem tem papel relevante os fatores geográficos naturais (relevo, tipo de solo e rocha, fontes de água, clima, vegetação) os fatores geográficos humanos (a distribuição e a densidade da população); os fatores econômicos, fatores geopolíticos (média de tráfego e a tecnologia), entre outras relações de significado simbólico que podem ser citados.

¹⁶ Horden e Purcell 2000: 90.

Poder, hegemonia, dominação e resistência

Tratar dos conceitos de poder, hegemonia, dominação e resistência não é uma tarefa das mais simples, primeiramente porque em diferentes níveis e escalas eles se perpassam e muitas vezes são confundidos dentro de um único pacote de entendimento. Em segundo lugar, a dificuldade parte do conceito fundamental do que se trata o poder e quais as relações estabelecidas dentro e a partir de sua mecânica. Embora pareça estranho a alguns e óbvio a outros, é necessário que essa constatação inicial seja feita, de modo a evidenciar a concretude própria do poder e sua fecundidade enquanto campo de análise, com o objetivo de dar conta das mecânicas que até então tinham ficado à margem do campo de análise da política de relações humanas.

Mas o que de fato é poder? Para um esboço incipiente do que venha a ser definido aqui como poder, é pertinente lançar mão de uma primeira assertiva básica e necessária, aquela que diz que o poder é uma “coisa”. Foucault se refere ao poder como “esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder”¹⁷. Poder é um exercício, portanto. Ele funciona em cadeia e em rede está disperso por todo o tecido social. Está presente em distintas redes de dominação que se recobrem, se amparam e interferem umas nas outras. Dessa forma não existe poder *per se*, enquanto propriedade; existe, sim, práticas e relações de poder, onde se ele efetua, onde funciona, onde se exerce. Ninguém é, portanto, titular único e exclusivo do poder, da mesma forma que não existem aqueles que têm poder e aqueles que não o têm. Logicamente que nesses movimentos das redes de poder ninguém ocupa o mesmo lugar; algumas posições são preponderantes, permitindo produzir efeitos de supremacia e/ou hegemonia. Assegurando, assim, uma dominação na medida em que o poder fica dissociado dos domínios individuais e restrito a determinadas redes acumulativas.

Entretanto, o indivíduo não é um dado sobre o qual o poder se abate, é portador de agência e retém poder na relação de contato; aí sim, no movimento casual e das contingências, na polissemia, nos desejos e nas forças em interação o poder se exerce. Foucault (2007) salienta que o indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. Efetivamente, um dos primeiros

¹⁷ Foucault 2007: 44-90.

efeitos de poder são os corpos, gestos, discursos e desejos que constituem a representação das individualidades nas sociedades¹⁸.

Com esse encaminhamento, o poder é em si ativação e desdobramento de uma relação de força. É sobre essa base que Foucault lança a hipótese das estruturas disciplinadoras, que cumprem a função de gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações, objetivando o aproveitamento elevado de suas potencialidades através de um sistema de aperfeiçoamento contínuo de suas capacidades. Seguindo essas premissas, ele propõe analisar o poder enquanto combate, confronto e guerra, afirmando que não é o “grande modelo da língua e dos signos, nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação)” que poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. A “dialética” seria uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade reduzindo-a ao esqueleto hegeliano; e a “semiologia” uma maneira de evitar seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-a à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo”¹⁹.

Nos sistemas classificatórios e estruturas disciplinadoras poderíamos incluir os traços comuns: a) das noções hierarquizadas dispostas que os grupos mantêm entre si, definidas num conjunto que compõem um todo num dado momento; b) a constituição dos instrumentos de comunicação e conhecimento pelos quais a sociedade confere um sentido à organização social mais ampla em que se insere, ou seja, a forma de se fazer compreender e tornar-se inteligível nas relações existentes entre os agentes sociais; c) as condições sociais das quais ambos dependem, pois as relações sociais entre os agentes servem de base e modelo para as relações lógicas entre as coisas experienciadas²⁰.

Porém, nem todas essas relações são tão cristalinas e facilmente assimiladas. De forma que sem as relações de signos, símbolos e sentidos não seria viável o exercício do poder, inclusive o bélico. Se por um lado as observações de Foucault são bem empregadas para o sentido das micro-relações de poder e sua disseminação no tecido social, por outro, a crítica que o autor recebe de Tracy Sweely (2001) é pertinente quando a autora afirma que tanto nos escritos de Marx, Weber, quanto nos do próprio Foucault, o

¹⁸ Foucault 2007: 103.

¹⁹ Foucault 2007: 6.

²⁰ Bourdieu 2002: XIX.

foco principal está nas formas institucionais, relegando demasiado papel a elas enquanto formadoras da individualidade.

Essa conotação cria uma grande diferença entre as estruturas ideológicas – estando incluídas aqui as estruturas sociais, políticas e econômicas – e os indivíduos reais que interagem dentro delas. Nesse sentido, Foucault quando prioriza os sujeitos como produtos das instituições disciplinadoras incide sobre o mesmo paradigma que se opõe, ao invés do contrário. Sweely procura apresentar, portanto, outro paradigma interpretativo para essas relações de poder. Discordando francamente da afirmação de que a linguagem e as estruturas de significado não nos dominam, ela apresenta o referencial de Bakhtin para suporte de suas proposições²¹. Nesse paradigma é a consciência individual (força centrífuga da variação) e a improvisação em qualquer interação específica que tem maior peso sobre o conjunto de regras em sociedade (as chamadas forças centrípetas)²² do que, propriamente, as estruturas disciplinadoras.

Apesar das divisões administrativas romanas, a região *Iudaea* e *Palaestina* continuou a ser uma unidade geográfica e histórica por um período que pode ser considerado em 350 anos. Após o reinado dos Asmoneus, o Império Romano passou a controlar a região com interrupções periódicas. Além disso, durante o quarto século, essa província romana mudou outra vez sua denominação administrativa, sendo dividida em *Palaestina Prima* e *Palaestina Secunda* e dentre os principais fatores para a mudança administrativa esteve o surgimento de nova tradição cultural, o Cristianismo, oriundo do Judaísmo e da confluência com o Samaritanismo, Paganismo e cultos às divindades orientais²³.

Quando Ruth Troccoli (2001) tentou conceituar a noção de poder, a autora discorreu sobre aquilo que chamou de um *continuum* baseado em circunstâncias. Numa extremidade estaria a capacidade de ação e/ou autodeterminação individual e na outra ponta desse *continuum* estaria a capacidade de controlar os outros, por meio do consentimento sancionado. Nesse processo de *continuum*, as relações seriam multiescalares, da mesma forma que as hegemonias o são. Pensar, nesse sentido, as relações de poder, hegemonia e dominação sem falar em resistências multiescalares seria uma quimera. De modo geral, “onde existe poder

²¹ Bakhtin 1981 *apud* Sweely 2001: 3.

²² Sweely 2001: 3.

²³ Teixeira-Bastos 2015: 39-65.

e dominação, existe resistência”. A resistência, assim como o poder, é tão invertida, móvel, produtiva e disseminada quanto o próprio poder. Logo, a partir do momento em que há uma relação de poder e dominação, há também uma possibilidade de resistência. Existe nesse *continuum* de circunstâncias constantemente estratégias de escapar das redes de domínio e hegemonia, e é nesses – algumas vezes ínfimos – intervalos nas redes de relações que se engendram, se organizam e se consolidam as resistências.

A negociação e contestação cotidianas de um lugar e região não implicam necessariamente na contestação coletiva e consciente das hegemonias e do controle, como exemplificado pelas revoltas judaicas. Contudo, é na formação de diferenciadas práticas de negociação, resiliência, contestação e resistência cotidiana que as práticas de identidade e poder estão sendo continuamente moldadas, constituídas e transformadas²⁴. Determinado lugar nos modifica, não por uma pertença visceral, mas através da “prática do lugar”, da negociação das trajetórias que ali se intersectam, sendo inerente às relações da alteridade assimiladas ou não.

Em outras palavras, é a linguagem e, por extensão a cultura do lugar, que determinam num dado momento e contexto particular as relações de poder e as tradições a serem estabelecidas ou preservadas. O ponto em que as pessoas concordam em compartilhar uma série de condições ideológicas seria a força que cobre e torna as estruturas sociais (disciplinadoras ou não) secundárias aos indivíduos. A belicosidade seria, então, o limite da “não negociação”. O que faz com que o poder (mesmo o bélico) seja aceite e se mantenha, não é somente sua qualidade de dizer não, reprimir os indivíduos e instintos, ou mesmo controlar regiões, mas o fato de que por permear os indivíduos produz coisas, induz ao prazer, forma saber e fomenta discursos e representações culturais

Essencialmente, os caminhos aos quais o desenvolvimento e/ou a adaptação que determinado grupo social pode (ou deve) percorrer, perpassa sua forma de contato e comunicação. A mobilidade cognitiva sustenta sempre um novo movimento de ideias e a fecundidade de alternativas a seguir é sempre multivariada. Algumas vezes, o movimento pode ser estável e pouco móvel. Em outros casos, intenso e caótico. Entretanto, nunca deixa de existir essa mobilidade conectiva e cognitiva que auxilia a formar um mundo de marcos físicos e mentais, orais e textuais, introspectivos e projetivos, tipológicos e

²⁴ Cohen 1994: 80-99.

analógicos, que está a todo o momento em constituição e transformação²⁵. O espaço, co-formador do tecido social e das relações de poder, portanto, é uma simultaneidade de ‘estórias-até-agora’ em um movimento randômico de contatos entre humanos, governados em extensa medida pela desordem subjacente invisível e aleatoriedade dos eventos. Portanto, é necessário entender o espaço, dessa forma, como a esfera da simultaneidade, em que constantemente conexões e desconexões acontecem por novas chegadas, e constantemente há espera pela determinação seguinte, na indeterminação pela construção das novas relações.

As relações estabelecidas durante o processo de transformação da *Iudaea Capta* e *Syria Palaestina* romana não escapam a esse entendimento. A ideia é que os espaços ocupados foram sendo feitos através desses contatos variados (que decorrem em práticas materiais) com suas respectivas (muitas vezes distintas) temporalidades e tradições culturais. A relação dos contatos pode levar muito tempo ou acontecer em tempos diminutos, sendo contextual por excelência. Igualmente, já que posição/localização é a ordem mínima de diferenciação de elementos na multiplicidade, que é co-formadora do espaço, então, poderíamos fazer a leitura de que a negociação é o que fomenta espaços, alimenta as práticas materiais, subsidia as identidades e medeia o poder.

A Arqueologia tem desempenhado um papel cada vez mais importante na construção e interpretação do passado durante o período de ocupação romana no Oriente Médio. Ela apresenta paradigmas e instrumentos para determinar os tipos de informações que são independentes e diferentes dos textos coloniais, por vezes estrangeiros, abordando as questões da mudança cultural sob outro fundamento²⁶.

Durante a última década, a teoria do Sistema-Mundial (World-System), também conhecida como relação centro-periferia, foi desenvolvida por economistas e historiadores econômicos para conceptualizar as formas de dominação colonial, o próprio colonialismo (e pós-colonialismo). Dentro deste pensamento amplo da teoria de aculturação e do programa de pesquisa norte americano, as relações de poder foram tratadas como um sistema global coerente e foram enfatizadas relações auto-evidentes para as manipulações materiais e as ocupações das paisagens decorrentes do encontro colonial²⁷. Neste sentido, mediante uma concepção estática

²⁵ Massey 2009a: 401-420; 2009b: 248.

²⁶ Funari e Mourad 2016: 19-35; Silberman *et al* 2016

²⁷ Dietler 1998: 288-315; 1999: 478.

e rígida da natureza da cultura, a ideia de sociedades “tradicionais” como unidades ligadas em um processo imutável e uma determinada materialidade foi sendo forjada, porém não parece razoável aceitar tal formulação nestes termos.

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade, que funcione dentro e a partir desta dupla exigência²⁸. A resultante, portanto, é a produção de “verdades” e a percepção de condições ideológicas distintas²⁹, contradições inerentes às interações sociais e as formas culturais em contato. A importância dos contextos arqueológicos e dos contextos de produção dos discursos (a contextualidade social), permite distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem esses discursos e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem uns a partir dos outros.

Bibliografia:

- Bourdieu, P. (2002), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Byatt, A. (1973), “Josephus and population numbers in first century Palestine”, *Palestine Exploration Quarterly* 105: 51-60.
- Broshi, M. (1979), “The Population of Western Palestine in the Roman-Byzantine Period”, *BASOR* 236: 1-10.
- Cohen, A. (1994), *Self Consciousness: an Alternative Anthropology of Identity*. London: Routledge.
- Dietler, M. (1998), “Consumption, Agency, and Cultural Entanglement: Theoretical Implications of a Mediterranean Colonial Encounter”, in J. Cusick (ed), *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Souther Illinois University, 288-315.
- Dietler, M. (1999). *Consumption, cultural frontiers, and identity: anthropological approaches to Greek colonial encounters*. Naples: Arte Tipographica.
- Edwards, D. R. (2004), *Religion and Society in Roman Palestine: Old Questions, New Approaches*. London: Routledge.
- Kennedy, D. (1999), “Greek, Roman and Native Cultures in the Roman Near East”, in J. H. Humphrey (ed.), *The Roman and Byzantine Near East II. JRA Suppl.* 31: 76-106.

²⁸ Foucault 2007: 101.

²⁹ Tilley 1995: 40.

- Kuhn, T. (1996), *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. B. V. Boeira e N. Boeira. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (2007), *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, ed 23.
- Funari, P. P. A. & Mourad, T. (2016), “Curadores do império: patrimônio como pilhagem colonialista”. *Herótodo* 01: 19-35.
- Hendin, D. (2011), *Guide to Biblical Coins*. New York: Amphora.
- Horden, P. & Purcel, N. (2000), *The Corrupting Sea: a study of Mediterranean history*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Massey, D. (2009a), “The possibilities of a politics of place beyond place? A conversation with Doreen Massey”. *Scottish Geographical Journal* 125(3-4): 401-420.
- Massey, D. (2009b), *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mattingly, D. J. (ed.) (1997), Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire. *JRA Suppl.* 23.
- Meshorer, Y. (2001), *A treasury of Jewish Coins*. Jerusalém: Yad Ben-Zvi Press.
- Roll, I & Ayalon, E. (1988), “Models of Settlements in Southern Sharon in Ancient Times”. *Ariel* 55-56: 38-43.
- Roll, I. & Ayalon, E. (1990), “Economic and Settlement Growth in Southern Sharon in the Roman Period”, in A. Degani *et al.* (ed.) *HaSaharon between Yarkon and Karmel*. Tel Aviv: Tel Aviv University, 191-200.
- Roll, I. (1996), “Roman Roads to Caesarea Maritima”, in A. Raban & K. Holun (eds.), *Caesarea Maritima. A Retrospective after two Millennia*. Leiden: E.J. Brill, 549-558.
- Silberman, N., Funari, P. P. A., Carvalho, A. V. & Mariuzzo, P. (eds.). (2016), *Desafios para o patrimônio*. Jundiaí: Paco.
- Sweely, T. (2001), *Manifesting Power: Gender and the interpretation of power in archaeology*. London: Routledge.
- Teixeira-Bastos, M. (2015), “Arqueologia e ritual: lugares de devoção na Palestina Romana. *Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos* 5: 39-65.
- Tilley, C. (1989), “Discourse and power: the genre of the Cambridge inaugural lecture”, in D. Miller, M. Rowlands, C. Tilley (eds.), *Domination and Resistance*. Londres: Unwin Hyman, 41-62.
- Troccoli, R. (2001), “Women leaders in native North American societies: invisible women of power”, in T. Sweely (ed.), *Manifesting Power: Gender and the interpretation of power in archaeology*. London: Routledge, 49-61.
- Tufi, S. R. (2000), *Archeologia delle Province Romane*. Roma: Carocci.

Agradecimentos:

Agradecemos a Neil Silberman e Vagner Carneiro Porto. Mencionamos o apoio institucional da Fapesp, CNPq, Unesp, Usp e Unicamp. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

***A TRILOGIA DE TRÓIA DE JOÃO DE CASTRO OSÓRIO:
UMA REESCRITA NIETZSCHEANA DO MITO DE HELENA***

***THE TROY TRILOGY OF JOÃO DE CASTRO OSÓRIO:
A NIETZSCHEAN REWRITING OF THE MYTH OF HELEN***

MARIA DO CÉU FIALHO

mcfialhofluc@gmail.com

Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0003-2115-9638>

Artigo submetido a 04-09-2017 e aprovado a 29-11-2018

Abstract

This production of João de Castro Osório has the high documental value of attesting a unique presence: that of the influence, in the Portuguese theater, of the Nietzsche / Wagner axis, in an ideological context that is expected. He is the single case of dramatic trilogies composition in Portugal. His theatre is marked by a strong component of ultra-romantic rhetoric, what makes this trilogy difficult to be put on stage. The author classifies it as a ‘Dramatic Poem’. If the closest motivating happening of its composition was, perhaps, the Colonial War and the defense of the colonies’ maintenance, evoking the glorious past of Portugal, when breaking the seas and conquering distant lands, quickly, throughout the *Trilogy of Troy*, the author detaches himself from this historical reference to higher flights, in his aesthetic imaginary concerning the myth of Troy and its epic Homeric treatment. In the three plays – *Helena*, *Aquiles*, *Apoteose* – the evolution of the action arrives to an unexpected end: the loving pair Achilles and Helen goes higher and higher through the flames of Troy acropolis, until an apotheosis: Gods of fear are defeated by the heroes, in whom the truly Divinity inhabits – so, heroic man is too great to be destroyed. Death and Life are the two faces of the same reality: Immortality.

Keywords: Castro Osório; Homer; Nietzsche; Wagner; trilogy; Troy; Achilles; Helen.

Resumo

Esta produção de João de Castro Osório tem o alto valor documental de atestar uma presença única: a influência, no teatro português, do eixo Nietzsche / Wagner, num contexto ideológico esperado. Ele constitui o único caso de composição de trilogias dramáticas em Portugal. O teatro de Castro Osório é marcado por um forte componente da retórica ultra-romântica, o que torna difícil a sua encenação. De acordo com a classificação do autor, trata-se de um “Poema dramático”. Se o acontecimento motivador mais próximo de sua composição fosse, talvez, a Guerra Colonial e a defesa da manutenção das colónias, evocando o glorioso passado de Portugal, ao romper os mares e conquistar terras distantes, rapidamente, em toda a *Trilogia de Tróia*, o autor se demarca desta referência histórica para vãos mais elevados, no seu imaginário estético sobre o mito de Tróia e o seu tratamento épico-homérico. Nas três peças - *Helena*, *Aquiles*, *Apoteose* - a evolução da acção chega a um fim inesperado: o par amoroso Aquiles e Helena caminha, cada vez mais alto, através das chamas da Acrópole de Troia, até uma apoteose: os Deuses de medo são derrotados pelo heróis, em quem a verdadeira Divindade habita – é que o homem heróico é demasiado grande para ser destruído. A Morte e a Vida constituem as duas faces da mesma realidade: a imortalidade.

Palavras-Chave: Castro Osório; Homero; Nietzsche; Wagner; trilogia; Tróia; Aquiles; Helena.

João de Castro Osório nasce no final do séc. XIX, no seio de uma família da aristocracia culta, e vem a falecer em 1970. Era filho de Ana de Castro Osório e do poeta Paulino de Oliveira e irmão do escritor José Osório de Oliveira. Sua mãe, escritora e mulher profundamente envolvida em causas sociais, é considerada a criadora de uma literatura infantil em língua portuguesa. Foi pioneira, em Portugal, na luta pela igualdade de direitos entre homem e mulher. Escreveu, em 1905, *Mulheres Portuguesas*, o primeiro manifesto feminista português, ainda nos últimos anos da monarquia e já com a oposição republicana em franco crescimento e consolidação¹.

¹ Foi uma das fundadoras do Grupo Português de Estudos Feministas, em 1907, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909, da Associação de Propaganda Feminista, em 1912, da Comissão Feminina *Pela Pátria*, em 1916, a partir da qual se formou, no mesmo ano, a Cruzada das Mulheres Portuguesas. Seu marido, pai de João de Castro Osório, era membro do Partido Republicano. Ana de Castro Osório aproximou-se da causa republicana, tendo, após a instauração da República (5 de Outubro de 1910), colaborado com o ministro da Justiça, Afonso Costa, na elaboração da Lei do Divórcio. A 17 de Maio de 1919 foi feita Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada e a 5 de Outubro de 1931 foi feita Comendadora da Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial

Todavia, como se pode perceber pelas memórias do próprio João de Castro Osório, foi na boca do seu avô, juiz, que ele escutou, na infância, o relato de epopeias antigas de heróis gregos e romanos, a par do de episódios da história nacional, evocados como equivalentes, epicizada a História de Portugal e apropriadas, como “nossos heróis” as personagens das sagas greco-romanas, que assim se converteram num universo familiar, marcado pelo espírito de comunhão e pertença à criança atenta e entusiasmada. Assim, à memória de tais relatos ficou Castro Osório para sempre preso pelo fascínio e pela identificação². Essa idiossincrasia e essa presença inspiradora virão a preponderar sobre a marca materna, sendo decisivas na sensibilidade e caminhos posteriormente seguidos pelo jovem.

Seguindo a tradição familiar, também Castro Osório fez a sua formação superior na Faculdade de Direito – mas da Universidade de Lisboa. Em 1919 é iniciado na Maçonaria na Loja Fiat Lux, de Lisboa. Data dessa mesma época a sua simpatia pelo movimento nacionalista português, que traduz na sua primeira publicação – o Manifesto Nacionalista - vindo a associar-se ao Sidonismo³. Move-o, consoante ele mesmo afirma, a convicção da vocação

Classe Agrícola. Pertenceu ao primeiro grupo da Maçonaria Feminina em Portugal, tendo chegado a ser Venerável de uma loja feminina.

² É expressiva do que foi dito a dedicatória preliminar à memória de seu avô, escrita por João de Castro Osório no que designa como ‘poema dramático’, *A Trilogia de Tróia*.

³ Este movimento deve a sua designação à personalidade que o accionou: o general Sidónio Pais. Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais de seu nome (1872-1918) foi um militar, político e matemático. Foi Oficial de Artilharia, doutorou-se e foi Professor de Matemática na Universidade de Coimbra, onde leccionou Cálculo Diferencial e Integral. No contexto da vida política, exerceu altas funções nos governos da Primeira República (e.g. Ministro das Finanças, Embaixador de Portugal em Berlim, Ministro da Guerra, Ministro dos Negócios Estrangeiros). A extrema instabilidade política e económica da Primeira República e a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra fizeram com que Sidónio Pais, ao tempo Embaixador em Berlim, regressasse a Portugal e se juntasse aos numerosos descontentes quanto à entrada de Portugal na guerra. Afirmou-se então como o principal líder da contestação ao Governo então vigente, do Partido Democrático, e em Dezembro de 1917 liderou uma insurreição como Presidente da Junta Militar Revolucionária. O golpe de estado acabou vitorioso, após três dias de duros confrontos, nos quais o papel dos grupos civis foi determinante para a vitória dos revoltosos. Foi eleito Presidente da República, cargo que desempenhou de forma ditatorial, sem consultar o Congresso: Suspendeu e alterou por decreto algumas normas da Constituição de 1911, protagonizando a primeira grande mudança no republicanismo português. Fundou a *República Nova*, de cunho presidencialista e de breve existência— transformando-se numa das figuras mais controversas da política

titânica de Portugal para a formação do Quinto Império⁴. A sua obra literária reflectirá essas mesmas convicções.

Em 1938 obtém o diploma da Escola Superior Colonial com a dissertação *Direito e Dever de Império*, uma tese sobre administração colonial. Chegou a dedicar-se à advocacia, que abandonou em 1937, um ano antes da obtenção do diploma acima mencionado⁵. Mais tarde, concorreria ao magistério na Escola Superior Colonial, mas sem sucesso. A partir daí, parece ter-se dedicado ao estudo, à pesquisa de biblioteca, à elaboração de trabalhos de ordem cultural, remunerados, por encomenda do Secretariado Nacional de Informação (SNI)⁶ e em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian⁷.

Possuidor de uma riquíssima biblioteca, herdada e constituída pelo próprio, Castro Osório dispunha, assim, à partida, de todas as condições para se tornar um homem de cultura e leitura. A sua facilidade e competência de escrita, do texto argumentativo de causídico ao manifesto político, que havia já publicitado na juventude, o seu fascínio pela grande poesia épica, bem como pela tradição poética portuguesa, levou a que o filho da escritora Ana de Castro Osório se dedicasse, também ele, ainda que com outra cromática ideológica, a uma intensa actividade de polígrafo e de editor.

Assim, admirador de Camilo Pessanha, Castro Osório publicou sucessivas edições da *Clepsidra*, com base nos autógrafos que zelosamente conservou.

portuguesa do século XX. Sidónio Pais foi assassinado em finais de 1918. Vide Malheiro da Silva (2006), Parte Primeira, caps. 4-5; Parte Segunda, cap. 6.

⁴ Recordava Domingos Monteiro, após a sua morte, *apud* prefácio à edição póstuma (1999) p. 8 d' *A Trilogia de Tróia* de Castro Osório: “Nós fomos – dizia ele – com a Grécia e com Roma, os maiores criadores da humanidade, ensinámos aos outros caminhos do futuro e se “uma apagada e vil tristeza” nos faz esquecer momentaneamente o que fomos e somos capazes de ser, um dia virá em que havemos de retomar a nossa vocação”.

⁵ A propósito do processo disciplinar movido contra Castro Osório pela Ordem dos Advogados, que o teria levado a abandonar a profissão, adianta Rodrigues (2012) pp. 86-87: “O abandono da profissão esteve relacionado, com efeito, com a sua integração na Legião Portuguesa – organização paramilitar de carácter fascizante e de orientação germanófila –, da qual recebera ordem de dispensa da instrução da unidade de Cavalaria 2, em virtude do conhecimento da instauração deste processo. Segundo o arguido, a perseguição levada a cabo pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados tinha origem maçónica e a intervenção de um advogado de nome Maurício Costa, “agente principal da Maçonaria em várias «frentes populares»”: “o facto de se saber ali que eu me inscrevi na Legião Portuguesa bastaria para que a perseguição redobrasse.”

⁶ Organismo de apoio ideológico-cultural ao regime autoritário criado durante o Estado Novo em Portugal.

⁷ Rodrigues 2012: 87.

Dentro da sua linha de pensamento, anima-o o revivalismo da tradição, associado a um Neoparnasianismo, no contexto de um Neo-romantismo de cariz vitalista, em reacção contra um Simbolismo decadentista⁸. Esta posição está na origem da criação da revista *Portugal*, com outros contemporâneos ideologicamente próximos, como Afonso Lopes Vieira ou António Sardinha, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, com o qual, como é evidente, Castro Osório se identifica.

O seu já mencionado envolvimento com a Legião Portuguesa, no contexto da primeira fase do Estado Novo, traduz a sua sensibilidade germanófila. Teve familiaridade com a língua alemã, desde cedo (teve, na infância, uma preceptora alemã). A crença numa vocação heróica nacional e na dimensão titânica dos heróis nacionais – os verdadeiros titãs, movidos por um absoluto que é a Vida, a Luz, a Humanidade – encontrou, assim, na leitura de Nietzsche, por aquele ângulo que a concatena com a apropriação feita pela estética wagneriana, a inspiração doutrinária adequada.

Admirador de Wagner, não só da sua música, mas também do modo como o compositor alemão mergulhou na saga germânica de antiga tradição e trouxe à luz genuínas figuras, iluminadas pela influência de Nietzsche, de deuses e de homens, da mitologia nórdica, para lhes dar vida e os pôr em acção como sobre-humanos lutadores, pela luz ou pelas trevas – pelo absoluto da vida, ou pelas trevas da perfídia, pujantes de virtudes ou de vício, imagem de totalidade força, de desassombro ou de insidia, Castro Osório molda os seus heróis greco-romanos segundo o modelo wagneriano. Estas personagens são a imagem da incessante luta do homem e da tensão permanente que os grandes, excepcionais, conhecem, na sua excepcionalidade, até ascenderem, por essa luta, ao espaço e estatuto que espera os privilegiados: para além do bem e do mal, iguais aos deuses, se

⁸ Vide Pereira 1999: 48: este reputado lusitanista chama a atenção, todavia, para a diversidade de leituras e apropriações de Nietzsche na primeira metade do séc. XX em Portugal. Vide Rodrigues 2012: 48: “A corrente vitalista do Neo-Romantismo apresenta, sobretudo, os seguintes temas ou motivos: primazia do irredutível fenómeno da Vida, atitude combativa em relação à tradição espiritual e ética cristãs e aos valores decadentistas, “euforia vital”, exacerbamento do voluntarismo vitalista em novo heroísmo prometeico e até vertigem nietzschiana, efusão unanimista e apologia titânica do trabalho. O carácter vitalista do pensamento de Nietzsche teve, com efeito, uma acção revigoradora na estética literária do início do século XX, pois dele era difundido o perfil de um iconoclasta da tradição cristã, demolidor de mitos, um pensador e crítico antidecadentista, que correspondia à imagem de Nietzsche construída em contexto europeu”.

não os verdadeiros habitáculos do divino. E quem são estes heróis, nas trilógicas de Castro Osório? Os do espaço-tempo matricial das civilizações meridionais – da nossa, greco-romana de génese, pertencente à comunidade daquelas outras que também aprenderam a falar com Gregos e Romanos⁹.

Com Fernando Pessoa, com quem se encontra e corresponde, Castro Osório partilha o sonho do Quinto Império, decantado no imaginário estético de ambos.

Como atrás foi referido, João de Castro Osório foi um verdadeiro polígrafo, que repartiu a sua actividade pela ensaística, crítica literária, recolha poética de um cancionero da tradição portuguesa popular, contista, dramaturgo. É de salientar, no contexto da sua produção dramática, que a sua actividade se iniciou, nos anos vinte, com tragédias isoladas, como *A Horda* (1921) e *O Clamor* (1923), para, cerca de vinte anos mais tarde, amadurecer com a clara opção do autor por peças concatenadas, de final aberto, em que o desfecho da acção se dá no final da última peça: *Tetralogia do Príncipe Imaginário* (1940/1941); *Trilogia de Édipo* (1954); *A Trilogia de Tróia*¹⁰.

Esta estrutura tem a sua esplendorosa origem na tragédia grega, em Ésquilo. Nas reescritas do mito e do teatro grego contemporâneas que se conhecem em Portugal, João de Castro Osório constituiu, até 2015, o único exemplo de dramaturgo que optou por trazer à modernidade tal estrutura, naquilo que ele designa por ‘poesia dramática’, ainda que tenha a forma de prosa. Em 2015 vem à luz e aos palcos portugueses uma nova trilogia, de cariz absolutamente diverso, da autoria do dramaturgo e director teatral Tiago Rodrigues: a ‘Trigédia’ *Ifigénia, Agamémnon, Electra*, publicada e representada no Teatro Nacional D. Maria, de que o autor é director, nesse mesmo ano.

Pelo contrário, as duas trilógicas de Castro Osório, que levam a designação de ‘poemas dramáticos’, ainda que, como acima foi dito, sejam teatro em prosa, dificilmente se deixam representar, já que, por um lado, as marca um forte pendor retórico, com longos rompantes de matriz epicizante

⁹ Lembra em nota Rodrigues 2012: 53 que Castro Osório casou, em segundas núpcias, com uma talentosa pianista, Maria Helena de Assis Lopes, discípula do famoso Mestre Viana da Mota, um dos maiores admiradores e conhecedores de Wagner entre nós.

¹⁰ Pelo meio fica a tragicomédia *O Baptismo de D. Quixote* (1944). Quanto a *A Trilogia de Tróia*: foi publicada postumamente em 1999. Não sabemos ao certo a data da sua composição, mas há referências internas que a situam cronologicamente posterior à *Trilogia de Édipo*. Trata-se da última produção dramática do autor e é bem possível que remonte aos anos sessenta – década em que deflagrou a guerra colonial.

e epidíctico, por outro lado, tanto na *Trilogia de Édipo* como n' *A Trilogia de Tróia*, os cenários imaginados para a acção compreendem multidões em cena, amplos espaços com muralhas, portas, campo de batalha repleto de lutadores, de mortos, de vencidos, uma imensidão de naus ancoradas na praia, e, finalmente, uma cidade em chamas, atravessadas por personagens que se afastam ao longe, lá no alto. Trata-se, essencialmente, de um teatro retórico, para ser lido, ou declamado com ritmo, como a antiga épica que vem de Homero. É como se a tragédia, consoante Aristóteles a entende, radicada e desenvolvida até à sua plenitude a partir dos *Poemas Homéricos*, regressasse de novo ao seu berço épico.

Estaremos, certamente, no final da década de cinquenta ou nos anos sessenta, em pleno regime do Estado Novo, sob a pesada mão do ditador Oliveira Salazar. O discurso da vocação imperialista do 'Portugal dos Descobrimentos', que tão frequentemente se vê confirmado numa leitura distorcida dos *Lusíadas* de Camões, o sonho do Quinto Império, são postos em causa pela própria História e ameaçam ruir. A União Indiana, cuja independência foi reconhecida em 1947, começou por se apoderar dos enclaves coloniais portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli em 1954 e, em Dezembro de 1961 de Goa, Damão e Diu.

Nesse mesmo ano de 1961, os movimentos independentistas dos territórios sob domínio português em África entram em conflito armado contra civis e militares considerados como 'colonos'. Portugal envia corpos de combate para as colónias – está aberta a Guerra Colonial ou, de acordo com a designação do regime, da Guerra do Ultramar, que viria a fazer sangrar gerações e gerações de jovens, que aí perderam a vida ou que regressaram mutilados, de corpo e alma. Só a Revolução de 25 de Abril de 1974 virá a pôr termo à guerra e reconhecer a independência das colónias.

Nos anos sessenta, o regime e os seus apoiantes e ideólogos desdobram-se na invocação de Camões, na leitura épica da história de Portugal, na sua vocação para dominar os mares e se afirmar como império – esta é, neste contexto epocal, a voz de uma consciência colectiva de certa percepção desesperada (da direita salazarista) de uma época que está prestes a chegar ao fim.

É precisamente neste contexto epocal, ainda que não haja referências cronológicas concretas, que João de Castro Osório compôs a sua *A Trilogia de Tróia*. Compõem-na três peças: *Helena*, *Aquiles*, *Apoteose*.

A primeira peça remonta ao período do episódio narrado por Eurípides em *Ifigénia em Áulide*, pela boca de Agamémnon (vv. 49-65), da disputa

dos pretendentes de Helena para obter a sua mão em casamento e da condição imposta por Tíndaro: que todos os pretendentes celebrassem um juramento de defesa da jovem, em caso de necessidade futura, e de quem ela viesse a escolher.

Porém, o motivo do juramento é tratado de modo diverso em Castro Osório. Tíndaro apresenta-se, no início da peça, como o velho chefe eleito por todos os Aqueus, desde há muito, e que logrou mantê-los unidos e em paz e prosperidade. Tíndaro orgulha-se da paz e união que conseguiu manter, pautado por um conhecido exemplo do passado¹¹:

O glorioso Édipo realizou na paz a união e a grandeza dos homens!

Estas suas palavras parecem corroborar a cronologia relativa entre esta e a *Trilogia de Édipo*.

Vale, por seu turno, para o velho rei, o ancestral princípio de um pai escolher o noivo de sua filha e seu sucessor no poder. No entanto, novos tempos chegam. Ao mesmo tempo que uma embaixada troiana vem garantir condições de acessibilidade, aos Gregos, para navegar e aportar a oriente, os chefes gregos confluem à presença de Tíndaro, alterados, clamando por guerra, por uma “guerra sagrada”. Cada qual argumenta de acordo com uma perspectiva diversa, desde a da libertação, para uma verdadeira civilização, dos homens das terras a conquistar (Idomeneu¹²), até à mais pragmática, a de Ulisses, reforçada com a componente retórica da liberdade e heroísmo¹³:

O Mar é a pátria livre dos homens fortes. Não navegam as nossas frotas livremente para as terras de Oeste, as terras do ouro e do pão. Os mares do Oriente e do Sul parece que esqueceram as nossas velas e remos. As riquezas que vêm das terras onde o Sol nasce pagam tributo de passagem. Deixareis, homens do Mar, que as portas dos mares nos sejam fechadas?

e mais adiante, em resposta a um Agamémnon já hesitante, tal como o conhecemos nas tragédias de guerra de Eurípides, que parece ceder a Tíndaro:

A nossa terra é pobre, e só o mar nos dá a riqueza e a vida. Queres pagar tributo pela Vida e os caminhos do mar?

¹¹ Cena Primeira, p. 15.

¹² Cena Primeira, p. 16.

¹³ Cena Primeira, pp. 16-17

Esta argumentação, no contexto histórico em que a trilogia deve ter sido escrita, remete, claramente, para uma defesa da Guerra Colonial e do imperialismo colonial português, recorrendo poeticamente ao conhecido *topos*, evocado pelos representantes do Estado Novo, nos seus discursos, incluindo os próprios Presidentes da República e Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, da vocação marítima de Portugal, do país de navegadores que cruzou e conquistou mares e terras a ocidente, a sul, a oriente e, mais pragmaticamente, à da pobreza da terra, comparada com as riquezas prometidas pela aventura nos mares¹⁴.

Também Aquiles, já na sua primeira intervenção, moldada pelo seu carácter fogofo, de herói que aspira ao absoluto da luta e da vitória, em que Vida-Morte ganham sentido e se equivalem, reforça a posição de Ulisses¹⁵:

E quando, com a nossa vergonha, se comprasse a paz lucrativa? De pouco e por pouco aproveitaria. Desuniu-se e desfez-se o domínio dos Reis Hititas. E de longe, no Oriente, vem surgindo a ameaça de mais forte e duro domínio de conquista, a que ele servia de barreira... Ai da liberdade gloriosa dos homens navegadores, se não firmarmos o nosso poder nas terras da Ásia!...

O leitor é, assim, sensibilizado para esta aliança mar-guerra, que opõe estes heróis, às convicções do velho Tíndaro, no início da peça, e o grito de Aquiles parece exprimir a consciência de que o mito por excelência do país de navegantes – a descoberta e domínio do caminho marítimo para a Índia – está seriamente ameaçado com a ocupação dos últimos enclaves coloniais portugueses, por parte da União Indiana.

O indício de referência histórica como motivação para uma guerra de Tróia como guerra do Ultramar funde-se, na peça, com a prevalência do mito reelaborado: Tíndaro, perplexo por este súbito e apaixonado desejo de luta, precisamente quando os Troianos oferecem condições para um tratado, interpela os heróis sobre o móbil desta paixão que, simultaneamente, os une e os desune. Em uníssono revelam: é Helena, imagem de beleza, amor e glória.

Para Helena converge, assim, uma galeria de heróis da saga épica grega, como personagens desta primeira peça: para além de Tíndaro, temos em cena Ulisses, Agamémnon, Menelau, Diomedes, Idomeneu, Ajax,

¹⁴ A cobiça é, curiosamente, apontada em Eurípides, sob o tom de uma forte crítica, como o móbil para o empreendimento da guerra de Tróia (e. g. *Ifigénia em Áulide*: o eros da guerra)

¹⁵ Cena Primeira, p. 17.

Menesteu, Teucro. Acresce ainda o sacerdote principal dos Aqueus, que recebe aqui o nome de Antílogos e que não faz, naturalmente, parte do elenco de pretendentes, outros Sacerdotes e Acompanhantes gregos, Chefes e Guerreiros de toda a Hélade – Arautos, Guardas e Acompanhantes de Helena. Do lado troiano tomam parte na acção dois príncipes troianos – Páris e Polidoro –, o Séquito de Páris e Polidoro. Finalmente temos Helena e Guardas, Mulheres Acompanhantes e Serviçais de Helena.

Numa derradeira tentativa de paz na guerra, Tíndaro propõe, então, à partida, uma forma de juramento reelaborada a partir da tradição e ajustada ao contexto dramático presente: que Helena seja o prémio escolhido pelos deuses para o guerreiro que mais se destacar na guerra. E que os restantes se comprometam, sob juramento, a aceitar esta decisão e a defendê-la. O juramento fica em suspenso, até à Cena Terceira.

Porém, Helena transcende a personagem: ela representa, para Aquiles¹⁶, “a beleza divina e todo o Amor”. Por ela e por esse amor combaterá. Para Diomedes ela representa a glória, para Ájax o triunfo. Esta como que transfiguração de Helena, pelos valores que representa e incarna, em supremo grau, elevam-na a um plano de absoluto que toca o divino e que impõe uma evidência a todos os heróis e a todos os Guerreiros que, clamando esta evidência, não podem, contudo, pela brevidade e teor meramente exclamativo das suas intervenções, ser vistos como um esboço de Coro: Helena, a quase-deusa, só pode descender dos deuses: Helena é filha de Zeus.

Deste modo combina Castro Osório o duplo filão da tradição mitológica, quanto à origem de Helena: filha de Tíndaro ou/e filha de Zeus.

A apologia da guerra tem agora um duplo fundamento: o do combate épico-cavaleiresco de matizes gregos, mas também medievais. Os heróis anseiam pelo combate para tornarem visível a sua *arete* guerreira – e o absoluto da *arete* evidenciada pode representar absoluto de vida ou de morte, equivalendo-se ambas –, mas, o prémio, dir-se-ia, a *time*, decorrente dessa competição bélica é Helena. Mas esta Helena tem toda a aura da dama medieval, por quem os cavaleiros combatem e morrem, se necessário for, na demonstração da sua devoção total. O outro fundamento para a guerra é, como se viu, o da expansão e domínio dos mares e das terras em que a presença dos Gregos (*versus* Portugueses) está ameaçada. Assim, o tratado de conciliação proposto pelos Troianos não pode ser aceite. Tróia constitui o pretexto por excelência para a guerra cavaleiresca, associado à vontade de

¹⁶ Cena Primeira, p. 21.

domínio sem contemplações e posse das riquezas – este é, afinal, o móbil que nos chega da Hélade, sobretudo através da tragédia e, em particular, da tragédia euripidiana.

Assim, quando, na Cena Segunda, a embaixada troiana aporta em terra grega, chefiada por Páris, é, à partida, evidente, que não há pacto de paz e amizade, por parte das cidades da Ásia, que possa ser aceite. Castro Osório recorre à associação que já provém da épica (*Iliada*, 3. 380 *sqq.*) e que tem as suas raízes no episódio do julgamento de Páris, de Afrodite a Helena e Páris. O príncipe vem com a missão de propor a paz, a troco de uma inesperada contrapartida:

PÁRIS

Uma aliança apenas de paz, na inteira união do sonho dos homens em volta do Mar Sagrado. A Deusa suprema, Astarté, que acende a febre divina no coração dos homens e os entrega ao poder da Divindade, no supremo abandono, Astarté, a que nasceu do Mar Sagrado, quer que sobre ele reinem a paz e o amor.

Para selarmos na aliança a sua realeza, e para sempre a Rainha dos Deuses e dos homens estenda sobre nós a sua bênção, a Astarté deve ser consagrada, como Sacerdotisa, a mais bela entre todas as mulheres. Ela encarnará para os homens a presença divina de Astarté e será o sinal vivo da nossa união e da nossa paz. Ó Rei Tindaro, concede, pois, aos Troianos, para que a consagrem a Astarté, como Sacerdotisa do Amor, a tua filha Helena.

A surpreendente condição posta pelo príncipe bárbaro evoca, talvez, a euripidiana situação da virgem Ifigénia, sacerdotisa de uma Ártemis cruel em terra dos Tauros (Eurípides, *Ifigénia entre os Tauros*). Na presente peça o sacerdócio exigido é àquela deusa cujo poder Helena parece incarnar – a deusa do Amor –, fazendo deflagrar uma paixão colectiva e absoluta, que é plenitude de vida e que, simultaneamente, roça as fronteiras da morte e com esta se identifica: Afrodite na sua versão fenícia, Astarté.

Tal exigência exacerba ainda mais os ânimos, de imediato. Afrodite/Astarté revelam a sua força primitiva, de deusas guerreiras que o foram originariamente¹⁷. Obviamente, os Gregos não reconhecem esta equivalência

¹⁷ Vide Fialho 2009: 253-261 e bibliografia aí citada; C. Morenilla Talens 2013: 21-22 sobre as origens de Afrodite como deusa guerreira. De facto, Burkert 1993: 301-302 sustenta a proveniência semita de Afrodite da deusa Istar-Astarté, que, de resto, Heródoto regista (1. 105; 131). Esta deusa é adorada em altares de incenso e com sacrifício de pombos,

e, acima de tudo, Helena é filha de Zeus. Astarté representa o obscurantismo, a pulsão animal que actua nas trevas, as próprias trevas. Esta tensão – que constitui também uma tensão entre civilização e barbárie – dramatiza a realidade agónica cósmica e antropológica da Luz e das Trevas, do Bem e do Mal, do maniqueísmo de Zaratustra em leitura de Nietzsche. A guerra chama assim, a si, uma nova dimensão – uma dimensão cósmica, em cujo centro está o Homem. Trata-se, também, de uma luta em nome da Luz, identificada com o Amor, a Vida, a Beleza – síntese que os heróis gregos projectam sobre Helena. Amar Helena e lutar por Helena significa amar tudo isto e lutar por tudo isto, ascender a um plano de herói habitado pela Divindade, com ela identificado e arredado daqueles a quem Aquiles designa por ‘os Deuses’ – entidades obscuras, enigmáticas, contrárias à realização do que mais sublime há no homem.

Para trás fica Tíndaro, o pai mortal de Helena, que nela vê apenas uma mulher perecível, a herdeira cuja mão fará subir ao trono um sucessor do pai. É neste contexto extremo que Tíndaro tenta salvaguardar tal possibilidade, sem luta entre os chefes gregos, mediante o juramento, na Cena Terceira (p. 36):

TÍNDARO

Homens da Hélade, para que não haja motivo da vossa desunião, tomar-vos-ei um juramento sagrado. Aceitareis sem lutas a escolha de um entre vós, e jurareis defender o seu lar como se vosso fosse. E que escolham os Deuses aquele que com Helena deve erguer um lar.

Os padrões de Tíndaro correspondem aos padrões do discurso sócio-moral vigente ao tempo: a sagração do lar e da mulher no lar, como garante da continuidade da ordem estabelecida; aliás, ‘lar’ é um termo recorrente na boca de Tíndaro nesta cena (p. 38).

Esta constitui a primeira prova para a excepcionalidade dos guerreiros: todos acatam o juramento, excepto Aquiles. O jovem e fioso herói, que na Guerra de Tróia, segundo a saga grega, se distinguiu como o melhor de todos os guerreiros, na sua breve existência, iluminada pela luz de uma inextinguível *arete* guerreira, e que havia preferido um destino de vida breve mas gloriosa a uma vida longa e apagada, nega-se, na presente peça, a participar no juramento (p. 36):

tal como Afrodite, é a deusa do amor, mas também da natureza e dos jardins, mas pode aparecer armada, na sua qualidade acumulada de deusa guerreira – tal como Afrodite nos tempos mais antigos. Lembremos que Afrodite entra na peleja, na guerra de Tróia (*Il.* 5).

Ó Rei, eu não jurei, nem juro. O amor de Helena será meu, mesmo contra as decisões dos Deuses. Que me importa a escolha que façam? O meu amor humano vai para além da vontade poderosa dos Deuses. Morrerei por Ela ou terei o seu amor.

Eis o meu juramento: Helena ou a Morte!

Este continua a ser o mesmo Aquiles da épica antiga, de escolhas absolutas, ainda que numa reescrita do mito em que o jovem filho de Tétis e Peleu se apresenta como inusitado pretendente de Helena. No entanto, Castro Osório combina os elementos da tradição grega, na sua reescrita, com uma perspectivação nitzscheana: o absoluto daquele ‘Drang’ que inflama o homem fá-lo superar aquele plano a que o comum dos mortais dá o nome de ‘Deuses’: supera-o em luta, de que sai vitorioso, por estar inflamado pela chama invencível que o torna divino, ainda que o resultado dessa luta seja a realização suprema do Amor ou a Morte.

Como uma deusa, Helena surge no pórtico do palácio, perante o clamor e êxtase de todo o exército. A escolha de Helena revela que ela é aquela que é digna de Aquiles e de quem Aquiles é digno, elevados como Sobre-humanos acima da multidão¹⁸:

Escolho aquele que não jurou. Escolho o que sabe querer-me contra os Homens e contra os Deuses.

A Cena Quarta representa uma extensão da Cena Terceira: enaltecimento dos valores heroicos, adesão ou contestação da causa de Aquiles. Sobressai o apoio de Ulisses e a óbvia objecção de Menelau. Esta Cena termina com o clamor humano e estrépito de armas, no extracénico, que indiciam uma batalha sangrenta: Helena foi raptada por Páris, que já navega, ligeiro, rumo a Tróia. É chegado o momento da grande batalha: aquela que, segundo Ulisses, representa a própria natureza agónica da Vida em contínua conquista sobre a Morte, qual luta no Mar e pelo Mar. Ou seja, depreende o leitor, o Super-homem capaz de afrontar esta luta vive no esforço de todo um povo de vocação marítima ao longo da História e no esforço a que é chamado pela defesa do designado por ‘Ultramar’ – as colónias portuguesas sob ameaça de forças independentistas.

¹⁸ Cena Terceira, p. 39.

Do mito à história, da história ao mito, a cena termina com o expressivo grito de Ulisses (p.45):

É a guerra! O Mar Sagrado será dos Aqueus. O Mundo será dos homens fortes. Ó grande Mar, faz correr os teus corcéis de guerra de crinas de espuma. Anuncia a luta que vai chegar às ribeiras da Ásia. Irão por sobre ti, corcéis de guerra, as naves dos Homens lutando pela vitória da sua paixão e da Verdade.

Rápido é o desfecho na Quinta Cena e última. No rescaldo da batalha que se travou ainda em solo grego, Aquiles regressa com o prisioneiro troiano Polidoro. Também este encontra em Helena – no seu rapto conseguido – o sentido da sua acção que o levará à morte. Helena será, como a mais bela das mulheres, a sacerdotisa eleita por Astarté. Porém, Astarté representa a outra face do Amor – não aquela que redime o homem, que se torna motor da sua acção gloriosa, luz e fogo que incendeia a alma humana e a engrandece e diviniza, nos rasgos de heroísmo, mas uma paixão de trevas e noite que, como diz Polidoro (p. 46) “aniquila a vontade dos homens na morte de amor”. Jungindo-os sob o mesmo impulso, Astarté aproxima o homem do animal irracional, enquanto o Amor heróico o eleva e diviniza. Astarté é sombria, como reconhece Menesteu (p. 47). Ela pertence ao reino dos deuses da sombra, segundo Idomeneu (p.46).

A guerra a travar será, afinal, o espelho da luta incessante entre a Vida e a Morte, a Luz e as Trevas, a divinização sobre-humana e a bestialização degradante, entre civilização e barbárie. Tíndaro reconhece que nada pode trazer de volta o seu sonho de concórdia e união. Por isso retira-se e, fazendo jus à tradição do mito, entrega, sem mais razões dramáticas palpáveis, o ceptro de Esparta a Menelau. Do mesmo modo, e *ex abrupto*, Agamémnon declara, como contrapartida e para que os deuses concedam a vitória ao lado grego, que consagra a Ártemis, como sua sacerdotisa, sua filha Ifigénia. Trata-se, obviamente, de uma concessão ao mito e ao episódio, tratado pelos trágicos, do sacrifício de Ifigénia a Ártemis.

O autor extirpou a dimensão do sacrifício humano, convertendo-o em sacerdócio da deusa. Nada o faria prever; não há ventos adversos, nem ausência de ventos – estamos perante um puro acto de vontade de Agamémnon, de resposta súbita e espontânea à situação. Recordando Aristóteles, trata-se de uma acção verosímil, mas não ditada pela necessidade.

A peça termina com a partida para Tróia e o grito de Ulisses e de Aquiles (p. 49):

ULISSES

Vencerá a Vida.

AQUILES

Vencerá o Amor ou a Morte.

A luta que já se trava e que atingirá o seu clímax em Tróia já ganhou, para além de Helena ou em Helena, dimensões de *agon* cósmico em terras de Além-mar. A proporção dramática entre as primeiras cenas e a Quinta Cena faz desta partida um episódio surpreendentemente rápido em relação ao corpo da acção e do confronto retórico. Castro Osório soltou-se já da eventual alusão à Guerra Colonial e defesa da causa do Estado Novo, para dar asas à sua imaginação, marcada por Nietzsche-Wagner, na reescrita do mito.

A acção da segunda tragédia, *Aquiles*, decorre em um espaço do acampamento guerreiro dos Gregos que cerca Tróia, entre a costa marítima, com os barcos varados em terra, e as muralhas da cidade. Figuram nesta peça Aquiles, Ulisses, Nestor, Calcas, Agamémnon, Menelau, Idomeneu, Diomedes, Ájax, Menesteu, Pátroclo, Automédon, a personagem colectiva designada por ‘Reis, Chefes de Guerra e Combatentes dos Confederados Aqueus’, Heitor, Briseida, Mulheres Acompanhantes e Serviçais de Briseida.

O autor quis, na parte inicial desta peça, manter um eco do ambiente e diferenciando dos chefes aqueus no início da *Ilíada*. Não se trata de ofensas à honra por Agamémnon ter chamado a si o troféu de guerra de Aquiles, após ter restituído ao sacerdote troiano, Crises, a sua filha, nem de qualquer epidemia que percorra o exército. Dez anos são passados, a guerra alimenta-se de incessantes reforços vindos da Hélade e de incessantes reforços que confluem para Tróia, vindos do Oriente. Tróia, porém, não caiu, mas as conquistas e vitórias do lado grego abriram caminhos de navegação e proporcionaram tesouros inumeráveis aos combatentes.

Fazendo eco dos símiles homéricos, o Agamémnon desta tragédia recorre a símiles para descrever essas ondas incessantes de guerreiros que reforçam o combate: os Gregos são como aves marinhas, migratórias, que chegam periodicamente. Os Troianos e seus aliados são como “novas alcateias de homens armados” que “surgem das terras imensas do Oriente”¹⁹.

Esta aplicação de símiles pouco tem da isenção homérica: em Homero “os Troianos erguem um grito como se fossem pássaros: era como o grito de groux que ressoa do céu, quando fogem ao inverno” (*Il.* 3.2-4).

¹⁹ Cena Primeira, p. 56.

Os Aqueus tanto podem ser comparáveis a um enxame de abelhas (*Il.* 2. 86 sqq.), como a um leão faminto (Menelau: *Il.* 3. 23). O critério é, essencialmente, conferir vivacidade e visualismo à narrativa. Em Castro Osório, aquela distribuição na aplicação de símiles visa, essencialmente, sublinhar o confronto civilização/barbárie. O mesmo ocorre com a breve alusão de Ájax, na Cena Quarta (p.82), à sua força de “onagro selvagem” contra a “matilha reles de Troianos”. Trata-se de uma referência ao símile de *Iliada* 11. 558 sqq., no qual o herói, ao entrar pelas hostes inimigas, é comparado a um burro que entra por uma seara, causando estragos, sem que os rapazes consigam, a poder de bordoadas, desviá-lo. Os rapazes são, no símile, os Troianos. A diferença no tratamento da comparação é eloquente.

Outrotanto não acontece com a utilização, por Agamémnon, ainda na parte inicial da peça, de um breve símile que aproxima as sucessivas gerações humanas que morrem na guerra e o outono que sempre regressa e faz cair as folhas as árvores. Trata-se de uma referência breve que recorda o famoso símile das folhas de árvore, desenvolvido em Homero com outra amplitude e conteúdo (*Il.* 6. 146-149).

Na presente peça, é Agamémnon, marcado, porventura, com traços da sua figura na tragédia euripídiana, quem hesita e equaciona a possibilidade de regressarem à Hélade, perante uma guerra que se afigura infindável e que, até ao imediato, proporcionou aos Gregos vitórias e riquezas. Aquiles, por seu turno, secundado pelo sábio Nestor e por Ulisses, clama pela entrega total àquela causa: reconhece em Agamémnon o “Chefe eleito de Reis”²⁰(o *anax* homérico) e insta para que seja dada ordem de assalto a Tróia. Aquiles entregar-se-á, com todas as suas forças e ânimo excepcional, a um combate que será por Helena e contra esses deuses obscuros que se interpõem entre o herói e o seu ideal de Amor e Vida – Helena – animados por uma força tal que confinam, potencialmente, com o Fogo e a Morte, a que o herói se entregará se for essa a sua única forma de rasgar as trevas que prendem o homem a uma existência de submissão ao que chamam ‘destino’ ou ‘vontade divina’. A paixão converte-se em fúria – de “furor combativo” fala Agamémnon, no início da peça. E essa fúria, como o outro lado da paixão, transporta para a peça o motivo homérico da ira de Aquiles.

Calcas, o adivinho dos Gregos, revela, na *Iliada*, a causa da epidemia de peste que dizima o exército (*Il.* 1. 93-100) e que, em última análise, irá levar Agamémnon a devolver a jovem cativa Criseida ao sacerdote troiano,

²⁰ Cena Primeira, p. 58.

seu pai, mas, a exigir, como compensação, a cativa de guerra que coubera em sorte a Aquiles – Briseida. Este é, em Homero, o primeiro motivo da fúria de Aquiles, que o levará a retirar-se do combate. A embaixada de chefes que o visita na sua tenda, no canto 9, apenas consegue, como resultado, que Aquiles consinta o regresso de seu amigo Pátroclo ao campo de batalha, revestido com a sua armadura. Será a morte futura de Pátroclo, às mãos de Heitor, no final do canto 16, que desencadeará uma fúria mais violenta, em Aquiles, e o fará regressar ao campo de batalha, no canto 19, com novas armas, forjadas por Hefesto, para vingar a morte do amigo. Morto Heitor, Aquiles há-de prendê-lo ao seu carro de guerra e arrastá-lo em volta das muralhas, para saciar a sua fúria de vingança (*Il.* 22).

Os motivos do furor encadeado de Aquiles – o que o afasta do campo de batalha e o que o faz regressar, para vingar o amigo – estão presentes em Castro Osório. O móbil da primeira fúria reside, também, no conteúdo das palavras de Calcas, mas não por factos que desencadeia, antes por elas mesmas: Calcas afirma que é a deusa Astarté que protege Tróia e instiga os Gregos a renderem-se ao seu poder nocturno e a reconhecerem nela a Afrodite grega, a aceitarem a entrega votiva de Helena ao sacerdócio da deusa. Assim escaparão os Gregos ilesos e poderão regressar a casa, se apaziguarem os Deuses.

Estes são, precisamente, os deuses como entidade enigmática, que provoca o pavor nos homens e os faz render à superstição, inimiga da suprema e luminosa liberdade. Calcas actualiza neste contexto a função do profeta Olenos, representante da superstição que domina e atemoriza os homens na *Trilogia de Édipo*, por oposição a Tirésias, na mesma Trilogia²¹. É expressivo o uso iterativo do termo ‘Deuses’ na boca de Calcas²²:

CALCAS

... .. *Ofendemos os Deuses. Para maior ofensa, quereis esta guerra tornada luta contra Deuses, em nome de outros Deuses que fazeis abraçar as vossas paixões. E por isto os poderosos Deuses que recebem culto em*

²¹ Vide Fialho 2006: 489. Lembrem-se as palavras de Tirésias na *Trilogia de Édipo* (p.17): “A Necessidade engendrou os Deuses, mas eles devem impor a sua lei ao Caos”. Como tal não ocorre, abre-se o espaço do Terror e da superstição, que Olenos representa. Édipo, como um Messias, Übermensch que chega para salvar Tebas, dirá (p. 45): “A maior divindade vive nos homens. ...É a força divina que em mim se afirma e quer combater”.

²² Cena Segunda, p. 66.

Tróia a defendem. Só tereis a vitória e o regresso feliz se apaziguardes os Deuses ofendidos por vosso orgulho – ou já soberba – e por vossa ambição. Quereis apaziguar os Deuses?

Os Reis e Chefes Guerreiros bem como Agamémnon deixam-se persuadir pelas palavras de Calcas – os outros heróis, excepto Aquiles, compactuam tacitamente com esta cedência, já que acedem em lutar ao lado de Agamémnon. Nestor, o velho guerreiro conhecedor das gerações humanas, sintetiza com lucidez esta cedência – que é também a sua²³:

NESTOR

Tua é a razão, Ulisses, e tua a verdade, ó Eácida. Mas quem poderá dominar a paixão e o pavor religioso dos homens?

Eles não querem a luta sublime ou o abandono da luta que perdeu o sentido sagrado. Ambos manteriam intactas a força e a grandeza das suas almas. Conheço os homens, ó Heróis de ânimo e de ambição invencíveis. O que eles querem, na grande maioria, é a vitória aparente e os lucros imediatos. A vitória aparente, ainda que diminua a nobreza das suas almas. Ficarão diante de Tróia, jurando o novo pacto para que lhes dê, por fim, essa vitória. Se nos abandonais, poderá ser a derrota. Que a vossa paixão nobre se sacrifique à paixão dos homens. Ajudai-nos a vencer ao menos a imperfeita vitória dos homens.

Só Aquiles não cede e retira-se do combate, com Pátroclo, em fúria. Que os Gregos pereçam. A sua luta será uma, herói isolado e destacado de todos os outros, um dia, quando chegar a hora. O ‘Übermensch’ destaca-se da multidão dos homens medianos, comuns, que Nestor descreve, e recolhe à sua tenda, esperando o momento da sua acção de heroísmo absoluto. Assim trata Castro Osório a retirada de Aquiles, dominado pela sua primeira cólera.

A notícia das vicissitudes do exército grego vai chegando pelas diversas personagens que vão entrando em cena, com o intuito de persuadir Aquiles a voltar ao combate. Castro Osório não recriou a cena homérica da embaixada, constituída por Fénix, Ulisses, Ájax e dois arautos, que surpreendem Aquiles e Pátroclo, na tenda, deleitando-se serenamente com a lira e o canto (*Il.* 9. 182 sqq.). Na reescrita portuguesa os heróis vão entrando em cena – o espaço aberto do acampamento –, um a um: primeiro Fénix, depois Nestor, a quem se segue Agamémnon, ferido, Diomedes, Menesteu, Menelau,

²³ Cena Segunda, p. 68.

Ájax, Idomeneu. Dilui-se, assim, o efeito que poderia ter tido a embaixada homérica, para dar lugar a uma cena agitada, com uma sequência larga de personagens que entram e saem, após as suas intervenções, dentro de um estilo que já vem da primeira peça. De facto, os sucessivos quadros, na Cena Quarta, são fortemente dominados pelo registo retórico à volta de *topoi* que vêm de trás: o que é o orgulho, o heroísmo, a fraqueza e a coragem, em função da tentativa de fazer voltar o Sobre-humano solitário ao combate, como o único que pode salvar os Gregos e alcançar a vitória. Entra Calcas, por breves instantes, para denunciar a derrota como castigo dos deuses ofendidos por Aquiles e participar a sua intenção de se oferecer aos deuses como resgate, e logo sai.

Neste contexto, esbate-se o efeito da saída de Pátroclo para o combate, para regressar, ainda na mesma cena, ferido de morte por Heitor. À maneira dos heróis do teatro e da ópera romântica, Pátroclo não morre antes de pronunciar duas veementes falas – na primeira pede o perdão de Aquiles para a sua desobediência, ao avançar para o combate, na segunda, em delírio, vê-se elevado, na morte, até Helena, transfigurada, até ao Céu.

Tal como em Homero, a segunda fúria de Aquiles supera os motivos da primeira e leva o herói de novo ao campo de batalha. No início da Cena Quinta e última, Aquiles encontra-se frente a frente com Heitor. O Troiano advoga a causa da sua cidade, protegida por Astarté na figura de Helena, sua sacerdotisa, o Grego redobra de furor de guerra e lança-se, com o seu corpo de guerreiros, ao combate. Está iminente a chegada das forças de Pentésileia, mas neste momento, e enquanto mais uma outra personagem, à semelhança do que ocorre na *Iliáda* (19. 287-300) ganha voz para lamentar Pátroclo e a sua doçura, lhe prestar honras fúnebres e declarar o seu amor por Aquiles – Briséis, a cativa de Aquiles –, o herói grego e o troiano enfrentam-se numa luta corpo-a-corpo. Heitor cai morto. As suas últimas palavras são para Helena, consagrada a Astarté. Quanto a Briseis, o autor amplifica, dentro do registo peculiar da peça, as disposições e sentimentos explícitos da personagem. Briseis lembra, em Homero, o momento em que Aquiles lhe matou o marido e saqueou a sua cidade e o amparo e consolação prestados por Pátroclo, que a não deixou chorar e lhe acalentou esperanças de que Aquiles viesse a convertê-la em sua legítima esposa (296-299).

A peça termina com Aquiles a iniciar a sua tenebrosa vingança sobre o cadáver de Heitor, preso ao seu carro de guerra, e as palavras de Nestor, como leitor privilegiado dos acontecimentos, numa apologia da guerra sacralizada:

NESTOR

É a vitória terrível. É a vitória do furor concentrado e da cólera invencível de tudo o que padeceu o Homem. Ergue-te, mesmo que seja na cólera e na crueldade, ó Herói. Que da guerra nasçam a glória do Homem e a vitória da Verdade e do puro Amor, ainda que por caminhos de crueldade e de morte.

A peça final da Trilogia, *Apoteose*, tem o mesmo espaço cénico da peça anterior. Nela figura, tal como nas anteriores, uma imensa constelação de personagens: Aquiles, Ulisses, Nestor, Agamémnon, Menelau, Idomeneu, Diomedes, Ájax, Menesteu, Guerreiros Aqueus, Helenos e Argivos (não se percebe qual é a diferença entre estes guerreiros), Príamo, um Arauto do Rei Príamo, um Arauto dos Aqueus, Acompanhantes do Rei Príamo, Páris, Sacerdotes, Guardas Armados e Servidores de Astarté e Acompanhantes de Páris, Eneias, Guerreiros e Habitantes de Tróia, Andrómaca, Pentésiléia, Cavaleiros da Guarda Pessoal de Pentésiléia, Helena.

O rumo da guerra mudou, tal como na *Iliada*, com o regresso de Aquiles ao combate, animado pela fúria da vingança e por redobrado intento de cumprir aquilo a que chama o seu Sonho de Eternidade – conquistar Helena, sobre as ruínas da cidade que a detém. Aquiles comanda agora o exército, por iniciativa de Agamémnon, que nele reconhece o “iluminado herói”²⁴, a quem declara prestar obediência. Porém, toda a energia dos guerreiros fica suspensa pelo fascínio perante o aparecimento de Helena, branca e luminosa, no alto das muralhas, como uma deusa, tendo Príamo a seu lado. Todo o exército grego e seus chefes clamam o seu nome, em êxtase. Esta cena é inspirada na *teichoscopia* do canto 3 da *Iliada*, mas trabalha-a invertendo os efeitos e pontos de vista: não é contado como Helena sobe às muralhas, é vista e admirada pelos anciãos troianos, nos seus véus brilhantes, que a reconhecem como “semelhante às deusas imortais” (3. 158), avista os chefes gregos, cuja identidade vai revelando, a pedido de Príamo; em contrapartida, em *Apoteose*, Helena no alto das muralhas é objecto de visão, não sujeito que visiona, por parte dos Gregos, extasiados. O efeito é o de uma epifania divina, na sua beleza inatingível, na brancura e luminosidade das suas vestes.

A este momento de suspensão da luta se segue o redobrar de furor e desespero de Aquiles²⁵:

²⁴ Cena Primeira, p. 99.

²⁵ Cena Primeira, p. 101.

Poluiram o meu Sonho, e só no incêndio total da Cidade a terra será purificada.

Porém, a batalha não prossegue, por via da chegada do Arauto de Príamo. O velho rei de Tróia, avistado há pouco o alto das muralhas, está agora prestes a chegar, para cumprir a tradição da narrativa épica: a Cena Segunda põe, frente a frente, Príamo, “sou o Emissário da minha própria dor”, e Aquiles, inabalável na sua cólera. Príamo suplica que lhe seja entregue o cadáver profanado de Heitor, oferecendo, em troca, as riquezas de Tróia; Aquiles exige, em vão, Helena, que, segundo Príamo, pertence aos deuses. A fúria de Aquiles não abranda, como ocorre em Homero, por compaixão para com o ancião, semelhante a seu pai, mas antes recrudesce. É então que, criando um efeito de eco do lamento fúnebre de Andrômaca, ao saber da morte de Heitor, no campo de batalha, no canto 22 (vv. 477-514), ou sobre o cadáver de Heitor já em Tróia, em *Iliada* 24. 725-745, Castro Osório faz entrar em cena a inconsolável Andrômaca, que também se lança por terra, na peça, sobre o cadáver de Heitor, desfeita em lágrimas e declarando o seu amor pelo herói morto, o seu ultra-romântico ‘perpétuo noivado’ na morte. O quadro tem semelhanças com o de Briseis chorando a morte de Pátroclo, ainda que o amor desta vá para Aquiles. A simples e veemente manifestação de amor e luto de Andrômaca faz com que Aquiles lhe entregue, sem condições, o corpo de Heitor. Na *Iliada*, em contrapartida, o segundo lamento fúnebre ocorre após a restituição do cadáver do guerreiro morto ao velho Príamo, seu pai. Não é o motivo da paixão e luto femininos que provoca o gesto de Aquiles. Por seu turno, o conteúdo do lamento da Andrômaca homérica vai além da manifestação de afecto e da dor da perda – a princesa chora o seu destino e a sorte futura que antevê, de possível escrava, mulher privada de defesa para si e para seu filho, ainda de tenra idade e sujeito a uma sorte funesta.

Para Aquiles, na Trilogia portuguesa, vale, antes de mais, a paixão incondicional. Tal como a cena de Briseis, também esta tem muito de melodrama teatral, num tratamento ultra-romântico do sentimento amoroso, que faz entrar em cena demasiadas personagens, provocando a dispersão na acção.

Recrudesce a batalha, na Cena Terceira, com a sorte a favor dos Gregos. Redobram as declarações de ânimo e espírito heróico, do radicalismo da causa bélica, por parte de Aquiles, nos costumados termos – “Helena ou a morte” (p. 111). Chega a notícia de que Ulisses se infiltrou, sem ser pressentido, nas defesas de Tróia e que aguarda ordem de assalto (p. 111).

Percebe-se que Castro Osório recorreu a situações bélicas descritas por Homero em *Iliada* 10. Por seu turno, não há qualquer alusão – como também não ocorre na *Iliada* – ao motivo do cavalo de madeira, o que é compreensível, na medida em que o dolo é contrário ao combate heróico dos guerreiros excepcionais, de causas absolutas.

O aguerrido exército de Penteseleia já chegou ao campo de batalha e inflige pesadas perdas. Sem que seja perceptível como, Penteseleia, previamente ferida de morte, aproxima-se de Aquiles, ensanguentada, a cavalo, seguida dos seus guerreiros (o autor não fala de guerreiras amazonas). Penteseleia chega para morrer, como uma alma gêmea da de Aquiles, confessando, na sua agonia, a sua paixão pelo herói e o conhecimento prévio de que ela lhe traria a morte no combate, já que os seus mundos são distintos. No instante derradeiro, a rainha reconhece²⁶:

Morrer com a Cidade Sagrada... Morrer com os Deuses que eu amei... São os funerais de um mundo, ó Rei... o meu noivado infundável de amor.

Com Tróia é, de facto, um mundo obscuro e mágico, de esplendor e riqueza que soçobra e com ele os seus ídolos, instâncias do pavor religioso.

Mas a vitória de Aquiles sobre esse mundo e seus deuses arrasta Penteseleia, por paixão, a abandoná-los ao morrer. O amor liberta-a para seguir Aquiles na Eternidade. Trata-se do sacrifício de uma alma solitária que se oferece à Morte por paixão. Ainda que o tratamento do mito seja diverso, contudo, esta atmosfera do *Liebestod*, é profundamente kleistiana e está peculiarmente presente na *Penteseleia* de Kleist. Ao sentimento do *Liebestod* não foi, de resto, alheia a estética de Wagner²⁷. Consoante à rubrica de cena dada por Castro Osório, sobre a morte de Penteseleia²⁸, “resvala a sua cabeça sobre o corpo de Aquiles, a face de altiva beleza iluminada por intensa e transcendente alegria”.

O motivo da súbita e mútua atracção, coincidente com a ferida mortal, infligida por Aquiles em Penteseleia, que associa, assim, *eros* e *thanatos*, na força dos olhares que se encontram, não é homérico, mas fixou-se na tradição posterior do mito e das suas narrativas poéticas. De facto, o tratamento do tema, desenvolvido, por certo no poema épico perdido *Etiópida* (séc. VII

²⁶ Cena Terceira p. 116.

²⁷ Pense-se, particularmente, em *Tristão e Isolda*. Vide Lukács 1993: 46; Zizek-Dolar 2002: 127 sqq., 151, 197.

²⁸ Cena Terceira, p. 116.

a. C.) inspirou, se nos ativermos apenas à Antiguidade grega, a épica post-homérica e obras-primas na arte figurativa, como a grande taça de figuras vermelhas, do Pintor de Penteseleia, exposta nas Antikensammlungen de Munique, em que essa força dos olhares convergentes é impressionante para quem contempla presencialmente a cena, ou a ânfora de figuras negras, do pintor Exéquiades²⁹.

A originalidade do tratamento de Castro Osório consiste, pois, em quebrar essa tradição, tendo em conta a grande e única paixão de Aquiles – Helena – que absorve, por completo, o sentido da sua acção e heroísmo: tanto Aquiles como Penteseleia moribunda dirigem os seus olhares para Tróia em chamas: Aquiles vê a sua vingança realizada, Penteseleia interroga-se³⁰:

É a agonia do Sol poente?... É o ocaso dos Deuses?... É a vitória de um outro Deus?

Estas interrogações, deixadas em aberto, deitam luz, em meu entender, sobre os propósitos do autor para o efeito do final da Trilogia.

Recrudescem os lamentos e os gritos na cidade em chamas, enquanto se abrem as portas da muralha para deixar avançar um inesperado e desesperado cortejo: os sacerdotes Troianos, acompanhando os guerreiros, carregam aos ombros um andor sobre o qual assenta um alto trono dourado. Nele se senta Helena, pálida, hierática e de beleza sobre-humana. Esta incarnação, segundo eles, da deusa Astarté protege-los-á na luta final. Perante os Aqueus extasiados, esta procissão dá ensejo ao encontro, frente a frente, de Aquiles e Helena. Esta quebra o seu silêncio para denunciar até que ponto, ao longo dos anos, alimentou o seu ódio até ver cair os Troianos que a subtraíram à vivência de um amor humano. Aquiles rejubila com o amor de Helena, assim confessado e motor da glória imortal de ambos. Se o amor humano não é possível, por cima do ódio e da vingança, é possível um perdão que faz renascer os heróis para uma instância mais alta, em que se elevam ao plano da imortalidade, ainda que nessa imortalidade Vida e Morte se equacionem. O mundo, o universo, clama por purificação – e essa, só o fogo a poderá realizar.

Assim, incendiada a Acrópole de Tróia, habitáculo dos deuses temíveis que subjagam os povos pelo terror, os heróis e Guerreiros Aqueus avistam,

²⁹ Sobre a recepção do mito de Aquiles e Penteseleia desde a Antiguidade até à contemporaneidade portuguesa, vide Hörster-Silva 2015: 169-192.

³⁰ Cena Terceira, p. 116.

cada vez mais longe, Aquiles e Helena que, de mão dada, caminham por entre as chamas. erguem-se, cada vez mais alto. Venceram os Deuses e caminham para uma Imortalidade que está para além da Morte, aberta e destinada aos seres excepcionais.

Com as palavras de Nestor finaliza *A Trilogia de Tróia*:

O Homem é demasiado grande para que possa morrer!

Por terra jaz Páris, sob um golpe de Ulisses. De Tróia parte, para um destino glorioso de fundador de nova pátria, Eneias³¹. Trata-se de uma concessão do autor – concessão, aliás, dispersiva – à poderosa Roma, modelo de futuros impérios e do imaginário de outros tantos impérios. O herói entra no aguerrido combate com Aquiles, no canto 20 da *Ilíada*, mas, obviamente, de fundação de Roma não fala Homero.

As palavras da moribunda Pentesileia, ao interrogar-se sobre o “ocaso dos deuses” fará luz sobre este final? O autor, na sua adesão ao ideário nitzscheano através da perspectiva e tratamento estético de Wagner, parece ter colhido elementos, para este final, em *Götterdämmerung*, a ópera que encerra a tetralogia *Der Ring des Nibelungen*, estreada em Bayreuth em 1876.

Em conclusão, esta produção de Castro Osório tem, sobretudo, o alto valor documental de atestar uma presença única: a da influência, no teatro português, do eixo Nietzsche/Wagner, num contexto ideológico esperável. Marcada por uma forte componente de retórica ultra-romântica, que lhe confere, com alguma frequência, o tom de melodrama teatral, esta trilogia seria de difícil encenação. Tal como o autor a classifica, e, dentro de uma linha comum na época, trata-se de um Poema Dramático³, profuso em personagens.

Se o móbil mais próximo inspirador da sua composição foi, acaso, a Guerra Colonial e a defesa da manutenção das colónias, evocando o glorioso passado de Portugal, ao desbravar os mares e conquistar terras longínquas, depressa, ao longo d’ *A Trilogia de Tróia*, o autor se desprende desta referência histórica para mais altos voos, no seu imaginário estético. O leitor facilmente constata que se encontra perante um homem culto, profundo conhecedor da literatura antiga, nomeadamente da épica homérica, bem como de uma determinada linha do teatro e alemão do séc. XIX, de Nietzsche, da ópera de Wagner. A estas fontes deve ter tido acesso directo, já que Castro Osório conhecia bem a língua alemã.

³¹ Cena Quinta, p. 128.

BIBLIOGRAFIA:

- Burkert, W. (1993), *Religião grega na época clássica e arcaica*, Lisboa 1993 (trad. do alemão).
- Fialho, M. C. (2006), “A Trilogia de Édipo de João de Castro Osório” *Humanitas* 58, pp. 481-494.
- Fialho, M. C. (2009), “A sexualidade na poesia grega”, in J. A. Ramos, M. C. Fialho e N. Simões Rodrigues (eds.), *A sexualidade no Mundo Antigo*, Porto, 253-261.
- Hörster, M. A. e Silva, M. F. S. (2015), “Penthesiléa, de Hélia Correia. Notas de leitura” *Humanitas* 67: 169-192.
- Lukács, G. (1993), *German Realists in the nineteenth century*. MIT Press.
- Morenilla Talens, C. (2013), “A la búsqueda de la armonía cívica perdida: Eros, Afrodita y la reformulación dramática en las tragedias tardías de Sófocles” *Exemplaria Classica. Journal of Classical Philology* 17: 15-27.
- Osório, João de Castro (1999), *A Trilogia de Tróia*. Lisboa.
- Pereira, J. C. Seabra (1999), *O Neo-romantismo na Poesia Portuguesa: 1900-1925*. Tese de Doutoramento em Literatura Portuguesa. Coimbra.
- Rodrigues, A. C. (2012), *Tragédia e política. João de Castro Osório*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Silva, A. Malheiro da (2006), *Sidónio e o Sidonismo. Vol. II: História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Zizek, S. e Dolar, M. (2002), *Opera's second death*.

(Página deixada propositadamente em branco)

**ALIMENTAÇÃO E PAREMIOLOGIA NO PORTUGAL MODERNO:
“O HÓSPEDE E O PEIXE AOS TRÊS DIAS FEDE”**

**FOOD AND PAREMIOLOGY IN MODERN PORTUGAL:
“THE GUEST AND THE FISH AT THREE DAYS STINK”**

ISABEL DRUMOND BRAGA

ibraga@campus.ul.pt

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

CIDEHUS-UE

<https://orcid.org/0000-0002-7035-6497>

Artigo submetido a 25-04-2018 e aprovado a 09-10-2018

Resumo

Partindo do *corpus* paremiológico português da Época Moderna, designadamente das compilações de provérbios de António Delicado (1651) e de Rafael Bluteau (1712-1728), o presente texto procura responder à questão como foi entendido e representado o peixe, nos seus sentidos literal e figurado, no discurso proverbial de então, tendo em conta que os alimentos, além de apresentarem qualidades nutricionais muito variadas, evidenciam valores simbólicos diferenciados, de tal modo que se verificou sempre uma hierarquia de consumos relacionada diretamente com a raridade e com o preço dos géneros, tornando claro que determinados gastos eram socialmente prestigiantes. Para o efeito, recolheram-se todos os provérbios contidos nas fontes referidas, analisaram-se tendo em conta o contexto português da Época Moderna e fizeram-se as comparações consideradas pertinentes.

O resultado da investigação traduziu-se numa abordagem inovadora aos provérbios como fonte histórica, demonstrando que a escolha e a utilização do peixe, como de qualquer outro alimento, traduzem recursos naturais disponíveis, poder económico e práticas identitárias da sociedade portuguesa da Época Moderna. Neste sentido, o peixe esteve associado aos hábitos alimentares que fizeram parte

de um sistema cultural repleto de símbolos e significados capazes de determinar o quê, quando e como um produto era tornado ou não comestível.

Palavras-chave: Peixe; provérbios; Rafael Bluteau; António Delicado

Abstract

The present paper aims to answer the question, how fish was understood and represented, in its literal and figurative senses, in the Portuguese proverbs corpus of the Modern Age, namely in the compilations of Antonio Delicado (1651) and Rafael Bluteau (1712-1728). The foods presents several nutritional qualities and also symbolic values, in such a way that there was always a hierarchy of consumptions related directly to the rarity and the price of the foods, making clear that certain expenditures were socially prestigious. For this purpose, all the proverbs contained in the mentioned sources were collected, analyzed, taking into account the Portuguese context of the Modern Age. Some comparisons considered pertinent were done.

The result of the research was an innovative approach to proverbs as a historical source, demonstrating that the choice and use of fish, like any other food, evidences available natural resources, economic power and identity practices of the Portuguese society of the Modern Age. In this sense, fish was associated with eating habits that were part of a cultural system plenty of symbols and meanings capable of determining what, when and how a product was made or not eatable.

Keywords: Fish; proverbs; Rafael Bluteau; António Delicado

1. Os provérbios como fontes históricas: génese e praxis

A utilização dos provérbios portugueses como fontes históricas vai tendo cultores, pensemos nos trabalhos já realizados sobre a vinha e o vinho¹, a dieta dita mediterrânica², a alimentação em geral³, os diversos povos⁴, as questões de género⁵, a meteorologia⁶, de entre outros temas. Não obstante, têm sido de outro âmbito, designadamente da literatura e da linguística, a maior parte dos estudos produzidos, os quais não deixam de apresentar contributos relevantes para áreas distintas.

¹ Viana 1993, Chacoto 2013.

² Chacoto 2014.

³ Russo 2015.

⁴ Braga 2002.

⁵ Costa 1987, Barrocas 1988, Maciel 1999, Braga, Mourão 2015.

⁶ Chacoto 2011.

Os provérbios⁷, enquanto elementos da cultura popular, são relativamente atemporais no sentido em que aparecem como o resultado da antiga sabedoria, impondo-se, por isso, como argumento de autoridade, veiculando aceções tidas como verdadeiras para diferentes tempos e espaços, não obstante remeterem mais para o passado do que para o comportamento futuro⁸. Podem assumir a função de apresentar admoestações, conselhos, críticas, doutrinas, informações e regras práticas e caracterizam-se, de entre outros aspetos, por se apresentarem no tempo presente, expressando verdades sempre válidas⁹. Descrevem estados de coisas gerais, não admitindo leituras episódicas só compreensíveis num espaço ou num tempo. No entanto, se uns suscitam uma interpretação literal, outros desencadeiam a necessidade de uma interpretação figurada¹⁰. São textos curtos, com uma estrutura concisa, anónimos, ou melhor, da autoria da respetiva comunidade linguística e cultural, os quais fazem circular uma experiência coletiva¹¹, o que não impede a semelhança de provérbios da autoria de comunidades diferentes¹².

A paremiologia detém um acervo informativo privilegiado do senso comum, pelo que se pode considerar interlocutora dileta no estudo das mentalidades, que formatam os quotidianos de cada época e de cada lugar. Em poucas palavras, aparecem-nos sistematizadas ideias que se quer sejam grandes verdades. José Pedro Machado captou lapidariamente esta realidade ao escrever: “As máximas são como os algarismos que compreendem grandes valores em poucas letras”¹³. Com efeito, os provérbios portugueses, tal como os de qualquer outro espaço, constituem um património edificado a partir da dinâmica e da essência do seu coletivo, ao longo de gerações, pelo que é intrínseco o seu valor informativo.

Os provérbios, apesar de eventual origem erudita, acabaram por ser consagrados e preservados pelos grupos populares, principalmente através da transmissão e da divulgação oral, ao longo de gerações. Encerram conhecimentos milenares feitos de experiência acumulada e seduzem pela acutilância, pedagogia, beleza das suas metáforas, muitas vezes impregnadas de humor e duplos sentidos. A sua origem perde-se no tempo. A própria

⁷ Nos parágrafos seguintes, retoma-se o que já se escreveu. Cf. Braga, Mourão 2015.

⁸ Mattoso 1987, Costa 1987, Lopes 1992, Viana 1993, Braga 2002.

⁹ Schmidt-Radefeldt 1984: 216.

¹⁰ Lopes 1992: 21.

¹¹ Schmidt-Radefeldt 1984: 213.

¹² Ghitescu 1991, Funk 2000, Chacoto 2011.

¹³ Machado 1998: 95.

Bíblia admite a existência de paralelismos doutrinários com a literatura afim, proveniente de outras civilizações, em especial com as do Crescente Fértil¹⁴, o que atesta a sua importância e o seu aproveitamento pelos mais diversos quadrantes. Daí a sua universalidade e omnipresença nos mais diversos contextos civilizacionais.

O Cristianismo Medieval português deu algum contributo na preservação deste legado, apesar da sua utilização antes do século XV, praticamente se restringir ao clero. Desse tempo, foram contabilizadas cinquenta fórmulas proverbiais, por José Mattoso¹⁵. Teófilo Braga, num artigo da *Revista Lusitana*, divulgou diversos anexins coligidos de fontes dos séculos XIII a XVI, destacando: o *Cancioneiro da Vaticana*, o *Livro de Monteria*, de D. João I; o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte; o *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende; os *Refranes*, do Marquês de Santillana, e ainda as três peças, *Ulyssipo*, *Eufrosina* e *Auleografia*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, além de textos em poesia e em prosa de Gil Vicente, de Gonçalo Fernandes Trancoso, de Ribeiro Chiado, de Sá de Miranda, etc.¹⁶. Contudo, foi só com a literatura seiscentista e setecentista que essa preservação e divulgação se iniciaram de forma consistente, quando alguns autores começaram a dedicar obras a este assunto, designadamente: a *Filosofia Moral de alguns Provérbios*, 1640, de frei Aleixo de Santo António¹⁷; os *Adágios Portugueses reduzidos a Lugares Comuns*, de António Delicado, em 1651 (obra reeditada por Luís Chaves em 1923); o *Florilegio dos Modos de fallar e Adagios da Lingua Portuguesa*, de Bento Pereira, de 1655 (com posteriores edições inseridas na *Prosodia*); o *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Rafael Bluteau, 1712-1728, o qual contemplou os adágios e provérbios portugueses que, mais tarde, em 1780, constituíram a principal fonte da coletânea de Francisco Rolland, intitulada *Adagios, Proverbios, Rifãos, e Anexins da Lingua Portuguesa, Tirados dos melhores Autores Nacionaes, e recopilados por ordem Alfabética por F. R. I. L.*¹⁸, e tantos outros. Posteriormente, os autores do Romantismo, ao valorizarem a cultura tradicional, pugnaram pela sua popularização e divulgação, como foi o caso de Francisco António da Cunha de Pina Manique, com a obra *Ensaio Phraseologico, ou Collecção de Phrases Metaphoricas, Elegancias*,

¹⁴ *Bíblia Sagrada* 1974: 598-624.

¹⁵ Mattoso 1987: 6.

¹⁶ Braga 1914, Delicado 1923.

¹⁷ Vasconcelos 1986: 30.

¹⁸ Delicado 1923:18.

Idiotismos, Sentenças, Proverbios e Annexins da Lingua Portugueza, publicada em Lisboa, no ano de 1856.

Não obstante, os provérbios têm sido bastante negligenciados enquanto objeto de estudos aprofundados. Se, como acabámos de verificar, a primeira compilação de provérbios portugueses é a obra de António Delicado, publicada em meados do século XVII, D. frei Rafael Bluteau, no início do século seguinte, apresentou, em muitas entradas do seu *Vocabulário*, diversos provérbios relativos à temática em estudo. Entre as suas fontes encontra-se o próprio António Delicado, no entanto, integrou outros provérbios que, entretanto, conseguiu arrolar.

Do padre António Delicado pouco se sabe. Foi presbítero secular e prior da igreja paroquial de Nossa Senhora da Caridade, em Évora. Nasceu, provavelmente, em 1641, em Alvito, mas nada consta sobre a data do seu falecimento. Já sobre D. frei Rafael Bluteau, as informações são muito abundantes. Viveu em Portugal 56 anos, a maioria dos quais nas Cortes de D. Pedro II e de D. João V. Nascido em Inglaterra mas originário de uma família francesa, este teatino (religioso da Divina Providência ou caetano), conhecido especialmente em resultado da sua obra referida o *Vocabulário Portuguez e Latino*, foi alguém dado a uma intensa atividade académica, alguma ligada às preocupações inerentes à produção do dicionário e outra à margem desse trabalho. Além disso, foi um pregador apreciado e, desde 1676, qualificador do Santo Ofício, ocupação que desempenhou com particular cuidado e esmero, ao mesmo tempo que não deixou de “trabalhar pela causa francesa”, contra a facção espanhola no Portugal de D. Pedro II e de D. João V. A sua ação esteve ainda ligada ao movimento de renovação cultural e económica contemporânea do chamado primeiro surto industrial português¹⁹.

Os *Adágios Portuguezes reduzidos a lugares communs*, de António Delicado, integraram um extenso reportório de enunciados proverbiais, mais de 3600, agrupados por 59 temas e ordenados alfabeticamente, cujo fundamento, o autor esclareceu, acrescentando que só incluiu os provérbios que não atentavam a “decência e a utilidade publica”²⁰:

“Os Adágios são as mais approvadas sentenças que a experiência achou nas acções humanas, ditas em breves e elegantes palavras. Compreende esta doutrina não só as coisas moraes, mas todas as artes e sciencias; e por isso,

¹⁹ Braga 2005: 10-82.

²⁰ Delicado 1923: 70.

em mais das nações, procuram Auctores graves pô-las em memória e escrever d'ellas, como foram, entre os antigos, os philosophos Aristóteles, Crisippo, Plutarcho, Aristides, Theophrasto, e sobre todos todos El-Rei Salomão, que, entre os seus livros sapienciaes, nos deixou os dos Provérbios que é um dos Canónicos da sagrada Escriptura [...]. Pelo que, vendo eu que, sendo a lingua portuguesa não menos abundantes d'estas sentenças que todas as outras da Europa, me dispús a colligir de vários exemplares esta pequena obra”²¹.

Convém sublinhar o facto da sinonímia proverbial ser abrangente, incluindo designações como: adágio, máxima, ditado, anexim, rifão, sentença, ditado, etc., mormente alguns especialistas discordarem da unicidade sinonímica, o que se verifica desde o século XVII. O próprio António Delicado referiu-se à questão alegando: “Também conheço as dúvidas que há sobre a verdadeira definição dos Adágios, na qual differem os Auctores, segundo várias opiniões, porque como os nascimentos dos Provérbios sejam muitos, não pode uma definição compreender a todos”²². Não é propósito, da presente exposição, aprofundar este assunto, tendo ainda em presença que os dicionaristas da época contemplaram sinonimicamente os vocábulos “adágio” e “provérbio”²³.

Atualmente, os provérbios continuam a seduzir, sobretudo pelo enunciado da ideia, já que refletem experiências de vida e outros aspetos do senso comum. São, pois, um veículo da cosmovisão do coletivo. Além disso, a unidade proverbial pode figurar em contextos diferentes sem, no entanto, perder o seu substrato ideológico. Compete ao utilizador referenciá-la adequadamente. A tipologia proverbial tem carácter dicotómico, ou seja: provérbios do tipo descritivo e provérbios do tipo normativo. No primeiro caso, pense-se, por exemplo em “Sáveis por São Marcos enchem os barcos”, “Quem pesca um peixe pescador é”, e, no segundo, em provérbios como “Enguia em empada, lampreia em escabeche” ou “Do peixe, a pescada, da carne a perdiz”.

2. A paremiologia e o consumo piscícola no Portugal Moderno

Explicitado o percurso histórico dos provérbios, designadamente a génese e a praxis, importa agora dimensionar as estruturas representativas do consumo de peixe na Idade Moderna, através do repertório proverbial

²¹ Delicado 1923: 69.

²² Delicado 1923: 70.

²³ Cardoso 1613: 4v, Bluteau 1720: 804.

português, resgatando conceitos e preconceitos do imagético coletivo sobre este alimento, tendo em mente a onnipresença do peixe na alimentação quotidiana da população portuguesa. O reino, enquanto espaço marítimo com uma longa costa, esteve sempre vocacionado para a pesca, consumo e pontual exportação de diversas espécies piscícolas. A esta realidade há que juntar duas outras igualmente não negligenciáveis, embora com importância diferenciada ao longo dos tempos, a pescaria fluvial que facilitou o abastecimento de algumas zonas do interior do país, e a pesca em águas internacionais, em especial na costa norte-africana e no Atlântico Norte.

Ao longo da Época Moderna, a atividade piscatória não só assegurou rendimentos não negligenciáveis quer para a Coroa quer para particulares que tinham privilégio de exploração de determinadas zonas fluviais – não obstante os povos defenderem que os rios não deveriam ser coutados – como também permitiu que o pescado entrasse nos foros de determinados contratos agrários. Não obstante, a importação de peixe também aconteceu, acentuando-se no século XVIII, em especial no que se refere à importação de bacalhau²⁴. Em 1620, frei Nicolau de Oliveira enalteceu o abastecimento piscícola da cidade, dando conta das espécies:

“a abundância de peixe pode ver-se pelas muitas embarcações de Alfama, Cascais, Sesimbra, Setúbal, Peniche e Ericeira, que quase todos os dias entram carregadas de peixe de todas as espécies. Além de muitos barcos pequenos, muletas, que continuamente pescam no rio, e apanham grandes linguados, azevias (peixe que só se acha neste rio), congros, corvinas, muges e tainhas, xarrosos (peixe tão leve que se dá aos doentes), gostosos pampos, salmonetes, lagostas e lagostins, grande quantidade de camarões grandes e pequenos. Ainda variedade de peixe menos apreciado; e muito marisco: santolas, amêijoas, berbigões, ligueirões, ostras, mexilhões e caramujos. Não referi ainda a grande porção de sardinha que morre aqui no rio: sendo em grande quantidade, é muito pouca em comparação com a que se traz da Costa – para onde já vá sair, numa maré, cento e doze barcos para a pesca”²⁵.

Poucos anos antes, Duarte Nunes de Leão traçou um quadro da atividade piscícola do Reino, salientando irezes, sáveis e solhos do Guadiana; azevias, cações, corvinas, linguados, sáveis, solhos e tainhas do Tejo; eiroses, lampreias, linguados, relhos, salmões, sáveis e trutas dos rios Ave, Cávado,

²⁴ Braga 2015: 35-85.

²⁵ Oliveira 1991: 564.

Douro, Leça, Lima, Minho, Mondego, Neiva e Vouga e trutas – peixe de água doce – obtidas nas terras da Beira e de Entre Douro e Minho. A pesca marítima foi ainda considerada, tendo merecido destaque besugos, chernes, linguados, salmonetes, sargos, pescadas, peixes-agulha, rodoválhos, sardas e sardinhas de Setúbal e atum do Algarve, além de cações, corvinas, linguados, lixas, pescadas, polvos e raias de Aveiro, Buarcos, Cascais, Pederneira e Peniche²⁶.

A abundância e a diversidade das espécies ictiológicas permitiam que o peixe fosse um dos alimentos presente na dieta alimentar de ricos e pobres, tanto mais que, os dias de jejum e abstinência prescritos pela Igreja eram em número elevado²⁷, o que permite salientar a influência daquela instituição no consumo das populações, com visibilidade em provérbios como “Comer truta ou jejuar”. Por outro lado, não esqueçamos, que o peixe ocupou um lugar de relevo no regime alimentar das comunidades monásticas, um pouco por todo o lado e até em alguns dias de festa. Recorde-se que a renúncia era entendida como um instrumento de mortificação mas que privação não significa ausência. Por outro lado, a abstinência de certos alimentos tinha uma relação direta com a desejada continência sexual. A gula e o sexo aparecem como os dois prazeres corporais por excelência. Logo, de acordo com os entendimentos dietéticos da época, uma alimentação fria e seca inibia a prática sexual, a qual era estimulada por alimentos quentes e húmidos²⁸.

O levantamento dos provérbios sobre peixe nas duas fontes em estudo permitiu-nos encontrar 101 unidades, mas apenas 63 ocorrências diferentes, 38 das quais comuns aos dois autores, 15 presentes apenas em António Delicado e 10 registadas somente por Rafael Bluteau.

Quadro I

Número de provérbios sobre peixe em António Delicado e em Rafael Bluteau

Espécies	Delicado	Bluteau	Total	Em Comum
Barbo	2	0	2	0
Besugo	2	3	5	2
Boga	2	1	3	1
Enguia	1	0	1	0
Lampreia	1	0	1	0

²⁶ Leão 2002: 195-197.

²⁷ Braga 2015: 49-64.

²⁸ Montanari 2012: 196-197.

Pescada	3	2	5	2
Salmonete / Salmonejo	1	1	2	1
Salmão	1	1	2	1
Sardinha	9	11	20	9
Sável	3	1	4	1
Truta	5	5	10	5
Peixe em geral	12	18	30	11
Aspetos associados	11	5	16	5
Total	53	48	101	38

Se tivermos em conta uma distribuição pelos meses do ano, pode verificar-se que apenas oito meses foram referenciados nos provérbios: janeiro, fevereiro, abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro, totalizando 18 ocorrências, destacando-se o mês de maio, com cinco. No entanto, em alguns casos, o mesmo provérbio foi aplicável a vários meses. Por outro lado, a maioria das referências apareceu com uma conotação negativa, isto é, associando um determinado mês a uma má opção de consumo: vejam-se os casos de: “A castanha e o besugo em janeiro não têm sumo”, “Quem quiser mal à sua vizinha, dê-lhe em maio uma sardinha”. Em sentido contrário, destaque-se “A pescada de janeiro vale carneiro” ou “Em agosto sardinhas e mosto”.

Quadro II
 Distribuição dos provérbios pelos meses do ano

Meses	Provérbios	N.º
Janeiro	A pescada em janeiro vale carneiro A castanha e o besugo em janeiro não têm sumo	2
Fevereiro	A castanha e o besugo em fevereiro não têm sumo	1
Março	-	0
Abril	Por São Marcos [25 abril], bogas a sacos Sáveis por São Marcos [25 de abril], encham os barcos	2
Maio	A quem em maio come sardinha, em agosto lhe pica a espinha Peixe em maio, quem to pedir, dá-lho Quem quiser mal à sua vizinha, dê-lhe em maio uma sardinha Sáveis em maio, maleitas de todo o ano Touro, galo e barbo todos têm sezão em maio	5
Junho	-	0
Julho	-	0

Agosto	A quem em maio come sardinha, em agosto lhe pica a espinha Em agosto, sardinhas e mosto	2
Setembro	-	0
Outubro	Outubro, novembro e dezembro não busques o pão no mar, mas torna a teu celeiro e abre teu mealheiro Outubro, novembro e dezembro, não busques o pão no mar	2
Novembro	Outubro, novembro e dezembro não busques o pão no mar, mas torna a teu celeiro e abre teu mealheiro Outubro, novembro e dezembro, não busques o pão no mar	2
Dezembro	Outubro, novembro e dezembro não busques o pão no mar, mas torna a teu celeiro e abre teu mealheiro Outubro, novembro e dezembro, não busques o pão no mar	2
Total		18

Salientem-se os provérbios em que os meses do ano não foram indicados de forma explícita mas em que se referem dias de santos, pois o calendário litúrgico é igualmente relevante nesta análise. O que significa, no caso em apreço, referir o mês de abril, e concretamente o dia 25, festa de São Marcos, o apóstolo, mártir e patriarca de Alexandria (século I d.C.)²⁹, com dois provérbios diferentes: “Por São Marcos bogas a sacos” e “Sáveis por São Marcos, enchem os barcos”.

Confronte-se o discurso proverbial com o discurso culinário e refira-se o primeiro receituário impresso em Portugal. Efetivamente, em 1680, Domingos Rodrigues publicou a *Arte de Cozinha*, obra que contou com sucessivas edições nos séculos seguintes³⁰. Este autor, cozinheiro do futuro D. Pedro II, dissertou acerca das épocas em que cada espécie piscícola era melhor, permitindo verificar que o discurso da paremiologia não coincidiu cabalmente com o deste cozinheiro, em concreto, relativamente às melhores épocas de consumo de bogas, pescadas e sardinhas:

“os linguados do rio, azevias, rodovalhos, cabras e pescadas, são sempre bons todo o ano, e as lampreias no tempo em que as há. Porém sáveis, gorazes, cachuchos, robalos, bogas e tamboril, são em janeiro, fevereiro e março. Congros, sargos, abróteas, e eirós, em todo o tempo de janeiro até setembro. Cibas [isto é, chocos] e cações, de fevereiro até ao fim de maio. Pargos, douradas, fanecas e sardas, de abril até outubro. Corvinas só em

²⁹ Baptista 1588: 105, Cardoso II, 1657: 706-707.

³⁰ Braga 2017.

maio e junho. Chernes, tainhas e carapaus, em junho e agosto. Salmonetes, besugos e choupas em agosto, setembro e outubro. Sardinhas e raia, em novembro e dezembro”³¹.

Advertências e informações estiveram presentes em provérbios que relacionaram o consumo de peixe pelos meses do ano, segundo a dicotomia favorável e desfavorável. Neste sentido, encontram-se alguns que revelam fatores ou ditames negativos ou desapropriados aos cânones vigentes e outros cujo teor indicia aspetos ou atributos de pendor adequado ao consumo de peixe ou de determinada espécie. Fora do calendário, esses mesmos aspetos estão presentes suscitando quer uma interpretação literal quer uma interpretação metafórica.

Quadro III

Provérbios de sentidos favorável e desfavorável relativos ao peixe

Provérbios Favoráveis	Provérbios Desfavoráveis
A pescada em janeiro vale carneiro.	A castanha e o besugo em janeiro não têm sumo.
As vezes custa mais o salmonejo, que o coelho.	A quem em maio come sardinha, em agosto lhe pica a espinha.
Boa é a truta, bom o salmão, bom é o sável, quando é de estação.	Assi fedemos, que fará se peixe vendermos?
De grande rio, grande peixe.	Cada dia peixe, amarga o caldo.
Do peixe a pescada, da carne a perdiz.	Comer truta, ou jejuar.
Em agosto, sardinhas e mosto.	Deitai outra sardinha, que outro ruim vem da vinha.
O nabo e o peixe debaixo da geada cresce.	Depois de peixe, mau é o leite.
Por São Marcos [25 abril], bogas a sacos.	Em cada casa comem favas e na nossa às caldeiradas.
Quão grande o peixe, tão grande o sabor.	Em tua casa não tens sardinha, e na alheia pedes galinha.
Quando o trigo é louro, é o barbo como touro.	Nem cada dia rabo de sardinha.
Sáveis por São Marcos [25 de abril], enchem os barcos.	O hóspede e o peixe aos três dias fedem.
	O que sardinha quer é picar e beber.
	Outubro, novembro e dezembro não busques o pão no mar, mas torna a teu celeiro e abre teu mealheiro.
	Outubro, novembro e dezembro, não busques o pão no mar.
	Peixe de maio, quem to pedir, da lho.

³¹ Rodrigues 2017.

	Pela boca morre o peixe, e a lebre ao dente.
	Quem pesca hum peixe, pescador é.
	Quem quiser mal à sua vizinha, dê-lhe em maio uma sardinha.
	Sáveis em maio, maleitas de todo o ano.
	Todo o pescado é freima, e todo o jogo postema.
	Touro, galo e barbo todos têm sezão em maio.
	Velho, que não adivinha, não vale uma sardinha.

Tal como outros géneros, os peixes conheciam uma hierarquia que se traduzia no preço e, consequentemente, na possibilidade de aquisição de algumas espécies só por parte dos mais abastados. Se a sardinha e o bacalhau eram habitualmente entendidos como o alimento dos pobres – no primeiro caso, atente-se em “Em tua casa não tens sardinha e na alheia pedes galinha” ou em “Velho que não adivinha não vale uma sardinha” – já por exemplo, a lampreia, o linguado e o salmonete eram só para algumas bolsas. No entanto, no discurso paremiológico desta época, se a sardinha foi o peixe mais referenciado com 11 ocorrências, o bacalhau esteve completamente ausente, apesar de ser de consumo corrente e de até já ter sido objeto de representação em contexto culinário numa natureza morta de Josefa de Ayala. Em sentido oposto, a lampreia foi apenas referida uma vez, numa alusão ao modo de a preparar: “Enguia em empada e lampreia em escabeche”, enquanto a referência ao salmonete atentou no preço: “Às vezes custa mais o salmonete do que o coelho”. Igualmente apreciada e, por vezes cara, era a pescada: “A pescada em janeiro vale carneiro” e “Do peixe a pescada, da carne a perdiz”. Se atualmente, em Portugal, uma boa parte das espécies piscícolas são mais caras do que as carnes, nesta época, equiparar o preço de um peixe a alguma peça de carne, refletia inequivocamente o apreço e o custo elevado.

Como já se aludiu, o provérbio é um texto breve, anónimo, institucionalizado e que compagina assunções comumente aceites como verdadeiras, pelo que subsiste como um elemento didático e doutrinal, na medida em que funciona como “mensagemiro” do substrato axiológico do coletivo. Importa reiterar que o seu enunciado pode funcionar isoladamente, por exemplo, em antologias, dicionários, inscrições, etc. ou interactivamente, ou seja, em diálogos, narrativas, discursos, sermões, etc. Neste caso, as inferências produzidas decorrem da unidade em si, isto é, sem contextualização.

A maioria dos provérbios denota aspetos ou normas da esfera quotidiana, sobretudo no domínio das relações interpessoais, das hierarquias no seio familiar e da casa, do que é ou não convencional em matéria de comportamento, da aparência, etc. Como já foi mencionado, procurou agilizar-se o processo analítico, com recurso à distribuição das ocorrências proverbiais por dois itens: “favorável”, “desfavorável”, dando-se conta que a maioria dos enunciados sancionou ou referenciou os aspetos que não eram modelares, através do burlesco, da censura, da ironia, da comparação, etc., daí o item “não favorável” albergar uma significativa parcela de ocorrências, principalmente as que dizem respeito à monotonia do consumo – “Nem cada dia rabo de sardinha” ou “Cada dia peixe, amarga o caldo” –, à perecibilidade – “Ao peixe fresco gasta-o cedo, e havendo tua filha crescido, dá-lhe marido” – ao preço elevado ou baixo conforme as espécies – “Com uma sardinha, comprar uma truta”, “Truta cara não e sã”, “A pescada de janeiro vale carneiro” –, à falta de qualidade – “Todo o peixe é freima [escarro] e todo o jogo apostema” –, ao odor – “O hóspede e o peixe aos três dias fede” ou “Assim fedemos, que fará se peixe vendermos?” –, à empáfia – “Em tua casa não tens sardinha e na alheia pedes galinha”, “Em cada casa comem favas e na nossa às caldeiradas” –, e à tagarelice – “Pela boca morre o peixe, e a lebre ao dente”. Em sentido contrário, encontram-se provérbios cujas mensagens são de carácter valorativo, invocando a abundância – “Por são marcos bogas a sacos” ou “Sáveis por são Marcos, enchem os barcos” –, a resistência – “O nabo e o peixe debaixo da geada cresce” – e a qualidade – “Quão grande o peixe, tão grande o sabor”. Assinale-se, finalmente, a concomitância de alguns enunciados, assim como a ambiguidade de outros, em casos tais como, por exemplo: “Não é peixe podre”, “Não é peixe nem carne”, “Não vai mal à face onde espinha carnal nasce” ou ainda “A espinha quando nasce leva o pico diante”.

Outros provérbios perpassam informações e alvitram conselhos, com o intuito de elucidar como, que parte e quando se deve consumir o peixe, tais são os casos do já referido: “Enguia em empada, lampreia em escabeche”, “De pescada a rabada” ou “A cabeça de besugo come o sesudo, e a da boga dá à tua sogra” e “Quando o trigo é louro, é o barbo como touro” ou “Em agosto sardinhas e mosto”, respetivamente. A escolha dentro do mesmo género é também evidente em “Da mulher e da sardinha, a mais pequenina”. Porém, “Quão grande o peixe, tão grande o sabor”, apresenta um sentido contrário, embora não refira a espécie. A ordem dos pratos foi evidenciada em “Depois do peixe, mau é o leite”.

Alguns provérbios podem ser agrupados num outro item, “não aplicável”. Neste caso, optou-se por incluir as ocorrências que suscitam dúvidas interpretativas, as que não apresentam indicadores inequivocamente positivos ou negativos – “Nem de cada malha peixe, nem de cada mata feixe”, “Quem pesca um peixe, pescador é”, “Quem quer pescar há de se molhar” ou “Não se ganham trutas às bragas enxutas” – e as que revelam um cariz monológico, tais como “Estou como peixe na água”. Contudo, algumas ilustram condutas convencionais, formulam avisos e outras considerações, como se pode avaliar pela amostra que se segue: “A mulher mesquinha, detrás do lar acha a espinha”, “Coxo e não de espinha, calvo e não de tinha”, “Não vai mal à face onde espinha carnal nasce”, “O velho e o peixe ao sol aparecem”.

Apesar das asserções proverbiais serem cumulativamente atemporais e universais, logo unidades cristalizadas, são, igualmente, passíveis de adequação ao contexto. Ou seja, o seu valor semântico é fixo, a contextualização é que pode ser diferenciada. Além disso, a sua tipologia: descritiva ou normativa; a sua estrutura frásica: literal ou metafórica, são especificidades adicionais, que concorrem para essa dificuldade. Com base nas considerações já explicitadas, dá-se conta que a imagem do peixe é abrangente, apresentando paradigmas que lhe conferem um estatuto inferior, relativamente a outros alimentos. Neste sentido, as espécies conotadas negativamente foram barbo, boga, sardinha e truta e, em sentido contrário, barbo, besugo, enguia, lampreia, pescada, salmonete, salmão, sável e truta. Isto é, em alguns casos a mesma espécie apresentou as duas valências e, não obstante a maior parte das espécies arroladas ter um pendor positivo, a maior parte dos provérbios apresentou um carácter depreciativo, quer quando se analisam as espécies piscícolas, quer o peixe em geral, quer ainda os aspetos que lhe são associados. Finalmente, importa reforçar que outros indicadores foram referenciados: a ligação do consumo de peixe às diferentes épocas do ano, aos dias de jejum e de abstinência, ao modo de preparar os pratos e à relação entre a ingestão de peixe e a saúde.

A escolha e a utilização do peixe, como de qualquer outro alimento, traduzem recursos naturais disponíveis, poder económico e práticas identitárias da sociedade portuguesa da Época Moderna. Neste sentido, o peixe esteve associado aos hábitos alimentares que fizeram parte de um sistema cultural repleto de símbolos e significados capazes de determinar o quê, quando e como um produto era tornado ou não comestível. O discurso paremiológico refletiu cabalmente essas realidades.

Anexo

O Peixe nos Provérbios compilados por António Delicado e por Rafael Bluteau

Tipologia	Provérbios	Fontes
Espécies Piscícolas		
Barbo	1. Quando o trigo é louro, é o barbo como touro.	Delicado 1923: 84.
	2. Touro, galo e barbo, todos têm sezão em maio.	Delicado 1923: 205
Besugo	3. A cabeça do besugo come o sesudo, e da boga dá a tua sogra.	Delicado 1923: 137. Bluteau 8, 1721: 460.
	4. A castanha e o besugo, em fevereiro não têm sumo.	Delicado 1923: 196. Bluteau 8, 1721: 460.
	5. <i>Como te conheço besugo, e ele era caranguejo.</i>	Bluteau 8, 1721: 460.
Boga	6. A cabeça do besugo come o sesudo, e da boga dá a tua sogra.	Delicado 1923: 137. Bluteau 8, 1721: 460.
	7. Por São Marcos, bogas a sacos.	Delicado 1923: 227.
Enguia	8. Enguia em empada, lampreia em escabeche.	Delicado 1923: 200.
Lampreia	9. Enguia em empada, lampreia em escabeche.	Delicado 1923: 200.
Pescada	10. A pescada de janeiro vale carneiro.	Delicado 1923: 227. Bluteau 6, 1720: 461.
	11. De pescada, a rabada.	Delicado 1923: 199.
	12. Do peixe a pescada, da carne a perdiz.	Delicado 1923: 199. Bluteau 6, 1720: 461.
Salmonete/ Salmorejo	13. As vezes custa mais o salmonejo, que o coelho.	Delicado 1923: 138. Bluteau 7, 1720: 499.
Salmão	14. Boa é a truta, bom o salmão, bom é o sável, quando é de estação.	Delicado 1923: 138. Bluteau 8, 1721: 317.
Sardinha	15. A quem em maio come sardinha, em agosto lhe pica a espinha.	Delicado 1923: 197. Bluteau 7, 1720: 499.
	16. Cada um chega a brasa à sua sardinha.	Delicado 1923: 237. Bluteau 7, 1720: 499.
	17. Com uma sardinha comprar uma truta.	Delicado 1923: 227. Bluteau 7, 1720: 499.
	18. Da mulher e da sardinha, a mais pequenina.	Delicado 1923: 214. Bluteau 7, 1720: 499.
	19. Deitai outra sardinha, que outro ruim vem da vinha.	Delicado 1923: 234. Bluteau 7, 1720: 499.
	20. Em agosto sardinhas e mosto.	Delicado 1923: 79. Bluteau 7, 1720: 499.
	21. Em tua casa não tens sardinha, e na alheia pedes galinha.	Delicado 1923: 133. Bluteau 7, 1720: 499.
	22. <i>Nem cada dia rabo de sardinha.</i>	Bluteau 7, 1720: 499.
	23. O que sardinha quer é picar e beber.	Delicado 1923: 126. Bluteau 7, 1720: 499.

Tipologia	Provérbios	Fontes
	24. Quem quiser mal à sua vizinha, dê-lhe em maio uma sardinha.	Delicado 1923: 128. Bluteau 7, 1720: 499.
	25. <i>Velho que não adivinha, não vale uma sardinha.</i>	Bluteau 7, 1720: 499.
Sável	26. Boa é a truta, bom o salmão, bom é o sável, quando é da estação.	Delicado 1923: 138. Bluteau 8, 1721: 317.
	27. Sáveis de maio, maleitas de todo o ano.	Delicado 1923: 228.
	28. Sáveis por São Marcos, enchem os barcos.	Delicado 1923: 228.
Truta	29. Boa é a truta, bom o salmão, bom é o sável, quando é da estação.	Delicado 1923: 138. Bluteau 8, 1721: 317.
	30. Com uma sardinha comprar uma truta.	Delicado 1923: 227. Bluteau 8, 1721: 317.
	31. Comer truta, ou jejuar.	Delicado 1923: 198. Bluteau 8, 1721: 317.
	32. Não se ganham trutas, às bragas enxutas.	Delicado 1923: 107. Bluteau 8, 1721: 317.
	33. Truta, cara não, e sã.	Delicado 1923: 129. Bluteau 8, 1721: 317.
Peixe em Geral		
	34. Ao peixe fresco gasta o cedo e havendo tua filha crescido, dá-lhe marido.	Delicado 1923: 235. Bluteau 6, 1720: 374.
	35. <i>Assi fedemos, que fará se peixe vendermos?</i>	Bluteau 6, 1720: 374.
	36. Cada dia peixe, amarga o caldo.	Delicado 1923: 122.
	37. De grande rio, grande peixe.	Delicado 1923: 238. Bluteau 6, 1720: 374.
	38. Depois de peixe, mau é o leite.	Delicado 1923: 199. Bluteau 6, 1720: 374.
	39. <i>Estou como o peixe na água.</i>	Bluteau 6, 1720: 374.
	40. <i>Filho de peixe, não aprende a nadar.</i>	Bluteau 6, 1720: 374.
	41. <i>Não é peixe padre.</i>	Bluteau 6, 1720: 374.
	42. <i>Não é peixe, nem carne.</i>	Bluteau 6, 1720: 374.
	43. Nem de cada malha peixe, nem de quada mata feixe.	Delicado 1923: 107. Bluteau 6, 1720: 374.
	44. O hóspede, e o peixe aos três dias fedem.	Delicado 1923: 109. Bluteau 6, 1720: 374.
	45. O nabo e o peixe debaixo da geada crescem.	Delicado 1923: 83. Bluteau 6, 1720: 374.
	46. <i>O peixe e o cochino, a vida em água, e a morte em vinho.</i>	Bluteau 6, 1720: 374.
	47. O velho e o peixe, ao sol aparecem.	Delicado 1923: 203. Bluteau 6, 1720: 374.
	48. Peixe de maio, quem to pedir, dá-lho.	Delicado 1923: 227. Bluteau 6, 1720: 374.

Tipologia	Provérbios	Fontes
	49. Pela boca morre o peixe, e a lebre ao dente.	Delicado 1923: 227. Bluteau 6, 1720: 374.
	50. Quão grande o peixe, tão grande o sabor.	Delicado 1923: 228. Bluteau 6, 1720: 462.
	51. Quem pesca hum peixe, pescador é.	Delicado 1923: 228. Bluteau 6, 1720: 462.
	52. <i>Todo o pescado é freima, e todo o jogo apostema.</i>	Bluteau 6, 1720: 461.
Aspetos Associados		
	53. A espinha, quando nasce, leva o pico diante.	Delicado 1923: 168.
	54. A mulher mesquinha, detrás do lar acha a espinha.	Delicado 1923: 212.
	55. Coxo e não de espinha, calvo e não de tinha.	Delicado 1923:198.
	56. Em cada casa comem favas e na nossa às caldeiradas.	Delicado 1923:123.
	57. Não vai mal à face, onde espinha carnal nasce.	Delicado 1923: 201. Bluteau 3, 1712: 278.
	58. O cevo é o que engana, que não o pescador, que tem a cana.	Delicado, 1923: 107. Bluteau 6, 1720: 461.
	59. Outubro, Novembro, Dezembro, não busques o pão no mar, mas torna a teu celeiro, & abre teu mealheiro.	Delicado 1923: 269. Bluteau 1, 1712: 214.
	60. Outubro, Novembro, Dezembro, não busques o pão no mar.	Delicado 1923: 83.
	61. Pescador de cana, mais come, do que ganha: mas quando a dita corre mais ganha do que come.	Delicado 1923: 107. Bluteau 6, 1720: 461.
	62. Quem pesca hum peixe, pescador é.	Delicado 1923: 228. Bluteau 6, 1720: 462.
	63. Quem quer pescar, há de se molhar.	Delicado 1923: 228.

Nb:

- a itálico os provérbios que só estão presentes em Rafael Bluteau;
- a negrito os que só estão presentes em António Delicado;
- foi atualizada a grafia.

Referências Bibliográficas

Fontes

Baptista, Fr. J. (1588), *Calendario romano perpetuo com as mais cousas q[ue] na volta desta folha se verão*. [s.l.]: António Ribeiro.

Bíblia Sagrada. Edição da Palavra Viva, Traduzida das Línguas Originais com um Critico de Todas as Fontes Antigas pelos Missionários Capuchinhos de Lisboa (1974). São Paulo: Stampely Publicações.

- Bluteau, R. (1712-1728), *Vocabulario Portuguez e Latino* [...]. I, Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- Cardoso, J. (1613), *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum* [...]. Lisboa: Pedro Crasbeeck
- Delicado, A. (1923), *Adagios Portuguezes reduzidos a lugares communs*, nova edição revista e prefaciada por Luís Chaves. Lisboa: Universal.
- Leão, D. N. do (2002), *Descrição do Reino de Portugal*, transcrição do texto, notas, aparato crítico e biografia do autor por Orlando Gama. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Machado, J. P. (1998), *O Grande Livro dos Provérbios*. Lisboa: Notícias.
- Oliveira, Fr. N. de O (1991), *Livro das Grandezas de Lisboa*, prefácio de Francisco Santana. Lisboa: Vega.
- Rodrigues, D. (2017), *Arte de Cozinha*, introdução e estudo de Isabel Drumond Braga, in *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Silva, A. M. (1813), *Diccionario da Lingua Portugueza* [...], II. Lisboa: Tipografia Lacerdina.

Estudos

- Barrocas, A. J. de B. C. (1988), “Mulher Formosa e Mulher Feia: a Imagem da Mulher no Discurso Proverbial. O Discurso Proverbial como Discurso do Poder.”, in *Arqueologia do Estado*”, vol. 2, Lisboa: História e Crítica, 995-1009.
- Braga, I. M. R. M. D. (2002), “Castela e os Castelhanos nos Provérbios Portugueses”, in *Cooperação e Conflito. Portugal, Castela e Aragão (séculos XV-XVII)*. Lisboa: Universitária Editora, 261-271.
- Braga, I. M. R. M. D. (2005), “D. Rafael Bluteau na Corte Portuguesa (1668-1734)”, in *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*. Lisboa: Hugin Editores, 7-82.
- Braga, I. M. R. M. D. (2015), “Carne e Peixe: uma hierarquia de consumos alimentares”, in I. D. Braga e P. D. Braga (dir), *Animais e Companhia na História de Portugal*, 35-85.
- Braga, I. M. R. M. D. (2017), “Domingos Rodrigues e a *Arte de Cozinha*: uma vida pouco conhecida, uma obra muito usada”, in *Arte de Cozinha*, Lisboa: Círculo de Leitores, 7-48.
- Braga, I. M. R. M. D., Mourão, M. E. (2015), “Género e Discurso Proverbial no Portugal Moderno”, *Faces de Eva* 33: 83-102
- Braga, T. (1914), “Adagiário Português, coligido das fontes escritas”, *Revista Lusitana*, XVIII, 3-4: 225-274.

- Chacoto, L. (2011), “Semelhanças e diferenças dos provérbios meteorológicos no espaço lusófono”, in G. Gil, J. Enrique et al (dir.), *I Proverbi Meteorologici: ai confini dell'Europa Romanza*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 1-14.
- Chacoto, L. (2013), “Muita parra, pouca uva: da vinha e do vinho nos provérbios portugueses”. *Paremia* 22: 149-160.
- Chacoto, L. (2014), “A Dieta Mediterrânica nos Provérbios Portugueses”. *Paremia* 23: 163-174.
- Costa, H. (1987), “La Représentation du Corps dans la Littérature Populaire Portugaise: Le Discours Proverbial”, in *Littérature Orale Traditionnelle Populaire. Actes du Colloque*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkain, 561-576.
- Funk, G. (2000), “O Provérbio como Ponte entre diferentes Culturas”, in H. Siepmann (org.), *Portugal, Indien und Deutschland. Portugal, Índia e Alemanha. Akten der V. Deutsch-Portugiesischen Arbeitsgespräche. Actas do V Encontro Luso-Alemão*. Köln: Zentrum Portugiesischsprachige Welt. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 345-353.
- Ghitecu, M. (1991), “Os Provérbios. Traço de União entre Irmãos”, *Nós. Revista de Lusofonia*. 19-20: 357-360.
- Lopes, A. C. M. (1992), *Texto Proverbial Português. Elementos para uma Análise Semântica e Pragmática*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Maciel, M. J. (1999), *Imagens de Mulheres. Estudo das Representações Femininas nos Provérbios Açorianos e nos Contos de Dinis da Luz*. Lajes do Pico: Câmara Municipal das Lajes do Pico.
- Mattoso, J. (1987), *O Essencial sobre os Provérbios Medievais Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Montanari, M. (2012), *Gusti del Medioevo: I Prodotti, la Cucina, la Tavola*. Roma: Bari, Laterza.
- Russo, M. (2015), “‘Maio frio e junho quente, bom pão, vinho e valente’: un percorso paremiológico alimentare portoghese”, in E. de Luca (dir.), *Parla como mangi: lingua portoghese e cibo in contesto interculturale*, Viterbo: Sette Città, 121-146.
- Schmidt-Radefeldt, J. (1984), “Descrição Semântica e Funções Semanfóricas do Provérbio”, in J. Schmidt-Radefeldt e J. G. H. de Carvalho (orgs.), *Estudos de Linguística Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 201-223.
- Vasconcelos, C. M. (1986), “Mil provérbios portugueses”, *Revista Lusitana*, 7: 20-30.
- Viana, M. (1993), “A Vinha e o Vinho nos Provérbios e na Cultura Popular”. *Revista da Biblioteca Nacional*, 8.1: 7-22

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES

(Página deixada propositadamente em branco)

DOPICO CAÍNZOS, María Dolores e VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (Eds.), *Clausus est Ianus (Augusto e a transformación do noroeste hispano)*. Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2016. ISBN: 978-84-8192-526-5. 438 pág. ilustr. Volume I de *Philtáte – Studia et acta antiqua Callaeciae*¹.

Recensão submetida a 08/02/2018 e aprovada a 19/10/2018

A efeméride do bimilenário da morte do imperador Augusto constituiu, um pouco por toda a parte do que foi outrora o mundo romano, excelente pretexto para se trazer nova luz sobre o que fora não apenas a obra deste singular político e estratega como também o que, nessa altura, se passava nos diversos pontos do Império.

Para além da pacificação concretizada após décadas de guerras civis, que o próprio imperador consubstanciou nas *Res Gestae* (capítulo 13), ao afirmar que o templo de Jano, por três vezes no seu reinado, com bons auspícios se fechou – *Clausus est Ianus* – o programa político e social de Augusto merece, de facto, ser posto em evidência.

Assim o entenderam os investigadores da Universidade de Santiago de Compostela, através da Facultade de Humanidades do Campus de Lugo, que convocaram para Julho de 2014 um colóquio internacional subordinado ao atrás citado significativo testemunho: *Clausus est Ianus*.

Antes, porém, de se dar sucinta conta do conteúdo das comunicações então apresentadas e que neste volume se consagram, não posso deixar de referir o facto de ele ser dedicado à memória de dois importantes vultos da historiografia romana galega, que subitamente e com a escassa diferença de uma semana nos deixaram em 2015: Pilar Rodríguez Álvarez, falecida a 9 de Fevereiro, e Gerardo Pereira Menaut, que partiu no seguinte dia 15, ambos docentes insígnies da universidade compostelana. A revisitação dos seus trabalhos e do seu entusiasmo pela investigação acerca da Galícia

¹ Por determinação editorial, este texto está escrito conforme o Acordo Ortográfico de 1990, com o qual o autor discorda.

será sempre obrigatória e permanente a recordação da sua vida em prol da Cultura, da História e do Património. Que descansem em paz!

Aliás, é de Gerardo Pereira o texto, em galego, que abre esta série: o caso da *Callaecia* como exemplo de como se constrói uma região ao tempo de Augusto (p. 19-29). E Gerardo acentua que terão sido determinantes não somente as características geológicas mas todo um conjunto de fenómenos históricos complexos, que fizeram, inclusive, com que, na atualidade, aí se tenha o galego como língua própria. E conclui: «As isoglosas actuais poden, quizais, axudarnos a comprender por que e como os organizadores romanos fixeron as cousas como as fixeron» (p. 28).

Gonzalo Cruz Andreotti evoca um verso do poeta andaluz Luis Cernuda («Donde habita el olvido») para referir que o Noroeste «parece olvidado en la literatura geografica antigua hasta bien entrado el período de dominación romana». E isso é pretexto para dissertar sobre «el conocimiento geográfico de los territorios del Noroeste: de la cartografía a la cultura» (p. 31-57). Revisitam-se os testemunhos de Políbio, Artemidoro e Estrabão.

Para tratar da conquista do Noroeste (p. 59-71), Villanueva Acuña analisa, com base em fontes literárias e epigráficas a evolução do quadro administrativo e os acontecimentos político-militares que viriam a desembocar na efetiva dominação da região por parte dos Romanos, salientando o papel determinante que Paulo Fábio Máximo terá desempenhado, como primeiro governador da Citerior, para integrar definitivamente nessa província os territórios do Noroeste.

Para Juan Santis Yanguas o contributo da epigrafia jurídica não é, de forma nenhuma, despreciando para se compreender como é que o Noroeste se incorporou no Império Romano (p. 73-87). Confessa que, se «antes de finalizar el sec. I a. C., ya estaban implantadas las formas básicas de administración bien conocidas en las provincias occidentales del imperio, que suponen una modificación estructural de las comunidades indigenas», o certo é que, só com a conquista se terá conhecido melhor a organização populacional, tanto no aspeto geográfico como social, o que explica o cuidado com que Augusto terá envolvido a sua decisão de incluir a região na Lusitânia ou na Citerior.

Foi, também aqui, o exército um instrumento do poder e, por isso, haveria que esclarecer qual a sua atuação, ao tempo do imperador. Isso se propôs esclarecer Juan José Palao Vicente (p. 89-108). Assinala o investigador que, não se duvidando que «el largo servicio en las tropas auxiliares y el contacto directo con la organización y estructuras romanas llevaron aparejadas un proceso de aculturación que afectada a los hábitos y formas de vida de esos soldados», o certo é que muitos deles acabavam

por se fixar nas zonas onde haviam prestado serviço militar, de modo que só mais tarde, quando se procedeu com maior regularidade ao recrutamento provincial dos efetivos auxiliares, é que «una parte del poder transformador del ejército se dejara sentir con fuerza en estas regiones» (p. 104).

Pierre Sillières, cuja tese de doutoramento sobre as vias romanas da Hispânia Meridional (ainda que publicada em 1990) continua a ser de referência obrigatória no estudo da viação romana peninsular, preferiu, desta feita, abordar um tema deveras sugestivo: as vias militares como percurso a fazer pelos correios imperiais (*vehiculatio* ou *cursus publicus*), numa óptica de o imperador Augusto mais eficazmente obter o domínio político e administrativo do Império (p. 111-132). Regre-se, pois, às *mutationes*, às *mansiones*, aos pesados encargos financeiros que a manutenção de uma via em bom estado acabava por acarretar.

Foi também instrumento do poder – e de que maneira! – o estabelecimento do culto imperial. Como Norbert Roland sublinhou (*Rome, Démocratie Impossible? Les Acteurs du Pouvoir dans la Cité Romaine*, Le Paradou, 1981, p. 245), Augusto é prudente quando permite que o seu culto se instale: prefere sugerir e não impor: «Il est empereur, mais fait tout pour qu'on ne le croit pas; il n'est pas dieu, mais le laisse dire». E é esse subtil estratagema que Santiago Montero Herrero procura escarpelizar (p. 135-161), tendo em conta, de modo específico, as *Arae Sestianae*, que Montero, na senda de Dolores Dopico, afirma relacionarem-se «con la existencia de un *conventus Arae Augustae*, posible precursor del de *Asturica Augusta*, ya en el año 1 d. C. y confirmaría, dentro de la reorganización de Hispania por Augusto, la transferencia de *Asturia* y *Callaecia* a la Citerior (p. 141). Se o culto imperial ou, se se preferir, a *devotio* ao imperador se manifesta já na Hispânia ao tempo de Augusto, concordo com Santiago Montero e com Julián González, cuja opinião cita (p. 155): essa manifestação é bem real e está epigraficamente documentada.

Divide-se o volume em quatro grandes temas: 1) o Noroeste e o Império Romano; 2) os instrumentos do poder; 3) as mudanças verificadas no território e nas comunidades e 4) as transformações económicas. Pablo Ramil-Rego e Luis Gomaez-Orellana Rodríguez abrem o terceiro tema para discernirem “mitos e realidades” no que concerne ao clima, à paisagem e à acção humana no Noroeste durante a Idade do Ferro e a Romanização (p. 163-183). Começam, de resto, por assinalar que, embora os estudos paleo-ecológicos, arqueobotânicos e arqueozoológicos se hajam desenvolvido, e bem, na 2ª metade do século XX, é também verdade que ainda subsistem «muitos dos antigos clichés forjados a partir da mitologia e baseados na falta de dados» (p. 163). Abordam ainda a questão da ruralização da paisagem, referindo-se à vinha e aos castanheiros,

para terminarem com a afirmação de que a recolção naturalmente se manteve mesmo quando a agricultura se instalou.

Sustenta Francisco Calo Lourido que pode hoje dizer-se que «Roma potenciou a cultura castreja até lograr diluí-la» (p. 185-207). Evoca a sua experiência com Carlos Alberto Ferreira de Almeida no Castro de Monte Mozinho, «un grande castro iniciado en época de Augusto cunha clarísima etapa xulio-claudia e outra, máis reducida, flavia» (p. 186). Conclui que, sob Augusto, os indígenas estão em processo de romanização, «ainda que, socioloxicamente, seguen a ser castrexos. Deixarán de selo côas reformas flavianas» (p. 203). O castro de San Cibrao de Las, estudado de seguida (p. 209-229) por Yolanda Álvarez González e Luis Francisco López González, poderá ser apontado, por conseguinte, como «a etapa final da cultura castrexa», um processo de «evolución de las comunidades castreñas» em que «la minería aurífera en el Occidente de Asturias tras la conquista de Augusto» terá exercido, sem dúvida, papel preponderante, como aponta Ángel Villa Valdés (p. 231-257), um papel que só entrará em decadência quando, no século II, Roma «traslada su apoyo operativo hacia los territorios recién sometidos en el área danubiana donde se localizan y ponen en explotación importantes minas de oro» (p. 252).

Caberá a uma das responsáveis pela edição do volume, María Dolores Dopico Caínzos, entrar neste excursus cronológico para contar o que se conhece da «orixe e natureza do fenómeno urbano, o proceso de creación de *Lucus Augusti*, *Bracara* e *Asturica Augusta*, ciudades fundadas *ex novo* cunhas características “totalmente romanas” que foron o resultado directo da vontade imperial» (p. 259-283). Destaque-se uma passagem do seu contributo, citando Manuel Martín-Bueno («si Augusto planificó, fue Tiberio quien pagó las facturas»), quando frisa «que o fenómeno de esplendor, sobre todo da edilicia privada côas grandes *domus* se producirá cos Flavios», porque, de início, o que importava era que estas cidades cumprissem as suas funções políticas com uma vinculação evidente ao poder, a cujos detentores o que importava «xa estaba esencialmente feito» (p. 273).

Coube a Helena Paula Carvalho, membro da equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, mostrar o que lograra obter da longa investigação por ela levada a cabo no que respeita à homogeneização e à diversidade por ela verificada nas sucessivas transformações por que passou o território de *Bracara Augusta* (p. 285-305), porque «parece claro que a presença romana produz e induz novos modelos de desenvolvimento» (p. 302).

Entra-se, assim, na derradeira parte do volume, sobre as transformações económicas. Rui Morais aborda «o desenvolvimento do comércio no

Noroeste a partir da conquista», com base no que se conhece de *Bracara Augusta*, nomeadamente dos contextos cerâmicos detetados em escavações de necrópoles urbanas (p. 307-339). Realça, no final (p. 334), «que nas primeiras décadas da cidade existiu uma tendência da população local para depositar as cinzas em potes/urnas e outras peças de tradição indígena», o que se me afigura normal num processo da gradual aculturação.

Dois investigadores que se têm especializado nos aspectos da mineração – Almudena Orejas Saco del Valle e Francisco Javier Sánchez-Palencia Ramos – mostram (p. 341-359) como a exploração mineira (já atrás se disse) influenciou o domínio do Noroeste hispânico logo desde o tempo de Augusto, merecendo especial atenção a exploração e a gestão do ouro noroestino.

Victor Revilla Calvo sairá do horizonte geográfico seguido na obra até aqui, para se referir à viticultura e, conseqüentemente, à produção vinícola no litoral mediterrânico da Hispânia (p. 361-384), servindo o tema de trampolim para a necessária abordagem à introdução da *villa* como elemento fundamental para a exploração agrária, na sequência do livro que publicara em 1995: *Producción cerámica, viticultura y propiedad rural en Hispania Tarraconensis (siglos I a. C. – III d. C.)*. Revilla Calvo, no entanto, aproveita o ensejo para traçar apenas uma panorâmica geral, que inclui uma incursão pelos fornos de ânforas e, também, pela epigrafia anfórica. Cita, na bibliografia, a contribuição que deu para o volume *Epigrafia Anfórica*, editado em 2004, sob orientação de José Remesal e estranha-se que, sendo esse um dos tópicos por ele aqui abordados, essa obra de Remesal, seguramente o investigador que mais tem estudado a epigrafia anfórica, como responsável pelos trabalhos em curso no Monte Testaccio, não seja claramente inserida na bibliografia. Como também eu esperaria ver referida a primeira síntese sobre a produção de vinho na Hispânia durante a época romana, que se ficou a dever a Robert Étienne e a Françoise Mayet: *Le Vin Hispanique*, Paris, De Boccard, 2000.

Completam este precioso volume os resumos e palavras-chave, por ordem alfabética dos apelidos dos autores (p. 387-397) e a versão castelhana dos textos apresentados noutro idioma (p. 387-438).

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

jde@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557x>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_8

FRAZIER, Françoise, *Histoire et morale dans les Vies Parallèles de Plutarque*, Paris, Les Belles Lettres, 2016 (2^e édition), 505 pp. ISBN: 978-2-251-32895-9.

Recensão submetida a 30/11/2017 e aprovada a 19/10/2018

Aqueles que acompanham, sobretudo nas últimas duas décadas, as publicações sobre a obra de Plutarco reconhecem, facilmente, o extraordinário trabalho filológico que Françoise Frazier desenvolveu durante vários anos. Um dos trabalhos que melhor ilustra essa capacidade de ler e interpretar o texto plutarquiano é a obra em epígrafe, primeiro publicada em 1996 e que foi reeditada em 2016, com algumas alterações, na Collection d'Études Anciennes da conceituada editora Les Belles Lettres.

Além de uma renovada apresentação gráfica que facilita a leitura do texto e pontuais alterações de redação, bem como várias modificações nas anotações ao texto, a segunda edição apresenta outros elementos característicos que valorizam a reedição e que, por isso, merecem a nossa análise. Desde logo, realce-se a clareza de conteúdo do prefácio (pp. 7-17), em que a A. procura, por um lado, justificar os motivos desta nova edição e, por outro, refletir sobre a atualidade do tema. A publicação de vários estudos sobre as características da narrativa biográfica, a relação entre biografia e história, o programa moralizador ou psicológico, bem como a relação da narrativa com o narratário veio, de algum modo, reforçar, na perspectiva da A., a necessidade de uma leitura mais complementar e integrada da obra de Plutarco, pela relação estreita entre as biografias e os tratados morais ou mesmo por um olhar mais atento ao 'par biográfico' (em geral, pela ordem Grego-Romano) e ao efeito do paralelismo, sem se dissociarem as categorias antropológicas, políticas ou morais. Além disso, muito embora se possa encontrar um tema geral que defina um par, por exemplo a justiça é o elemento transversal e unificador do par Aristides-Catão Censor, a análise das biografias não pode omitir o relato de acontecimentos concretos e particulares, nem como em algumas situações a *arete* é determinante para o sucesso do herói e, em outras, são contingências exteriores que levam a um desfecho pouco compreensível, que, em língua grega, se exprime pelo vocábulo *tyche*. Para a A., a obra de Plutarco exige um olhar que articule a história e a dimensão moral, em proximidade com o texto. De facto, uma das principais características da obra em epígrafe é essa relação constante com o texto plutarquiano, numa

leitura que interliga as biografias e os tratados morais, ainda que o título pareça circunscrever o teor do livro às *Vidas Paralelas*.

Uma das novidades desta segunda edição é o apêndice final com dois textos: “*Bios et historia. L’écriture biographique dans les Vies Parallèles*” (pp. 381-404) e “*Histoire et Exemplarité. Les «Hommes de Plutarque»*” (pp. 405-421). Nestes dois textos, a A. procura demonstrar como os limites entre os géneros biográfico e historiográfico são ténues. De origem desconhecida, a biografia é um género flexível, que foi sendo modelado ao longo dos séculos, também influenciado pelo pensamento filosófico, como é o caso das escolas estoica e peripatética. Na verdade, a escrita do *bios* cruza-se com a narrativa historiográfica, até pelo facto de o *bios* ser um dos elementos fundamentais da história. Além disso, a história não menospreza a caracterização do *ethos*, mas a biografia, por o querer enfatizar, catapulta o *ethos* para o centro da narrativa, pela forma como se detém na descrição da fisionomia moral do herói, que, naturalmente, se manifesta pela ação. Assim, como a A. realça várias vezes na sua obra, o herói ou o homem de Plutarco tem essa dupla dimensão, interior e exterior, que se materializa não só em grandes ações, mas também em particularidades, muitas vezes essenciais para completar a textura da vida humana. Pelo seu tom ético-moral, a biografia de Plutarco convida o leitor a reflectir sobre o comportamento humano, tornando-se, dessa forma, um “exercice spirituel, une aventure propre où le biographe reencontre à la fois la littérature et l’humanité, où, à travers la marge d’interprétation qu’il laisse à son lecteur et même sollicite de lui, il permet au lecteur moderne d’y trouver parfois plus même qu’il n’a voulu mettre” (p. 404). Saliente-se como a A. relaciona o *bios* – não apenas no sentido de ‘vida’, mas de ‘maneira de viver’ – com a história, a filosofia, a psicologia ou a antropologia, argumentando, com pormenor, a ideia de plasticidade do género biográfico. Por isso, defende-se que os heróis não se encaixam em meras tipologias, mas que são ‘naturezas’, por vezes ‘grandes naturezas’, com qualidades e defeitos, sujeitos aos efeitos da *tyche*. Desta forma, a escrita biográfica de Plutarco, pela variedade de formas e temas, é polifónica, procurando transmitir um ideal de civilização, percorrendo e combinando vozes ou áreas diferentes, da filosofia ao teatro, ou, em várias situações, aproximando a literatura da psicologia.

Há, ainda, outras alterações que merecem ser referidas: os vocábulos gregos surgem no original e não transliterados; em geral, o texto grego é colocado em nota de rodapé, mantendo-se a tradução no corpo do texto;

juntou-se um suplemento bibliográfico (pp. 439-446), com trabalhos publicados entre 1993 e 2013, verificando-se, nas anotações ao texto, o esforço da A. em atualizar a sua reflexão com a remissão para estudos mais recentes; tal como na primeira edição, o livro disponibiliza um *Index Locorum*, mas acrescentou-se um útil *Index Nominum*, subdividido em a) personagens e b) lugares e povos.

A obra de F. Frazier continua, parece-nos, muito atual, por vezes de leitura exigente, mesmo para o leitor que conhece bem a obra de Plutarco, mas muito estimulante por causa das interligações de significado que gera entre heróis, entre valores morais ou entre textos. Para isso, muito contribui a disposição das matérias, havendo no final de cada capítulo uma conclusão e no final de cada uma das três partes uma conclusão geral. A forma aprofundada como se discute a questão do género literário é, ainda hoje, matéria de debate, dependendo da maior ou menor valorização histórica da narrativa plutarquiana. Além disso, é digna de nota a relação que a A. estabelece entre os princípios morais do herói e a sua vocação cívica. Essa é outra dimensão, a cívica ou política, que merece análise alongada nesta obra e que demonstra como Plutarco era um *pepaideumenos* atento às circunstâncias do seu tempo, marcado pela aproximação, nem sempre pacífica, entre Romanos e Gregos. Nos três últimos capítulos, define-se o quadro das principais virtudes do herói nas biografias, realçando-se a coragem, o sentido de justiça, a temperança, a inteligência, bem como a sua civilidade ou humanidade, na relação com os outros cidadãos ou no exercício de funções de liderança política ou militar. Tal como Plutarco, Françoise Frazier não isola, na análise, o herói do seu contexto socio-político, antes reforça essa condição de homem da *polis* ou do Império. Por este conjunto de razões, merece esta obra continuar a ser lida com atenção, não só por aquilo que nos transmite, mas também pelas linhas de reflexão que suscita. De facto, Plutarco não foi apenas um biógrafo, *stricto sensu*, foi muito mais que isso, como Françoise Frazier tão bem soube compreender e nos transmitir.

JOAQUIM PINHEIRO

Universidade da Madeira

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

pinus@uma.pt

orcid.org/0000-0002-5425-9865

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_9

HULT, Karin, *Theodore Metochites on Ancient Authors and Philosophy* - Semeioseis gnomikai 27-60, A Critical Edition with Introduction, Translation, Notes, and Indexes. 306 pp., Acta Universitatis Gothoburgensis, 2016, ISBN: 978-91-7346-889-3

Recensão submetida a 05/06/2018 e aprovada a 05/07/2018

Não é de lamentar a toda a linha que o primeiro volume da edição crítica das *Semeioseis Gnomikai* de Teodoro Metoquita por Karin Hult (HULT, Karin, *Theodore Metochites on Ancient Authors and Philosophy* - Semeioseis gnomikai 1-26 & 71, A Critical Edition with Introduction, Translation, Notes, and Indexes. With a Contribution by Börje Bydén, 359 pp., Acta Universitatis Gothoburgensis, 2002, ISBN: 91-7346-434-1) não tenha sido alvo de uma recensão crítica nesta revista aquando da sua publicação em 2002. Com a publicação do segundo volume em 2016, de um total de quatro previstos, temos a possibilidade de abordar o texto e o projecto de edição com uma visão mais de conjunto do que aquela a que teríamos tido, caso lhe tivéssemos tentado avaliar as primícias.

O projecto é simples. Inserida no contexto do *Metochites Project*, uma parceria entre o Departamento de Estudos Gregos, Filosofia, e História da Universidade do Chipre e o Departamento de Estudos Clássicos da Universidade de Göteborg, Karin Hult empreende a publicação da obra tardia de Teodoro Metoquites (1270-1332), as ditas *Semeioseis Gnomikai*, ou seja *Notas Sentenciais*, uma obra também conhecida pelo nome latino de *Miscellania Philosophica*. O autor é prolixo, tendo composto vários poemas, obras astronómicas (“*Stoicheiosis astronomike*”), comentários e paráfrases de Aristóteles, discursos, e várias outras obras que se inserem sem grande controvérsia na linha intelectual da chamada “Renascença Paleóloga”. Este período, que corresponde à última grande época histórica do Império Romano, inaugura-se tradicionalmente com recuperação da cidade de Bizâncio das mãos do dito Império Latino estabelecido pelos Crusados aquando da Quarta Crusade de 1204. O Império Romano que sobreviverá até à queda da cidade em 1453 é, em larga medida, uma entidade politicamente impotente, mas o florescimento intelectual que presencia é palco para inovações e confrontos com a tradição literária e filosófica da Antiguidade duma maneira inédita na história das letras greco-latinas.

As *Semeioseis Gnomikai* são um exemplo palmar desse movimento, de forma que é grata a publicação desta edição, quase 200 anos após a anterior edição de Müller e Kiesling de 1821. A estrutura da edição é simples. O primeiro volume, *Theodore Metochites On Ancient Authors and Philosophy*, que contém as *Semeioseis gnomikai* 1-26 e 71, contém uma introdução que versa essencialmente sobre questões de codicologia, focando-se em especial nas alterações e decisões tomadas *contra* a edição de 1821. Este labor *pro causa sui* justifica o empreendimento, e não apenas pelo interstício entre as duas edições: para além das abundantes e significativas correcções desde a edição de Müller e Kiesling, a autora Karin Hult valeu-se não só de manuscritos mais precisos como ainda de uma série de soluções e leituras não atestadas para *crucis* cuja resolução houvera sido abandonada aquando da edição anterior. A esta evolução quantitativa, que é a eterna, embora sempre árdua, tarefa duma editora crítica, junta-se ainda uma perspectiva para com o ponto de vista intelectual bizantino mais benévolo e respeitoso do que aquele com que a época costumava ser brindada; a propósito da normalização dos acentos, Hult justifica a sua escolha - de normalizar, ao invés de produzir um texto paleográfico - dizendo que “Não acredito que tenhamos o direito de assumir que a pontuação que encontramos nos manuscritos fosse menos significativa ou importante para os Bizantinos do que os acentos.” (vol.1 p. xlii) Hult decide normalizar a pontuação por motivos de facilidade de leitura, *ergo* normaliza os acentos. Essa escolha aparece ademais fortalecida pelo facto de que, “visto o *aparato* não ser massudo, [a autora] ter incluído nele alguns desvios em acentos e espíritos.” (vol.1 p.xli)

O primeiro volume inclui ainda uma “contribuição” por Börje Bydén. Este texto é uma tentativa de interpretação das *Semeioseis* como um todo, não se focando nas 27 editadas e traduzidas no primeiro volume. Representa um capítulo da sua tese de Doutoramento, e, na medida em que não trata de questões de crítica textual, é a única passagem devotada a interpretação ou análise literária presente nos dois volumes. Fiel ao título “The Nature and Purpose of the *Semeioseis gnomikai*: The Antithesis of Philosophy and Rhetoric”, Bydén tenta responder ao enigma da função do texto de Teodoro Metoquita, reconhecendo que a tentativa de lhe responder não será capaz de evitar alguns problemas exegeticos de algum monte. O primeiro e fundamental destes diz respeito à articulação da obra no contexto da restante literatura grega, não só bizantina contemporânea do Metoquita, mas também da história das

letras gregas desde a Antiguidade. O formato incerto da obra - pequenos ensaios aparentemente avulsos de crítica literária, problemas filosóficos, opiniões morais, e problemas históricos - não tem grande paralelo na literatura clássica. O único modelo possível, Plutarco, oferece não obstante muita resistência a ser utilizado como referência. Ao analisar o posicionamento retórico e filosófico de Metoquita, Bydén descobre nele uma personalidade surpreendentemente autónoma em termos formais e estilísticos (contrapondo essa autonomia à dependência manifesta que ele revela nas opiniões que professa). A intrigante posição de Metoquita, hostil como é à ideia de imitação estilística como ideal literário - o que lhe rende ser paragonado por Bydén a Harold Bloom -, define-o como alguém cujo modelo de exploração pessoal, proto-ensaístico, se inclina para os *Essais* de Montaigne, duzentos anos mais tarde, mais do que para o modelo de tratados temáticos aperfeiçoado por Plutarco.

O segundo volume leva o título *On the Human Condition and the Decline of Rome*, derivado duma generalização feita a partir dos temas das *Semeioseis* 27-60. Não obstante o nome, o “Declínio de Roma” ocupa apenas quatro dos 33 textos sobre o tema (uma preocupação com temas históricos regressará nas *Semeioseis* 92-115, ainda por editar). A autora reencaminha os leitores ao volume anterior e abstém-se de repetir quaisquer notas introdutórias, de forma que, exceptuando o texto e respectiva tradução, este volume incluiu apenas notas de crítica textual e índices expansivos e abundantes quer que passagens quer de palavras gregas.

O Projecto Metoquites, uma parceria entre o Departamento de Estudos Gregos, Filosofia, e História da Universidade do Chipre e o Departamento de Estudos Clássicos da Universidade de Göteborg, está, juntamente com a editora Karin Hult, largamente de parabéns. Teodoro Metoquita é uma figura maior do panorama intelectual dos últimos séculos do império romano em Bizâncio. Os contributos deste período intelectual tardaram a ser reconhecidos, mas anos passados têm levado a que a situação se invertesse. A publicação já neste ano de 2018 da *Cambridge Intellectual History of Byzantium* editada por Anthony Kaldellis e Niketas Siniossoglou vem dar sanção institucional ao crescente *consensus doctorum* de que a vida intelectual do Império Romano a Oriente não é um pormenor lateral da história intelectual da bacia do Mediterrâneo. Contudo, para que nos tornemos conscientes da estatura dos escritos bizantinos é essencial que esses mesmos escritos estejam acessíveis - ou seja, pelo menos editados mas se possível traduzidos. Estes volumes inserem-se nessa linha, pecando apenas

pelo espaço que separou o primeiro do segundo. Aguardamos com interesse a publicação dos dois restantes, não só pelos seus méritos individuais mas também para finalmente termos a visão holística duma das obras chave do pensamento dum dos grandes intelectuais romanos do segundo milénio.

MIGUEL MONTEIRO

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
miguelsena@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8043-5781>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_10

LÓPEZ QUERO, S., Maestre Maestre, J. M. (eds.), *Studia Angelo Urbano dicata*, Alcañiz, Madrid, Instituto de Estudios Humanísticos, Federación Andaluza de Estudios Clásicos, 2015, LXIV e 738 pp. ISBN: 978-84-96053-80-9

Recensão submetida a 16/02/2018 e aprovada a 27/04/2018

O grosso volume de estudos que nos chegou às mãos, cuja composição do comité científico e contributos se revelam plenos de especialistas ibéricos, encerra uma multiplicidade de trabalhos e áreas, que se estende de assuntos das filologias grega e latina antigas à simbologia e à crítica literária, cuidando de não olvidar a tradição clássica em toda a sua proteica dimensão.

Cingimo-nos, de entre os quarenta artigos aqui contidos, à consideração de um estrito florilégio daqueles cujas áreas de maior pendor filológico correspondem às temáticas mais estritamente cultivadas pelo homenageado, o Prof. Ángel Urbán Fernández. Com efeito, as contribuições contidas no actual livro, onde perpassa um leque de saberes tão diverso (muito embora o destaque deva aí recair no cristianismo bíblico dos períodos apostólico e patrístico, como se pode deduzir pelos inúmeros trabalhos críticos produzidos pelo Prof. Ángel para as revistas *Estudios Bíblicos* e *Collectanea Christiana Orientalia*, presentes na bibliografia do mesmo), extravasam naturalmente a esfera de interesses cultivada por este académico da Universidade de Córdoba.

De marcado teor filológico, começam assim por revelar-se os trabalhos de Carlos del Valle Rodríguez e de A. do Espírito Santo, apresentados nessa sequência por razões de ordenação alfabética (que é a que segue o livro). Cada um deles na sua área – o hebraico e o latim medieval –, trata-se, no primeiro caso, de uma edição acompanhada de introdução crítica e de

um amplo aparato de erudição, de um tratado sobre os géneros da *Bíblia*, um espécime devido a Saadia Ibn Danan, rabino granadino do séc. XV, único no seu género. Não deixa, aqui, de chamar a atenção o facto de os géneros tanto poderem achar-se determinados pela significação do texto bíblico, como pelo carácter do mesmo: repreensão, profecia, cântico, etc. (p. 150); assim como a ideia, sustida já pelos sábios judeus dos séculos anteriores (entres eles Maimónides, no seu *Guia dos perplexos*), de que toda a sabedoria científica (contida, *e. g.*, na lógica, na matemática), seria obra dos Israelitas, havendo-se ela contudo perdido no devir dos séculos, em proveito dos povos estrangeiros, incluindo dos Gregos (p. 159, n. 51).

Já o trabalho do Prof. Arnaldo do Espírito Santo contém uma fina análise comparatista da tradução das *Sentenças dos Padres egípcios* por S. Martinho de Braga, por confrontação com os influxos exercidos por João Cassiano em domínios tão díspares como o doutrinal e o estilístico (p. 166). Para efeitos de clarificar as opções ali acolhidas, o autor lança mão de categorias que vão da narratologia ao contexto da civilização que terá presidido às práticas usuais associadas à vida no *scriptorium* monástico mais familiar e contemporâneo do tradutor, em ordem a explicar com mais propriedade o texto latino final adoptado por Martinho, tão distante, no tempo e no espaço, da obra sobre os padres do deserto produzida no Oriente grego (ainda que crendo-se ser aquele oriundo justamente da antiga *Pars Orientis* imperial europeia, mais em concreto, da Panónia, no séc. VI).

Ainda na senda dos estudos aqui apresentados sobre a simbologia, oferecem-nos Francisco José Talavera e Beatriz Antón informações sobre como elementos animais e da natureza, como o cão e o sal (ao invés, por exemplo, da andorinha), presentes nos *Hyeroglyphica* (uma enciclopédia renascentista de Pierio Valeriano sobre o tema, de fortes influxos egípcios, clássicos e, em menor medida, bíblicos), se impõem como representantes da fidelidade em matéria de amizade (*amicitia firma*, p. 674).

Da epigrafia grega da época imperial romana (já que, em conformidade, a maioria dos escravos instruídos dos sécs. I-III eram de origem helénica), versa a contribuição de Raúl González Salinero sobre o famoso grafito de Alexâmeno, exibido no *Paedagogium* romano do Monte Palatino. Mediante a sua análise, chega-se à conclusão de que não resulta defensável afastar a hipótese de tratar-se este de um caso de chiste provocatório à fé professada por um cristão sob a dinastia Domiciana, situação que ia comumente de mão dada com um elenco de preconceitos de explicação discutível, alguns de matriz anti-judaica, mais tarde assimilados ao cristianismo nascente (como

a crença pagã no culto cristão aos asnos, p. 327, plasmado no desenho do grafito; ou aos genitais dos sacerdotes, etc.).

No domínio da métrica da poesia imperial do período flávio (como a dos epigramas de Marcial), Maria Cristina Pimentel demonstra com detalhe como os artifícios das cesuras rítmicas e o tipo de versos usados nessa literatura serviam para enfatizar as qualidades do imperador (neste caso, Domiciano), os seus feitos, munificência e celebrações públicas, sempre com vista à sua exaltação, ou em proveito do povo de Roma. A forma como até os animais das arenas romanas reconhecem, reclinando a cerviz, a *maiestas* personificada pela figura do imperador, revela de sobeja a ênfase depositada nesses intuitos encomiásticos e de autêntica propaganda do Estado imperial (e. g., p. 566).

Por sua vez, María Dolores Rincón González traz-nos à mente como o prestígio da antiga Universidade de Baeza, sita próximo de Jaén, depois extinta em 1824, encontrou, no quadro do Renascimento espanhol, um considerável esplendor, fomentado por eruditos e humanistas, como Juan de Ávila (o patrono científico da instituição), Juan Francisco Villava e Alonso de Bonilla, que cultivavam e incentivavam o recurso pioneiro do uso de elementos de erudição, como as retóricas sacra e profana (*contio* e *oratio*, p. 575), os apólogos e até a emblemática.

De teor necessariamente próximo, figura aqui o trabalho de Julián Solana Pujalte, acerca dos rastros reconhecíveis das bibliotecas privadas na biblioteca do antigo Colégio da Asunción de Córdoba. Tarefa à partida árdua, quase sempre de recursos nulos na metodologia do apurar dessa genealogia da primeira pertença dos espécimes bibliográficos incorporados em instituições de ensino dos sécs. XVI e XVII, resulta ela, por fim, compensadora, à hora de concluir que, mesmo entre o clero regular, havia procura e interesse pela erudição (tal como o prova a colecção de Antonio Delgado Colorado, um simples cura paroquial de Écija, que, no entanto, se interessava por assuntos tão distantes das temáticas mais estritamente eclesiais, como sejam: geografia política, medicina e até magia, p. 659).

Versando, por sua vez, a transmissão textual, Eustaquio Sánchez Salor, bem conhecido entre nós pelas suas participações em eventos portugueses de Latim medieval, fala-nos do arrastado trajeto de um livro de ascendência indiana, o *Panchatantra*, que, através dos sucessivos substratos e traduções por que passou (persa, árabe, hebreu), teria, ao longo do primeiro milénio (um pouco à semelhança do que sucedeu, no segundo, com a coletânea de contos hoje conhecida por *As mil e uma noites*), servido de manual de instruções teológicas para a vida prática cristã (em detrimento de permanecer esta tão-só no plano

especulativo), segundo os preceitos da escola bíblico-moral sustentados por Pedro, o Chantre, a partir do séc. XII (pp. 614-616). Essas versões ganharam forma em línguas francas e nas primeiras vernáculos do Ocidente europeu: em latim, no *Directorium humanae vitae* de João de Cápua (de onde derivam quase todas as demais, latinas ou não), e no *Liber Kalilae et Dimna*, de Raimundo de Béziers; em espanhol, no opúsculo anónimo *Calila e Dimna*.

O que não entendemos é como, nesse processo de cristianização, se ouse pregar noções éticas por vezes manifestamente contrárias aos padrões indiscutivelmente mais defensáveis na cultura dessa matriz, como o proveito próprio, apontado como sinónimo de sabedoria e sensatez (p. 621), mediante o cabal atropelo do bem alheio por meios velados. Terá essa realidade que ver, como diz Moten Nojgaard, com a natureza eminentemente prática da moralidade oriental da fábula, que o filtro (comum já, *e. g.*, à cultura árabe por que haviam passado os apólogos), do primado da honestidade sobre a utilidade, não conseguiu por completo esbater no processo de transmissão literária (pp. 616 e 617)? A intertextualidade bíblica presente nas narrações cristãs dessa história resulta, porém, posta de manifesto com eficácia e acuidade pelo Prof. Sánchez Salor (pp. 621 ss.).

Enfim, a atual publicação deixa bem à vista de todos quantos se dediquem à sua leitura de fio a pavio, o ponto de referência a que continua chegando, nos últimos anos, o vigor e o leque de abrangência, diríamos quase exaustivo, dos Estudos clássicos em particular, mas, não em menor escala, das áreas suas familiares ou congêneres no país vizinho. Do miniaturismo monográfico próprio de abordagens sobre problemas de crítica textual e de tradução nos matizes das suas fontes estilísticas (p. 402), como os implicados na breve resenha de José-Javier Iso em torno de um poema da *Antologia Latina* que figura à cabeça de um tratado de Baltazar Gracián (pp. 399-403), ao denso elenco teológico entretecido em torno da questão do apuramento da real natureza da hipóstase, ou essência divina na idade patrística, de difícil assimilação, por mão de Carmelo Gramado (um trabalho póstumo, resgatado do computador pessoal deste erudito zeloso até ao fim dos seus dias), vai um ápice em cuja conjugação, a um tempo, de categorias de análise de diversidade e profundidade, atestam a qualidade do trabalho produzido em todos os domínios do saber aqui objecto de aturada atenção.

RUI COIMBRA GONÇALVES

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

e.ruigoncalves@sapo.pt

<https://orcid.org/0000-0003-1501-1856>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_11

PINHEIRO, Joaquim e SOARES, Carmen. (coords.), *Patrimónios alimentares de aquém e além-mar*, Coimbra, Editora Universidade de Coimbra, 2016, 729 pp., ISBN: 978-989-26-1190-7

Recensão submetida a 31/12/2017 e aprovada a 19/06/2018

A obra em questão é uma compilação de textos de autoria de vários autores de inúmeras nacionalidades e idiomas, foi editada na série DIAITA: Scripta & Realia, e publicada pela Editora Imprensa da Universidade de Coimbra em conjunto com a Editora Brasileira Annablume com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Coordenada pelos professores pesquisadores Carmen Soares e Joaquim Pinheiro, a obra tem trinta e quatro contribuições, de aproximadamente vinte páginas cada uma, distribuídas em seis capítulos ou seções, somando setecentas e vinte e nove páginas no todo, contando sumário, prefácio, índice de matérias e de nomes.

O conjunto de textos têm uma grande abrangência de temas e de tempos históricos, bem como uma gama de diferentes fontes de pesquisas, constituindo-se em importante e completo referencial teórico-metodológico quando o assunto é alimentação. Contém, desde estudos que têm como contexto a Grécia Antiga, passando pela África e América dos descobrimentos, Ásia do século XIX, até Portugal contemporâneo e o surgimento da concepção de dieta mediterrânica.

No que diz respeito à Grécia Antiga, temos dois estudos tendo como principal objeto de análise a obra de Arquêstrato, um autor grego que viveu na Sicília do século IV a.C., cuja obra conhecemos graças ao escritor e linguista grego Ateneu de Náucrates. Em, “*A Display for the whole of Greece?*” *The narrator’s relationship with his audience in Archestratus of Gela*, Paul S. Martin (p.145-171) pretende explorar o poema *Hedypatheia*, de Arquêstrato, como caminho para conhecer as relações humanas naquela sociedade e tempo. Também tendo como objeto de análise a *Hedypatheia* de Arquêstrato, Carmen Soares (p.479-498) escreveu *Cozinha simples, mesa farta. Os requintes da gastronomia mediterrânea grega antiga (Arquêstrato, séc. IV a.C.)*. A autora traz o poeta grego como alguém que traduz o sentido de gastronomia como “hoje ela é assumida” (p.481); ou seja, analisa o poeta, não como um inovador, mas sim como uma espécie de divulgador de novas concepções e práticas alimentares de uma cozinha, que apesar de reforçar o sentido da chamada “justa medida”, ou seja, refutar os excessos, não despreza a importância do requinte.

A Grécia também é o cenário para os estudos de Inmaculada Rodríguez Moreno (p.221-237), *Consideraciones generales sobre la gastronomía en Aristófanes. Aspectos léxicos*; *Díaita: estilo de vida y alteridade em la Ciropedia de Jenofonte*, de César Sierra Martín (p.339-358); *Entre a medicina e a filosofia: a apologia de comer vegetais*, de Joaquim Pinheiro (p.359-370); sobre a produção de mel na Antiguidade, uma leitura interessante é a de Isabella Bossolino (p.499-519), *Honey production in Attica, an antique excellence*.

Os estudos que envolvem a Antiguidade Clássica trazendo como contexto de reflexão a Roma Antiga são: *Il cibo come metáfora politica nelle ad familiares di Cicerone*, de Francesco Ginelli (p.173-187); *“Versa et manduca!” Alimento e sofrimento nas paixões dos mártires*, de André Simões (p.189-197). Utilizando como fontes principais a iconografia e a literatura do mundo romano, Inês de Ornellas e Castro nos brinda com seu *O corpo e a mesa: códigos de sociabilidade* (p.521-541), fomentando novas possibilidades de conhecer as relações humanas a partir de uma análise acurada sobre as maneiras à mesa do homem civilizado, considerado assim por, entre outras coisas, ter desenvoltura em degustar e partilhar uma refeição. Sobre as qualidades nutricionais da amamentação, Cristina Pinheiro em seu *“Dulcissimum (...) mollissimumque et (...) utilisimum (Plin. Nat. 28.72): considerações sobre o leite materno e a amamentação nos textos antigos sobre medicina* (p.371-383) utiliza autores gregos e romanos como Plínio, Aristóteles, Sorano, entre outros, para uma reflexão a respeito do leite materno e suas propriedades medicinais. Mas seus estudos não se resumem ao leite como alimento tão somente, pois aproveita para entender também o papel de quem amamenta, revelando que aversões e dúvidas, em torno das recomendações sobre a mãe biológica amamentar, não se dão somente mais tarde na história, mas vêm sendo objeto de reflexão desde o mundo antigo.

Vemos que a história da alimentação dialoga constantemente com a história do abastecimento. Não é à toa que muitas pesquisas têm sido feitas nesse sentido, como é o caso de *Ex mensa exitium: morte nos alimentos ou na privação deles*, de Maria Cristina de Sousa Pimentel (p.543-555). A partir da obra de Tácito, senador e historiador romano que viveu no século I d.C., a autora aborda os temores sobre a escassez de alimentos que soçobravam sobre Roma, tanto no que diz respeito ao cotidiano das cidades e dos campos em tempos de paz, quanto aos problemas em alimentar as legiões em tempos de guerra. No entanto, Maria Cristina Pimentel não resume suas pesquisas ao caráter tão somente material do acesso aos alimentos, mas sobretudo quer entender as sensibilidades e os significados de poder que envolviam

as situações de partilha das comidas. Paulo Sérgio Margarido Ferreira, em *Alimentação, Filosofia e Arte em Sêneca* (p.557-570), considera que este julgava imoral uma dieta baseada no excesso, exaltando mais uma vez o bom senso quando o assunto é comer e beber.

Partindo da Grécia e Roma para outros tempos e espaços, o livro ainda traz outros estudos cujas fontes literárias se destacam. O de Ana Teresa Peixinho, *Estética Alimentar Queirosiana: notas gastronómicas na obra de Eça de Queirós* (p.199-218), busca fugir da difícil tarefa do que a autora chama de “tema demasiado recorrente” (p.202), pois tantos já se aventuraram a ver em Eça muitas oportunidades para discorrer sobre comida burguesa. E em grande medida mostra que sempre é possível revisitar textos, buscando neles novas abordagens.

Quando o assunto é etiqueta e requinte no período contemporâneo, encontramos dois textos, um é o de Isabel Drumond Braga, *Culinária e etiqueta em Portugal dos anos 30: as propostas de Estela Brandão* (p.591-610) e o outro é o de Gonçalo Vasconcelos e Sousa, *Requintar as Refeições na primeira metade do século XIX: as louças do tenente-general Luís Inácio Xavier Palmeirim* (p.699-716). Tempos e fontes diversas nos apresentam a possibilidade de perceber que, tal como orienta Norbert Elias¹ em seu *Processo Civilizador*, a sociedade em cada época constrói instrumentos de condicionamento aos indivíduos a modelos que refletem suas próprias ideias. Pois bem, ambos os autores, ao analisarem a sociedade portuguesa, reconheceram nela a busca de símbolos de diferenciação social diante da mesa.

O leque de opções de pesquisa se amplia, quando encontramos os textos que tratam do patrimônio imaterial². Os textos de António Silva, *Uma tradição intemporal convertida em ideal alimentar ou o inverso? Acerca da “descoberta científica” da dieta mediterrânica* (p.23-45); de Eliane Morelli Abrahão (p.47-62), *A escrita culinária: permanências e transformações. Campinas (1863-1940)*; *O kochkäse e suas controvérsias como produtor de identidade, saúde e renda entre agricultores familiares do Vale do Itajaí (SC)* de Marilda Checcucci Gonçalves da Silva (p.63-89); *Le pain bouilli (po buli) des mongagnards alpins. Techniques et traditions à Villar-d’Arêne/*

¹ Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

² Recentemente o Brasil, em sua Constituição Federal de 1988, reconheceu a existência do patrimônio imaterial e ratificou em 2006 a definição trazida pela UNESCO nesse sentido. Em Portugal a salvaguarda e a proteção dos bens culturais imateriais se faz por meio do Departamento dos Bens Culturais e, no âmbito deste, através da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial.

France (p.91-115) de Christine Escallier; e, de Carolina Gheller Miguens, *Valorização de produtos gastronômicos no Brasil e em Portugal a partir dos estudos de caso: doces de Pelotas e Pastel de Tentúgal* (p.117-142) – todos estes textos tornam-se importantes referenciais teórico-metodológicos para pesquisas na área, contribuindo inclusive para fomentar estudos no âmbito dos Direitos Humanos e da defesa da salvaguarda das identidades regionais.

Da mesma forma que outros tipos de patrimônio, o linguístico deve ser também salvaguardado, e quando se refere aos estudos da alimentação, pode constituir um campo bastante fértil para análise. Esse é o caso de *A cultura açucareira e a alimentação: patrimônio linguístico e cultural comum das Ilhas Atlânticas do Brasil*, de Naidea Nunes (p.239-264); de *Ao sabor da sintaxe, a que sabe a tradição? Contribuição para o estudo do patrimônio linguístico da alimentação*, de João Corrêa-Cardoso e Ana Paula Loureiro (p.265-281); de *Os nomes das receitas: um patrimônio linguístico regional, nacional ou internacional? Uma análise lexical*, de Helena Rebelo; e, por fim, o nada convencional estudo sobre as relações coloniais entre França e o Vietnam a partir da análise do vocabulário culinário em *Comment combler les obstacles linguistico-culturels dans la traduction d'un met vietnamien?*, de Minh Ha Lo-Cicero (p.313-335).

O debate sobre a alimentação se dá muitas vezes pelo viés da saúde e do bem-estar, e o que muito se discute sobre o que se pode e o quanto se pode comer, sem que se fique doente. Afinal, como Paracelso já preconizava no século XVI, “só a dose faz o veneno”³. Discute-se desde a aurora do mundo sobre as propriedades medicinais dos alimentos, bem como sobre as diferentes formas de prepará-los. Assim é que Sandra I. Ramos Maldonado traz uma contribuição bastante atual sobre o uso do sal, aquele que também está nos ditos populares como “o gosto do gosto das pedrinhas de sal”, mas que em excesso torna-se um veneno, ou será que não? Ou melhor, o quanto seria esse excesso? Para estas e outras questões, leiamos *De ‘condimento vital’ a ‘veneno’: sobre el consumo de sal idóneo em la dieta desde la Antigüedad Clásica a nuestros días* (p.411-431).

Na esteira das discussões sobre saúde, o texto *Regímenes de vida personalizados para las elites eclesiásticas castellanas a finales del siglo XVI: o caso del cardenal Rodrigo de Castro*, de Fernando Serrano Larráyoiz (p.385-410), nos deu a conhecer um regime de vida personalizado de finais

³ Paracelso, médico e alquimista suíço, teria dito a frase *dosis sola facit venenum*. Popularmente se diz “a diferença entre veneno e remédio está na dose”.

do século XVI, demonstrando que nessa época os médicos castelhanos já reconheciam que a dieta prescrita para um indivíduo certo seria a melhor maneira de lhe restabelecer a saúde. Já Ricardo Pessa de Oliveira (p.433-454), em seu *Saúde e Dieta Alimentar: Os doentes assistidos pela Misericórdia de Pombal (1850-1910)*, apresenta um estudo sobre o cotidiano alimentar de um hospital, percebendo além da dieta a eles oferecida (onde a carne de vaca e carneiro eram a de maior relevo) que muitos dos doentes que ali estavam padeciam de fortes carências alimentares. Com essa análise traz-nos então mais do que ingredientes e comidas oferecidas aos internados, mas sobretudo, oferece-nos a possibilidade de uma análise sócio-econômica de uma comunidade portuguesa de meados do século XIX ao início do XX. Ariza Maria Rocha (p.455-470), em seu *A alimentação e a Gymnastica: a saúde e o bem-estar social no discurso higienista no jornal A Província de São Paulo (1870-1930)*, oferece uma pesquisa interessante sobre um período brasileiro em que as ideias higienistas davam o tom das políticas públicas, baseadas em valores das classes dominantes. Desvinculadas dos anseios da população em geral, as elites ditavam as dietas e formas de vida que consideravam saudáveis para o povo. Ainda com intenções de investigar elementos relacionados sobretudo aos aspectos da saúde e alimentação, Bruno Sousa, em *A alimentação da população adulta da Região Autónoma da Madeira* (p.471-76), apresenta brevemente seus estudos iniciais sobre a situação alimentar dessa região ainda no final da década de 1990.

Ainda sobre as relações interculturais que a alimentação proporciona e tem proporcionado ao longo da história, Ana Maria Ramalho Proserpio, em *O vinho nas descobertas: vinhos d'aquém e além-mar* (p.627-653), apresenta um estudo curioso sobre a importância dessa bebida nas viagens dos descobrimentos, tanto no que diz respeito ao seu consumo nas embarcações, quanto as tentativas de seu cultivo nas terras colonizadas. Sobre as permanências que Roma, e mais tarde o Islã, deixaram em Portugal é que Telmo Corujo dos Reis, em seu *Dinâmica civilizacional e diversidade gastronómica - algumas aportações do livro II das Enarrationes de Amato Lusitano* (p. 613-624), desenvolve sua pesquisa e afirma que muito do que se tem nas mesas do mundo contemporâneo veio por meio das viagens dos Descobrimentos. Em outras palavras, o período de dominação romana em Portugal deixou uma série de elementos culturais, assim como o período de dominação islâmica. E a política expansionista portuguesa a partir do século XV levou aos muitos cantos do mundo esses e outros traços culturais. Maria Ángelez Pérez Samper, em seu *Historia de la alimentación:*

relaciones entre España y Portugal en la edad moderna, a través de los recetarios, apresenta um estudo sobre as mútuas influências entre os países ibéricos quando o tema é comida. E por fim, Luísa Fernanda Guerreiro Martins, utilizando dois diários de viagem, um do século XVIII e um do século XIX, apresenta em seu *O alimento e a sobrevivência em viagens de exploração territorial africana* (p.677-698), a possibilidade de estudos na relação entre alimento e alteridade, quando examina nas fontes resultados de viagens exploratórias científicas, reveladoras do “olhar europeu” diante do “outro”, e, como nisso, se imbrica a necessidade da sobrevivência em situações de fome e de sede no continente Africano.

Diante de todas essas evidências, só nos resta recomendar a leitura dessa extensa obra que oferece, aos mais diversos campos das investigações no campo da alimentação, além de uma vasta gama de objetos, formas, métodos e fontes, também uma grande fonte de inspiração.

MARIA CECILIA BARRETO AMORIM PILLA

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

ceciliapilla@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-6526-8249>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_12

PINTO, A. Guimarães, *Adenda ao livro De Missione Legatorum Iaponensium, de Duarte Sande: as Oraciones de Gaspar Gonçalves e de Martinho Hara*, Aveiro, Universidade de Aveiro, Revista Ágora, Suplemento nº 5, 2016, 129 pp. ISBN: 978-972-789-493-2

Recensão submetida a 25/06/2018 e aprovada a 20/11/2018

No Prefácio a esta obra de Guimarães Pinto, assinado por António Manuel Lopes Andrade e João Manuel Nunes Torráo (Professores da área de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Aveiro), vem claramente sublinhada a importância inestimável desta *Adenda ao livro De Missione Legatorum Iaponensium, de Duarte Sande*.

Todavia, que o termo “Adenda”, na sua singeleza, não seja enganador nem sugira uma obra de menor valia, porquanto são aqui apresentados textos inéditos (no original latino e em tradução) cujo conhecimento contribui para iluminar certas vertentes da grande obra que constitui o *De Missione Legatorum Iaponensium*, da autoria do jesuíta Duarte Sande e que relata o périplo de quatro

jovens fidalgos japoneses que saíram de Nagasaki a 20 de Fevereiro de 1582 e desembarcaram na mesma cidade a 21 de Julho de 1590, depois de terem feito escala em diversos portos europeus, nomeadamente em Portugal, Espanha e Itália. Tratando-se da primeira missão nipónica à Europa – missão essa de obediência ao papa –, a viagem despertou um grande interesse e deu origem a múltiplos textos, de que se destacam os referidos no título da obra em recensão.

Ao dedicar-se a este seu estudo, com o rigor e a extraordinária capacidade de trabalho a que já nos habituou, o A. da *Adenda* teve como desígnio prestar uma devida e pública homenagem ao Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho, Professor Catedrático de Coimbra, que não só desbravou o caminho para o campo dos Estudos Humanísticos em Portugal, ao iniciar neste domínio inúmeros discípulos (entre os quais se inclui a autora desta recensão), como foi quem pela primeira vez deu a conhecer e traduziu o referido *De Missione Legatorum Iaponensium* (com o título de *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana*. Prefácio, tradução do latim e comentário de A.C. Ramalho), numa edição de Macau de 1997; uma segunda edição surgiu em Coimbra, em 2009, pela iniciativa de Sebastião Tavares de Pinho, na qualidade de Presidente da APENEL, Associação Portuguesa de Estudos Neolatinos.

O autor é um investigador incansável – basta ver a lista das obras que tem editado e traduzido e como se comprova por este livro que aqui é objecto de recensão.

Neste sentido, alguns aspectos deste valioso opúsculo merecem ser sublinhados:

1. Os textos, apresentados no original latino e em tradução – o texto latino na página par, a tradução na página ímpar –, têm poucas notas; o que é necessário saber é dado na Introdução, que identifica as fontes donde procedem esses textos. Quanto à informação relativa ao *De Missione Legatorum Iaponensium*, e talvez por se tratar de uma *Adenda*, o A. adverte, na p. 25, que parte do pressuposto de que o leitor tem conhecimento do conteúdo da obra e da famosa embaixada. Mas nem todos terão esse conhecimento e uma breve apresentação seria bem-vinda.
2. Na sua maioria, os textos são datados de 1585 a 1598, muitos deles manuscritos, e procedem de vários arquivos, nomeadamente do Arquivo Geral de Simancas, da Academia de História de Madrid, do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, ou da Biblioteca Geral da

Universidade de Coimbra, donde procede um “raro” opúsculo, e outros ainda, que Guimarães Pinto compulsou tendo em mente esta *Adenda*.

3. Os textos seleccionados são mais do que os referidos no título, incluindo outras cartas ou extractos de “relações” ou de actas atinentes à referida embaixada; refira-se, a título de exemplo, o texto nº 19, “Extracto de uma carta enviada de Roma no 1º dia de Abril do ano de 1585”, que descreve em pormenor os passos dos jovens embaixadores quando chegaram aos Estados Papais, o caminho percorrido, o entusiasmo com que os nobres, o clero e o povo os receberam e a entrada no Vaticano; depois, no dia seguinte, a passagem por ruas e monumentos de grande antiguidade, animada por grande colorido e música. Veja-se, a título de exemplo, o seguinte extracto (p. 71), em tradução:

“Os embaixadores trajavam roupas de cores variegadas, bordadas, cingindo à esquerda um sabre e à dextra uma adaga árabe, e a restante vestimenta ao modo japonês, indubitavelmente nobre, mas muito semelhante ao dos bárbaros. Todo o cortejo avançou desde a Porta Flaminia até ao Mausoléu de Augusto, e daqui até à Porca de Mármore e ao Arco de Santo Apolinário, donde, em linha reta, se dirigiu para a Ponte Élia e o Castelo. Ao passarem diante deste, tudo à volta estremeceu com as salvas de canhão, à semelhança das nuvens e do ar com a trovoadas. Ao chegarem à praça do Vaticano, a Guarda Italiana e a Guarda Suíça receberam-nos outra vez com salvas de artilharia, trombetas e tambores. Chegaram finalmente ao Salão Régio, onde, com o mais solene aparato, se procedeu exactamente da mesma maneira que é da praxe proceder-se com os embaixadores dos reis.”

Esta citação, relativamente longa, pretendeu dar nota do interesse informativo e histórico-documental que muitos dos textos aqui reunidos evidenciam.

4. As traduções do A. da *Adenda* pautam-se por um estilo bastante elegante e ajustado, no léxico e na sintaxe, ao português de quinhentos, o que, muitas vezes, nos faz esquecer que estamos a ler traduções.
5. Apenas uma carta, dirigida ao papa Xisto V, não é tradução de Guimarães Pinto, conforme o próprio adverte, sendo apresentada na tradução portuguesa de um anónimo (pp. 118-123).

Tudo foi acautelado neste volume. Até a sua organização. Como se afirmou na alínea 1, supra, as informações sobre cada um dos textos foram

dadas na Introdução. Em todo o caso, talvez tivesse sido melhor fazer preceder cada texto das informações necessárias, auxiliando dessa forma a leitura de textos tão importantes para o conhecimento dessa famosa embaixada e da acção da Companhia de Jesus no Oriente. Por outro lado, as inúmeras e valiosas referências bibliográficas surgem esparsas. Reuni-las no final da Introdução ou do livro teria sido uma opção igualmente possível e talvez preferível.

À parte estas duas observações, que em nada diminuem o valor da obra, estamos na presença de um volume que faz jus ao labor incansável e notável de António Guimarães Pinto como investigador e tradutor, como foi devidamente sublinhado pelos Professores António Andrade e João Torrão, no Prefácio.

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

virginia.soarespereira@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-6031-0527>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_13

RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes; SOARES, Carmen (orgs.), *Odisseia de sabores da lusofonia*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/PUCPress Editora Champagnat, 2015, 304 pp. ISBN: 978-989-26-1085-6.

Recensão submetida a 27/11/2017 e aprovada a 19/06/2018

A comida tem se prestado ao longo dos tempos ao papel de atributo de identidade, conferindo a determinados grupos e sociedades, ao mesmo tempo, um senso de pertencimento e uma ferramenta demarcatória. Para além da sua função biológica, o ato de alimentar-se integra, por um lado, um conjunto de práticas e hábitos com frequência reunidos sob a concepção de tradição, património cultural, emblema que outorga um *status* de autenticidade, confirmando seu carácter originário, de herança que define e unifica uma determinada coletividade. Mas, se por um lado estabelece e, portanto, recorta e separa, a comida é constantemente referida como instrumento de aproximação entre os grupos, assumindo o papel de veículo por excelência de interação e troca, meio de comunicação e entrecruzamento entre tradições diversas. Seja pela contínua apropriação de ingredientes, pela interconexão de processos e significados que redefinem incessantemente hábitos e padrões alimentares, ou ainda pelo sentido de mutualidade inscrito

no conceito de comensalidade, a comida pressupõe, mais que a existência do outro, a relação e o intercâmbio com o diverso.

É a partir dessa perspectiva socializadora dos hábitos e práticas alimentares que se compreende a analogia entre comida e linguagem proposta por Claude Lévi-Strauss em *O cru e o cozido* (Brasiliense, 1991). Recorrendo à mesma lógica que fundamenta sua hipótese sobre a linguagem como condição de cultura, também o cozinhar – expresso pelo recurso à mediação do fogo para a transformação dos alimentos – se torna indicador de distinção entre o estado de natureza e o estado de cultura. Valores, ações e atitudes associados aos alimentos, ao seu preparo e ao seu consumo, se estruturam em um conjunto de códigos que, ao mesmo tempo, incorporam e comunicam a cultura de diferentes grupos sociais. Então a alimentação, tomada em uma perspectiva ampla, se torna um sistema que organiza e exprime, como a linguagem, formas de ser, de estar e de pensar o mundo. Na esteira de tais proposições conforma-se a sugestão de que, mais que a palavra – inscrita no interior do complexo sistema da linguagem – a comida se preste melhor a mediar “os cruzamentos e contaminações” no processo de comunicação entre culturas, “uma vez que comer a comida dos outros é mais fácil... que decodificar sua língua” (M. Montanari, *A comida como cultura*, Senac, 2008, 183-184).

Esse argumento é uma das premissas partilhadas pelos autores d’ aquém e d’ além mar que participam da coletânea *Odisséia de sabores da lusofonia*, publicada em 2015 em uma parceria entre a Imprensa da Universidade de Coimbra e a PUCP Press Editora Champagnat (Paraná/ Brasil). Organizado por Carmen Soares e Cilene Silva Gomes Ribeiro – também autoras de textos que integram o volume – o livro explora o legado da interação luso-brasileira no âmbito das práticas e experiências relacionadas à comida e à cultura alimentar. Os textos que compõem a coletânea foram originalmente apresentados durante o 2º Colóquio Luso-brasileiro DIAITA, ocorrido em 2014 em Curitiba (Br.). O evento, que já se encontra em sua 4ª edição, é realização do projeto transnacional Diaita, congregando investigadores e instituições de diferentes regiões do “espaço lusófono” em torno de questões relativas ao alimento e ao ato de alimentar-se fundadas em uma perspectiva multidisciplinar e comparativa.

O título escolhido para a coletânea e explorado na apresentação pelas organizadoras revela a original e frutífera associação entre as experiências e intercâmbios culinários estabelecidos entre portugueses e brasileiros – desde a expansão marítima e colonização da época moderna até à atualidade – e a palavra odisseia – nomeia a longa e extraordinária viagem de Odisseu

(Ulisses) descrita no poema épico de mesmo nome atribuído a Homero. Em sua apresentação as organizadoras apontam que o termo exprime de maneira pertinente os princípios sobre os quais se constituiu a tradição alimentar partilhada por portugueses e brasileiros. A experiência portuguesa de navegar rumo ao desconhecido, o intercâmbio e fusão de produtos e práticas estabelecidas com os habitantes das terras do Brasil, os sentimentos de saudade e esperança oriundos dessa transumância são comparados ao destino de Ulisses, que “encetou uma longa viagem por paragens várias do Mediterrâneo, carregando na bagagem uma série de memórias identitárias (dentre elas, também os hábitos alimentares), e se deixou conduzir por um vasto conjunto de expectativas em relação aos Novos Mundos a que aportou e onde sociabilizou, sem nunca deixar de ser assolado por um sentimento de nostalgia em relação à pátria e ao “modo de vida” (grego *diaita*) do seu povo...” (Soares e Ribeiro, 2015, p. 15).

Essa travessia dos sabores é realizada em uma dupla dimensão: do tempo e do espaço. A primeira paragem da viagem é o passado português, evidenciado nas raízes greco-latinas e medievais que integram o patrimônio luso, exploradas nos textos de Paula Barata e Adriana Mocalim S. Lima. O primeiro aborda as conexões metafóricas entre a simbologia alimentar associada a processos biológicos e fisiológicos com as narrativas míticas da cultura europeia e ocidental, oriundas da cultura grega e da cultura judaico-cristã. O segundo focaliza a alimentação régia e nobiliárquica portuguesa através de documentos da chancelaria do rei Diniz, durante a Baixa Idade-Média. Examinando a referência aos produtos enumerados nas cartas forais do período, utilizados no pagamento de tributos, a autora traça hábitos e preferências alimentares da nascente sociedade portuguesa.

A segunda parte da obra compõe-se de nove textos que transitam por diferentes temas e períodos, podendo por isso serem agrupados de formas distintas, conforme o referencial escolhido. O primeiro, de autoria de João Pedro Gomes, analisa os relatos de cronistas e navegantes envolvidos na empresa marítima portuguesa entre os séculos XV e XVI, com especial ênfase para a costa oeste africana, na região compreendida entre as Ilhas de Cabo Verde e a foz dos Rios Gâmbia e Senegal. Além de descrever práticas e hábitos culinários das populações locais, os relatos também são percebidos como forma de iluminar os costumes alimentares portugueses, evidenciando algumas transferências culturais e o estabelecimento de um patrimônio alimentar partilhado entre as populações das duas regiões, que ainda hoje encontra ressonância em locais como a Bahia (Br.). A mesma

temática das transposições e acomodações se encontra no texto de Carmen Soares, que propõe ao leitor uma aproximação do que teria sido o gosto dos primeiros colonos portugueses nas terras da América. Para realizar esse intento, justapõe o exame dos testemunhos de Pêro de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Sousa e Fernão Cardim – três primeiros colonos portugueses a escreverem sobre as terras brasileiras – bem como manuscritos e livros culinários e médicos, além de léxicos contemporâneos. A investigação aborda pães, doces e salgados, e propõe uma divisão entre o que era atestado como tradição portuguesa – “velhas receitas no Novo Mundo” – e o que era fruto de adaptação e integração no cenário americano – “as receitas do Novo Mundo” – conformando o chamado “gosto” luso-brasileiro. O texto seguinte, de autoria de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, se inscreve na mesma temática, ao avaliar as contribuições das terras brasileiras para a tradicional doçaria conventual portuguesa.

Os textos seguintes analisam estas interpretações culturais partindo da problematização de elementos inscritos no Novo Mundo. Wilson Maske traça um histórico do abastecimento de gêneros discutindo o trabalho escravo e a imigração na Província do Paraná, região sul do Brasil, durante o período imperial. A região do Paraná ainda é o cenário de mais três autores da coletânea: Maria Cecília B. Amorim Pilla destaca o caráter feminino inscrito nos cadernos de receitas e propõe uma associação entre os títulos das receitas e os espaços da casa; Cilene S. Gomes Ribeiro examina o simbolismo e as memórias alimentares de um grupo de portugueses emigrados na cidade de Curitiba, capital paranaense, em meados do século XX; e Maria Henriqueta S. G. Gimenès-Minasse aborda as influências portuguesas na culinária do litoral paranaense através de dois pratos considerados “emblemáticos” da cozinha da região, a cambira e o barreado.

Completam essa parte outros dois textos. Mariana Corção com *História da Alimentação Brasileira*, de autoria de Luis da Câmara Cascudo, ícone dos estudos sobre o tema no Brasil. Sua reflexão assenta especialmente no capítulo denominado “Ementa Portuguesa”, dedicado a explorar a relevância da cultura colonizadora na alimentação brasileira. Fechando o volume, encontra-se o texto Samara Mendes de Araújo Silva que, no confronto entre literatura e a memória expressa pelo recurso da história oral, revela como algumas práticas alimentares associadas com o sertão e o sertanejo foram incorporados em certas áreas do estado do Piauí, no nordeste brasileiro, sendo mesmo consideradas elementos identitários da cultura local.

Certamente os problemas abordados por cada um dos autores mencionados e a riqueza com que são analisados e discutidos excedem em muito os aspectos aqui pontuados. Com abordagens de diferentes quilates e atendendo a gostos temáticos variados, o livro vale ser saboreado do início ao fim. Ficamos então na expectativa dos próximos.

ANNY JACKELINE TORRES SILVEIRA

Universidade Federal de Ouro Preto

anejack@terra.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-2324-8810>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_13

RODRIGUES JUNIOR, F.; Battistin Sebastiani, Br.; Costa e Silva, B., (Orgs.), *Estudos de Poesia e Prosa Helenística*, São Paulo, Humanitas, 2017, 202 pp. ISBN: 978-85-7732-342-5

Recensão submetida a 25/06/2018 e aprovada a 12/09/2018

Os estudos reunidos nesta colectânea, em número de sete, correspondem a um conjunto de conferências proferidas no âmbito da Quarta Semana de Estudos sobre o Período Helenístico, que decorreu na Universidade de São Paulo nos dias 17-18 de Setembro de 2015. Como se diz no Prefácio, trata-se de artigos relacionados com “aspectos da literatura helenística e sua influência na produção literária posterior, abrangendo variados assuntos tais como épica, historiografia, mimo, teatro, biografia e filosofia”. Os Organizadores do volume, que também participam na qualidade de autores, são especialistas nesta área de estudos e, com esta iniciativa, têm em mente contribuir para a divulgação de temas porventura menos conhecidos da Antiguidade Clássica.

Os títulos dos artigos são desde já significativos de um olhar novo e diferente da literatura helenística. Martine Cuypers, A. do primeiro artigo, intitulado “The Story of Amycus in Apollonius of Rhodes, *Argonautica* 2.1-177: Narrative, Intertextuality and Intratextuality”, tem larga experiência no domínio da Literatura Helenística, tendo mesmo editado, juntamente com James J. Clauss, a obra fundamental *A Companion to Hellenistic Literature*, um volume de 576 pp., saído em 2010. No seu artigo, ao comentar em pormenor o primeiro episódio do livro II da *Argonáutica*, que descreve a luta de pugilato entre Amicus, rei dos Bébrices, e um dos Argonautas, a

A. mostra como este episódio revela em Apolónio de Rodes um leitor arguto dos poemas homéricos, sugerindo semelhanças e paralelismos que só um leitor culto consegue apreender. Como vem referido na p. 26, o artigo procurou evidenciar “the dense and highly complex web of associations and connections that unifies the Argonautica above and beyond its episodic plot”.

Convém ter presente, no entanto, que esta é uma característica da poesia helenística, que lê atentamente e renova e burila a herança literária deixada pelos poetas e prosadores da sua própria Antiguidade. Essa herança não se deu apenas desde os tempos clássicos até aos nossos dias. Ela verificou-se também no decurso da própria Antiguidade, nomeadamente na época helenística, que não só retomou e desenvolveu temas antigos, dando-lhe novas roupagens, como criou outros. Tal é o que podemos ver com a leitura do segundo artigo, da autoria de Fernando Rodrigues Junior, intitulado “A *Hécale* de Calímaco: uma Nova Abordagem à Poesia Épica”. Este artigo, nas suas vinte e cinco páginas, documenta em pormenor como a poesia helenística privilegiou a pequena e concentrada dimensão do poema épico, fazendo dele um epílio que desenvolve certos tópicos escassamente tratados pela tradição e deixa de parte muitos outros. Além disso, o artigo assenta na análise minuciosa de vários passos da *Hécale*, que chegou até nós em estado fragmentário, o que dificulta a tarefa de Fernando Júnior, que no entanto dá mostras de grande acribia na exposição do seu pensamento, ao fazer uma análise fina de certos passos e termos do poema, e ao apresentar inesperados influxos homéricos no poema de Calímaco.

O artigo “A figura de Sócrates nas ‘Vidas’ de Diógenes Laércio (c. 225-250 d.C.)”, de Daniel R. N. Lopes, autor de estudos e traduções de obras de Platão, consiste numa análise das características das biografias de homens ilustres como Sócrates, mediante o carácter algo anedótico da biografia da autoria de Diógenes Laércio. No desenvolvimento deste artigo, assente na análise de catorze passos (texto grego e tradução) extraídos de várias vidas e em especial da biografia do filósofo, uma breve introdução mostra como se entrelaçam, na obra “híbrida” de Diógenes Laércio, elementos de géneros literários diversificados, “já bem estabelecidos nos períodos helenístico e imperial”, como os apontados por Daniel Lopes (pp. 64-66): doxografia, biografia, literatura sobre escolas ou seitas filosóficas, literatura sobre as sucessões dos filósofos em suas respectivas escolas, colecção de máximas, apotegmas, anedotas, máximas ilustradas por anedotas (crias) e breves sinopses e introduções, além de extractos de cartas, de epigramas, de citações poéticas e de inscrições. O autor do artigo não se

revela particularmente interessado na figura histórica de Sócrates, difícil de fazer com base em fontes tão diversificadas. Prefere analisar a forma como Diógenes Laércio o representou.

Sidney Calheiros de Lima é o autor do artigo “Dogmatismo filosófico e tirania em Cícero: reflexões sobre política e filosofia em textos de 45 a.C.”, de 34 páginas. Nele aborda o posicionamento filosófico e político do Arpinate no terrível ano de 45 a.C., que assistiu à morte da sua filha, que provocou nele uma insuportável *aegritudo magna* (*De natura deorum* 1.9), e à nomeação de Júlio César como ditador por dez anos, o que o afastou irremediavelmente da vida política activa. Foi exactamente durante estes anos que vieram a lume as mais importantes e “densas” obras de Cícero no âmbito da filosofia e da retórica, sempre atentas às circunstâncias políticas do momento, em virtude de, como afirma o próprio Arpinate, serem fruto de um forçado tempo de *otium*, isto é de indesejada e quase doentia inactividade política (nas suas palavras: *nam cum otium langueremus*, op. cit. 1.7). Com esse objectivo, o A. do artigo analisa em pormenor parte do preâmbulo do *De natura deorum* (1.6-10), no âmbito das implicações e sugestões filosóficas e retóricas, e partes dos livros II e III do *De finibus*, a respeito do dogmatismo da filosofia de Epicuro e do posicionamento de Cícero na filosofia de Nova Academia.

Segue-se (pp. 133-156) o artigo de Breno Battistin Sebastiani, “Enformação do devir nas *Histórias* de Políbio”, no qual são analisados passos (1.14 e 1.15) da obra deste historiador grego do século II a.C., e ex-combatente exilado, que insistem sobre os pressupostos historiográficos do historiador e a necessidade de convergência de experiência pessoal e conhecimento histórico, a fim de tornar útil, pragmático, o ofício da história, entendida como mestra da vida. Além disso, para Políbio importa distinguir entre a parcialidade de juízos, condenável, e a capacidade de elogiar ou criticar o outro, independentemente da amizade ou preferência que se possa ter por um ou por outro. A experiência pessoal e o conhecimento dos factos passados permitirão ao historiador preservar a sua independência crítica. Denunciando a parcialidade de certos historiadores, para quem os Cartagineses sempre agiram mal, e os Romanos sempre agiram bem, Políbio preocupa-se, no fundo, com o problema da verdade histórica e da sua relação com a percepção do historiador.

Olivier Devillers, da Universidade Bordeaux-Montaigne, apresenta-se com o artigo “Comparer Dion Cassius avec Tacite. Remarques générales et analyse d’un récit particulier (révolte des légions de Pannonie, D.C. 57.4)”.

Este título é suficientemente explícito. Nele, o A. escolheu confrontar os sete livros que Dión Cássio consagra à dinastia júlio-claudiana com os dezoito livros que Tácito dedica à mesma dinastia, o que implica, no primeiro, uma forte redução da matéria e no segundo a possibilidade de enriquecer o texto com alguns discursos e outras elaborações a partir de uma fonte provavelmente comum. Este confronto vai ser desenvolvido tomando em consideração três factores – a saber, a dimensão do enunciado, a composição do texto e a ideologia que lhe está subjacente –, aplicados a um episódio narrado por ambos os historiadores. Do confronto, analisado em pormenor, ressalta a ideia de que a estabilidade do Império depende, em Tácito, da acção dos senadores e, em Dión, da acção e das reivindicações do exército.

Da autoria de Bárbara da Costa e Silva, que tem responsabilidades na organização do volume, é o artigo “*Medicus dorice loquens*: paródia dialectal e a representação do falso médico em *Aspis* (vv. 439-464) de Menandro”. Esta peça, até há pouco mal conhecida, tem a complexidade de enredo característica da chamada *Néa*, a Comédia Nova, de que Menandro é o principal expoente. A fim de desenredar essa complexidade, a bem de um final feliz obrigatório, o escravo “sabichão”, de nome Davo, arquitecta um estratagema no qual intervém um falso médico que fala um dialecto que não é o ático e assim se distingue das restantes personagens. Diga-se que o recurso a esta forma de variação linguística, que procura o chamado “realismo cómico”, não é novo e está já presente na *Archaiá* (Comédia Antiga), de que nos chegaram as peças de Aristófanes. Para isto chama a atenção a A., que se revela bem documentada na distinção que estabelece entre o realismo cómico, presente em algumas peças de Aristófanes que recorrem ao dialecto dórico e a outros afins, e a paródia dialectal da peça de Menandro em análise (a peça *Aspis*), que tem como objectivo essencial (não único) sublinhar o carácter impostor e falso da personagem do médico. Neste artigo, é de sublinhar o modo acurado como a A. comenta as características do dialecto grego do passo em questão, tanto mais que o carácter fragmentário do passo analisado e as sucessivas intervenções de editores ou as transcrições erradas dos escribas dificultam qualquer segurança na apreciação dos eventuais doricismos.

A concluir: não sairá defraudado quem leia ou consulte este livro de 202 páginas.

Na sua diversidade, o presente conjunto de estudos sobre alguns aspectos da literatura helenística permite-nos visitar autores e textos perspectivados por um prisma comum, o da época helenística, embora uns propendam para considerações de teor retórico-literário, outros incidam sobre questões ligadas

à historiografia, outros sobre a interdependência entre política e filosofia, e outros ainda privilegiem considerações de ordem linguística. Uma tal diversidade de perspectivas, circunscrita a uma época de grande abertura política, social, e artística, permite igualmente actualizar e enriquecer uma bibliografia que não pára de crescer (como é de regra, cada artigo, excepto um, encerra com referências bibliográficas).

E, por último, agrada constatar e apreciar – mas sem sombra de sobrançerias ou complexos eurocêntricos – como o Mundo Clássico, com particular incidência no mundo grego, mas igualmente no romano, tem tantos e tão dedicados cultores no chamado Novo Mundo.

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

virginia.soarespereira@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-6031-0527>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_14

SEBASTIANI, Breno B., *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2017, 215 pp. ISBN: 978-989-26-1470-0

Recensão submetida a 03/04/2018 e aprovada a 05/07/2018

Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides, da autoria de Breno Battistin Sebastiani, professor de Língua e Literatura Grega da Universidade de São Paulo, e especialista em historiografia grega antiga, resulta da reunião de oito textos, dos quais seis foram originalmente publicados como artigos ou capítulos de livros.

Como o próprio título anuncia, a obra tem por eixo a receção de Tucídides e Políbio, estabelecendo nexos comparativos intra, inter e transnarrativos entre a sua condição de fracassados *apostretoi* (exilados de guerra) e a sua atividade como historiadores, reveladora de espíritos dialéticos e abertos. Por conseguinte, “receção mediadora e comparativa” é o que melhor define e sistematiza o trabalho de Breno Sebastiani no conjunto dos oito estudos. Simultaneamente, “a vida mestra da história” (inversão do famoso apotegma ciceroniano *historia magistra uitae*), admitido como repto exploratório, permite especular sobre o modo como o fracasso

político-militar próprio e alheio se reflete na escrita da história. Por outras palavras: o modo como a experiência de vida de cada um e os respetivos pressupostos críticos e epistemológicos metarreflexivos se projetam na escrita da história e daí, por intermédio da leitura, se fazem novamente vida e pensamento, transmitidos à praxis refiguradora do leitor.

Adotando um registo eminentemente ensaístico e filosófico, sustentado por um sólido e eclético aparato científico, donde se destaca a obra de T. Eagleton (*The event of literature*), a obra de Breno Sebastiani abre com uma série de reflexões preliminares, sob o título de “Cômputos”, que funcionam como introdução geral, e servem também para clarificação de conceitos e de coordenadas metodológicas.

Segue-se o capítulo 2: “O olhar sobre si mesmo: fracasso e lucidez em Tucídides e Políbio”. Estendendo às narrativas não ficcionais de Tucídides e Políbio os aprimorados princípios supra-narratológicos de “movimento do olhar” e “complementaridade entre objeto e modo de ver”, extrapolados por A. Bosi do *Dom Casmurro* de Machado de Assis, Breno Sebastiani reflete sobre o modo como os dois historiadores antigos conciliaram o olhar autóptico de personagens com o olhar distante de narradores, ou o modo como (re) viram e deram a (re)ver o seu próprio malogro político e o consequente exílio. Cruzando análise comparatista e histórico-filológica (através do relevo dado às circunstâncias históricas), este capítulo visa superar as insuficiências de algumas novas tendências narratológicas devidamente identificadas pelo autor.

Uma estimulante reflexão de Dostoiévsky em torno do D. Quixote de Cervantes dá a B. Sebastiani um bom ponto de partida para o terceiro capítulo: “A ironia do fracasso: Nícias e Tucídides, Aníbal e Políbio”. Deitando mão à noção de ironia dramática, extrapolada por M. Jay do pensamento de Hayden White e da dramaturgia clássica, Sebastiani questiona a possibilidade hermenêutica de Tucídides e Políbio fazerem ecoar os seus próprios fracassos no relato dos fracassos de Nícias e Aníbal. Por outras palavras, o autor procura fazer deduções de sentido a partir da ironia narrativa que julga encontrar nestas obras. Para este elaborado processo hermenêutico concorre ainda a noção de “compreensão do texto”, formulada por C. Romano, a par de outras como “palavra nova”, “anelo por realismo” ou “ironia existencial” sacadas a Dostoiévsky.

“O problema da verdade em Tucídides”, título do quarto capítulo, especula sobre a conceção tucididiana de *aletheia* nas suas múltiplas aceções: *qua* representação fidedigna do real; *qua* mediação problemática entre *ergon* e o *logos*; *qua* mediação aberta ou plurívoca entre texto e

leitor. Para melhor problematizar e explorar o tema, Breno abre para uma série de cruzamentos intertextuais e intersemióticos, projetando sobre os textos de Tucídides as lições filosóficas de W. Benjamin (lido por Löwy) e Agamben, bem como as vozes literárias de Guimarães Rosa e Machado de Assis ou cenas do filme *Gabbeh*, de M. Makhmalbaf.

Na sequência, o capítulo quinto singra também pela via do cotejo intertextual, pondo o Riobaldo do *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa em contraluz com a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides. A aproximação dos dois textos tem como finalidade fazer ressaltar três estratégias narrativas comuns: a pausa como momento propício para a reflexão lúcida; a interrogação fundante; e a indeterminação da multiplicidade. Para além de outras bem achadas e curiosas, ainda que ocasionais, afinidades, o que aqui importa é olhar para a construção dos dois textos sob o foco da dialética história e ficção.

Em “verdade, narrativa e retórica em Políbio”, o autor retoma algumas das questões já anteriormente afluídas a propósito da obra deste insigne historiador do período helenístico. Atenta especialmente na noção de “vida mestra da história”, que percorre, como *leitmotiv*, os vários ensaios, e traz novamente à colação *topoi* como verdade histórica e retórica narrativa, ironia e *mimesis*. Parte das críticas que Políbio dirigiu aos seus homólogos antecessores, Filino, Fábio Pictor e Timeu, e termina refletindo sobre a dimensão *poiética* da história.

Também o sétimo capítulo, “a História como meio: o Odisseu mediador de Políbio”, põe em cena temas respigados de trabalhos anteriores. O autor regressa ao livro 12 das *Histórias* de Políbio para refletir sobre a função mediadora da história e, sobretudo, apresentar a sua interpretação do papel de Odisseu na obra de Políbio. B. Sebastiani tenta demonstrar a importância do contexto histórico-político do próprio historiador grego nas menções a Odisseu e conjectura sobre a possibilidade de Políbio fazer do herói grego um modelo de historiador e político com o qual se queria identificar.

“*Come se fugissi*: fracasso criador, verdade imanente” propõe um desfecho para a obra. Em jeito de balanço e conclusão, o autor apresenta uma série de meditações que visam unir o fim ao princípio, procurando ideias estruturantes e pontos de referência. Muito ao seu estilo e com a audácia associativa e criativa que o caracteriza, B. Sebastiani põe com a mesma facilidade em diálogo as obras de Tucídides e Políbio com um filme de G. Tornatore (*Malena*), com a filosofia de C. Romano ou um texto literário de A. Moravia, em todos eles entrevedo pontos de contacto e férteis indícios de reflexão.

Em suma, a sua obra impõe-se como recetáculo de interessantes, incessantes e frutíferos cruzamentos e vias de análise, fazendo do seu trabalho um caso quase singular e impressionante no panorama dos Estudos Clássicos, só comparável, em determinados aspetos, aos estudos de um Murari Pires ou aproximando-se das novas linhas narrativistas seguidas por Grethlein, Rengakos, Rood, Miltisios, Tsakmakis & Tamiolaki, entre outros. Como marca idiossincrática, cruza-se o pensamento moderno com o pensamento antigo, textos e sistemas semióticos ficcionais contemporâneos com textos clássicos, teorias hermenêuticas e epistemológicas com filologia e historiografia. A por vezes densa e concentrada sobreposição de temas e ideias e o intrincado aparelho conceptual e sintático que o suporta, demanda uma leitura persistente e paciente, que muito aproveitará a todos aqueles que queiram alargar horizontes de interpretação e ampliar perspetivas de análise. Com assinalável sagacidade e brilho intelectual, Breno Sebastiani revira os textos clássicos à luz de conceitos e reflexões hermenêuticas eminentemente contemporâneas, para testar a perenidade dos antigos e explorar novas problemáticas e cambiantes, algumas delas improváveis na *forma mentis* do homem antigo, mas possíveis e válidas à luz das novas teorias da receção. Por fim, o autor revela um sólido conhecimento dos assuntos e apoia-se num extenso e atualizado fundo bibliográfico.

MARTINHO SOARES

Universidade Católica Portuguesa

martinhosoares@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8153-2014>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_15

SOUSA E SILVA, M. de F.; Paiva, J., *Teofrasto, História das plantas. Tradução portuguesa, com introdução e anotação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, 460 pp. ISBN: 978-989-26-1192-1

Recensão submetida a 25/11/2017 e aprovada a 19/06/2018

The greatest surviving work of ancient Greek botany, although celebrated among historians of science, has been undeservedly obscure to many classicists and general readers. It is remarkable that although the Latin translation by Theodore Gaza was published as early as 1483, the first translation into a modern language did not appear until the early

20th century, when Sir Arthur Hort's English version was published in two volumes, alongside an edition of the Greek text, in 1916 and 1926 in the Loeb Classical Library. It is perhaps more remarkable that forty years after that translation was completed, Paul Vellacott, introducing his English translation of Theophrastos's *Characters*, unguardedly claimed that it was the author's 'only surviving work'.

Missed by Vellacott, Hort's translation was read by a great many others to whom the Greek text of the *History of Plants* was inaccessible. It remained the only version in any modern language until in 1988 Suzanne Amigues began to publish her Budé edition, with French translation and generous commentary, which was completed in 2006. Now, exactly a hundred years after Hort's first volume, comes a one-volume translation into Portuguese by Maria de Fátima Sousa e Silva and Jorge Paiva, both of the University of Coimbra.

Of these two Sousa e Silva is the Hellenist, Paiva the botanist. That is too simple a formulation, however, because Sousa e Silva has already translated the major biological treatises of Aristotle, Theophrastos's immediate predecessor as head of the Lyceum. She possesses therefore an ideal background for work on the *History of Plants*, which Theophrastos himself would have seen as the continuation of Aristotle's biological researches, or rather as their natural extension into a new scientific field. And Paiva, after a lifetime's work on botany and scientific nomenclature, was the ideal collaborator, able not only to bring his experience to the identification of the plants discussed by Theophrastos but also to claim a fuller understanding of the development of scientific classification and terminology than any previous editor or translator.

The translators wisely chose to use common (Portuguese) names of plants in the text, with scientific Latin names given systematically in the accompanying footnotes, which are numbered in a single sequence. There are Portuguese-Greek and Greek-Portuguese indexes of the names of plants and their parts, keyed to the standard sections of Theophrastos's text; scientific Latin-Portuguese and Portuguese-scientific Latin names of plants, keyed directly to the footnotes; a surprisingly comprehensive index of place names, keyed to page numbers; and briefer indexes of animals, on a similar pattern to those of plants. The ability to find one's way among the details of this crucial botanical text by means of multiple indexes, within a single handy volume, guarantees that it will be widely used.

There is also a full introduction, beginning with a brief outline of Theophrastos's life and times, and then plunging into the theoretical basis,

scientific underpinning and structure of the *History of Plants*. A useful, indeed indispensable, geographical survey of the sources of Theophrastos's information is followed by a study of scientific nomenclature and classification before and after his time. It is indeed important for the modern reader, who tends to take for granted the taxonomical system codified by Linnaeus, to understand the quite different aims and approaches of Theophrastos and his classical and medieval successors.

It would have been useful, perhaps, to show more fully that the *History of Plants* represents work in progress. It 'includes materials collected over a long period', as the introduction rightly says, and at least once the text seems to cross-refer to an earlier recension arranged in a different order (p. 24). The claim of a 'probable date of the treatise (314 BC)', in footnote 26 to the introduction, is surely oversimplified, not least because the *History of Plants* refers to at least two historical landmarks later than that date, the archonship of Simonides at Athens in 310 BC (6.3.4) and Ophellas' invasion of Carthage in about 308 BC (4.3.2). Moreover, discussion at the Lyceum was still continuing while the text was being compiled, as briefly hinted in footnote 38 to the introduction, which deserved expanding. To the two citations there (3.3.8, 3.5.6) one might add the telling quotations 'it may turn out that both reports are true' (2.7.5) and 'we must find out which of these reports is true' (6.3.6).

This last comment, as it happens, relates to *silphion*, a favourite medicinal and culinary spice of classical Greece, of which Theophrastos gives the best and fullest description. Section 6.3.1-6 is the major reference, well translated here and fascinating to read. There will be doubts, though, over the identification suggested in the footnotes with *Ferula tingitana* or with *Margotia gummifera*. If these plants, native to the former Roman Empire, are the ancient *silphion*, why did the Romans think that *silphion* was extinct? Why do these plants not have the highly distinctive taste and smell that ancient *silphion* had? – taste and smell that the soldiers of Alexander's expedition were glad to discover in central Asia in the plant *Ferula assa-foetida*, the source of a similar spice familiar in Indian food and medicine. The answer is, I would say, that *silphion* really is extinct, was more closely related to *Ferula assa-foetida* than to any other taxon, and cannot be identified with a modern Mediterranean plant.

The geographical survey in the introduction helps to demonstrate to what extent the expedition of Alexander supplied scientific information to Aristotle, Theophrastos and the Lyceum. Theophrastos was the first to

describe a series of useful trees and plants, unknown or little known to Greeks before his time, that were native to Egypt, the Levant, western and central Asia, and again his surveys make compelling reading. In several cases he has no name for the species concerned – he never imports foreign names of plants into his text – but they can be recognised with fair confidence from his text. Many of them were soon to form part of the *materia medica* of the classical world. He also gives a survey (4.4.4-10) of fruits and other foods that were first seen by Greeks when Alexander reached the Indus valley.

Among those Indian species is a tree less remarkable for its fruit than for its growth habit. The banyan, *Ficus benghalensis*, is described at 4.4.4 and its habit is also mentioned at 1.7.3. The translators boldly deduce that it had been naturalized in Greece (introduction p. 38; p. 78 note 176). Theophrastos never wastes words, and unluckily at this point they have misread one word. The crucial verb is imperfect: it is not that ‘the Greeks call it a fig tree [customarily]’ but ‘the Greeks used to call it a fig tree [when they were in India]’. This description by Theophrastos is surely of the huge and famous banyan tree on the banks of the Akesines (Chenab), observed on Alexander’s expedition. It was becoming a commonplace of the Alexander books, mentioned certainly by Nearchos (Arrian, *Indika* 11.7), by Onesikritos and Aristoboulos (Strabo, *Geography* 15.1.21) and probably also by Kleitarchos (Diodoros 17.90.5; Quintus Curtius 9.1.9-12): see Hugo Bretzl’s *Botanische Forschungen des Alexanderzuges* (Leipzig: Teubner, 1903), pp. 158-190. But never mind all this. It is none the less true, and was well worth observing, that several species encountered on Alexander’s expedition and first described by Theophrastos were soon to be naturalized in Mediterranean lands: the pistachio, for example (*Pistacia vera*), encountered in Bactria, and the citron (*Citrus medica*), observed in Media, not to mention rice (*Oryza sativa*), seen growing in India.

I have raised two tiny quibbles, on the identification of *silphion* and on the banyan tree. In contrast, let me now observe that a strange wound in Hort’s translation, one that has puzzled many readers unable to consult other editions, is fully healed in Amigues’ edition and in this new Portuguese version of the *History of Plants*. At the last minute before publication in 1926, after the index was completed, Hort or his publishers must have decided to omit part of book 9 – to cut not only the English translation but the Greek text as well. The section concerned (9.18.3-11) deals with plant drugs that were supposed to have a sexual effect, and it is assumed that this unexplained omission was a form of censorship. One of the plants concerned, salep or

Orchis mascula, is the source of a stimulant drink popular in London not long before Hort's own time and still popular today in northern Greece, Albania and Turkey. Historians of saleg, among others, have been confused by the lacuna in Hort's edition: they need be confused no longer.

This new translation of the *History of Plants* is a thoroughly successful publication which does credit to the publisher and to the united skills of the translators. It will of course be standard from now on in Portuguese. It will also make itself indispensable to scholars who work in other languages, thanks to its convenient one-volume format, highly readable layout and good indexing. Passages of Theophrastos's argument that felt incoherent in Hort's mannered English and in the tightly constrained format of his Loeb volumes are refreshed by the comfortable layout and fluent style of this excellent version.

Bibliography

Suzanne Amigues (ed., 1988-2006), *Théophraste: Recherches sur les plantes*. 5 vols. Paris: Les Belles Lettres

Hugo Bretzl (1903), *Botanische Forschungen des Alexanderzuges*. Leipzig: Teubner

Theodorus Gazes (transl., 1483), *Theophrasti Historia plantarum ... De causis plantarum*. Treviso

Arthur F. Hort (ed., 1916-1926), *Theophrastus: Enquiry into Plants*. 2 vols. London: Heinemann

ANDREW DALBY

Investigador Independente

akdalby@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-3527-8320>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_16

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTÍCIAS

(Página deixada propositadamente em branco)

British Council Research Link Cambridge-Brasilia

Plato's Communities: Citizenship and Diversity

Entre os dias 19 e 21 de setembro de 2017, teve lugar, na Universidade de Brasília, o British Council Research Link Cambridge-Brasilia intitulado “Plato’s Communities: Citizenship and Diversity” (“Comunidades em Platão: cidadania e diversidade”). Organizado por Gábor Betegh (Universidade de Cambridge) e Gabriele Cornelli (Universidade de Brasília), este workshop contou ainda com a colaboração de quatro Professores do Reino Unido e do Brasil: James Warren (Universidade de Cambridge), Frisbee Sheffield (Universidade de Cambridge), Fernando Santoro (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Maria Cecília Coelho (Universidade de Minas Gerais).

Este workshop visava examinar o legado do pensamento de Platão para pensar temas como a pluralidade, a diversidade e valores cívicos num ambiente único de encontro e partilha entre duas comunidades científicas com diferentes agendas e tradições de pensamento.

Durante este workshop de três dias, 24 investigadores em início de carreira de vários pontos do Reino Unido e Brasil partilharam e discutiram as suas pesquisas em curso: Rodolfo Lopes (Universidade de Brasília), Ália Rodrigues (Institute of Classical Studies, London/Universidade de Coimbra), Christian Keime (University of Cambridge), Matthew Duncombe (University of Nottingham), Renato Matoso (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Rodrigo Brito (Universidade Federal de Sergipe), Vilius Bartininkas (University of Cambridge), Luca Pitteloud (Universidade Federal do ABC), Eduardo Boechat (Universidade de Brasília), Alexandre Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Rainer Guggenberger (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Edrisi Fernandes (Universidade de Rio Grande do Norte), Maurizio Di Silva (Universidade Federal do Paraná), Michael Withey (University of Cambridge), Alessio Santoro (University of Cambridge), Caterina Pellò (University of Cambridge), Di Yan (University

of Cambridge), Guilherme Motta (Universidade Católica de Petropolis/Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Juliano Paccos Caram (Universidade Federal da Fronteira Sul), Jorge Torres (University College London), Sussumo Matsui (Universidade de Brasília), Saloni de Souza (University of Oxford), Daniel Vazquez (University of São Paulo), Gislene Vale dos Santos (Universidade Federal da Bahia), Dennys Garcia Xavier (Universidade de Uberlândia), Fernando Gazoni (Universidade Federal de São Paulo) e Ellisif Wasmuth (University of Essex). Os mentores James Warren e Frisbee Sheffield apresentaram ainda duas aulas abertas a toda a comunidade académica da Universidade de Brasília. A última aula do evento esteve a cargo de Gábor Betegh que desenvolveu a comparação entre Magnésia e Brasília. Este evento contou ainda com a participação de Helena Shimizu, Diretora de Estudos Graduados da Universidade de Brasília e Mariana Veiga, representante do Newton Fund na Embaixada do Reino Unido, numa sessão especialmente dedicada à visão geral da base de pesquisa no Brasil bem como a oportunidades de financiamento com vista a estabelecer futuras cooperações entre Brasil e Reino Unido.

ÁLIA RODRIGUES

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

alia.rosa.rosa@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-9787-4331>

PERMUTAS ATIVAS
ÚLTIMOS NÚMEROS RECEBIDOS

Acta Classica (LX)
Aevum (XCII.2)
Ágora (20)
Analecta Malacitana (XXXVII 1-2)
Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa (219)
Anuário de Estudos Filológicos (XLI)
Anzeiger für die Altertumswissenschaft (LXIX 3.4)
Arctos (L)
Arethusa (51.2)
Arys (15)
Athenaeum (104.2)
Auster (45)
Balcanica Posnaniensia (acta et studia) (24)
Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra (XCIII.2)
Brotéria (187.6)
Cadmo (25)
Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Griegos e Indoeuropeus (27)
Didaskalia (68.2)
Emerita (LXXXV.2)
Eos (82)
Estudos Teológicos (20)
Estudios clasicos : revista de la sociedad española de estudios clásicos (45)
Euphrosyne (XLIV)
Faventia (37)
Gérion (35)

Graeco-Latina Brunensia (22.2)
Gramma (22.1)
Helmantica (LXIX)
Hermathena (196)
Hyperboreus (20.2)
Ilu. Revista de Ciencia de las Religiones (22)
Itinerarium (217)
JASCA - Japanese Studies in Classical Antiquity (3)
Journal of Classical Studies (LXV)
Les Études Classiques (84)
Lucentum (XXXVII)
Mélanges de la Casa de Velásquez (47.2)
Minerva (31)
Myrtia (32)
Phoenix (UFRJ) (22.2)
Phoenix (Canadá) (LXIX 3.4)
ΠΑΑΤΟΝ (61)
Portugalia (XXXVIII)
Quaderni Urbinati di Cultura Classica (14)
Revista de História das Ideias (34)
Revista de Historiografia (28)
Revista de Musicologia (XXXIX.2)
Revista Portuguesa de Arqueologia (19)
Revistas de Estudios Clásicos (Argentina) (148)
Révue des Études Grecques (131)
Salduvie (16)
Semana de Estudios Romanos (Pontífica Valparaíso) (XVII)
Studies in Philology (115.4)
Synthesis (23)
Veleia (35)
Vetera Christianorum (53)
Zephyrus (LXXXII)
ΠΠΑΚΤΙΚΑ (171)

Compras

Ancient Society (46)

Bibliographie Internationale de l'Humanism et de la Renaissance (XLV)

Classical Quarterly (66.2)

Classical Review (66.2)

Glotta (92)

Gnomon (88.6)

Hermes (144.4)

Hesperia (85)

Pallas (100)

Studia Monastica (58.2)

Technai (6)

Wiener Studien (129)

Food & History (58.2)

Ofertas

Archaeological Reports (63)

Journal of Hellenic Studies (138)

(Página deixada propositadamente em branco)

ORIENTAÇÕES DE SUBMISSÃO

1. Artigos e resenhas aceites em permanência para publicação, através da plataforma Open Journal Systems (OJS):
<http://impactum-journals.uc.pt/humanitas/about/submissions#onlineSubmissions>
2. Os artigos que não respeitem as normas de publicação da revista serão recusados.
3. Todos os artigos submetidos são sujeitos a revisão e aprovação por pares, em regime de anonimato. O processo de avaliação encontra-se documentado nos arquivos da Revista *Humanitas*. Os contributos são encaminhados pelos Editores da revista para o Conselho Científico ou para avaliadores *ad hoc*, de acordo com as suas áreas de especialização. Os principais critérios de avaliação são: adequação à linha editorial da revista; respeito pelas normas editoriais; qualidade da redação; originalidade e relevo dos temas propostos para o avanço do conhecimento nas áreas de estudo admitidos pela revista.
4. Não se aceita mais do que um artigo do mesmo autor por ano.
5. Procedimentos e calendarização do processo de submissão e revisão de provas:
 - Nas primeiras provas não devem ser introduzidas alterações no texto, apenas correção de gralhas e erros ortográficos;
 - O prazo de devolução das primeiras provas revistas não deverá exceder um mês;
 - Após a correção das primeiras provas, não deverão os autores introduzir novas emendas no trabalho;
 - As segundas provas servem apenas para verificar se as correções assinaladas nas primeiras foram executadas, e devem ser devolvidas no prazo de 15 dias após a receção do PDF;
 - A editora estima um prazo médio entre quatro e oito meses para a publicação da revista desde a data de entrega do documento (versão definitiva). Este prazo pode variar em função da programação anual da editora.

SUBMISSION GUIDELINES

1. CFP permanently open; manuscripts are to be submitted online, via the Open Journal Systems platform: <http://iduc.uc.pt/index.php/humanitas/about/submissions/>
2. The manuscripts not prepared in accordance with the publication guidelines will be refused.
3. All items submitted are peer reviewed and evaluated by anonymous referees. The process of evaluation for *Humanitas* is available on the website of the journal. The General Editor and the Associate Editors forward submissions for review to members of the Editorial Board or to *ad hoc* referees in accordance with their areas of academic specialization. The main evaluative criteria are the following: conformity to the journal's editorial program; accordance with its editorial norms; quality of the presentation; and the originality and relevance of the proposed subject matter to the advancement of studies in the areas of research covered by the journal.
4. Each author can only submit one article per year.
5. Submission and proofreading procedures and timing:
 - First stage page proof corrections must not include additions to the text or text rephrasing; only misprints and orthographical errors should be corrected;
 - The first corrections must be returned within a month;
 - Changes to the manuscript are not permitted after the first proofreading has been completed;
 - The second proofreading stage is solely meant to verify whether the corrections marked in the first page proofs have been adequately introduced. Authors must return their second page proofs within 15 days from the reception of the respective PDF document;
 - The publishers estimate between four and eight months for publication after the definitive version of the manuscript is received. However, this may vary depending on their annual publishing plan.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

O cumprimento das normas de edição abaixo transcritas é obrigatório.

1. Formatação do texto:

- enviar original através da plataforma de edição OJS, em formato Word e PDF;
- dimensões e formatação: corpo do texto = máximo de 20 pág. A4; corpo 12; Times New Roman; duplo espaço; notas de rodapé = corpo 10; Times New Roman; espaço simples;
- só usar caracteres gregos para citações longas; palavras isoladas ou pequenas expressões gregas virão em alfabeto latino (ex.: *adynaton*, *arete*, *doxa*, *kouros*); a fonte de grego a usar é unicode;
- idiomas admitidos: Português, Inglês, Espanhol, Francês e Italiano;
- apresentar dois resumos (cada com um máximo de 250 palavras), um na língua do artigo outro em inglês, seguidos das respectivas palavras-chave (máximo de 5);

2. Resumo

O texto do resumo deve apresentar a estrutura do artigo, dar a conhecer o problema de investigação, as metodologias usadas, os resultados obtidos, as conclusões e as implicações para a teoria e/ou prática e, se for caso disso, o contributo inovador do estudo para o estado da arte em questão.

3. Citações

3.1. Normas de carácter geral

a) uso do itálico:

- nas citações latinas e respectivas traduções, quando incluídas no corpo do texto (em caixa ficarão em redondo, recolhidas e em tamanho 10);
- nos títulos de obras antigas, de monografias modernas, de revistas e de recolhas temáticas;

b) usar aspas (“ ”) nas citações de textos modernos, exceto quando apresentadas em caixa (recolhidas e em tamanho 10);

c) não usar itálico nas abreviaturas latinas (op. cit., loc. cit., cf., ibid., in,...);

d) traduções do latim, grego ou outro idioma, quando extensas, são colocadas em caixa, recolhida e em tamanho 10.

3.2. Citações de livros

- a) não são permitidas referências bibliográficas no corpo de texto. Todas as referências deverão constar em nota de rodapé, no final de cada página, na sua forma abreviada:

Autor Ano: página Ex: Bell 2004: 123-125

Exclusivamente na bibliografia final deverá constar a referência desdobrada:

Bell, A. (2004), *Spectacular Power in the Greek and Roman City*. Oxford: University Press.

- b) as edições posteriores à primeira serão anunciadas da seguinte forma: (2005, 2.^a ed.);
c) à qualidade de editor(es) corresponderá (ed.) ou (eds.); de coordenador(es), (coord.) ou (coords.).

3.3. Citações de capítulos de livros

Não são permitidas referências bibliográficas no corpo de texto. Todas as referências deverão constar em nota de rodapé, no final de cada página, na sua forma abreviada:

Autor Ano: página Ex: Murray 1994: 10.

Exclusivamente na bibliografia final deverá constar a referência desdobrada:

Murray, O. (1994), “Symptotic History”, in O. Murray (ed.), *Symptotika. A Symposium on the Symposion*. Oxford: Clarendon Press, 3-13.

3.4. Citações de artigos em periódicos

Não são permitidas referências bibliográficas no corpo de texto. Todas as referências deverão constar em nota de rodapé, no final de cada página, na sua forma abreviada:

Autor Ano: página Ex: Toher 2003: 431.

Exclusivamente na bibliografia final deverá constar a referência desdobrada:

Toher, M. (2003), “Nicolaus and Herod”, *HSPH* 101: 427-447.

3.5. Abreviaturas usadas

– revistas: *L'Année Philologique*;

– autores gregos: *A Greek-English Lexicon*;

– autores latinos: *Oxford Latin Dictionary*;

=> NÃO USAR NUMERAÇÃO ROMANA: Hom. *Od.* 1.1 (não α.1);

Cic. *Phil.* 2.20 (não II. 8. 20); Plin. *Nat.* 9.176 (não IX. 83. 176);

=> NÃO COLOCAR espaços entre os números: Hom. *Od.* 1.1 (não Hom. *Od.* 1. 1)

4. Notas:

Devem ser breves e limitar-se a abonar o texto, introduzir esclarecimento, ponto crítico ou breve estado da questão; o que é essencial deve vir no corpo do texto. A mera indicação do passo ganhará em vir também no texto.

5. Recensões

5.1. Tamanho: não ultrapassar os 8.000 caracteres;

5.2. Cabeçalho: seguir os seguintes modelos:

ACERBI, Silvia, *Conflitti politico-ecclesiastici in Oriente nella Tarda Antichità: Il II Concilio di Efeso (449)*, Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, Revista de Ciencias de las Religiones, Serie de sucesivas monografías, Anejo V, 2001, 335 pp. ISBN: 84-95215-20-9.

BAÑULS OLLER, J. Vte.; Crespo Alcalá, P.; Morenilla Talens, C., *Electra de Sófocles y las primeras recreaciones hispanas*, Bari, Levante Editori, 2006, 152 pp. ISBN: 88-7949-432-5.

FRANCISCO BAUZÁ, Hugo, *Propertio: Elegías completas*. Traducción, prólogo y notas, Madrid, Alianza Editorial, 2007, 251 pp. ISBN: 978-84-206-6144-5.

6. Imagens/Gráficos/Tabelas

Os elementos gráficos que acompanhem o texto deverão ser enviados em separado, devidamente identificados e numerados, devendo a localização no corpo de texto ser, de igual forma, assinalada:

- as imagens devem ser entregues individualmente, em formato .jpeg, com resolução mínima de 300dpi's. Todas as imagens deverão ser livres do pagamento de direitos de autor e acompanhadas por comprovativo oficial de cedência ou compra de direitos a publicações de caráter académico;

- tabelas ou gráficos devem ser enviados em documento .doc, editáveis. Não serão considerados elementos em .jpeg ou outro formato que não permita edição.

7. Bibliografia final:

De uso obrigatório e limitada ao essencial ou aos títulos citados, sendo as referências bibliográficas necessariamente desdobradas.

NORMAS DE TRANSLITERAÇÃO

Ignorar completamente os acentos, bem como a distinção entre vogais longas e breves.

Grego Português

α a

β b

γ g

δ d

ε e

ζ z

η e

θ th

ι i

κ k

λ l

μ m

ν n

ξ x

ο o

π p

ρ r

σ, ς s

τ t

υ u (em ditongo) y (nos outros casos)

φ ph

χ ch

ψ ps

ω o

aspiração inicial h

iota subscrito [letra] + i

γ + gutural (γ, κ, ξ e χ) n + [letra transcrita]

PUBLICATION GUIDELINES

All submissions must be prepared in accordance with the instructions below.

1. Text format:

- please submit your manuscript online via the OJS edition platform in both Word and PDF formats;
- number of pages and font sizes: body of the text = maximum 20 pages A4, 12-point font size Times New Roman, double-space; footnotes = 10-point font size Times New Roman, single-space;
- Greek characters can be used only in long quotations; single Greek words and expressions should be written in Latin (e.g.: *adynaton*, *arete*, *doxa*, *kouros*);
- abstracts (250 words) and keywords (five) are mandatory, both in English and in the article's language;
- languages accepted: Portuguese, English, Spanish, French and Italian.

2. Abstract

The abstract should present the structure of the article and describe: the problem under investigation, the study method used, the main results obtained, the conclusions and the implications for theory and/or practice, and (if applicable) the innovative contribution to the state of the art.

3. Quotations:

3.1. General Guidelines:

- a) italic:
 - in Latin quotations and translations included in the body of the text;
 - titles from ancient documents/works, modern monographs and journals;
- b) quotation marks (“ ”) in modern text quotations;
- c) do not use italic in Latin abbreviations (op. cit., loc. cit., cf., ibid., in,...);
- d) long translations from latin, greek or modern languages should be written with 10-point font size

4. References

4.1. Books

Book references in the body of the text are not permitted. All references must figure in footnotes, at the end of each page and in short version:

Author Year: Page eg.: Bell 2004: 123-125

The complete bibliographical references are included in the final list of references: Bell, A. (2004), *Spectacular Power in the Greek and Roman City*.

Oxford: University Press.

– later editions will be referred as: (2005, 2nd ed.);

– to the Editor will correspond the abbreviation (ed.) or (eds.) and to the coordinator the abbreviation(coord.) or (coords.).

4.2. Book's chapters

Bibliographical references in the body of the text are not permitted. All references must figure in footnotes, at the end of each page and in short version:

Author Year: Page(s) eg.: Murray 1994: 3

The complete bibliographical references are included in the final list of references:

Murray, O. (1994), "Symptotic History", in O. Murray (ed.), *Symptotika. A Symposium on the Symposion*. Oxford: Clarendon Press, 3-13.

4.3. Journals:

Bibliographical references in the body of the text are not permitted. All references must figure in footnotes, at the end of each page and in short version:

Author Year: Page(s) eg.: Toher 2003: 431.

The complete bibliographical references are included in the final list of references:

Toher, M. (2003), "Nicolaus and Herod", *HSPH* 101: 427-447.

4.4. Abbreviations

– journals: *L'Année Philologique*;

– Greek authors: *A Greek-English Lexicon*;

–Latin authors: *Oxford Latin Dictionary*;

=> DO NOT USE ROMAN NUMERICALS: Hom. *Od.* 1.1 (not α.1);

Cic. *Phil.* 2.20 (not II. 8. 20); Plin. *Nat.* 9.176 (not IX. 83. 176);

=> DO NOT USE "SPACE" BETWEEN NUMBERS: Hom. *Od.* 1.1 (not Hom. *Od.* 1. 1)

5. Footnotes

Must be brief and, in direct relation with the text, in order to introduce a clarification, point out a critical aspect or a brief question. The essential information must be in the body of the text.

6. Book reviews

6.1. size: max. 8.000 characters;

6.2. Book identification: follow the models above:

ACERBI, Silvia, *Conflitti politico-ecclesiastici in Oriente nella Tarda Antichità: Il II Concilio di Efeso (449)*, Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, Revista de Ciencias de las Religiones, Serie de sucesivas monografías, Anejo V, 2001, 335 pp. ISBN: 84-95215-20-9.

BAÑULS OLLER, J. Vte.; Crespo Alcalá, P.; Morenilla Talens, C., *Electra de Sófocles y las primeras recreaciones hispanas*, Bari, Levante Editori, 2006, 152 pp. ISBN: 88-7949-432-5.

FRANCISCO BAUZÁ, Hugo, *Propercio: Elegías completas*. Traducción, prólogo y notas, Madrid, Alianza Editorial, 2007, 251 pp. ISBN: 978-84-206-6144-5.

7. Images/Graphics/Tables

Graphic elements must be sent separately, properly identified and numbered. Their location in the body of the text must be properly identified:

- Images must be sent separately, properly identified and numbered, in .jpeg format, requiring a minimum quality of 300dpi. All the images must be free from copyright and sent with official documentation testifying either that they are license free or purchased for academic publications purposes.

- Tables and graphics must be sent in editable.doc format. Elements in .jpeg format or other formats will not be considered.

8. Final Bibliographical references

Mandatory and limited to the essential titles and/or those quoted in the text. Only in the final bibliography the references will appear in their complete and extended version.

TRANSLITERATION GUIDELINES

Accents and distinction between long and short should be ignored.

Greek Latin

α a

β b

γ g

δ d

ε e

ζ z

η e

θ th

ι i

κ k

λ l

μ m

ν n

ξ x

ο ο

π p

ρ r

σ, ζ s

τ t

υ u (in diphthong) y (in other cases)

φ ph

χ ch

ψ ps

ω o

initial aspiration h

subscript iota [character] + i

γ + guttural (γ, κ, ξ e χ) n + [transcript character]

(Página deixada propositadamente em branco)

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



Instituto de Estudos Clássicos

APOIO



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

